

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
(NOTURNO)**

**PENEDO/AL – 2013  
Atualizado em 2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
(NOTURNO)**

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Unidade Educacional Penedo, *Campus* Arapiraca, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais.

**PENEDO/AL – 2013  
Atualizado em 2017**

## IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**NOME DO CURSO:** Licenciatura em Ciências Biológicas

**TÍTULO CONFERIDO:** Licenciado em Ciências Biológicas

**DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO FORA DO CAMPUS**

**SEDE:** Processo 23000.021478/2006-72 - Parecer: CES 52/2007 (Anexo VI).

**DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO:**

**RESOLUÇÃO Nº 63/2013 - CONSUNI/UFAL nº 07/2013 (Anexo IX).**

**TURNO:** Noturno

**CARGA HORÁRIA:** 3.360h

**DURAÇÃO:** Mínima: 4 anos

Máxima: 6 anos

**VAGAS:** 50 (oferta anual)

**PERFIL DO EGRESSO:** Profissional apto para atuar preferencialmente na Educação Básica seja na docência de Ciências/Biologia e/ou na gestão do trabalho educativo.

**CAMPOS DE ATUAÇÃO:** Estabelecimentos de Educação Básica, Instituições de Ensino e Pesquisa, e nas demais áreas indicadas pela legislação que rege o exercício da profissão.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	5
1.1. Nova proposta para Licenciatura em Ciências Biológicas	6
1.1.1 Objetivos	7
1.2. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Biológicas	9
2. PERFIL DO EGRESSO	9
2. SABERES DOCENTES – FORMAÇÃO DE LICENCIADOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	10
4. CONTEÚDOS / MATRIZ CURRICULAR	12
4.1. Eixos Temáticos Centrais	14
4.2. Articulação entre teoria e prática	19
4.3. Interdisciplinaridade	23
4.4. Ensino, Pesquisa e Extensão	24
4.5 Representação gráfica do perfil de formação	26
5. ORDENAMENTO CURRICULAR	28
5.1 MATRIZ CURRICULAR 2013	28
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	30
6.1. TRONCO INICIAL	30
6.2. TRONCO INTERMEDIÁRIO	33
6.3. TRONCO PROFISSIONALIZANTE	38
6.3.1. Terceiro período	38
6.3.2. Quarto período	42
6.3.3. Quinto período	45
6.3.4. Sexto período	49
6.3.5. Sétimo período	53
6.3.6. Oitavo período	56
6.4. DISCIPLINAS ELETIVAS	60
7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	67
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	69
9. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	69
10. AVALIAÇÃO	73
10.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	73
10.2. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	73
11. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES	74
11.1. Nivelamento	74
11.2. Laboratório de Práticas de Ensino da Biologia	75
11.3. Laboratórios Especializados	75
11.4. Monitoria	76
11.5. Políticas de atendimento a pessoas com deficiência	76
11.6. Política de assistência estudantil	79
12. REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	84
ANEXOS	154

## 1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O estudo da Biologia deve possibilitar a compreensão de que a vida se organizou através do tempo, sob a ação de processos evolutivos, tendo como resultado uma grande diversidade de formas sobre as quais as pressões seletivas continuam atuando. Os organismos de uma forma geral, incluindo os seres humanos, não estão isolados, ao contrário, constituem sistemas que estabelecem complexas relações de interdependência. O entendimento dessas interações envolve a compreensão das condições físicas do meio, do modo de vida e da organização funcional interna das diferentes espécies e sistemas biológicos. Contudo, também se deve atenção às relações estabelecidas pelos seres humanos, dada a sua especificidade. Em tal abordagem, os conhecimentos biológicos não se dissociam dos sociais, políticos, econômicos e culturais.

No Brasil, as Ciências Biológicas foram regulamentadas em 1962, quando o Conselho Federal de Educação (CFE) fixou o currículo mínimo e a duração dos cursos de História Natural (Parecer nº 325/62), para a formação de profissionais que atendiam às demandas de pesquisa e ensino no 3º grau, ao ensino da Biologia no 2º grau e de Ciências Física, Química e Biológica no 1º grau.

Dois anos depois (1964), o CFE fixou o currículo mínimo para o Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) adequando o antigo curso de História Natural às exigências da especialização e da demanda referente à separação das áreas biológica e geológica. A partir de então, surgiram os Institutos de Geociências e/ou Escolas de Geologia do país. Desde então os egressos dos Cursos de Ciências Biológicas vêm atendendo ao ensino de Biologia e de Ciências nos diversos níveis, além da produção de conhecimento básico e aplicado nas diversas subáreas das Ciências Biológicas, através da pesquisa.

O Projeto Pedagógico do Curso de Biologia Licenciatura da Unidade Educacional Penedo, *Campus* Arapiraca, foi elaborado de acordo com as seguintes orientações:

- a) Conselho Nacional de Educação, através das Diretrizes Curriculares Nacionais (PCNs) para a Formação de Professores da Educação Básica (Parecer CNE/CP 09/2001, Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002) (Anexos I, II e III);
- b) DCN para o Curso de Ciências Biológicas (Parecer nº 1.301/2001 e Resolução CNE/CES 09/2002 (Anexo V);
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio emitidos pelo Ministério da Educação;
- d) as recomendações do Fórum das Licenciaturas da UFAL, contidas nas Diretrizes Políticas para as Licenciaturas na UFAL e

- e) os princípios norteadores contidos na nova estrutura e conteúdo curricular dos Projetos Pedagógicos para cursos Interiorizados da UFAL cuja configuração geral obedece a três troncos: o inicial, o intermediário e o profissionalizante.

### **1.1. Nova proposta para Licenciatura em Ciências Biológicas**

O futuro do ensino como um todo, segundo estudiosos, está ligado a três palavras-chave: *relevância, qualidade e internacionalização*. Há uma necessidade urgente de acelerar o ritmo das mudanças dentro das instituições de ensino objetivando acompanhar uma nova realidade social que já está estabelecida. No ensino superior ainda se formam milhares de universitários para o campo de empregos, quando se sabe que, no máximo 10% dos formandos em universidades brasileiras se encontrarão no mercado de trabalho formal. Isto tudo está ligado ao aumento populacional e a maior integração entre as pessoas, proporcionadas pela tecnologia aplicada à comunicação, que vem desenvolvendo uma verdadeira revolução no cotidiano.

As rupturas tecnológicas estão acontecendo cada vez mais rapidamente. Pesquisas apontam que o ciclo tecnológico *ideia/invenção-inovação/imitação*, que antes era de 30 anos (isso há aproximadamente quatro décadas), está hoje em 6 anos e será possivelmente em 2020, de 02 a 03 anos. Isso acarretará grandes implicações, 50% do que um “ingressante” de biologia aprende hoje no Curso de Ciências Biológicas poderá estar obsoleto assim que se formar. Além disso, as profissões tenderão a ser desregulamentadas, passando a valer mais o conjunto de conhecimentos e habilidades do que o diploma.

Preocupado com os processos inovadores que vêm paulatinamente acontecendo, devido à globalização, o Ministério da Educação, em maio de 2000, remeteu ao Conselho Nacional de Educação, para apreciação, proposta de Diretrizes para Formação de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior, formulada por Grupos de Trabalho designado para este fim.

A proposta de diretrizes nacionais para a formação de professores para a educação básica brasileira busca construir uma sintonia entre a formação de professores, os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação infantil, para o ensino médio, e suas modalidades, bem como, as recomendações dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a educação básica elaboradas pelo Ministério da Educação.

O processo de elaboração dessas propostas de Diretrizes Curriculares para a graduação consolidou uma formação para três categorias de carreiras:

- a) *Bacharelado Acadêmico;*
- b) *Bacharelado Profissionalizante e*
- c) *Licenciatura.*

Assim, conforme essas diretrizes, a Licenciatura torna-se independente do Bacharelado, constituindo-se em “um projeto específico exigindo a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo 3+1” (BRASIL, 2001). Repensar o Curso de Ciências Biológicas da UFAL, não deve ser apenas resultado de uma imposição legal ou pela simples compreensão da relevância da atividade do biólogo, mas, principalmente, pela necessidade de profissionais docentes bem formados para atuarem no ensino da Biologia, nos níveis Fundamental e Médio.

O ponto de partida para mudanças positivas é o Projeto Pedagógico do Curso, “*o instrumento propulsor dos objetivos fundamentais do perfil profissional que se pretende construir*” (PDI, 2013), onde o olhar comprometido voltado à formação do professor de Ciências e Biologia, enfatiza também a fundamentação específica que respalda toda a consistência didático-científica das Ciências Biológicas.

O profissional da área de Ciências biológicas, seja ele bacharel ou licenciado, deve ter consciência de seu papel transformador, estimulando e contribuindo para a conservação da natureza, desenvolvendo atividades educacionais e/ou comunitárias, num movimento de aproximação com a educação básica, como preconiza o PDI 2013-2017 da UFAL na sessão UFAL e Formação. A formação generalista do educador e o constante aprimoramento dos conhecimentos deverão estar sempre presentes em seu fazer diário. Dessa forma, a nova configuração das licenciaturas constitui uma proposta inovadora e está em sintonia com a necessidade de formar docentes comprometidos com a cidadania e a construção de saberes.

### **1.1.1 Objetivos**

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas visa formar um profissional educador competente, comprometido com a educação, crítico e reflexivo buscando articular a teoria com a prática de forma aplicada à realidade onde está inserido, formando professores para atuar na Educação Básica, especificamente no ensino de ciências e biologia

Neste sentido, o professor de Ciências e Biologia deve possuir o domínio não apenas das ciências biológicas, mas também uma visão mais ampla, politizada e humanística, além de competências e habilidades próprias do educador Licenciado em Ciências Biológicas. Desta forma o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Educacional de Penedo tem como objetivo formar profissionais capazes de:

- Elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Ciências e Biologia para a educação básica;
- Conhecer teorias psicopedagógicas que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, bem como, os princípios básicos de planejamento educacional;

- Analisar criticamente novas propostas curriculares de Biologia para a educação básica;
- Desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento biológico dos educandos, buscando enfatizar mais os conceitos do que as técnicas e fórmulas;
- Perceber a prática docente de Ciências e Biologia como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;
- Contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica e da comunidade onde a escola encontra-se inserida;
- Ler, compreender e interpretar textos, especialmente textos científicos;
- Buscar e selecionar informações em diferentes fontes (livros, enciclopédias, dicionários, mídia eletrônica e etc.);
- Compreender a Biologia e suas relações com o contexto social, econômico, político, cultural e ambiental;
- Desenvolver atividades em laboratório de Biologia e conhecer suas normas de segurança, além de utilizar a experimentação como estratégia didática para o ensino de Biologia e para o desenvolvimento de pesquisas, que poderão ser aplicadas em sala de aula;
- Refletir sobre sua prática educativa, identificando problemas e desenvolvendo soluções visando uma aprendizagem significativa;
- Desenvolver olhar crítico, permitindo avaliar materiais e recursos didáticos, como livros, apostilas, “kits” experimentais, programas computacionais, a fim de utilizá-los como ferramenta facilitadora da aprendizagem;
- Ter consciência de que a educação é um processo contínuo, ao longo de toda a vida, e procurar oportunidades de se atualizar;
- Ser capaz de elaborar projetos e trabalhar coletivamente visando à melhoria da escola e conseqüentemente da realidade em que vive;
- Ter formação humanística e cultural que permita articular-se no ambiente social, de forma política, ética e humana, exercendo a responsabilidade social;
- Desenvolver o espírito investigativo para realizar um ensino baseado na ação/reflexão/ação;
- Atuar no magistério, conhecendo os principais problemas educacionais brasileiros, utilizando-se de metodologia de ensino variada para contribuir para o desenvolvimento intelectual e despertar o interesse científico nos estudantes;
- Exercer sua profissão de modo dinâmico e criativo, na busca de novas metodologias, enfrentando como desafio, as dificuldades do magistério;

## **1.2. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Biológicas**

De acordo com a Resolução CNE/CES 07/ 2002 (Anexo IV), integrantes do Parecer CNE/CES 1.301/2001, o projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Ciências Biológicas deverá explicitar:

- I. O perfil dos formandos;
- II. As competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- III. A estrutura do curso;
- IV. Os conteúdos básicos e complementares e respectivos núcleos;
- V. Os conteúdos definidos para a Educação Básica;
- VI. O formato dos estágios;
- VII. As características das atividades complementares; e
- VIII. As formas de avaliação.

No que refere a carga horária dos cursos, esta deverá obedecer ao estabelecido na Resolução CNE/CP 02/2002 (Anexo III), resultante do Parecer CNE/CP 28/2001.

## **2.PERFIL DO EGRESSO**

O Licenciado em Ciências Biológicas deverá ser um profissional que atenda aos requisitos da formação do Biólogo (Resolução CNE/CES 07/2002; Anexo IV), do professor de Biologia do Ensino Médio e do professor de Ciências do Ensino Fundamental, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental e as recomendações do MEC para os Cursos de Licenciatura, conforme o Art. 62 da Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação, e as Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002 (Anexos II e III).

Desta forma, o curso formará Licenciados em Ciências Biológicas aptos a atuar na Educação Básica, mais especificamente no ensino da disciplina Ciências do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e Biologia no ensino médio (1º ao 3º ano). Por sua vez, este deverá apresentar um amplo conhecimento em sua área de formação, sendo capaz de refletir sobre a sua prática pedagógica e de intervir na realidade regional buscando transformá-la continuamente.

Dessa forma o Licenciado em Ciências Biológicas deverá ter o seguinte perfil:

- a) Possuir o domínio das Ciências Biológicas, e também uma visão política e social, colocando dessa forma, o aluno em contato com a realidade global e local.
- b) Deverá apresentar formação humanística técnico-científica e prática imprescindível à compreensão interdisciplinar do fenômeno biológico e das transformações sociais e culturais;

- c) Entender que a Biologia é dinâmica, portanto, deverá conduzir o discente para um estudo permanente e crítico, vivenciando situações-problema de sua comunidade;
- d) Desenvolver capacidade de prevenção e equacionamento de problemas, através de soluções harmônicas e inovadoras;
- e) Capacidade de desenvolver as competências e as atribuições previstas na legislação em vigor;
- f) Ter consciência de sua responsabilidade nas questões ambientais e educacionais;
- g) Oferecer condições para que o aluno, de posse de conceitos e princípios básicos da Biologia saiba relacioná-los e aplicá-los no seu ambiente;
- h) Distinguir, selecionar e organizar material biológico para a prática docente de acordo com o grau de maturidade do discente, a fim de que possa estimular o interesse, e desenvolver a habilidade de pensar as diferentes visões de ciência;
- i) Desenvolver uma visão holística dos processos sociais, políticos, econômicos, educacionais e ambientais, para que a partir daí possam ser gerados novos conceitos sobre a realidade para os alunos;
- j) Elaborar estudos, projetos ou pesquisas científicas básicas e aplicadas, nos setores da Biologia ou a eles relacionados, considerando a conservação, preservação e uso sustentável do meio ambiente.
- k) Estabelecer relações entre ciência, educação, tecnologias e sociedades no planejamento, gerenciamento e execução de processos e técnicas visando a observância e o aprimoramento de procedimentos de biossegurança e de bioprospecção com a finalidade de garantir a saúde ambiental e da vida humana.

Para além dos saberes citados, para a formação do Licenciado em Ciências Biológicas, é fundamental incluir na formação dos educadores duas ideias que não estão relacionadas a competências, mas com posturas fundamentais: *a prática reflexiva* sobre a experiência, para favorecer a construção de novos saberes, e *a implicação crítica* do debate político sobre educação, na escala dos estabelecimentos escolares, regional e nacional, proporcionando uma formação contemporânea, flexível e adaptável, como sugere o PDI 2013-2017 da Universidade Federal de Alagoas.

## **2. SABERES DOCENTES – FORMAÇÃO DE LICENCIADOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Sabemos que o professor é a peça fundamental no que se refere a formação de pessoas, e algumas características são necessárias para construção da figura do professor contemporâneo. Segundo Tardif, Lessard e Lahaye (1991) os saberes docentes originam-se de quatro fontes:

saberes da formação profissional, disciplinares, curriculares e da experiência. Os autores argumentam sobre a necessidade de programas de formação darem maior relevância aos saberes da experiência, pois os mesmos constituem-se como fonte de referência para a prática docente e servem de amálgama para os demais. Outros saberes são validados no exercício do cotidiano e permitem aos professores uma extrapolação dos adquiridos fora de sua prática.

Nesse sentido, Tardif (2002) apresenta uma caracterização dos saberes docentes:

a) temporais: adquiridos através do tempo. Uma boa parte do que os professores desenvolvem em suas práticas provém de suas histórias de vida e de sua história de formação escolar. Eles trazem uma bagagem de conhecimentos anteriores à sua formação acadêmica, de crenças e certezas sobre o que seja uma prática pedagógica. Essas certezas permanecem imunes às teorias dos cursos de formação e ao iniciarem sua experiência profissional, tais crenças serão reativadas para solucionar os problemas do cotidiano. As primeiras experiências profissionais também são decisivas para desenvolver o sentimento de competência. Muito cedo essa experiência transforma-se em truques do ofício, modelos de gestão de classe e de ensino. Os saberes são temporais também porque se desenvolvem ao longo da carreira, concorrendo para a construção da identidade docente, em um processo de socialização e adaptação às demandas institucionais.

b) plurais e heterogêneos: provém de diversas fontes. São ecléticos quanto às concepções teóricas que fundamentam as ações do professor, ainda que contraditórias. Sua utilização é pragmática; e adquirem significado e utilidade através da ação. As teorias e habilidades se integram em função dos vários objetivos que buscam atingir simultaneamente. Dessa forma, os professores em seu cotidiano “procuram controlar o grupo, motivá-lo [...] ao mesmo tempo prestam atenção individual a certos alunos da turma, procuram organizar atividades de aprendizagem, acompanhar a evolução da aprendizagem, [...] etc.” (TARDIF, 2002).

c) personalizados: sendo a atividade docente essencialmente de interação humana, a personalidade do professor é absorvida no processo e, em certo sentido, é o ponto principal dessa interação. Dificilmente os conhecimentos serão objetivos. Não há tecnologias eficazes para controlar as situações de interação humana. O professor sabe que deverá contar com suas capacidades pessoais para controlar o seu ambiente de trabalho.

d) situados: são elaborados em função de uma situação específica de trabalho que se apresenta diante de seres humanos que devem interagir seus significados, negociando-os coletivamente. É a “contextualidade”, ou seja, os saberes estão ancorados em contextos, situações concretas que demandam habilidades e conhecimentos específicos. São produzidos nas diferentes interações e relacionados a situações de trabalho. A categoria trabalho parece ser central na análise dos autores, pois é através do mundo do trabalho que os outros conhecimentos serão validados, ou não. Os saberes da experiência ocupam, portanto, um lugar fundamental em

relação aos demais saberes. Nesta direção, entendemos que a aquisição de saberes deverá ocorrer mediante uma ação teórico-prática, isto é, toda sistematização teórica articulada com a prática e toda prática articulada com a reflexão.

#### **4. CONTEÚDOS / MATRIZ CURRICULAR**

A matriz curricular e os conteúdos do presente projeto pedagógico estão fundamentados na compreensão de que a formação de educadores na área de Ciências Biológicas deve estar situada num contexto histórico-cultural da diversidade de referências, que se apresentam cotidianamente para os indivíduos, influenciando suas subjetividades e identidades.

Desta forma, a matriz curricular pretende entender e trabalhar a Educação de forma interdisciplinar, na qual o aluno é agente ativo, comprometido, responsável, capaz de planejar suas ações, assumir responsabilidades e tomar atitudes. Compreende-se que a responsabilidade dos professores na licenciatura é fazer com que os graduandos sejam sujeitos de sua aprendizagem, cientes do que irão realizar na escola. Para isso se faz necessário trabalhar com práticas pedagógicas que respeitem as individualidades, utilizando-se de conteúdos interdisciplinares e contextualizados, que permitam a percepção de diferentes dimensões e o pensamento global, capaz de desenvolver nos graduandos um senso de responsabilidade com as classes sociais.

. Vale lembrar que a questão interdisciplinar emerge como orientação da superação da dicotomia entre pedagogia e epistemologia, entre ensino e produção de conhecimentos científicos. Neste sentido, chamamos a atenção para disciplinas e conteúdos que consideram a discussão da Educação indígena e Educação para as Relações Étnico-Raciais; contemplando a realidade regional em que Penedo está inserida, sobretudo valorizando e reconhecendo no currículo os saberes das comunidades Quilombolas: Oiteiro e Tabuleiro dos Negros (Penedo), Sapê (Igreja Nova), bem como, a comunidade indígena Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio), nas quais residem alguns dos educandos da Unidade UFAL/Penedo. Esse contato com as populações tradicionais também visa exercer de maneira plena uma das potencialidades encontradas para a UE Penedo no plano diretor do Campus Arapiraca (2012), que é o estreitamento de laços com a comunidade e a promoção de eventos que valorizem os saberes populares. O curso compreende a necessidade de incorporação de temáticas da diversidade cultural, conforme preconiza a Resolução CONSUNI/UFAL nº 33/2003 (Anexo VII), que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL, 2003).

Neste sentido, ainda ressaltamos o estabelecimento de um processo educacional intercultural, baseado nos Direitos Humanos, dentro do espaço da universidade que promova a

desconstrução de preconceitos e discriminações que estão presentes em todas as relações sociais, compromisso assumido pela Unidade Educacional Penedo.

Além de levar em consideração todas estas questões, a matriz curricular atende as especificações curriculares do projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas onde os cursos são agrupados por Eixos Temáticos (Agrárias, Educação, Gestão, Humanidades, Saúde e Tecnologia, de acordo com o CNE/CES Nº: 52/2007 (Anexo VI) e com o PDI 2013-2017 da UFAL com matrizes curriculares divididas em 3 Troncos: Inicial, Intermediário e Profissionalizante. Seguindo essa concepção, o curso de Licenciatura da Unidade Educacional Penedo, *Campus Arapiraca*, está inserido no Eixo Temático da Educação. O Eixo da Educação, em sua integralização, está organizado em três troncos:

- 1. Tronco Inicial:** compreende conteúdo geral, com abordagem comum aos cursos agrupados não só apenas no Eixo da Educação, mas também aos demais eixos existentes no *campus* (a exemplo: das agrárias, tecnológico, etc.). Esse tronco é obrigatório e comum aos projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação interiorizados pertencentes a cada Eixo Temático. Articula-se em função de quatro unidades de formação básica que se desdobram em disciplinas interdisciplinares e modulares, sendo a última unidade um seminário integrador. O conteúdo deste Tronco compreende atividades desenvolvidas em 20 horas semanais, por um semestre (20 semanas), oferecendo-se ao final, 400 horas semestrais. Objetiva a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes a: a) sociedade, natureza e desenvolvimento na perspectiva das relações locais e globais; b) produção do conhecimento da ciência e não ciência; c) lógica, informática e comunicação e d) seminários integradores I, visando discussão local, interdisciplinar e integração das atividades e avaliações.
- 2. Tronco Intermediário:** É composto por disciplinas instrumentais de síntese e por um seminário integrador, objetivando a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes à formação básica comum aos cursos de cada *Eixo Temático*. Desenvolve-se ao longo de um semestre letivo (de 20 semanas), em atividades de 20 horas semanais, obtendo-se ao final, 400 horas semestrais. As disciplinas podem ser reunidas em Unidades Temáticas, apropriadas a cada *Eixo Temático*.
- 3. Tronco Profissionalizante:** assim como os troncos anteriormente citados, o tronco profissionalizante é obrigatório. É composto por disciplinas específicas, voltadas para a formação na área de Ciências e Biologia e Educação, que terão como objetivo a fundamentação teórica dos alunos, através da introdução de conceitos fundamentais para a

compreensão da vida no planeta e de suas relações. Além disso, fará também o papel de ligação entre essas disciplinas e aquelas ministradas nos troncos anteriores. Ele se desenvolverá ao longo de seis semestres letivos (de 20 semanas).

#### **4.1. Eixos Temáticos Centrais**

A Biologia busca a compreensão do funcionamento dos ambientes e dos seres vivos que os constituem, bem como de todos os processos que medeiam essas complexas relações. As descrições metabólicas das transformações de materiais e de energia inerentes à vida são, portanto, um dos eixos primários que integram a Física, a Química e a Biologia. Assim, é altamente significativo o entendimento dos princípios básicos dos processos vitais, bem como a compreensão das semelhanças, diferenças e evolução desses processos ao longo da teia da vida. Considerando esses princípios gerais de funcionamento dos seres vivos, alguns eixos temáticos serão desenvolvidos no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas: zoologia geral, botânica geral, genética, morfologia e fisiologia humana, ecologia e meio ambiente, ciências exatas e da natureza, fundamentos filosóficos e sociais, conteúdos curriculares da educação básica, a escola e o trabalho pedagógico e a prática docente orientada.

Reafirmando o compromisso social da Universidade Federal de Alagoas, firmado no PDI 2013-2107, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas tem em sua matriz curricular a adequação na sua carga horária total (3360 h), adequação da bibliografia, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, estabelecendo uma perspectiva transversal.

Para além do ensino, nos projetos e ações de extensão e pesquisa universitária na UFAL/Unidade Educacional de Penedo, enfatiza-se o compromisso da universidade pública com a promoção dos direitos humanos. Considerando o atual contexto de desigualdade e exclusão social, mudanças ambientais e agravamento da violência, que coloca em risco permanente a vigência dos direitos humanos, nos sentimos provocados a intervir entendendo, portanto, que: [...] “as instituições de ensino superior precisam responder a esse cenário, contribuindo não só com a sua capacidade crítica, mas também com uma postura democratizante e emancipadora que sirva de parâmetro para toda a sociedade” (PNEDH, 2008).

As ações de ensino, pesquisa e extensão no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas estão voltadas para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, estabelecendo diálogo entre as diversas culturas, promovendo um trabalho intercultural no sentido de promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais.

Chamamos a atenção para projetos de extensão desenvolvidos na Unidade Penedo que envolvem vários professores, baseados na discussão de Educação para as Relações Étnico-Raciais; trabalhando sobretudo com a temática negra e identidade negra, e Educação indígena, contemplando a realidade regional em que Penedo está inserida, sobretudo valorizando e reconhecendo no currículo os saberes das comunidades Quilombolas: Oiteiro e Tabuleiro dos Negros (Penedo), Sapê (Igreja Nova), bem como, a comunidade indígena Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio), nas quais residem alguns dos educandos da Unidade UFAL/Unidade Educacional de Penedo e que futuramente atuarão como professores, conforme preconiza a Resolução CONSUNI/UFAL nº 33/2003 (Anexo VII), que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL, 2003),

**a) Zoologia geral**

Conhecimento da sistemática, evolução, morfologia e anatomia, fisiologia, ecologia, biogeografia, e importância econômica dos seres vivos animais, atuais e extintos. Os conteúdos devem apontar para as relações organismo/organismo e organismo/ambiente, considerando os processos evolutivos. Nesse eixo temático deverão ser abordados os conceitos de filogenética, evolução, biodiversidade, meio ambiente, assim como a importância econômica e ecológica dos organismos.

**b) Botânica geral**

Conhecimento da sistemática, evolução, morfologia, fisiologia, ecologia, biogeografia, importância econômica das plantas, atuais e extintas. Os conteúdos teórico-práticos deverão apontar para as relações organismo-organismo e organismo-ambiente, considerando processos evolutivos ao longo do tempo e as relações entre recursos vegetais e sociedade, marcadas pelas transformações antrópicas ocorridas ao longo do tempo ecológico. Nesse eixo temático deverão ser abordados conceitos sobre filogenética, evolução, biodiversidade, morfologia e anatomia vegetal e meio ambiente, assim como a importância econômica e ecológica das plantas.

**c) Genética**

Visão ampla da organização genética dos organismos, construída a partir do estudo da estrutura molecular e celular. Compreensão dos genes, a hereditariedade e a variação dos organismos. Entendimento da distribuição e alterações de frequências alélicas sob influência de processos evolutivos. Evolução genômica e expressão gênica. Compreensão dos mecanismos de produção, manutenção e transmissão da informação genética, em nível molecular, celular e evolutivo.

**d) Morfologia e fisiologia humana**

Visão ampla da organização e interações biológicas, construída a partir de estudos da estrutura molecular e celular; conceitos estruturais, funcionais e desenvolvimento de sistemas do corpo humano, suas interações e resposta a organismos eucariontes, procariontes e de partículas virais.

**e) Ecologia e meio ambiente**

Estudar as relações entre os seres vivos e entre estes e o ambiente ao longo dos tempos ecológico e evolutivo. Relações entre paleocomunidades, paleoambientes e comunidades e ambientes atuais. Conhecimento de processos de crescimento, regulação e dinâmica das populações, estrutura e funcionamento de comunidades e ecossistemas, conservação e manejo da fauna e da flora, assim como da relação entre saúde, educação e ambiente. Ciclos biogeoquímicos, poluição e alterações globais. Os conteúdos devem apontar para as relações recíprocas entre sociedade e ambiente, marcadas pelas necessidades humanas, seus conhecimentos e valores. A questão específica dos recursos tecnológicos intimamente relacionadas às transformações ambientais. Devem ser tratados os conceitos de evolução, ecologia, meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, preservação, conservação e recursos naturais.

**f) Ciências exatas e da natureza**

Conhecimentos básicos em matemática, física, química e estatística. Instrumentação numérica para uso em ciências biológicas. Fundamentos de Geologia e pedologia. Processos de formação do planeta. Minerais e tipos de rocha. Intemperismo. Influência dos processos físicos do planeta na ocorrência e desenvolvimento dos processos biológicos.

**g) Fundamentos filosóficos e sociais**

Reflexão e discussão dos aspectos éticos e legais relacionados ao exercício profissional. Conhecimentos básicos de: história, filosofia e metodologia da ciência, sociologia e antropologia, para dar suporte à sua atuação profissional na sociedade, com a consciência de seu papel na formação de cidadãos.

**h) Currículo/Conteúdos curriculares da educação básica**

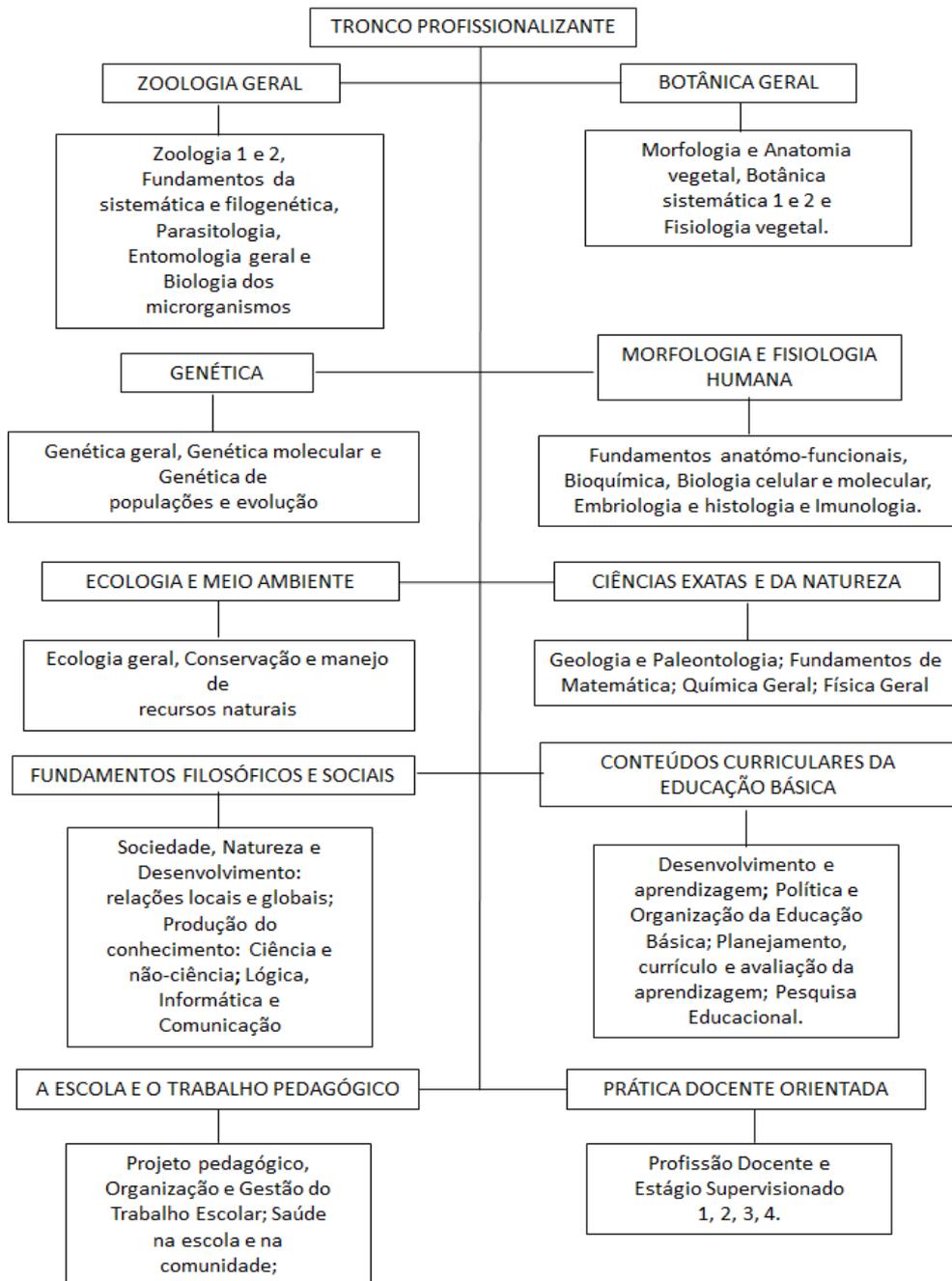
Promover revisão crítica e aprofundada sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, os PCNs, os livros didáticos, o ambiente escolar, os objetivos de ensino, a formação da mentalidade científica, bem como, dos conteúdos curriculares da Biologia (química e física) adotados no Ensino Fundamental e Médio. Promover o questionamento sobre o Ensino de Ciências nas escolas, refletindo, acima de tudo, sobre os conteúdos de Ciências e Biologia: seu lugar no currículo escolar, para que serve? Em quais situações concretas e cotidianas esses conteúdos se aplicam? Os conteúdos devem ser relevantes do ponto de vista social e ter seus reflexos revelados na cultura, procurando dessa forma, desenvolver no aluno a compreensão em seu dia-a-dia; as relações entre o homem e a natureza mediadas pela tecnologia, superando interpretações ingênuas sobre a realidade do entorno.

#### **i) A escola e o trabalho pedagógico**

Desenvolvem-se atividades de observação. Esse eixo é considerado interdisciplinar, pois será desenvolvido em articulação com os demais, especialmente com o eixo dos conteúdos curriculares. Promover a fundamentação sociológica, antropológica, política, econômica, histórica e filosófica sobre a educação, a política educacional, e o trabalho pedagógico. Compreender o trabalho como princípio educativo. Promover a fundamentação psicopedagógica sobre a atividade humana. Preparar para atuar na elaboração do projeto pedagógico da escola: currículos, programas, avaliação, metodologias de ensino e gestão democrática. Enfatizar a pesquisa educacional e a prática de ensino.

#### **k) Prática docente orientada**

Sistematizar a reflexão sobre prática docente, desde as vivências pessoais até a realidade global do sistema educacional (400hs). Orientar e supervisionar o estágio curricular do curso (400hs). Orientar o trabalho de conclusão de curso, concebendo-o como momento privilegiado de síntese sobre a sistematização da reflexão do aluno sobre a realidade educacional.



**Figura 1.** Organograma dos eixos temáticos e de suas respectivas disciplinas

O currículo do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Unidade Penedo é constituído por uma sequência de disciplinas de atividades ordenadas por matrículas semestrais em uma organização sequenciada. O **Currículo Pleno** inclui as disciplinas que atendem às bases curriculares da nova Lei de Diretrizes e Bases, complementado por outras disciplinas de caráter obrigatório, que atendem às exigências de sua programação específica, às características da Universidade e às necessidades da comunidade, assim como, aquelas individuais dos acadêmicos

Nessa nova proposta curricular incluem-se as atividades complementares, disciplinas eletivas etc., com vistas a oportunizar flexibilização curricular e a desenvolver a autonomia dos alunos. O **Currículo Pleno** deverá ser cumprido integralmente pelo aluno, o que lhe possibilitará habilitação para a obtenção do diploma que lhe confira direitos profissionais.

O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas é composto de disciplinas de caráter obrigatório (incluindo os seminários e projetos integradores) e prevê a partir do 5º semestre a Prática de Ensino com Estágio Supervisionado a ser realizado em Escolas da Comunidade, da rede pública ou privada.

Todas as disciplinas deverão ter uma dimensão teórico-prática de maneira a permitir a interdisciplinaridade entre os conteúdos específicos da área da Biologia e a prática pedagógica, visando facilitar a transposição didática dos conhecimentos. A disciplina *Profissão Docente* será oferecida no primeiro ano do curso (segundo semestre), como ferramenta facilitadora para a compreensão do processo educativo, e para que conheçam e analisem a realidade educacional brasileira, o papel da escola e das várias teorias educacionais.

A disciplina LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, de extrema importância para a formação do educador, será oferecida no segundo semestre. Dessa forma, se atende o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o assunto e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O curso também propõe *Seminários e Projetos Integradores*. Aqueles deverão contribuir para uma formação geral sólida, através da realização de uma série de seminários com professores convidados, especialistas e demais profissionais da área, os quais deverão abordar temas atuais e relevantes de áreas afins, o que certamente contribuirá para que o futuro educador desenvolva um ensino motivador, enquanto esses deverão se consolidar como espaços permanentes de interdisciplinaridade, como prevê o PDI 2013-2017 da Universidade Federal de Alagoas.

#### **4.2. Articulação entre teoria e prática**

Diante do compromisso social assumido pela Universidade Federal de Alagoas com a sociedade alagoana, ressalta-se a relevância de que seu campo de atuação, sobretudo nas licenciaturas, que extrapole os seus muros, envolvendo-se com as comunidades. Dentro desse contexto, há que se implementar ações pedagógicas que possibilitem aproximações e, até certo ponto, intervenções na realidade.

Considerando as especificidades do curso de Ciências Biológicas, as experiências vivenciadas com a/na realidade representam a possibilidade de identificação do estudante no meio em que se encontra inserido. Essa contextualização constitui-se em uma base importante para a promoção da valorização das particularidades regionais e do desenvolvimento sustentável. Além disso, a promoção da identidade cultural do aluno é indispensável para a sua motivação e transformação pessoal.

Do ponto de vista pedagógico, a atuação do licenciado em Ciências Biológicas em seus ambientes escolares, ou não escolares, aliada à promoção de um alto grau de autonomia de

estudo e práticas vivenciadas são de fundamental importância, sobretudo para fortalecimento de sua formação acadêmica.

É consensual que o processo ensino-aprendizagem no espaço da UFAL/Unidade Penedo esteja associado às atitudes dos seus envolvidos. Desse modo, é urgente que as aprendizagens se associem cada vez mais às ações desses sujeitos a partir *da e sobre a* realidade, principalmente através de sua atuação nas escolas públicas. É importante destacar a nossa responsabilidade enquanto educadores da UFAL em auxiliar as comunidades da região a alcançarem o pleno desenvolvimento de suas múltiplas e indissociáveis dimensões *social, cultural, econômica, ambiental, espacial, política, entre outras* (UFAL, 2006, p. 11).

Esse aspecto é um desafio encontrado por vários cursos que requerem atividades de natureza prática. O primeiro passo para que isso ocorra é propor ações ou convênios junto as Secretarias de Educação que promovam integração com as escolas da Educação Básica das redes públicas de ensino. Neste sentido, o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Penedo propõe-se a:

- Convênios Firmados com a Secretaria Municipal de Educação de Penedo, demais secretarias e as Gerências Regionais de Educação (GEREs) da Rede Estadual para que os licenciandos possam investigar, vivenciar e atuar na realidade das escolas públicas;
- Fomento de pesquisas que tenham como foco a escola pública, com o objetivo de intervir e apontar soluções para problemas específicos na realidade;
- Realização de ações entre Universidade e comunidades que impulsionem a aproximação das temáticas refletidas no espaço da academia e a realidade local, possibilitando a socialização e discussão dos conhecimentos produzidos cientificamente;
- Realização de atividades de Estágio Supervisionado nas escolas públicas, e demais instituições públicas reafirmando o vínculo entre a teoria e a prática, ao tempo em que permite o conhecimento da realidade local dos problemas da comunidade, tornando as propostas de intervenção mais condizentes com as práticas culturais e sociais existentes;
- Promover práticas de atuação da comunidade acadêmica da licenciatura em Ciências Biológicas nas escolas das Redes municipais e estaduais;
- Propor ações integradas de extensão que possibilitem estabelecer uma concreta relação entre as ações da Universidade e da comunidade na qual está inserida; considerando inclusive, as escolas das comunidades quilombolas e ciganas do município de Penedo e região.

**Nas disciplinas**, a articulação entre teoria e prática ocorrerá ao longo do curso, em quase todos os momentos. Inicialmente, os docentes deverão fazer uma ressignificação dos conteúdos, em que a noção de conteúdo a ser ministrado deverá se ampliar para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes presentes. Dessa forma, os conteúdos serão abordados em três grandes categorias:

- 1) conteúdos conceituais - deverão envolver fatos, princípios, etc. Estes, dizem respeito à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitam organizar a realidade.
- 2) conteúdos procedimentais – permitem a investigação, a comunicação e o debate de fatos e ideias. A observação, a experimentação, a comparação, o estabelecimento de relações entre fatos ou fenômenos e ideias, a leitura e a escrita de textos informativos, a organização de informações por meio de desenhos, tabelas, gráficos, esquemas e texto, a proposição de suposições, o confronto entre suposições e entre elas e os dados obtidos por investigação, a proposição e a solução de problemas, são exemplos de diferentes procedimentos que possibilitam a aprendizagem.
- 3) conteúdos atitudinais - envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes. É importante ao desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre os seres humanos, o conhecimento e o ambiente. O desenvolvimento desses valores envolve muitos aspectos da vida social, como a cultura e o sistema produtivo, as relações entre o homem e a natureza. Nessas discussões, o respeito à diversidade de opiniões ou às provas obtidas por intermédio de investigação e a colaboração na execução das tarefas são elementos que contribuem para o aprendizado de atitudes, como a responsabilidade em relação à saúde e ao ambiente.

**Nas atividades integradoras**, alunos participarão dos diversos “grupos de estudo” e nas “oficinas de trabalho”, nos quais terão oportunidade também de desenvolverem hábitos de colaboração e de trabalho de equipe.

**Nos Estágios Supervisionados**, sob orientação do corpo docente do Curso, os estudantes desenvolverão projetos de pesquisas e intervenções sistemáticas junto a turmas de ensino fundamental e/ou médio em que atuam ou em outra escola a ser indicada pelo Colegiado do Curso. Como procedimento didático-pedagógico o Estágio Supervisionado é visto como elo entre as várias disciplinas específicas do curso e a realidade escolar, tendo por finalidade principal fornecer ao licenciado oportunidade de apropriação contextualizada na realidade escolar da prática docente. Nessa perspectiva, os cursos de licenciatura, por meio do estágio, devem valorizar as atividades que desenvolva capacidades e habilidades de diálogo, reflexão, pesquisa, investigação e análises críticas dos contextos educativos.

O estágio supervisionado da Licenciatura em Ciências Biológicas da UE Penedo traz como foco dialogar com o real ambiente pedagógico para que o estudante das licenciaturas desenvolva formas de agir reflexivamente, considerando as emergências e singularidades do espaço escolar, tendo em vista uma transformação efetiva da realidade da qual se aproxima e com a qual interage, espera-se ainda que seja transformado por ela, vivenciando um processo formativo a partir da troca de conhecimentos com os diversos atores que constituem a instituição escolar.

A aproximação à realidade só tem sentido quando tem conotação de envolvimento, de intencionalidade, isso aponta para a necessidade de um aprofundamento conceitual do estágio e das atividades que nele se realizam. Entende-se que os estagiários nas escolas atuam no coletivo, junto a seus pares, essa apropriação da realidade será uma trilha para a proposição de novas experiências, partindo sobretudo de pesquisas realizadas em escolas o que introduz a discussão de práxis, na tentativa de superar a decantada dicotomia entre teoria e prática, como também pressupõe o princípio filosófico II do PDI 2013-2017 da Universidade Federal de Lavras.

Nesse sentido, o estágio como atividade curricular é, da mesma forma atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, ou seja, é no trabalho docente do contexto da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá. Assim, acreditamos que o estágio faz parte de um processo em que o estudante das licenciaturas possa se reconhecer como partícipe do processo pedagógico, ao compreender o outro como aquele que, na interação, contribui para que ele ocupe tal lugar. Assim, o Estágio Curricular Supervisionado deverá possibilitar ao futuro professor de Ciências/Biologia a oportunidade de vivenciar diferentes situações durante o desenvolvimento do processo ensino–aprendizagem, assim como, refletir sobre estas situações juntamente com os orientadores do Estágio e a equipe de professores da Escola, a fim de que, possa buscar novas alternativas para sua prática educativa.

Este estágio nas escolas públicas de Penedo e vizinhanças acontece em escolas públicas municipais e estaduais, cujo convênio já esteja assinado. Convênios firmados com a Secretaria Municipal de Educação de Penedo, demais secretarias e as Gerências Regionais de Educação (GEREs) da Rede Estadual para que as licenciandas e licenciandos possam investigar, vivenciar e atuar na realidade das escolas públicas.

Os Estágios Curriculares Obrigatórios são realizados em instituições públicas ou privadas ou em instituições da sociedade civil organizada que desenvolvam atividades propícias ao aprendizado do graduando. Assim, o estágio curricular também contempla uma das potencialidades da UE Penedo descrita no Plano Diretor do Campus Arapiraca (2012), que afirma a necessidade do aumento da interação com a comunidade, bem como estimula a

valorização da identidade e cultura regionais. Todas as normas que regulamentam a realização do Estágio Curricular Supervisionado se encontram na normativa nº 03/2017 (Apêndice I) aprovada em reunião de Colegiado de Curso em 04 de outubro de 2017 e disponibilizada aos alunos.

### 4.3. Interdisciplinaridade

O curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Unidade Educacional Penedo, Campus Arapiraca, está inserido no Eixo Temático da Educação, sendo assim, a estrutura curricular implantada contempla aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal e articulação da teoria com a prática. Além disso, os conteúdos curriculares implantados no curso possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação da bibliografia e abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental.

Ao longo do desenvolvimento deste projeto, definimos que a interdisciplinaridade ocorrerá tendo como objeto de estudo o **MEIO AMBIENTE**. Desta forma, estudos sobre o conhecimento e a conservação dos recursos ambientais, é de extrema importância, uma vez que, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997, p.15) ressalta-se que *“a questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis”*. O uso dos recursos naturais, de forma sustentável, depende da sábia aplicação de princípios ecológicos, não somente para mitigar problemas ambientais, mas também para instruir novos pensamentos e práticas econômicas, políticas e sociais. Portanto, essa prática deverá ser estendida para todos os níveis de ensino inclusive para o ensino fundamental, desejando-se que cada aluno se torna um agente multiplicador nessa árdua batalha em prol da questão ambiental, visto que, é uma batalha mundial.

Neste sentido, este projeto pretende formar alunos que sejam capazes de compreender e se apropriar da situação ambiental à qual estão submetidos, possibilitando a geração de discussões que culminem na promoção de melhorias para o meio ambiente e, por consequência, para a sociedade a ele atrelada. Após as grandes conferências mundiais sobre o meio ambiente, como a Rio92 e a Rio+20, o Meio Ambiente tornou-se palco central de disputas econômicas e sociais, com uma escalada meteórica do uso e da popularização de conceitos como sustentabilidade e economia verde. A formação de um profissional que seja capaz de compreender essas mudanças socioeconômicas e seu reflexo na dimensão ambiental da existência humana é mister para que seja possível a conservação da vida na Terra e a mitigação da perda de espécies causada pela antropização dos ambientes.

É necessário, ainda, salientar que este projeto pretende construir pessoas que sejam capazes de não apenas replicar conhecimentos ecológicos e biológicos, mas que, dotado plenamente de capacidades críticas e de raciocínio, seja capaz de encarar sua realidade ambiental e aja, verdadeiramente, como ferramenta de mudança social, em prol da preservação e conservação do meio ambiente, com a criação de laços de uso mais sustentáveis dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos.

#### **4.4. Ensino, Pesquisa e Extensão**

Em um contexto de desigualdade e exclusão social, problemas ambientais e diante da demanda de qualificação de recursos humanos na área de Licenciatura em Ciências Biológicas, as Instituições de Ensino Superior (IES) são convocadas a contribuir para uma formação de qualidade, que coopere para o desenvolvimento do pensamento crítico, além de uma postura democratizante e emancipadora. Nessa direção, a Universidade Federal de Alagoas promove a formação em nível superior estruturada pelo Ensino, Pesquisa e Extensão. Enfatiza-se que a tríade “Ensino-Pesquisa-Extensão” deve ocorrer de modo articulado e indissociável. Nessa perspectiva, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas/Unidade Penedo essas três “bases” são vivenciadas em correspondência às LDB e às Diretrizes Gerais das Atividades de Extensão no Âmbito da UFAL (Resolução CONSUNI/UFAL nº. 65/2014; Anexo X).

As ações de Ensino, Pesquisa e Extensão no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas estão voltadas para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, estabelecendo diálogo entre as diversas áreas de conhecimento, com promoção de um trabalho multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Reafirmando esse compromisso, o curso tem em sua matriz curricular, além de disciplinas diretamente vinculadas à dimensão pedagógica e às biológicas, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, contemplados nas disciplinas de Estágio 1 (100h) e Bases para a Educação Ambiental (40h).

Dado o caráter interdisciplinar e multidisciplinar inerente à Pesquisa, na Universidade Federal de Alagoas são promovidas pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento, com vistas ao incentivo da formação de grupos e núcleos de estudo atuantes nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq. Cabe, ainda, ressaltar que: “A pesquisa, na UFAL, deve ser cada vez mais institucionalizada, pois é neste âmbito que ocorre o processo de construção de sua legitimidade e de sua função social. Ademais, a dimensão investigatória científica precisa estar conectada às atividades de ensino e de extensão, não podendo ter a mesma característica de organizações especializadas, a exemplo

dos institutos de pesquisa. A pesquisa deve, portanto, ser incorporada ao ensino, posto que não há ensino sem produção nova do conhecimento que alimente a formação do indivíduo.” (UFAL, 2006).

No âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas são promovidas diversas oportunidades de inserção dos discentes em projetos de pesquisa, dada pelo desenvolvimento de Programa de Iniciação Científica, e/ou similares, e em atendimento ao proposto no PDI, com fins ao desenvolvimento de saberes e habilidades, sobretudo, nas áreas de pesquisa em Ciências Biológicas e em Educação. Ademais, os docentes do curso são ativos na proposição de novos projetos e buscam financiamento para suas atividades em instituições de fomento públicas, privadas e do terceiro setor. Nos últimos três anos, a Unidade Educacional de Penedo recebeu posição de destaque nas atividades internas de avaliação no âmbito da pesquisa na Universidade, resultando em aumento significativo do número de bolsas de iniciação científica e disponibilidade de recursos.

As atividades de pesquisa desenvolvidas na UE, culminaram no ano de 2017 na proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Gestão em Meio Ambiente (Portaria CONSUNI/UFAL nº 55/2017), no qual a maior parte dos docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas atuarão. Nesta perspectiva, abre-se uma porta para a continuidade do desenvolvimento transdisciplinar dos futuros egressos. Quanto a Extensão, a Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, tendo, em 2011, realizado 802 destas ações.

No âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, são promovidos diversos projetos e ações de extensão que possibilitam aos discentes o desenvolvimento de atividades com a comunidade, para além dos atores acadêmicos, considerando a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e em correspondência com o proposto no PDI, com ênfase nas áreas de Educação e Meio Ambiente. No âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no período 2016-2017, foram desenvolvidas 24 ações de extensão (projetos, cursos ou eventos), devidamente cadastradas no SIGAA. Outras ações de Extensão foram desenvolvidas no período de 2014-2015, porém não foram registradas no sistema devido a inexistência do mesmo à época. Ressalta-se, ainda, que o Ensino, a Pesquisa e a Extensão implicam em valorização e reconhecimento no currículo dos saberes das comunidades tradicionais e em vizinhança à Unidade Penedo, a exemplo de comunidades quilombola - Oiteiro e Tabuleiro dos Negros (Penedo), Sapê (Igreja Nova) – e comunidade indígena Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio), nas quais residem alguns dos educandos da Unidade UFAL/Penedo, conforme preconizam a Resolução CONSUNI/UFAL nº 33/2003 (Anexo VII) e o PDI 2013-2017 da Universidade Federal de Alagoas em sua perspectiva 3, “UFAL e Sociedade”.

#### **4.5 Representação gráfica do perfil de formação**

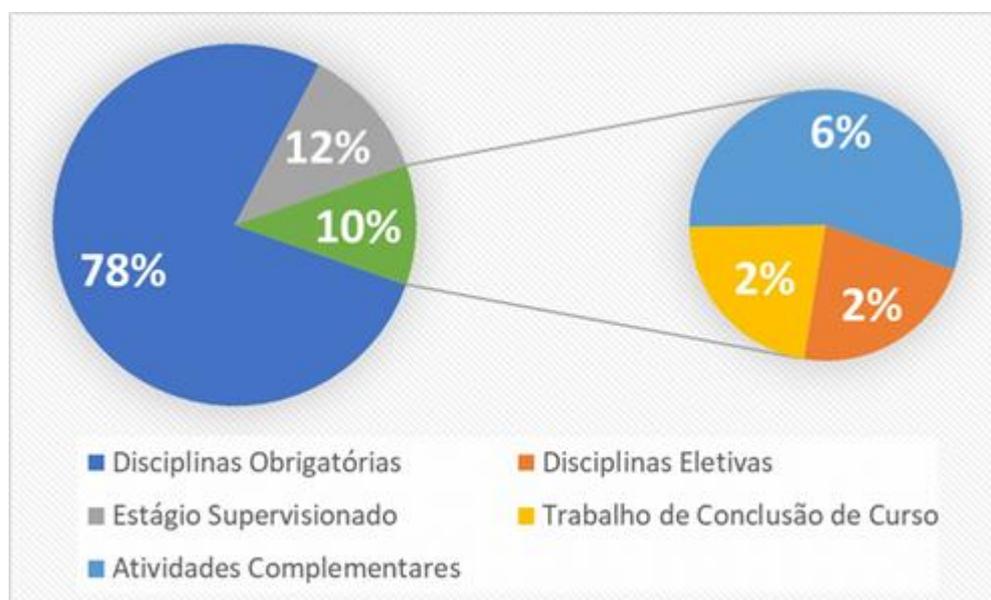
O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade de Ensino Penedo, *Campus* Arapiraca, deverá ser integralizado em 04 anos e será constituído em 78% por disciplinas obrigatórias (2.600h), 2% por disciplinas eletivas (80h), 12% por estágio supervisionado (400h), 2% trabalho de conclusão de curso (80h) e 6% por atividades complementares (200h) (Quadro I) (Figura 1).

Quadro I. Componentes curriculares do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

**C**

**urso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas  
no regime semestral – Currículo 2006**

Componentes curriculares	Hora aula 50 min	Hora relógio 60 min	Percentual
Disciplinas obrigatórias	2600	2166,66	78%
Disciplinas eletivas	80	66,66	2%
Estágio Supervisionado	400	333,33	12%
Trabalho de Conclusão de Curso	80	66,66	2%
Atividades Complementares	200	166,66	6%
<b>Carga Horária de Integralização Curricular - CHIC</b>	<b>3360</b>	<b>2800</b>	<b>100%</b>



**Figura 1.** Representação gráfica da porcentagem relativa de cada componente curricular com relação ao tempo total de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Penedo do Campus de Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas.

## 5.ORDENAMENTO CURRICULAR

### 5.1 MATRIZ CURRICULAR 2013

	Código	Disciplina	Obrig.	Carga Horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral
<b>Primeiro Período</b>	TRIN	Sociedade, natureza e desenvolvimento: da realidade local a realidade global.	Sim	6	120	0	120
	TRIN	Produção do conhecimento: ciência e não ciência	Sim	6	120	0	120
	TRIN	Lógica, informática e comunicação	Sim	6	120	0	120
	TRIN	Seminário Integrador 1	Sim	2	0	40	40
<b>Carga Horária:</b>							<b>400</b>
<b>Segundo Período</b>	EDUC	Profissão docente	Sim	3	40	20	60
	EDUC	Desenvolvimento e aprendizagem	Sim	4	60	20	80
	EDUC	Projeto pedagógico, organização e gestão do trabalho escolar	Sim	4	60	20	80
	EDUC	Política e organização da educação básica no Brasil	Sim	4	60	20	80
	EDUC	LIBRAS	Sim	3	40	20	60
	EDUC	Projetos Integradores 1	Sim	2		40	40
<b>Carga horária</b>							<b>400</b>
<b>Terceiro Período</b>	CBIA	Morfologia e anatomia vegetal	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Zoologia 1	Sim	4	60	20	80
	CBIA	Biologia celular e molecular	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Fundamentos da sistemática e filogenética	Sim	2	20	20	40
	CBIA	Bioquímica	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Biofísica	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Projetos Integradores 2	Sim	2	0	40	40
<b>Carga horária</b>							<b>400</b>
<b>Quarto Período</b>	CBIA	Embriologia e histologia	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Zoologia 2	Sim	5	60	40	100
	CBIA	Biologia dos microrganismos	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Botânica sistemática 1	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem	Sim	4	60	20	80
	CBIA	Projetos Integradores 3	Sim	2	0	40	40
<b>Carga horária</b>							<b>400</b>

	Código	Disciplina	Obrig.	Carga Horária			
--	--------	------------	--------	---------------	--	--	--

				Semanal	Teórica	Prática	Semestral
<b>Quinto Período</b>	CBIA	Entomologia geral	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Botânica sistemática 2	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Fundamentos anátomo-funcionais	Sim	4	40	40	80
	CBIA	Pesquisa educacional	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Projetos integradores 4	Sim	2	0	40	40
	CBIA	Estágio supervisionado 1	Sim	5	0	100	100
<b>Carga horária</b>							<b>400</b>
<b>Sexto Período</b>	CBIA	Genética mendeliana	Sim	2	40		40
	CBIA	Conservação e manejo de recursos naturais	Sim		20	20	40
	CBIA	Fisiologia vegetal	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Bioestatística	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Projetos integradores 5	Sim	2		40	40
	CBIA	Disciplina eletiva 1				40	40
CBIA	Estágio supervisionado 2	Sim	5		100	100	
<b>Carga horária</b>							<b>380</b>
<b>Sétimo Período</b>	CBIA	Genética molecular	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Saúde na escola e na comunidade	Sim	2	20	20	40
	CBIA	Ecologia e meio ambiente	Sim	2	20	20	40
	CBIA	Disciplina eletiva 2		2		40	40
	CBIA	Projetos integradores 6	Sim	2		40	40
	CBIA	Estágio supervisionado 3	Sim	5		100	100
<b>Carga horária</b>							<b>360</b>
<b>Oitavo Período</b>	CBIA	Geologia e paleontologia	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Parasitologia	Sim	3	40	20	60
	CBIA	Genética e evolução	Sim	2		40	40
	CBIA	Imunologia	Sim	2		40	40
	CBIA	Bases para educação ambiental	Sim	2		40	40
	CBIA	Projetos integradores 7	Sim	2		40	40
	CBIA	Estágio supervisionado 4	Sim	5		100	100
<b>Carga horária</b>							<b>380</b>
<b>Resumo da matriz</b>							
Disciplinas obrigatórias							<b>2600</b>
Disciplinas eletivas							<b>80</b>
Estágio supervisionado							<b>400</b>
Atividades acadêmica-científica-culturais							<b>200</b>
Trabalho de conclusão de curso - TCC							<b>80</b>
Carga horária total curricular							<b>3360</b>

## 6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

### 6.1. TRONCO INICIAL

Disciplina:	<b>Sociedade, natureza e desenvolvimento: da realidade local a realidade global.</b>		
Semestre:	Primeiro	Carga horária:	120h
Código:	TRIN001	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento de mundo a partir de um contexto local e sua inserção global, através de abordagem interdisciplinar sobre sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura, economia, política e natureza.

#### Bibliografia Básica

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.  
 SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.  
 SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias**. Editora 34, 2003.

#### Bibliografia Complementar

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002.  
 GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra: ensaios críticos de ecologia e geografia**. Rio de Janeiro: Pesquisadores associados em Ciências Sociais, 1984.  
 RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.  
 SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI- desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Disciplina:	<b>Produção do conhecimento: ciência e não ciência</b>		
Semestre:	Primeiro	Carga horária:	120h
Código:	TRIN002	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos e métodos científicos, mas também sobre expressões, conhecimentos tradicionais, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Marcelo Perine & Giovanni Reale. Edições Loyola, 2005.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edipro, 2015

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia Complementar

BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia**: Como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2007. (3 volumes).

Disciplina:	<b>Lógica, informática e comunicação</b>		
Semestre:	Primeiro	Carga horária:	120h
Código:	TRIN003	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Oferta de instrumentais básicos requeridos pelo cursar da graduação universitária, fundamentalmente: usos da linguagem, indução e dedução; novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da Internet; expressão escrita, análise, interpretação e crítica textual.

Bibliografia Básica

COPI, I. M. **Introdução à Lógica** . ed. São Paulo: Mestre Jou Editora, 1981.

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o trabalho científico:**elaboração e formatação. 14<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: ABNT, 2007.

MANZANO, J. A. N. G. Broffice.org 2.0: Guia Prático de Aplicação. São Paulo: Editora Érica, 2007.

Bibliografia Complementar

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet:** Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação**. 4a. ed. São Paulo: LTC, 1999.

SOUZA, João Nunes de. **Lógica Para Ciência da Computação**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Campus, 2002.

VANOYNE, F. **Usos da Linguagem:** Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Disciplina:	<b>Seminário Integrador 1</b>		
Semestre:	Primeiro	Carga horária:	40h
Código:	TRIN004	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Discussão local, interdisciplinar, de integração das atividades e de avaliação dos progressos discentes de cada eixo

#### Bibliografia Básica

BASTOS FILHO, J. *et al.* **Cultura e desenvolvimento**. Maceió: Prodema/ UFAL, 1999.  
LEITE, L. H. A. **Pedagogia de projetos: intervenções no presente**. Presença Pedagógica, v. 2, n.8. mar/abr, 1996.

ABLAS, L. A. Q. **Intercâmbio Desigual e Subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo, FIPE/ Pioneira, 1985.

FRANCIS, D. G. *et al.* **Comunicação profissional: o ensino, a extensão e a pesquisa como práticas de construção do conhecimento**. Uberlândia/ MG, Unimas, 2004.

SILVA, A. M. *et al.* **Guia para normatização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisas, monografias, dissertações e teses**. 4ª ed. Uberlândia, EDUFU, 2004. 158p.

Obs.: Serão utilizadas as bibliografias das disciplinas do semestre.

## 6.2. TRONCO INTERMEDIÁRIO

Disciplina:	<b>Profissão docente</b>		
Semestre:	Segundo	Carga horária:	60h
Código:	EDUC	Pré-requisito:	

**EMENTA:** A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como *locus* do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

#### Bibliografia básica

COSTA, M. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1996.  
HYPOLITO, A. L. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MACIEL, L.S. B; NETO, A. S. (Org.). **Formação de professores: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, I. P. A; CUNHA, M. I. **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico),  
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

#### Bibliografia complementar

- ABDALLA, M. F. B. **O senso prático de ser e estar na profissão**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões na Nossa Época).
- ARROYO, M. **Ofício de mestre**. São Paulo: Vozes, 2001.
- BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CHARLOT, B. **Formação dos professores e relação com o saber**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.
- ESTRELA, M. T. (Org.). **Viver e construir o trabalho docente**. Portugal: Porto, 1997.
- IMPERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época).
- LESSARD, C; TARDIFF, M. **O trabalho docente**. São Paulo: Vozes, 2005.
- NÓVOA, A. (Org.). **Vida de professores**. Porto, Portugal: Porto, 1972.
- PESSANHA, E. C. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de nossa Época).

Disciplina:	<b>LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais</b>		
Semestre:	Segundo	Carga horária:	60h
Código:	EDUC	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de seu histórico, estrutura gramatical, expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda. Caracterização e reflexão sobre o uso e a importância da LIBRAS em sala de aula.

#### Bibliografia básica

- BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e filosofia, 1995.
- COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira**. Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática das línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

#### Bibliografia complementar

- COUTINHO, Denise. **LIBRAS: língua brasileira de sinais e língua portuguesa (semelhanças e diferenças)**. 2ª Ed. Ideia, 1998.
- GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, Autores Associados, 1996.
- QUADROS, R. Muller. de. **Educação de surdo: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.
- SACKS, O. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

Disciplina:	<b>Desenvolvimento e aprendizagem</b>
-------------	---------------------------------------

Semestre:	Segundo	Carga horária:	80h
Código:	EDUC	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da psicologia do desenvolvimento.

Bibliografia básica

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologia:** uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: editora Saraiva, 1999.
- GOULART, I. B. **Psicologia da Educação:** Fundamentos Teóricos e aplicações à Prática Pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MILHOLLAN, F. & FORISHA, B. **Skinner x Rogers.** Rio de Janeiro: Summus Editorial, 1972.
- OLIVEIRA, M. K. **Aprendizado e Desenvolvimento um Processo Sócio-histórico.** São Paulo: Editora. Scipione, 1993.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1984.

Bibliografia complementar

- BRINGUIER, J. C. **Conversando com Jean Piaget.** Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL. 1978.
- CARRAHER, T.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A. **Na Vida Dez, Na Escola Zero.** – 6ª - São Paulo: Cortez, 1988.
- CORREIA, M.; LIMA A. & ARAUJO C. **As Contribuições da Psicologia Cognitiva e a Atuação do psicólogo no Contexto Escola.** 2001. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n3/7840.pdf> <acesso em 20-10-2007.>
- LEITE, L. B. (org.). **Piaget e a Escola de Genebra.** São Paulo: Cortez, 1987.
- LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. & LURIA, A. R. **Psicologia e Pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Editora Moraes. 1991
- LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Editora Moraes LTDA.
- LUCCI, M. A. **A Proposta de Vygotsky: A Psicologia Sócio-histórica.** .<http://www.ugr.es/local/recfpro/Rev102COL2port.pdf>.
- KUPFER, M. C. M. **Freud e a Educação:** o mestre do impossível. São Paulo. Editora Scipione 1989.

Disciplina:	<b>Política e organização da educação básica no Brasil</b>
-------------	--

Semestre:	Segundo	Carga horária:	80h
Código:	EDUC	Pré-requisito:	

**EMENTA:** A educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo, a LDB (Lei nº 9.394/96) e legislação complementar pertinente.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. A. **História da Educação** . 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.  
 BRZENZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.  
 LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.  
 LIMA, J. C. F; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.  
 ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil – 1930/ 197 3**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

Bibliografia complementar

XAVIER, M. E; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. **História da educação** : a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.  
 FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

Disciplina:	<b>Projeto pedagógico, organização e gestão do trabalho escolar</b>		
Semestre:	Segundo	Carga horária:	80h
Código:	EDUC	Pré-requisito:	

**EMENTA:** A Escola como organização social e educativa. As Instituições escolares em tempos de mudança. O planejamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e operacionalização. Concepções de organização e gestão do trabalho escolar. Elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Princípios e características da gestão escolar participativa. A participação do professor na organização e gestão do trabalho da escola.

Bibliografia básica

FURLLAN, M; HAGREAVES, A. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

LIBÂNEO, J. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5ª ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

VASCONCELOS, C. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, I; RESENDE, L. (Org.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998.

VEIGA, I. FONSECA, M. (Org.) **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 1998.

#### Bibliografia complementar

BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, M. A. Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico. São Paulo: ENESPE, 1999.

LIMA, L. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001.

PETEROSKI, H. Trabalho coletivo na escola. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VIEIRA, S. (Org.). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 1</b>		
Semestre:	Segundo	Carga horária:	40h
Código:	EDUC	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso

#### Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados

### 6.3. TRONCO PROFISSIONALIZANTE

#### 6.3.1. Terceiro período

Disciplina:	<b>Zoologia 1</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	80h
Código:	CBLA002	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudo da morfologia, ecologia, sistemática e importância econômica e ecológica dos seguintes ramos: animais unicelulares (Protozoa), invertebrados inferiores (Porifera, Cnidaria, Ctenophora, Platyhelminthes, Nemertea, Rotifera, Nematoda, Sipuncula e Echiura) e invertebrados superiores (Mollusca, Annelida, Arthropoda e Echinodermata).

#### Bibliografia básica

BRUSCA, R. C.; G. J. BRUSCA. **Invertebrados**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.  
 HICKMAN, C. P.; ROBERTS, L. S.; LARSON, A. **Princípios integrados de zoologia**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004.  
 STORER, T. L.; USINGER, R. L. & STEBBINS, R. C. **Zoologia geral**. 6ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 2002.

#### Bibliografia complementar

FRANSOZO, Adilson; NEGREIROS-FRANSOZO, Maria Lucia. **Zoologia dos invertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2016.  
 STORER, T. L.; USINGER, R. L. & STEBBINS, R. C. **Zoologia geral**. – 6ª ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2002.  
 SCHIMDT-NIELSEN, K. **Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente**. – 5ª ed. – São Paulo: Santos. 2002.  
 RUPPERT, R.; R. S. FOX; R. D. BARNES. **Zoologia dos invertebrados uma abordagem funcional – evolutiva**. 7ª ed. São Paulo, Roca. 2005. 1145p.  
 RIBEIRO-COSTA, C. S; Rocha, R. M. **Invertebrados: Manual de Aulas Práticas**. - 2ª ed. - Ribeirão Preto: Holos. 2006.

Disciplina:	<b>Biologia celular e molecular</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	60h
Código:	CBLA003	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Introdução ao estudo da biologia celular. Origem e evolução da célula. Células procariontes e eucariontes. Organelas citoplasmáticas (célula animal e vegetal) membranosas e microtubulares, assim como, suas funções. Divisão e diferenciação celular. Métodos e técnicas utilizadas para preparação de lâminas, com o também, os equipamentos utilizados na citologia para análise de material.

#### Bibliografia básica

COPPER, G. M. & HAUSMAN, R. E. **A célula – uma abordagem molecular.** – 3<sup>a</sup> ed. – Porto Alegre: Artmed. 2007.

JUNQUEIRA, L. C. **Biologia celular e molecular.** 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2004.

LODISH, H. (cols.). **Biologia celular e molecular.** – 5<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Artmed. 2005.

#### Bibliografia complementar

ALBERTS, *et al.*, **Biologia molecular da célula.** – 4<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Artmed. 2004.

GRIFFITHS, A. J. F.; SUZUKI, D. J.; MILLER, J. H.; LEWONTIN, R. C. **Introdução à genética.** 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

DE ROBERTIS, E. M. **Bases da biologia celular e molecular.** 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2001.

SWANSON, C. **A célula.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

Disciplina:	<b>Fundamentos da sistemática e filogenética</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	40h
Código:	CBLA004	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Conceito, divisão e principais características dos reinos existentes no planeta. Taxonomia e regras internacionais de nomenclatura científica. Introdução a cladística.

#### Bibliografia básica

AMORIN, D. S. **Fundamentos de sistemática filogenética.** São. Paulo: Holos, 2002.

PAPAVERO, N. **Fundamentos práticos de taxonomia zoológica.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Universidade Estadual Paulista. 1994.

COX, C. B.; MOORE, P. D. **Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

#### Bibliografia complementar

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Rio de Janeiro: Cultrix. 1997.

HICKMAN, C. P.; ROBERTS, L. S. & LARSON, A. **Princípios integrados de zoologia**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

FRANCESCHINI, I. M. **Algas: uma abordagem filogenética, taxonômica e ecológica**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

DECAPOD crustacean phylogenetics. Boca Raton: CRC Press, c2009.

RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. 7. ed. Roca, 2005.

Disciplina:	<b>Morfologia e Anatomia vegetal</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	60h
Código:	CBLA001	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Conceito e divisão da Botânica. Célula vegetal. Sistemas de tecidos vegetais. Organografia e anatomia vegetal.

Bibliografia básica

RAVEN, P. H. *et al.* **Biologia vegetal**. – 6<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan. 2001.

GLÓRIA, A.B.; GUERREIRO, S.M.C. Anatomia Vegetal. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012.

Bibliografia complementar

CUTTER, E. G. **Anatomia vegetal – Parte 1 – células e tecidos**. Roca, São Paulo. 1987.

FERRI, M. G. **Botânica – morfologia interna das plantas**. – 9<sup>a</sup> ed. – Nobel, São Paulo.

SOUZA, V. C. & LORENZI, H. **Botânica sistemática – guia ilustrado para identificação de famílias de Angiospermas da flora brasileira**. Plantarum, Nova Odessa. 2005.

Disciplina:	<b>Bioquímica</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	60h
Código:	CBLA005	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Constituintes químicos das células: lipídeos, carboidratos, esteróides, proteínas e ácidos nucleicos. Enzimas. Bioquímica da nutrição e coenzimas. Bioenergética: oxidações biológicas. Respiração celular. Ciclo de Krebs e cadeia respiratória.

Bibliografia básica

CHAMPE, P. C.; HARVEY, R. A. & FERRIER, D. R. **Bioquímica ilustrada**. 3<sup>a</sup> ed. Artmed, Porto Alegre. 2006.

NELSON, David L; COX, Michael M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2014

LEHNINGER, Albert L. (Albert Lester). Bioquímica. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1975. 4

Bibliografia complementar

BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. **Bioquímica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

ISHII-IWAMOTO, Emy Luiza.; BRACHT, Adelar. ((org.)). Métodos de laboratório em bioquímica. Barueri, SP: Manole, 2003.

Disciplina:	<b>Biofísica</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	60h
Código:	CBLA037	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Noções gerais sobre soluções. Propriedades coligativas das soluções. pH e tampões. Princípios da termodinâmica, Biofísica de Membrana Biológica, Radiações, suas aplicações biológicas e seus efeitos sobre os seres vivos. Biofísica das radiações ionizantes e não ionizantes. Noções de Bioeletrogênese.

Bibliografia Básica

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MARZZOCO, A. Bioquímica básica. - 3ª ed. - Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2007.

NUSSENZVEIG, H. Moyses (Herc Moyses). Curso de física básica. 4. ed. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2002.

Bibliografia Complementar

SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002.

ECKERT, R; RANDALL, D. J.; BURGGREN, W; FRENCH, K. Fisiologia animal: mecanismos e adaptações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

MOYES, C. D.; SCHULTE, P. M. Princípios de fisiologia animal. 2. ed. -. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

ELSON, D. L; COX, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2014.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 2</b>		
Semestre:	Terceiro	Carga horária:	40h
Código:	CBLA006	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso

Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados.

**6.3.2. Quarto período**

Disciplina:	<b>Embriologia e histologia</b>		
Semestre:	Quarto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA034	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Conceito de embriologia e histologia. Resumo histórico. Tipos de reprodução. Gametogênese. Fecundação. Desenvolvimento do embrião. Anexos embrionários. Origem e desenvolvimento dos principais órgãos. Características principais dos tecidos que compõe um organismo (epitelial, conjuntivo, cartilaginoso, ósseo, muscular, sanguíneo e nervoso).

Bibliografia básica

GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. **Atlas colorido de histologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

GARCIA, Sônia Maria Lauer de; FERNÁNDEZ, Casimiro García (Org.). **Embriologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Histologia básica**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2004.

Bibliografia complementar

ALVARENGA, R. L. S. **Infertilidade para pacientes**. Instituto de Saúde da Mulher, Belo Horizonte. 1996.

ALVES, M. S. D. & CRUZ, V. L. B. **Embriologia**. 6. ed. Imprensa Universitária da UFMG, Belo Horizonte. 2000.

CARLSON. **Embriologia humana e biologia do desenvolvimento**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 1996.

FIORE, Mariano S. H. di. **Atlas de histologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Disciplina:	<b>Zoologia 2</b>		
Semestre:	Quarto	Carga horária:	100h
Código:	CBLA007	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Principais características morfofisiológicas, evolutivas e ecológicas dos Protochordata e Chordata (Classe: Chondrichthyes, Osteichthyes Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia)

Bibliografia básica

HEISER, J. B.; JANIS, C. M.; POUGH, F. H. **A vida dos vertebrados**. São Paulo, Atheneu. 2001.

ORR, R. T. 1985. **Biologia dos vertebrados**. 5ª ed. São Paulo, Roca.

BENEDITO, Evanilde (Org.). **Biologia e ecologia dos vertebrados**. Rio de Janeiro, RJ: Roca, 2015

Bibliografia complementar

HICKMAN, C. P.; ROBERTS, L. S.; LARSON, A. **Princípios integrados de zoologia**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2004.

ECKERT, Roger; RANDALL, David J.; BURGGREN, Warren; FRENCH, Kathleen. **Fisiologia animal: mecanismos e adaptações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000

MOYES, Christoper D.; SCHULTE, Patrícia M. **Princípios de fisiologia animal**. 2. ed. - Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

NIELSEN-SCHMIDT, K. **Fisiologia animal, adaptação e meio ambiente**. 5a ed. São Paulo, Santos. 2002.

Disciplina:	<b>Biologia dos microrganismos</b>		
Semestre:	Quarto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA008	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Perspectiva do estudo dos microrganismos. Classificação microbiana. Estrutura e replicação viral. Estrutura e reprodução das bactérias. Estrutura e reprodução dos fungos. Nutrição, crescimento, metabolismo e genética dos microrganismos. Agentes antimicrobianos e resistência.

Bibliografia básica

HARVEY, RICHARD A. **Microbiologia Ilustrada**. 2ª ed. Porto Alegre. Artmed. 2008. 436p. **(livro eletrônico)**.

JAY, James M. **Microbiologia de alimentos**. 6. ed. São Paulo: Porto Alegre: ArtMed, 2005.

VIEIRA, Regine Helena Silva dos Fernandes (Coord.). **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática**. São Paulo: Varela, 2004.

Bibliografia complementar

BURTON, G. R. & ENGELKIRK, P. G. **Microbiologia para ciências da saúde**. 5. ed. Rio, de janeiro: Guanabara Koogan. 1998. 289p.

JORGE, A. O. C. **Microbiologia – atividades práticas**. 1ed. São Paulo: Livraria Santos. 1997. 183p.

LACAZ, C. S.; PORTO, E. & MARTINS, J. E. C. **Micologia Médica**. 8 ed. São Paulo: Sarvier. 1991. 385p.

RIBEIRO, M. C. & SOARES, M. M. S. R. **Microbiologia prática – roteiro e manual**. São Paulo: Atheneu. 1998. 112p.

Disciplina:	<b>Botânica sistemática 1</b>		
Semestre:	Quarto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA009	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Sistemas de classificação. Grupos taxonômicos. Tipos nomenclaturais. Origem e evolução das Cryptogamae. Reconhecimento, dentro destas, dos principais representantes de interesse científico e econômico de ocorrência no Estado de Alagoas.

Bibliografia básica

BARROSO, G., MACIEL, M. P., PEIXOTO, A. L.; ICHASO, C. L. F. **Frutos e sementes: morfologia aplicada à sistemática de dicotiledôneas**. Viçosa: Ed. Universidade Federal de Viçosa. 1999.

NULTSCH, W. **Botânica geral**. 10ª ed. Porto Alegre, Artmed. 2000

FERRI, M. G., MENEZES, N. L., MONTEIRO, W. L. **Glossário ilustrado de Botânica**. São Paulo, Nobel. 1981.

RAVEN, P. H. *et al.* **Biologia vegetal**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2001.

Bibliografia complementar

ESAU, K. **Anatomia de plantas com sementes**. Edgard Blücher, São Paulo. 1965.

JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P. F. & DONOGHU, M. **Sistemática vegetal – um enfoque filogenético**. – 3 ed. – São Paulo: Artmed. 2005.

SOUZA, V. C. & LORENZI, H. **Botânica sistemática – guia ilustrado para identificação de famílias de Angiospermas da flora brasileira**. Plantarum, Nova Odessa. 2005.

Disciplina:	<b>Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem</b>		
Semestre:	Quinto	Carga horária:	80h
Código:	CBIA010	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no projeto político pedagógico da escola de educação básica.

Bibliografia básica

- HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar?** Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1998.
- VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

Bibliografia complementar

- COSTA, M.V. (Org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MASETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 2001.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 3</b>		
Semestre:	Quarto	Carga horária:	40h
Código:	CBLA011	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso

Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados.

### 6.3.3. Quinto período

Disciplina:	<b>Fundamentos anátomo-funcionais</b>		
Semestre:	Quinto	Carga horária:	80h
Código:	CBLA035	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Introdução geral a anatomia correlacionando-a fisiologia. Descrição anatômica e fisiológica dos sistemas: esquelético, muscular, cardiovascular, linfático, respiratório, digestivo, urinário, genital, nervoso e sensorial.

Bibliografia básica

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Histologia básica: textos e atlas. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia complementar

SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002.

ECKERT, Roger; RANDALL, David J.; BURGGREN, Warren; FRENCH, Kathleen.

Fisiologia animal: mecanismos e adaptações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Disciplina:	<b>Botânica sistemática 2</b>		
Semestre:	Quinto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA013	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Sistemas de classificação binomial. Identificação dos principais representantes (Leguminosae, Malvaceae, Cactaceae, Anacardiaceae, Myrtaceae, Rubiaceae, Curcubitaceae, Euphorbiaceae, Compositae, Rutaceae, Gramineae e Palmae) de interesse econômico e ecológico que ocorrem no Estado de Alagoas.

Bibliografia básica

BARROSO, G. M. **Sistemática de angiosperma do Brasil.** 2<sup>a</sup> ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Vol. I. 2002.

BARROSO, G. M. **Sistemática de angiosperma do Brasil.** 2<sup>a</sup> ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Vol. II. 1999.

BARROSO, G. M. **Sistemática de angiosperma do Brasil.** 2<sup>a</sup> ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Vol. III. 1991.

BARROSO, G., MACIEL, M. P., PEIXOTO, A. L.; ICHASO, C. L. F. **Frutos e sementes: morfologia aplicada à sistemática de dicotiledôneas.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.

MARCHIORI, J. N. C. **Dendrologia das angiospermas: das magnoliáceas às flacurtiáceas.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Úrsula. 1997.

SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica sistemática – guia ilustrado para identificação de famílias de Angiospermas da flora brasileira.** Plantarum, Nova Odessa. 2005.

Bibliografia complementar

ESAU, K. **Anatomia de plantas com sementes.** Edgard Blücher, São Paulo. 1965.

JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P. F. & DONOGHU, M. **Sistemática vegetal – um enfoque filogenético.** – 3<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Artmed. 2005.

Disciplina:	<b>Entomologia geral</b>
-------------	--------------------------

Semestre:	Quinto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA012	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudo dos insetos. Histórico. Distribuição geográfica. Importância econômica e ecológica. Morfologia. Aspectos gerais de anatomia e fisiologia. Reprodução e desenvolvimento. Características das principais ordens.

Bibliografia básica

BUZZI, Z. J.; MIYAZAKI, R. D. **Entomologia didática**. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2002. 347 p.  
 GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L.; BAPTISTA, G.C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J.R.P.; ZUCCHI, R.A.; ALVES, S.B. & VENDRAMIM, J.D. **Entomologia Agrícola**. FEALQ, São Paulo. 2002. 920p.  
 GUEDES, J. C.; COSTA, I. D. da; CASTIGLIONI, E. **Bases e técnicas do manejo de insetos**. Santa Maria: UFSM/CCR/DFS; Pallotti, 2000, 248p.  
 HADDAD, M. L.; PARRA, J. R. P.; MORAES, R. C. B. **Métodos para estimar os limites térmicos inferior e superior de desenvolvimento de insetos**. Piracicaba: FEALQ, 1999, 29p.  
 NETO, S. S.; NAKANO, O.; BARBIN, D.; NOVA, N. A. V. **Manual de ecologia dos insetos**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1976, 419p.

Bibliografia complementar

ALTIERI, M. A.; SILVA, E. N.; NICHOLS, C. I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Ribeirão Preto: Holos, 2003, 226p.  
 CAVERO, S. E. **Inseticidas e acaricidas – toxicologia; Receituário Agrônomo**. Piracicaba: Livroceres, 1982, 424p.  
 NAKANO, O.; NETO, S. S.; BATISTA, G. C. de; YOKOYAMA, M.; DEGÁSPARI, N.; MARCHINI, L. C. **Manual de inseticidas**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1977, 272p.  
 PARRA, J. R. P.; BOTELHO, P. S. M.; CORRÊA-FERREIRA, B. S.; BENTO, J. M. S. **Controle biológico no Brasil: parasitoides e predadores**. São Paulo: Manole, 2002, 635p.  
 PENTEADO, R. S. **Controle alternativo de pragas e doenças**. 2ª edição. Campinas: Edição do autor, 2007, 152p.

Disciplina:	<b>Estágio supervisionado 1</b>		
Semestre:	Quinto	Carga horária:	100h
Código:	CBLA036	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estágio em escolas de ensino básico para prática de atividades relacionadas a situações de ensino-aprendizagem, identificando e vivenciando problemas enfrentados pelo professor nos momentos de ensino aprendizagem e formas adequadas para solucioná-los. Educação em Direitos Humanos. Educação das Relações Étnico-raciais.

Bibliografia básica

BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M. & BIANCHI, R. **Orientação para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PICONEZ, S. C. B. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. São Paulo: Papyrus, 2002. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação: série saberes pedagógicos).

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

ANDRÉ, M. & OLIVEIRA, M. R. N. **Alternativas no ensino de didática**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CANDAUI, V. **Didática em questão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MASETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1996.

VEIGA, I. P. A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina:	<b>Pesquisa educacional</b>		
Semestre:	Quinto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA014	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Integração dos alunos à realidade da escola, através de atividades participativas e de observação das práticas escolares nas salas de aulas do ensino médio. Estratégias para a regência no ensino médio e integração entre a didática específica do conteúdo a ser ensinado e as várias formas de comunicação entre as atividades didáticas. Natureza do diálogo professor-aluno.

Bibliografia Básica:

FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_.(Org.) **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1994.

GAMBOA, S.S.; SANTOS FILHO, J.C. **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, v.1, 2002. 86 p. (Série Pesquisa em Educação).

Bibliografia Complementar:

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ANDRÉ, M. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papyrus, 2005.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p.65-81, JUL 2001.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 4</b>		
Semestre:	Quinto	Carga horária:	40h
Código:	CBLA015	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso

Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados.

**6.3.4. Sexto período**

Disciplina:	<b>Genética mendeliana</b>		
Semestre:	Sexto	Carga horária:	40h
Código:	CBLA016	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Introdução ao estudo da genética. Histórico. Herança monoíbrida e interação genética. Bases moleculares da herança. Determinação do sexo e herança relacionada do sexo. Duplicação do DNA. Transcrição e tradução genética. Mutações e bases moleculares. Variações cromossômicas estruturais e numéricas.

Bibliografia básica

GRIFFITHS, A. J. F.; SUZUKI, D. J.; MILLER, J. L.; LEWONTIN, R. C. **Introdução à genética**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

BROWN, T.A; MOTTA, Paulo Armando; BARBOSA, Liane Oliveira Mufarrej (Trad.). **Genética: um enfoque molecular**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 336 p.

PASSARGE, Eberhard. **Genética: texto e atlas**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. XV, 456p.

Bibliografia complementar

GELERHTER, T. D. & COLLINS, F. S. **Fundamentos da genética médica**-. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1992.

SADAVA, D.; HELLER, H. C.; ORIAN, G. H.; PURVES, W. K. & HILLIS, D. M. **Vida: a ciência da biologia**–. 8<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Artmed. 2008. (Volume I: célula e hereditariedade).

BURNS, George W.; BOTTINO, Paul J. **Genética**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 381p.

Disciplina:	<b>Conservação e manejo de recursos naturais</b>		
Semestre:	Sexto	Carga horária:	40h
Código:	CBLA017	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Os grandes biomas da terra. O sistema brasileiro de unidades de conservação, conservação da natureza e leis ambientais. Importância da manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas e diferentes formas de manejo. Sistemas agroflorestais e agricultura orgânica. Manejo de Fauna. Impactos humanos sobre o ambiente, mudanças climáticas e camada de ozônio. O manejo dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. Fontes energéticas e seus reflexos ecológicos.

#### Bibliografia básica

ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo descomplicado**. 23. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo (SP): Método, 2015. xlii, 1102 p.

ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: CENGAGE Learning: 2016. vi, 611 p.

PNMA –Programa Nacional do Meio Ambiente Diretrizes de pesquisa aplicada ao planejamento e gestão ambiental/ Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília, (coleção Meio Ambiente. Série Diretrizes-Gestão Ambiental). 1995.

RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, 606 p.

#### Bibliografia complementar

SENADO FEDERAL AGENDA 21 (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS, SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas. 1997. (livro eletrônico)

VALLE, C. E. **Qualidade Ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente: (como se preparar para as normas ISO14.000)**. Cyro Eyer do Valle. São Paulo, Pioneira 1995.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri; BORGONHA, Maíra; BERTONCINI, Áthila Andrade (Edit). **Memória do mar: biodiversidade, conservação e cultura no litoral brasileiro**. Florianópolis, SC: Ecomares, 2011. 162 p

Disciplina:	<b>Fisiologia vegetal</b>		
Semestre:	Sexto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA018	Pré-requisito:	

--	--	--	--

**EMENTA:** Análise de crescimento. A água na planta. Relações hídricas nas células e tecidos. Movimento da água na planta. Absorção e transporte de água na planta. Perdas por transpiração e gutação. Mecanismo estomático. Absorção e transporte de solutos inorgânicos. Fotossíntese. Radiação e aparelho fotossintético. Formação de ATP e NADPH. Redução de CO<sub>2</sub>. Fotorrespiração. Fotossíntese em plantas C3 e C4. Metabolismo ácido das crassuláceas. Translocação de solutos orgânicos. Fotoperiodismo. Florescimento. Efeito da temperatura. Hormônios e reguladores vegetais.

Bibliografia básica

KERBAURY, *et al.* **Fisiologia vegetal**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2004.  
 ODUM, E. P. & BARRET, G. W. **Fundamentos da ecologia**. 5ª ed. São Paulo, Thomson Pioneira, 2007.  
 RAVEN, P. H. **Biologia vegetal**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2007.  
 TOWNSEND, C.R. & HARPER, M.B.J.L. **Fundamentos em ecologia**. 2ª ed. - Porto Alegre, Artmed. 2006.

Bibliografia complementar

FERREIRA, G. A.; BORGUETTI, F. *et al.*, **Germinação do básico ao aplicado**. São Paulo: Artmed. 2004.  
 PINTO-COELHO, R. M. **Fundamentos em ecologia**. São Paulo: Artmed. 2000.  
 FERRI, M.G. **Fisiologia vegetal**. 2ª ed. São Paulo, EPU. 1986.  
 KERBAURY, *et al.* **Fisiologia vegetal**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2004.

Disciplina:	<b>Estágio supervisionado 2</b>		
Semestre:	Sexto	Carga horária:	100h
Código:	CBLA021	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estágio em escolas de ensino fundamental e médio para prática de atividades relacionadas a situações de ensino-aprendizagem, identificando e vivenciando problemas enfrentados pelo professor nos momentos de ensino aprendizagem, assim como, desenvolver metodologias adequadas para solucioná-los.

Bibliografia básica

BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M. & BIANCHI, R. **Orientação para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.  
 PICONEZ, S. C. B. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. São Paulo: Papyrus, 2002. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).  
 PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação: série saberes pedagógicos).

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

ANDRÉ, M & OLIVEIRA, M. R. N. **Alternativas no ensino de didática**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CANDAU, V. **Didática em questão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MASETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1996.

VEIGA, I. P. A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina:	<b>Bioestatística</b>		
Semestre:	Sexto	Carga horária:	60h
Código:	CBLA019	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Medidas de tendência central e de dispersão; correlação e regressão; probabilidade; distribuições binomial e normal; testes de hipóteses; análise de variância.

Bibliografia Básica

VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística**. 3ªed. Rio de Janeiro: Campos, 1998.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. 9. ed. São Paulo, SP: Pearson Education, 2004.

FIELD, Andy P. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. G. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRUNI, Adriano Leal. **PASW aplicado à pesquisa acadêmica**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

KIRSTEN, Jose Tiacci; RABAHY, Wilson Abrahão. **Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, F. E. M. **Estatística e probabilidade**. – 2 a ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

KAZMIER, LEONARD J. **Estatística aplicada à administração e economia**. 4º ed

VIEIRA, S. **Elementos de Estatística**. 4a ed. São Paulo: Atlas. 2003.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 5</b>		
Semestre:	Sexto	Carga horária:	40h
Código:	CBLA020	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso

Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados.

**6.3.5. Sétimo período**

Disciplina:	<b>Genética molecular</b>		
Semestre:	Sétimo	Carga horária:	60h
Código:	CBLA022	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Bases moleculares da hereditariedade. Mecanismos moleculares da mutação. Código Genético. Síntese de proteínas. Estrutura fina do gene. Regulação da ação gênica.

Bibliografia básica

GRIFFITHS, A. J. F.; SUZUKI, D. J.; MILLER, J. L.; LEWONTIN, R. C. **Introdução à genética**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

GUERRA, M. **Citogenética**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 1997.

NICHOLAS, F. W. Introdução a genética veterinária. 3.ed. Porto Alegre: Artmed

Bibliografia complementar

MICKLOS, D. A.; FREVER, G. A.; CROTTY, D. A. **A ciência do DNA** 2. ed. Porto Alegre: THOMPSON, M. W.; THOMPSON, T. **Genética médica** 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1993.

GELERTER, T. D. & COLLINS, F. S. **Fundamentos da genética médica**-. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1992.

SADAVA, D.; HELLER, H. C.; ORIANI, G. H.; PURVES, W. K. & HILLIS, D. M. **Vida: a ciência da biologia**-. 8ª ed. – São Paulo: Artmed. 2008. (Volume I: célula e hereditariedade).

Disciplina:	<b>Ecologia e meio ambiente</b>		
Semestre:	Sétimo	Carga horária:	40h
Código:	CBLA024	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Conceitos e história da Ecologia. Papel da ecologia na Sociedade. Conceitos sobre energia e sistemas. Sistemas ecológicos. Componentes bióticos e suas interações: população e ecossistema. Fatores ambientais abióticos: solo, água, luz, temperatura, atmosfera, fogo. Os seres vivos no ambiente físico: grandes Biomas. Ciclagem de nutrientes nos ecossistemas. Ação antrópica no ambiente.

Bibliografia básica

DAJOZ, R. **Princípios da ecologia**. 7ª ed. São Paulo, Artmed. 2005.

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. **Fundamentos da ecologia**. 5ª ed. São Paulo, Thomson Pioneira. 2007.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2003.

Bibliografia complementar

AB'SABER, A. N. **Ecossistemas do Brasil: Ecosystems of Brazil**. São Paulo: Metalivros, 2009. 299 p

DIAMOND, J. M. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 685p.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Rio de Janeiro, Cultrix. 1997.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. 148 p.

TOWNSEND, C. R., BEGON M., HARPER J.L. **Fundamentos em Ecologia**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592p.

Disciplina:	<b>Saúde na escola e na comunidade</b>		
Semestre:	Sétimo	Carga horária:	40h
Código:	CBLA023	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Conceitos de desenvolvimento social, educação, saúde e a inter-setorialidade. O conceito de Escola Saudável dentro das estratégias de Promoção de Saúde: a criança, os professores, os funcionários, o ambiente escolar (psicossocial e físico) e a comunidade do entorno. Programas de Educação e de Saúde na escola dentro da perspectiva das áreas transversais de Ensino Fundamental: programação, critérios e instrumentos de avaliação.

Bibliografia básica

DECLARAÇÃO DE JACARTA: Promoção de Saúde no século XXI. Julho de 1997.

FERRAZ, S. T. A pertinência da adoção da filosofia de Cidades Saudáveis no Brasil. **Saúde em Debate** n°41, 45-49, dez 1993.

FOCESI, E. *Educação em Saúde na escola: o papel do professor*. **Rev. Bras. Saúde Esc.**, 1(2): 4-10. 1990.

FOCESI, E. *Educação em saúde: campos de atuação na área escolar*. **Rev. Bras. Saúde Escolar**, 1(2): 19-21. 1990.

JUNQUEIRA, L.A.P. **Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade**. **Saúde e Sociedade**, 6(2): 31-46. 1997.

MENDES, E.V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo, HUCITEC. 1996.

Bibliografia complementar

PELICIONI, M.C.F. & CANDEIAS, N.M.F. *A creche e as mulheres trabalhadoras no Brasil*. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, vol. 7 (1), 1997.

PELICIONI, M.C.F. & GIKAS, R.M.C. Prevenção de acidentes em escolares: Proposta de metodologia de diagnóstico para programa educativo. **Rev. bras. Saúde esc.**, 2(1):23-26, jan. 1992.

SILVA, M.V. da; PELICIONI, M.C.F.; CARVALHO, M.M.B. **Práticas de saúde entre estudantes de segundo grau do município de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo**. *Oikos*, Viçosa, 8(2):54-65, 1994.

SOUZA JUNIOR, J.G. *A construção social da cidadania: In Conferência Nacional de Saúde*, Brasília, 1986. ANAIS/8a Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 6</b>		
Semestre:	Sétimo	Carga horária:	40h
Código:	CBLA025	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso

Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados.

Disciplina:	<b>Estágio supervisionado 3</b>		
Semestre:	Sétimo	Carga horária:	100h
Código:	CBLA026	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Diagnóstico escolar – pesquisa. Elaboração de projetos de intervenção no Ensino Fundamental (planos e seleção de conteúdos). O professor e sua regência no Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Bibliografia básica

BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M. & BIANCHI, R. **Orientação para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PICONEZ, S. C. B. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. São Paulo: Papirus, 2002. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação: série saberes pedagógicos).

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

ANDRÉ, M. & OLIVEIRA, M. R. N. **Alternativas no ensino de didática**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

CANDAUI, V. **Didática em questão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MASETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1996.

VEIGA, I. P. A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

### 6.3.6. Oitavo período

Disciplina:	<b>Geologia e paleontologia</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	60h
Código:	CBLA027	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Introdução ao estudo da Geologia. A Terra, sistema solar e o universo. Origem e evolução. Subdivisões da Terra. Informações básicas sobre minerais e rochas. Intemperismos e formação de solos. Introdução à Paleontologia. Fossilização. Paleoecologia.

#### Bibliografia básica

MACLASTER, A. I. **História geológica da terra**. São Paulo, Edgard Blucher. 1969.  
 POPP, J. H. **Geologia geral**. 4ª ed. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos Editora. 1995.  
 TEIXEIRA, T. M. C. M.; W.; TAIOLI, F. A; FAIRCHILD, T. **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina DE.2004.

#### Bibliografia complementar

FREEMAN, S. & HERRON, J. C. **Análise evolutiva**—. 4ª ed. – Porto Alegre: Artmed. 2009.  
 GALO, V.; BRITO, P. M.; SILVA, H. M. A. & FIGUEIREDO, F. J. **Paleontologia dos vertebrados: grandes temas e contribuições científicas**. São Paulo: Interciência. 2006.

Disciplina:	<b>Genética e evolução</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	40h
Código:	CBLA029	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Teorias evolutivas. Mutação e adaptação. Recombinação. Deriva genética. Migração. Hibridação. Seleção Natural (mecanismos de isolamento reprodutivo, especiação, evolução acima do nível das espécies e domesticação).

#### Bibliografia básica

COX, C. Barry; MOORE, Peter D. **Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.  
 POUGH, F. H.; HEISER, J. B.; MCFARLAND, W. N. **A Vida dos Vertebrados**. São Paulo: Atheneu. 2008.  
 BROWN, T.A; MOTTA, Paulo Armando; BARBOSA, Liane Oliveira Mufarrej (Trad.). **Genética: um enfoque molecular**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

#### Bibliografia complementar

AMORIM, Dalton de Souza. **Fundamentos de sistemática filogenética**. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2002.

BURNS, George W.; BOTTINO, Paul J. **Genética**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIFFITHS, Anthony J. F; WESSLER, Susan R; LEWONTIN, Richard C.; CARROLL, Sean B. **Introdução à genética**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009

RUPPERT, Edward E; FOX, Richard S.; BARNES, Robert D. **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. 7. ed. Roca, 2005.

Disciplina:	<b>Parasitologia</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	60h
Código:	CBLA028	Pré-requisito:	

**EMENTA:** A organização do ser vivo. Os organismos e o meio. Relações entre os seres vivos. Parasitismo. Parasitas de interesse médico. Relações parasito-hospedeiro. Protozoologia. Helminologia. Entomologia.

Bibliografia básica

DE CARLI, GERALDO ATTILIO. **Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas**. São Paulo: Atheneu. 2001. 810p. (livro eletrônico).

BRUSCA, R. C.; G. J. BRUSCA. **Invertebrados**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2007. 968p.

RUPPERT, R.; R. S. FOX; R. D. BARNES. **Zoologia dos invertebrados uma abordagem funcional – evolutiva**. 7ª ed. São Paulo, Roca. 2005. 1145p.

Bibliografia complementar

FARIA, J. L. **Patologia especial com aplicações clínicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 1999.

MARKELL, E. K.; JONH, D. T. & KROTOSCHI, W. A. **Parasitologia médica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003. 476p.

NEVES, D. P.; MELO, A. L. LINARDI, P. M (Orgs). **Parasitologia humana**. 11ª ed. São Paulo: Atheneu. 2005.

REY, L. 2002. **Parasitologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

RODRIGUES, J. R. **Síntese das doenças infecciosas e parasitárias**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2008.

Disciplina:	<b>Imunologia</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	40h

Código:	CBLA 030	Pré-requisito:	
---------	-------------	----------------	--

**EMENTA:** Componentes do Sistema Imune: célula, tecidos e moléculas. Princípios das Imunidades inata e adaptativa. Seleção Clonal. Reconhecimento do Ag; - Antígenos e Imunógenos. Visão panorâmica da Resposta Imune. Estrutura Molecular dos Anticorpos. Classes de Imunoglobulinas (estrutura e funções). Codificação e expressão das Imunoglobulinas. Interação Antígeno-Anticorpo e seus efeitos. Metodologia Imunológica. Resposta imune a agentes infecto-parasitários. Vacinas e soros.

Bibliografia básica

MATTEW, H. **Série carne e osso: Imunologia**. 1ª ed. São Paulo, Elsevier. 2007.  
 ABBAS, A. K.; POBER, J. S. & LICHTMAN, A. H. **Imunologia celular e molecular**. 4 ed FORTE, W. N. **Imunologia: básica e aplicada**. Porto Alegre, Artmed. 2004.  
 RODELLE, B. **Novos conceitos em imunologia**. São Paulo, Andrei. 1997.  
 ROITT, I. & RABSON, A. **Imunologia básica**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2003.

Bibliografia complementar

KINDT, T. J.; GOLDSBY, R. A. & OSBORNE, B. A. **Imunologia de Kuby**. – 6ª ed. – Porto Alegre: Artmed. 2008.  
 PARHAM, P. **O sistema imune**. Porto Alegre: Artmed. 2001.

Disciplina:	<b>Bases para educação ambiental</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	40h
Código:	CBLA031	Pré-requisito:	

**EMENTA:** A prática reflexiva. A pesquisa em educação com ênfase em Educação Ambiental. Histórico da Educação Ambiental no contexto nacional e internacional incluindo as principais conferências e documentos. Pressupostos teóricos e filosóficos da Educação Ambiental. Educação Ambiental formal e não formal. Transversalidade curricular. Problemas socioambientais e a Educação Ambiental. Instituições (governamentais e não governamentais) que atuam na área ambiental.

Bibliografia básica

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 156 p.  
 DIAS, Genebaldo Freire. **Educação e gestão ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006. 118 p.  
 SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar

O DESAFIO do lixo. São Paulo, SP: Balsa Planeta: Cultura, 2001. (DVD)

PNMA –Programa Nacional do Meio Ambiente Diretrizes de pesquisa aplicada ao planejamento e gestão ambiental/ Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília, (coleção Meio Ambiente. Série Diretrizes-Gestão Ambiental). 1995.

PIMENTEL, Fernanda; LUCIANO, Silmara; MCGRATH, David. **Fazendo educação ambiental: o mundo da várzea**. Santarém, PA: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2001. 231p.

LEFF, E. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. 342p.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: rede de saberes**. 2. ed. São Paulo: Annablume: FACITEC: Vitória, 2008. 236 p.

Disciplina:	<b>Estágio supervisionado 4</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	100h
Código:	CBLA033	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Diagnóstico escolar – pesquisa. Elaboração de projetos de intervenção no Ensino Médio (planos e seleção de conteúdos). O professor e sua regência no Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

#### Bibliografia básica

BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M. & BIANCHI, R. **Orientação para Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

PICONEZ, S. C. B. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. 12ª ed. São Paulo: Papyrus, 2002. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação: série saberes pedagógicos).

PIMENTA, S. G. **O Estágio na Formação de Professores**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

#### Bibliografia complementar

ANDRÉ, M. & OLIVEIRA, M. R. N. **Alternativas no ensino de didática**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CANDAUI, V. **Didática em questão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MASETTO, M. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1996.

VEIGA, I. P. A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina:	<b>Projetos Integradores 7</b>		
Semestre:	Oitavo	Carga horária:	40h
Código:	CBLA032	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso.

Bibliografia básica

Obs.: Contempla toda bibliografia utilizada pelas disciplinas do semestre e mais a bibliografia definida pelo tema a serem trabalhados.

#### 6.4. DISCIPLINAS ELETIVAS

Disciplina:	<b>Física geral</b>		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Cinemática e dinâmica. Trabalho e energia. Conservação de energia. Noções básicas de termodinâmica. Hidrostática. Ondas sonoras. Fenômenos elétricos. Instrumentos Ópticos. Física de radiações.

Bibliografia básica

OKUNO, E. **Física para Ciências Biológicas e Biomédicas**. São Paulo: Harbra, 1986.

TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros. Vol.1, **Mecânica, Oscilações e Ondas, Termodinâmica**. 6ª edição – Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.

TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros. Vol.2, **Eletricidade, e Magnetismo, Óptica**. 6ª edição – Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.

Bibliografia complementar

HALLIDAY, *et al.* **Fundamentos de Física 2: Gravitação, Ondas e Termodinâmica**. 7ªed. São Paulo: LTC, 2006.

HEWITT, G. P. **Física conceitual**. 9ª ed. Bookman, 2002.

Disciplina:	<b>Química geral</b>		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Aspectos fundamentais da estrutura atômica. Ligações e transformações químicas, átomos e moléculas. Soluções. Conceitos relacionados à fenômenos elétricos e termodinâmica e cinética química. Equilíbrio químico em meio gasoso e aquoso.

Bibliografia básica

SOLOMONS, G. **Química Orgânica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC Volumes 1 e 2, 2005.

BARBOSA, L. C. de A. **Introdução à química orgânica**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MAHAN, B. M., MYERS, R. J. **Química um curso universitário**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher. 1995.

Bibliografia complementar

BACCAN, N., ANDRADE, J. C., GODINHO, O.E. S., BARONE, J.S. **Química Analítica Quantitativa Elementar**. 3ª ED. São Paulo: Editora Edgard Blucher. 2001.

VOGEL, A. **Química Analítica Qualitativa**. 5ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981.

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química- Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente**. Artmed Editora S. A., Porto Alegre- RS, 1995.

BROW, T. L.; LEMAY, JR.H E.; BURSTEN, B.E.; BURDGE, J.R. **Química a Ciência Central**. 9ª ed. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2005.

Disciplina:	<b>Ecologia de Campo</b>		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Construção e desenvolvimento de um projeto em ecologia através de atividades orientadas em campo. Utilização de conceitos e ferramentas básicas em Ecologia de populações e comunidades vegetais e/ou animais. Formulação de hipóteses, delineamento amostral, coleta e análise de dados. Elaboração de relatório em forma de artigo científico.

Bibliografia básica

RICKLEFS R. E. **A Economia da natureza**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 2003.

BEGON M., HARPER, J. L. & TOWNSEND C. R. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. Artmed, 2007.

DAJOZ, R. **Princípios de Ecologia**. 7ª ed. São Paulo: Editora Artmed, 2005

Bibliografia Complementar

GOTELLI, NJ. **Ecologia**. Londrina, Planta, 2009.

HAIRSTON, N. G. **Ecological Experiments**. Purpose, Design, and Execution. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

KREBS, C. J. **Ecological Methodology**, California, Addison Wesley Longman, Inc., 1999  
Artigos científicos publicados em periódicos indexados

Disciplina:	<b>Metodologia de Elaboração de artigos e Trabalho Científico</b>		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:**

redação técnico-científica do artigo científico, importância acadêmica e profissional, elaboração, orientação, organização e apresentação da pesquisa, organização e estrutura do gênero artigo científico, citações e referências do artigo científico, desenvolver uma versão do artigo técnico-científico em conformidade com a normalização institucional. Produção textual de artigo, estruturação e normalização do artigo.

Bibliografia básica

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

GUEDES. Enildo Marinho. Et.all. Padrão Ufal de Normalização. ADUFAL. 2013

Bibliografia complementar

\_\_\_\_\_. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

KOCH, Ingedore. Introdução à Linguística Textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. A Coerência Verbal. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. A Coesão Textual. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA. Renira Lisboa de Moura. O Ensino da Redação- como se faz um Resumo. Maceió: Adufal. 2011.

Disciplina:	<b>Biossegurança</b>		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:**

Fundamentos da biossegurança; Aspectos históricos e legais; Aspectos Epidemiológicos das Doenças do Trabalho; Doenças transmissíveis e demais riscos pelo exercício profissional; Precauções universais; Barreiras de contenção; EPI's e EPC's; Acidentes de trabalho; Manejo de resíduos sólidos e líquidos; Limpeza, Assepsia, Desinfecção e Esterilização; Níveis de Biossegurança; Avaliação Ergonômica do Trabalho, Gerenciamento e Impactos dos resíduos no meio ambiente; Tópicos especiais (Transgênicos, OGMs, Clonagem, Bancos de insumos biológicos).

Bibliografia básica

TEIXEIRA, P. e VALLE, S. **Biossegurança - Uma abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 362 p. 2002.

COELHO, H. **Manual de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Multimeios Fiocruz. 87 p. 2000.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B., MELO, N. S. F. **Biossegurança: ambientes hospitalares e odontológicos**. São Paulo: Editora Santos. 131 p. 2000

Bibliografia complementar

COSTA, M. A. F. **Qualidade em biossegurança**. Rio de Janeiro: Qualitymark. 100 p. 2000.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Biossegurança de A Z**. Rio de Janeiro: Papel Virtual. 186 p. 2003.

Disciplina:	<b>Biogeografia</b>		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Introdução e história da Biografia; História da Terra; Biogeografia da América do Sul; Distribuição geográfica; Dispersão e Migração, Especiação e Extinção; Biogeografia de Ilhas; Endemismo e Regionalização; Princípios de Sistemática; Biogeografia Histórica; Biogeografia da Conservação; Diversidade Filogenética.

Bibliografia básica

AMORIN, D. S. **Fundamentos de Sistemática Filogenética**. Ribeirão Preto: Holos Editora. 156 pp. 2002.

CARVALHO, C. J. B.; ALMEIDA, E. A. B. **Biogeografia da América do Sul. Padrões e Processos**. São Paulo: Roca. 328 pp. 2011.

COX, C. B., MOORE, P. D. **Biogeography: an ecological and evolutionary approach**. Eighth Edition. New York: Willey. 506 pp. 2010.

Bibliografia complementar

LOMOLINO, M. V.; BRETT, R. R.; WHITTAKER, R. J.; BROWN, J. H. **Biogeography**. 4 ed. Sunderland: Sinauer Associates. 878 pp. 2010.

LOMOLINO, M. V.; SAX, D. F.; BROWN, J. H. **Foundations of Biogeography: Classic Papers with Commentaries**. Chicago: University of Chicago Press, 1328 pp. 2004.

Disciplina:	Química Ambiental		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Esta disciplina pretende promover uma visão holística do meio ambiente, com ênfase nos processos químicos, esclarecendo a interação entre os diversos compartimentos do sistema Terra, e a inter-relação entre as áreas da ciência (biologia, química, física e geologia), tanto para uma dimensão regional como global. Por meio da introdução de assuntos atuais sobre o meio ambiente, aulas experimentais e debates esperam-se promover o senso crítico do aluno e capacitá-lo para compreender e atuar de forma ativa nas questões envolvendo a química do meio ambiente. Interpretar, compreender e correlacionar os fenômenos químicos relacionados ao meio-ambiente, tanto os naturais como os causados pela ação do homem e a legislação vigente.

#### Bibliografia básica

ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. **Introdução a Química Ambiental**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.  
COLIN, B. **Química Ambiental**. Tradução da 2. Ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2002.  
DERISIO, J. C., **Introdução ao Controle de Poluição Ambiental**. 3. Ed. São Paulo: Editora Signus, 2007.

#### Bibliografia complementar

SPIRO, T. G.; STIGLIAN, W. M. **Química Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Editora Pearson, 2009.  
LIBANIO, M. **Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água**. São Paulo: Editora Alínea e átomo, 2005.  
LENZI, E. F.; LUCHESE, L. O. B.; BERNARDI, E., **Introdução à Química da Água - Ciência, Vida e Sobrevivência**. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.  
LENZI, E. F.; LUCHESE, L. O. B. **Introdução à Química da Atmosfera - Ciência, Vida e Sobrevivência**. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.  
KOTZ, J. C.; TREICHEL Jr, P. M. **Química Geral e Reações Químicas**. vols. 1 e 2. Tradução da 5ª norte-americana. São Paulo: Editora Pioneira, 2005.  
CHANG, R. **Físico-Química para as Ciências Químicas e Biológicas**. Vols., 1 e 2. 3.ed. AMGH Editora Ltda., 2010.

Disciplina:	Introdução ao Espanhol Básico		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudo da origem do Idioma Espanhol, sua expansão histórica, a unidade e variedade do Espanhol, a difusão espanhola e expansão da Língua Espanhola no mundo globalizado, proporcionar ao estudante as bases necessárias para aquisição da Língua Espanhola em nível básico, desenvolvendo e estimulando a capacidade de comunicação tanto no campo da linguagem escrita quanto na linguagem falada.

Bibliografía básica

ALARCOS L. E. **Gramática de la lengua española**. Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

CASTRO, F. **Uso de la gramática. (Elemental, intermedio, avanzado)**. Madrid. Edelsa. 2004.

GARCÍA. M. L. A. **Español sin Fronteras**, vol. I, II, III, IV. Scipione. São Paulo, 2013.

Bibliografía complementar

GARCÍA M. **Lenguas y dialectos de España**. Madrid: ArcoLibros, 1994.

GONZÁLEZ Hermoso, C. R. & SÁNCHEZ Alfaro, M. **Gramática de español lengua extranjera. Normas y recursos para la comunicación**. Madrid. Edelsa. 2011.

MATTE BON, F. **Gramática comunicativa del español I: de la lengua a la idea**. Madrid. Edelsa, 2000.

MORENO F. F. **Historia social de las lenguas de España**. Barcelona: Ariel, 2005.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española**. Madrid, Real Academia, s/d.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español**. Madrid. Aguilar. 1972.

Disciplina:	Espanhol II		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Estudos dos verbos em Espanhol, utilização e contexto. Introdução à leitura em Língua Espanhola. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional. Tradução do Castelhamo. Estudos de diversos gêneros textuais na Língua Espanhola.

Bibliografía básica

AGUIRRE, C. et al. **El mundo en español: lecturas de cultura y civilización. Nivel B**. Madrid: Habla con Eñe, 2012.

**SEÑAS: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños /** Universidad Alcalá de Henares. Tradução: Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2001.

FANJUL, A. (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas**. São Paulo: Moderna, 2005.

Bibliografía complementar

HERMOSO, A. G. **Conjugar es Fácil en Español**. Madrid, ed. Edelsa, 1997.

GALVÉZ, D. et al. **Diploma superior: Preparación para el Diploma Superior de Español Lengua Extranjera**. Madrid: Edelsa, 2000.

Disciplina:	Dificuldades de Aprendizagem
-------------	------------------------------

Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:**Estudo das Dificuldades da Aprendizagem (Disgrafia, Dislalia, Disortografia, Dislexia, Discalculia e o TDAH) e dos Transtornos da Aprendizagem (Autismo e a Síndrome de Asperger). Discussão dos diferentes perfis de aprendizagem e identificação precoce das dificuldades e dos transtornos. Abordagem sobre as teorias psicológicas de B. F. Skinner e de Sigmund Freud para a intervenção pedagógica. Atuação dos educadores frente as Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem na educação básica.

Bibliografia básica

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988.** Disponível em: <www.senado.gov.br/con1988>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL.. **Educação Especial Legislação.** 1997. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 abr.2016

BRASIL.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** D.O.U. de dezembro de 1996.

Bibliografia complementar

BRASIL.. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/política.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** In: Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3. n.5, p. 7-25, 1999.

BUENO, J. G. **Educação inclusiva: princípios e desafios.** In: Revista Mediação, n. 1, p. 22-28, 1999. BUENO, J. G. **A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular.** In: Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

ONU. **Declaração de Salamanca: princípios, política e prática em educação especial.** 1994. Disponível em:<www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 26 abr. 2016.

VIGOTSKI, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

Disciplina:	Iniciação à Pesquisa		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Sistema e plataformas brasileiras de ciência. Instituições de fomento à pesquisa. Índices de avaliação de produção científica. Redes sociais de divulgação científica. Introdução a bases de dados biológicos. Pesquisa bibliográfica. Direitos autorais e

propriedade intelectual. A importância da comunicação científica na divulgação dos resultados de pesquisa. Introdução a metodologia científica.

Bibliografia básica

TOURINHO, M.M., PALHA, M.D.C. **A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação.** Caderno EBAPE.BR, 2014, vol. 12, DOI10.1590/1679-39519356  
 VOGEL, M.J.M. **Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, 2015, 187 p

Bibliografia complementar

WALTMAN, L. **A review of the literature on citation impact indicators.** Journal of Informetrics, 2016, vol. 10, pp. 365-391.

Disciplina:	Invertebrados: instrumentação para aulas práticas		
Semestre:		Carga horária:	40h
Código:	ELET	Pré-requisito:	

**EMENTA:** Investigação e análise de modalidades e recursos didáticos para o ensino prático de zoologia de invertebrados para o Ensino Fundamental e Médio. Descrição de tipos de laboratórios didáticos. Uso da internet para o ensino da zoologia de invertebrados. Ensino experimental em zoologia e a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. Construção de atividades e materiais didáticos.

Bibliografia básica

BRUSCA, R.C., BRUSCA, G.J. **Invertebrados.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 968 p.  
 FRANSOZO, A., NEGREIROS-FRANSOZO, M. L. **Zoologia dos invertebrados.** Rio de Janeiro: Roca, 2016. 661 p.  
 RIBEIRO-COSTA, ROCHA, C.S., ROCHA, R.M. **Invertebrados: manual de aulas práticas.** 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p.

Bibliografia complementar

DAJOZ, R. **Princípios de ecologia.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 519 p.  
 ODUM, E.P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: Interamericana, 1988. 434 p.  
 RUPPERT, E.E., Fox, R.S., Barnes, R.D. **Zoologia dos Invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva.** 7 ed. Rio de Janeiro: Roca, 2005. 1145 p.

## 7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado deverá possibilitar ao futuro professor a oportunidade de vivenciar diferentes situações durante o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem,

assim como refletir sobre estas situações juntamente com os orientadores do Estágio e a equipe de professores da escola, a fim de que possa buscar novas alternativas para sua prática educativa.

Os Estágios Curriculares Obrigatórios em Penedo são realizados em instituições públicas ou privadas ou em instituições da sociedade civil organizada que desenvolvam atividades propícias ao aprendizado do graduando. A prática dos estágios está norteada pelos Manuais de estágio I e II, produzidos pelos professores do Tronco Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UE Penedo (Apêndices II e III).

Em Penedo, foi firmado um convênio entre a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, Secretaria de Educação do Município de Penedo e pela Secretaria de Educação do Município de Piaçabuçu e a Universidade Federal de Alagoas com vistas a estabelecer parceria para viabilizar o Estágio Curricular Supervisionado nas instituições escolares desses municípios.

A Resolução CNE/CP 02/2002 (Anexo III) estabelece que a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado deve ser de 400 (quatrocentas horas), distribuídas no curso em 200 horas de estágio no ensino fundamental (Ensino de Ciências) e 200 horas no ensino médio (Ensino de Biologia); embora para os alunos que já exerçam atividade docente regular na educação básica, esta carga horária poderá ser reduzida em até 200 (duzentas) horas.

O Estágio Curricular Supervisionado, compreendido como processo de formação docente, assume um compromisso nas escolas campo de estágio, a partir de duas esferas:

- na elaboração de uma análise contextual da realidade local das instituições de ensino, identificando as necessidades e prioridades dos processos educativos nela vivenciados; e
- sob o ponto de vista científico, possibilita ao estudante-estagiário refletir sobre essa realidade a partir de projetos de investigação que lhe permitam problematizar as situações que observam e apontar possíveis soluções a partir da elaboração de um Projeto de Intervenção construído a partir da realidade diagnosticada, sem perder de vista, os processos didáticos-pedagógicos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de Ciências/Biologia na educação básica.

Todas as normas que regulamentam a realização do Estágio Curricular Supervisionado, se encontram na normativa nº03/2017 (Apêndice I) aprovada em reunião de Colegiado de Curso em 04 de outubro de 2017 e disponibilizada aos alunos.

## **8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório em todos os cursos de graduação da UFAL e está institucionalizado através da Resolução CEPE/UFAL nº 25/2005 (Anexo XII), em seu Art. 18 afirma:

O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para a integralização do Curso. No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Unidade Penedo, O TCC será desenvolvido pelo graduando que esteja regularmente matriculado e que já tenha cursado percentual igual ou superior a 70% da carga horária total do curso, o que para o aluno de fluxo padrão corresponde ao 6º período

O TCC corresponderá a um estudo realizado pelo discente, sob orientação de professor da UFAL, ou profissional qualificado externo à instituição, que engloba atividades práticas e/ou teóricas permitindo ao aluno a ampliação, aplicação e demonstração dos conhecimentos adquiridos e construídos ao longo do curso, propiciando o desenvolvimento da expansão e consolidação das áreas de conhecimento, como sugere o PDI 2013-2017 da Universidade Federal de Alagoas.

O TCC deve ser direcionado para a área de formação dos alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas, preferencialmente, com uma abordagem voltada para o ensino de biologia, versando sobre as diferentes áreas temáticas em ciências biológicas, biodiversidade, ecologia e meio ambiente.

O TCC se constitui em um trabalho escrito e defendido individualmente, em apresentação pública seguida de arguição. Todas as normas que regulamentam a realização do TCC, desde a matrícula vínculo do aluno até a entrega da versão final na biblioteca setorial da Unidade Penedo se encontram na normativa nº04/2017 (Apêndice IV) aprovada em reunião de Colegiado de Curso em 06 de dezembro de 2017 e disponibilizada aos alunos.

## **9. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS**

O currículo pleno dos cursos de graduação da Universidade Federal de Alagoas, é constituído por duas partes: uma fixa (formada pelos conteúdos didáticos-científicos, estágios, etc.) e uma flexível (a qual compreende as atividades acadêmico-científico-culturais). De acordo com a Resolução CEPE/UFAL nº 56/95 (Anexo XI), a parte flexível representará de 5 (cinco) até 10% (dez) da carga horária total a parte fixa, e esta, poderá ser desenvolvida em atividades de pesquisa, ensino, extensão e representação estudantil, ou em pelo menos 02 (duas) dessas atividades. Ainda de acordo com a resolução que regulamenta a parte flexível do currículo pleno

dos cursos de graduação desta IFES, carga horária (200h), deverá ser vivenciada durante o período de integralização do curso.

O curso de Biologia Licenciatura está estruturado e será conduzido de modo a permitir o desenvolvimento de atividades complementares, as quais são importantes para a formação docente e para o desenvolvimento de competências e habilidades como foi determinado na elaboração do perfil do profissional desejado. Portanto, serão incentivadas atividades tais como: busca de informações em fontes variadas, uso frequente da biblioteca, uso de recursos multimídia, visitas de campo (museus, ecossistemas como, caatinga, mata atlântica etc., instituições de ensino e pesquisa etc.), participação em congressos, seminários, workshops, palestras e outras. A realização de estágios, incluindo monitoria, também será incentivada.

Propomos algumas atividades complementares à formação do Licenciado em Biologia, que visam propiciar uma complementação de sua postura de estudioso e pesquisador, integralizando o currículo, tais como, a produção de monografias e a participação em programas de iniciação científica, assim como a docência. Incorporação das Atividades Complementares de Graduação em que se prevê a validação no histórico de atividades que vão desde disciplinas ofertadas em outros cursos, passando por estágios voluntários até participação em projetos de pesquisa e extensão. Os tipos específicos de atividade a serem considerados, bem como sua forma de cômputo pelo colegiado, são regidos pela Normativa Interna nº 5 (Apêndice V).

No âmbito das Atividades Acadêmicas de formação oferecidas aos discentes, listamos de maneira especial, o Programa de Educação Tutorial (PET), que oferta periodicamente bolsas de estudo para os alunos selecionados. Todos os professores e alunos do curso de Ciências Biológicas são, permanentemente, estimulados a participar do programa com atividades conduzidas sob a coordenação do programa PET. O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado e implantado em 1979 pela CAPES, sendo um programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Eles são selecionados pelo respectivo Grupo PET, recebendo orientação acadêmica de Professores e Tutores. O PET objetiva envolver os estudantes que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes uma compreensão abrangente e profunda de sua área de estudos. São objetivos deste programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do aluno, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva, o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de um programa diversificado de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior - DEPEM. Vem sendo executado, desde então, levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das Universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação.

Os Programas são avaliados através de uma Comissão Local de Avaliação e Acompanhamento uma Comissão de Avaliação do MEC/SESU. O PET/ Conexões de Saberes Penedo teve sua aprovação em dezembro de 2010 e, durante toda a sua existência, tem se empenhado na participação e/ou promoção de inúmeros eventos sociais, técnicos, culturais, instrutivos e políticos, visando atingir plenamente os objetivos primordiais do programa. Como consequência, o grupo tem obtido bons conceitos nas avaliações de atividades feitas pelos órgãos de fomento desde sua implantação, como por exemplo: 1) Ampliação do interesse pela pós-graduação por parte do corpo discente do curso; 2) Sucesso na vida profissional de ex-petianos tem demonstrado a todos os alunos que participam do Programa a importância de uma maior dedicação na graduação, perseguindo uma formação mais abrangente; 3) Tem proporcionado uma maior integração entre os corpos discente e docente da graduação através da promoção de eventos de várias naturezas (científicos, culturais e esportivos); 4) Os trabalhos de pesquisa elaborados pelos petianos têm sido reconhecidos em congressos científicos de alta qualidade; 5) Suas ações consolidadas tem servido de modelo para projetos de implantação de outros grupos PET na UFAL; 6) Vem proporcionado uma melhor representatividade do curso em eventos realizados em outras IES.

Finalmente, o Programa está muito bem-conceituado externamente principalmente pela facilidade com a qual seus componentes têm ingressado nos cursos de pós-graduação dos centros de excelência de nosso país e no exterior. Ultimamente o grupo tem dado maior atenção a duas questões de grande importância: a primeira é a relação direta do programa com os demais alunos do curso, e para tanto tem promovido seminários e cursos de nivelamento para os mesmos; a segunda é a preocupação com a divulgação do curso de Ciências Biológicas fora da Universidade, o que os levou às escolas Ensino Médio para promoção de palestras e seminários.

Quadro 4. Atividades que poderão ser desenvolvidas como atividades acadêmico-científico-culturais.

No.	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS
1	Monitoria
2	Iniciação científica
3	Estágio – Projeto de Extensão
4	Publicação do aluno com Prof. Orientador
5	Participação em eventos com apresentação de trabalhos
6	Participação em eventos sem apresentação de trabalhos
7	Monitoria em evento
8	Curso/Oficina/Grupo de Estudo
9	Estágio Extra Curricular
10	Representação estudantil nos conselhos da UFAL
11	Participação estudantil em Diretórios
12	Língua estrangeira (curso completo) *

13	Informática (curso completo) *
14	Estágio em ensino de Ciências e Biologia (rede pública e mínimo de 02 semestres letivos)
15	Participação em Campanhas de saúde durante o período de integralização do curso (vacinação, epidemias e prevenção)
16	Participação em organização de eventos de natureza técnico-científica
17	Mostra comentada de vídeos técnicos durante o período de integralização do Curso.
18	Organização de eventos acadêmicos (seminários, congressos, simpósios, etc.)
19	Participação no PET – Programa de Ensino Tutorial

\* Desde que tenha sido realizado em dois semestres letivos.

## **10. AVALIAÇÃO**

### **10.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso**

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do curso de Biologia Licenciatura a ser implementado com esta proposta é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também, para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, o qual é dinâmico e deve passar por constantes avaliações, essas por sua vez, procuram atender o disposto no artigo 3º, Inciso VIII, da Lei nº. 10861, de 14/04/2004.

O curso será avaliado também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com indústrias alagoanas e estágios curriculares não obrigatórios. O roteiro proposto pelo INEP/MEC para avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
2. Corpo docente formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional;
3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

A avaliação do desempenho docente será efetivada pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. O NDE (Núcleo Docente Estruturante) também participa na avaliação do PPC realizando análise, acompanhamento e a consolidação efetiva do mesmo.

### **10.2. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**

A avaliação terá duas funções básicas: Função diagnóstica – visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, providências para estabelecimentos de novos objetivos, retomada de objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço, sondagem, projeção e retrospectiva de situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu.

Função formativa – localiza deficiências na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo, e assegurar o alcance dos objetivos. Para que a avaliação tenha o caráter formativo, trabalhar-se-á seleção dos objetivos e conteúdos das disciplinas, desenvolvendo o caráter multidisciplinar e interdisciplinar sempre buscando a participação dos alunos.

Segundo a Resolução CEPE/UFAL nº 25/05 (Anexo XII), a avaliação do rendimento escolar acontecerá da seguinte forma:

- a – Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- b – Prova Final (PF), quando for o caso;
- c – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Cada Avaliação Bimestral abordará os conteúdos do respectivo bimestre e será resultante de mais de um instrumento de avaliação. A nota será calculada considerando o total de pontos obtidos nas diversas atividades formativas.

Em cada disciplina, o estudante que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) em uma das Avaliações Bimestrais (AB), terá direito a Reavaliação daquela em que obteve menor pontuação. A Nota Final (NF) será a média aritmética das duas Avaliações Bimestrais.

Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 7,00 (sete).

Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco). O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF). Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

## **11. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES**

### **11.1. Nivelamento**

O curso de nivelamento para os alunos recém-ingressos no curso de Biologia Licenciatura, tem como objetivo geral, promover melhorias no desempenho acadêmico dos mesmos. Além disso, busca-se atender um dos parâmetros da perspectiva 4 do PDI 2013-2017 da UFAL, no sentido de ampliar e reforçar a permanência dos discentes nos espaços de fazer acadêmico, e da perspectiva 8 do PDI 2013-2017 da UFAL, possibilitando aumento da taxa de sucesso do ensino. Esses objetivos consistem em:

- a) Promover a integração destes entre si e com os demais discentes, e docentes do curso, de forma a incentivá-los a participar das várias atividades desenvolvidas pela Universidade;
- b) Mostrar a estrutura acadêmica e administrativa da Universidade;
- c) Apresentar informações sobre a grade curricular do curso, Colegiado do Curso, Centro Acadêmico e outros programas de interesse dos alunos;

- d) Avaliar e complementar os conhecimentos destes alunos em matérias básicas identificadas como deficientes para a compreensão dos fenômenos biológicos;
- e) Enfatizar a importância das matérias específicas para formação profissional.

### **11.2. Laboratório de Práticas de Ensino da Biologia**

A reflexão sobre o ensino da Biologia tem procurado minimizar a dicotomia entre a teoria e a prática, entre a forma e o conteúdo, entre o conhecimento científico e as outras formas de conhecimento, entre a escola e a vida, entre o homem e o mundo, buscando um ensino que rompa com a ideia de repetição, fixação e memorização, valorizando o cotidiano do aluno, priorizando a criação, a problematização e a transformação.

Para que possamos enfrentar esse desafio do fazer escolar, será implantado um Laboratório de Práticas de Ensino da Biologia. Nesse laboratório serão elaborados programas que visem conceber e preparar material didático (coleções, kits, etc.), implementar inovações pedagógicas, assim como, desenvolvimento de novas metodologias, as quais deverão ser aplicadas em escolas públicas ou particulares da região. Poderá também ser objeto de estudo desse laboratório, a utilização do espaço para atender as demandas externas de capacitação docente da rede de ensino por meio de oficinas, bem como, a disponibilização dos modelos pedagógicos e jogos didáticos produzidos.

### **11.3 Laboratórios Especializados**

Existem três laboratórios especializados no âmbito do curso, sendo que o uso de dois deles (Laboratório Didático Multidisciplinar e Laboratório de Informática) se dá de forma compartilhada, porém sem concomitância de uso, pois a utilização é feita em turnos alternados.

- a) O Laboratório Didático Multidisciplinar é o laboratório de maior acesso, sendo utilizado ativamente pelos dois cursos, Ciências Biológicas e Engenharia de Pesca, que abordam aulas práticas nas áreas de Ciências Naturais. O Laboratório está localizado na parte térrea da Unidade e oferece total acessibilidade para pessoas com deficiência. O laboratório possui 20m<sup>2</sup>, e comporta somente 15 alunos por vez, sendo necessário o revezamento de turmas na sua utilização. Estão à disposição dos docentes e discentes equipamentos aulas práticas. O Laboratório possui normas de segurança e utilização aprovadas em reunião de Unidade. Quanto aos equipamentos de segurança possui chuveiro e lava olhos. O laboratório está sob supervisão de um servidor técnico de nível superior em Ciências Biológicas, além de possuir mais dois técnicos de nível médio em Ciências Biológicas, mas que possuem formação superior e pós-graduação.
- b) O Laboratório de Práticas Pedagógicas, está localizado no Centro de Cultura e Extensão Universitária (CCEU) da UE Penedo, equipamento cultural pertencente a UFAL. Está

localizado na parte central da cidade de Penedo, oferecendo acessibilidade parcial (apenas térreo do prédio) para pessoas com deficiência. Possui área de aproximadamente 40m<sup>2</sup> com capacidade para 25 alunos por vez. Diferentemente dos outros laboratórios, este laboratório tem uso exclusivo do Curso de Ciências Biológicas. Este laboratório se destina a construção de material prático-pedagógico a ser utilizado nas disciplinas e práticas pedagógico-educacionais (em fase de implantação com operacionalização a partir de janeiro de 2018 - semestre 2017.2).

- c) O Laboratório de Informática da Unidade possui 25 m<sup>2</sup>, em média e está equipado com 25 computadores de mesa. A relação entre equipamentos e usuários chega ao máximo de 2 discentes por máquina, dependendo do tamanho da turma. O Laboratório está localizado na parte térrea da Unidade e oferece total acessibilidade para pessoas com deficiência. A velocidade atual do link de dados que serve a Unidade é de 100mb.

#### **11.4. Monitoria**

O programa de monitoria é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD - e tem como objetivo principal, possibilitar ao aluno o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem em determinada disciplina supervisionada por um professor orientador. Entre seus objetivos específicos destacam-se:

- a) Assessorar o professor nas atividades docentes;
- b) Possibilitar a interação entre docentes e discentes;
- c) Proporcionar uma visão globalizada da disciplina a partir do aprofundamento, questionamento e sedimentação de seus conhecimentos;
- d) Desenvolvimento de habilidades didático-pedagógicas e uma visão crítica sobre a metodologia do ensino.

#### **11.5. Políticas de atendimento a pessoas com deficiência**

A comunidade acadêmica que compõe o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Educacional Penedo, preocupada com a instauração de uma educação superior inclusiva, em consonância com a Constituição Federal de 1988; a LDBEN nº 9.394/1996; a Portaria nº 3.284/2003; o Decreto nº 5.296/2004; o Decreto nº 6.949/2009; o Decreto nº 7.611/2011; a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 15.487/2015 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Alagoas (PDI 2013-2017), busca assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que poderão fazer parte do curso. Para isso, implementa a acessibilidade para esses estudantes considerando quatro eixos:

## **Eixo 1 – Atividades de Ensino e Inclusão**

Para favorecer a acessibilidade didática e curricular, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas oferta duas disciplinas para atender as demandas da Educação Inclusiva:

- LIBRAS, conforme Decreto nº 5.626/05, como disciplina obrigatória do curso; e como - disciplina eletiva nos cursos de bacharelado em Turismo, Sistemas da Informação e Engenharia da Produção; e,

- Dificuldades de Aprendizagem, disciplina eletiva, que busca estudar as causas e os tipos de dificuldades de aprendizagem; discutir os modos como elas afetam tanto a educação quanto o crescimento social e educacional do sujeito, a partir das teorias psicológicas de Skinner e Vygotsky; debater sobre a atuação dos professores de Ciências/Biologia frente às Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem na educação básica/no ensino superior; e compreender as políticas públicas da Educação Inclusiva no Brasil, em Alagoas e, em especial, no município de Penedo/AL e entorno.

Além dessas disciplinas, para favorecer a aprendizagem no ambiente universitário, o curso conta com o Programa de Tutoria e Monitoria da Universidade, que objetiva reduzir as reprovações nas disciplinas fornecendo aos/às discentes, apoio pedagógico no sentido de tirar dúvidas dos conteúdos e para suprir as dificuldades de aprendizagem advindas das práticas metodológicas conceituais básicas do ensino médio. Essas atividades são desenvolvidas por estudantes bolsistas (ou não) que obtiveram bom desempenho nas disciplinas em que há um maior índice de reprovação, sob a orientação de docentes supervisores.

## **Eixo 2 – Atividades de Extensão e Inclusão**

Os docentes do Eixo Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas promovem Projetos de Extensão e Ações de Extensão com a temática da Educação Inclusiva voltados para os/as discentes do curso e para a formação continuada dos/as professores/as da educação básica das escolas públicas do município de Penedo/AL. Tais atividades estão elencadas abaixo:

Projetos de Extensão:

- Formação continuada para professores dos anos finais do ensino fundamental das escolas municipais de Penedo/AL;
- Curso de Formação para Tradutor/Intérprete de Libras para professores das escolas municipais de Penedo/AL

Ações de Extensão

- Escola democrática – numa perspectiva inclusiva.

Tenciona-se ainda ampliar essas discussões para a docência no ensino superior, com vistas a atender a demanda dos docentes da Unidade Educacional Penedo, no que tange ao Atendimento Educacional Especializado referente às Dificuldades de Aprendizagem dos/das discentes dos cursos que compõem a Unidade.

### **Eixo 3 – Atividades de Pesquisa e Inclusão**

As pesquisas no campo da inclusão estão no processo de implementação e buscam analisar como ocorre a Educação Inclusiva no ensino de Ciências/Biologia para os estudantes com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio das escolas públicas de Penedo/AL e entorno.

Cabe destacar que a Educação Inclusiva tem sido objeto de investigação de pesquisas no curso ainda de forma incipiente, com apresentações de trabalho em eventos científicos e publicação de artigos nos anais desses eventos. Tenciona-se criar um Grupo de Pesquisa que estabeleça a Educação Inclusiva como mote de investigação.

### **Eixo 4 – Atividades do Núcleo de Acessibilidade da UFAL**

Além desses eixos, o curso conta com o apoio didático-pedagógico do Núcleo de Acessibilidade (NAC) da UFAL. O NAC foi criado em 2013 e está vinculado à Pró Reitoria Estudantil (PROEST/UFAL) e ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por uma ação específica do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, do Ministério da Educação. Este Núcleo visa não apenas garantir os direitos previstos na lei, mas disponibilizar meios, recursos e serviços que permitam a efetivação da permanência desses/as discentes, com qualidade, em nossa instituição. Esse Núcleo está localizado no Campus A. C. Simões em Maceió, mas oferece orientações para os demais campi da Universidade através da socialização de suas ações.

Além do NAC, a Unidade disponibiliza do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), que realiza serviços de atendimento aos estudantes. O NAE funciona em uma sala específica e conta com uma Assistente Social que permanece na Unidade diariamente.

No entanto, algumas limitações arquitetônicas impedem que os trabalhos didático-pedagógicos sejam desenvolvidos de maneira plena na Unidade Educacional Penedo: o prédio da Unidade, apresenta pouca acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no piso térreo, apenas contando com uma rampa na entrada e uma vaga para pessoa com deficiência no estacionamento; não há banheiro acessível para os/as discentes, docentes, técnicos e funcionários, piso tátil e elevador para o primeiro e segundo andar. O projeto de construção do prédio prevê a instalação de elevadores, entretanto, a instalação foi inviabilizada devido a problemas contratuais da empresa responsável, que não efetuou a entrega do equipamento.

Cabe ressaltar, que apesar dessas dificuldades estruturais e arquitetônicas, a comunidade acadêmica da Unidade Educacional Penedo e do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas assume um compromisso para diminuir essas barreiras com os futuros estudantes com deficiência, tendo em vista que, atualmente, não há demanda desse público na Unidade.

Quanto ao núcleo de acessibilidade que atende ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no momento as atividades são desenvolvidas pelo Núcleo de Atendimento Educacional – NAE. Este, oferece suporte pedagógico ao corpo docente, técnico e discente, fortalecendo as interações entre a comunidade acadêmica. Quando necessário, os docentes e/ou discentes são encaminhados para o NAC no campus Arapiraca ou no campus A. C. Simões.

### **11.6 Política de assistência estudantil**

A assistência ao estudante vem sendo executada pela Pro-reitoria Estudantil (PROEST/UFAL), com sede no Campus A.C. Simões, em seus *campi* e unidades educacionais fora de sede através das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE). A política de assistência estudantil desenvolvida pela PROEST segue princípios e diretrizes estabelecidos no Decreto Nº 7.234, de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos discentes, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, a fim de assegurar condições de permanência na educação superior pública federal.

Em 2012, após o processo de interiorização e expansão da UFAL, a PROEST institucionaliza os NAE's no Campus do Sertão e sua unidade educacional de Santana do Ipanema e no Campus Arapiraca e unidades de Penedo, Palmeira dos Índios e Viçosa, como instancias de execução das atividades de assistência aos estudantes; e com vinculação direta a Gerência de Assistência Estudantil (GAE), com a Gerência de Esportes (GEE) e com as coordenações de Política Estudantil e de Ações Acadêmicas da PROEST.

Segundo sua normatização, o NAE deveria ser composto por uma equipe profissional formada por um coordenador geral, um vice-coordenador, um profissional de educação física, um assistente social e um psicólogo, além de um pedagogo, objetivando prestar um atendimento psicopedagógico e assistencial que desenvolvam as ações previstas no PNAS nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. São também atribuições do NAE:

I – Realizar pesquisas que identifiquem o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados em cursos presenciais;

II– Realizar avaliação e seleção dos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social;

II – Acompanhar a vida acadêmica dos estudantes contemplados nos programas de assistência estudantil;

IV – Fazer acompanhamento e orientação psicopedagógicos;

V – Encaminhar os estudantes aos atendimentos de saúde.

VI - Promover atividades de esporte, socialização e integração;

VII – Participar e colaborar com a organização da recepção aos calouros.

VIII – Analisar as demandas assistenciais para avaliação da necessidade de ações específicas com fins de atendimento às demandas da comunidade estudantil.

O NAE na Unidade Penedo, desde a sua implementação, não conta com uma equipe mínima de profissionais prevista na sua normatização. Há apenas uma assistente social lotada no setor e, desde 2015, conta com o apoio de uma assistente em administração. Diante desse fato, as ações desenvolvidas no Núcleo estão limitadas basicamente ao atendimento assistencial por meio da concessão financeira de bolsas ou auxílios de caráter permanência. Assim a política de assistência estudantil desenvolvida pelos NAE's dispõe de quatro formas de benefícios aos alunos de curso de graduação presencial, conforme abaixo:

	Definição	Valor
Bolsa Pro-graduando	Objetiva atender ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica para ampliar as condições de permanência durante sua formação acadêmica presencial.	R\$ 400,00
Auxílio Moradia	Visa ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica procedentes de Estados, Municípios e/ou povoados distintos do qual se encontra vinculado, ou seja, estudantes que originalmente residam em localidade diferente de onde estudam.	R\$ 300,00
Auxílio Alimentação	É ofertado exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não dispõem de atendimento pelo restaurante universitário.	R\$ 150,00
Auxílio Emergencial	Objetiva ampliar as condições de permanência dos estudantes que se encontram com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, que coloquem em risco a sua permanência na Universidade.	R\$ 300,00 (Concedido por 03 meses, podendo ser prorrogado por mais 03)

A inserção dos alunos nos programas e auxílios citados é realizada via editais de seleção com análise socioeconômica e documental realizada pelo Serviço Social nos NAE's e GAE/PROEST.

Outra ação integrante do PNAS e operacionalizada pelo NAE é o Programa de Bolsa Permanência (PBP). Implantado em 2013 pela Portaria nº 389, do MEC, este programa concede um auxílio financeiro com a finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente de origem quilombola ou indígena.

Como forma de incentivar a participação de estudantes de graduação em eventos de ensino, pesquisa ou extensão, como autores ou coautores de trabalhos acadêmicos, a PROEST concede um auxílio financeiro (ajuda de custo), mediante solicitação do aluno. A documentação necessária pode ser entregue no NAE de referência e, posteriormente, encaminhada para a secretaria da Pró-reitoria. O valor repassado ao estudante, após a apresentação do certificado/declaração de participação no evento, será condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira da UFAL, podendo variar de acordo com a distância do Campus/Unidade ao local do evento.

## 12. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto de nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>

BRASIL. **Decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 389, de 09 de maio de 2013.** Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13102-port389-13-pdf&category\\_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13102-port389-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192)>.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>

BRASIL **Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: <

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>

\_\_\_\_\_. **Manual de Gestão do Programa de Bolsa Permanência.** Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Manual do Sistema de Gestão da Bolsa Permanência.** Disponível em: <[http://sisbp.mec.gov.br/docs/manual\\_sisbp.pdf](http://sisbp.mec.gov.br/docs/manual_sisbp.pdf)>.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, M., LESSARD, C., LAHAYE, L. 1991. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 4, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Normatização Dos Núcleos De Assistência Aos Estudantes.** Disponível em <<http://www.ufal.edu.br/arquivos/proest/manuais/normatizacao-dos->

[nucleos-de assistencia-ao-estudante/](#)>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de desenvolvimento institucional.** Disponível em <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/plano-de-desenvolvimento/2013-2017>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de desenvolvimento do Campus Arapiraca.** Disponível em <<https://sites.google.com/site/planodiretorufalarapiraca/relatorios>>

## **APÊNDICES**

# **APÊNDICE I**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**NORMATIVA Nº 03/2017 – CCLCB, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOS, *CAMPUS* ARAPIRACA, UNIDADE  
EDUCACIONAL PENEDO, CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS  
BIOLÓGICAS**



Normativa Interna Nº 03/2017 – CCLCB, de 04 de outubro de 2017.

Regulamenta a oferta de Estágios Curriculares Obrigatórios no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

O COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Nº 9394/96, Lei 11.788 de setembro de 2008, a Resolução CNE/CP 002/2002.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Os Estágios Curriculares do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas são atividades acadêmicas obrigatórias ou não-obrigatórias, que se configuram como vivências profissionais complementares à formação acadêmica, destinadas a propiciar ao graduando a aprendizagem de aspectos que contribuam para sua formação profissional integral.

**Art. 2º** Os Estágios Curriculares devem atender à integração teoria e prática, condição *sine qua non* da organização curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de forma a:

I – Propiciar a inserção dos alunos na realidade educacional;

II – Proporcionar um contato direto e sistemático com a prática social e pedagógica no cotidiano das instituições ou instâncias educativas;

III – Criar condições para a observação da ação do profissional da educação e da dinâmica de funcionamento das instituições e dos processos educativos, considerando também suas relações com a família e outras instituições sociais;

IV – Fomentar a compreensão da prática docente e das práticas de outros profissionais da educação, permitindo a produção de conhecimentos sobre as questões que envolvem a relação pedagógica de modo geral;

V – Possibilitar a reflexão e a problematização acerca do fenômeno educacional colaborando para a construção de sentidos e significados da ação pedagógica.

**Art. 3º** Os Estágios Curriculares Obrigatórios fazem parte do núcleo específico/eixo profissionalizante do currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, constituindo-se em atividades obrigatórias para todos os estudantes.

§ 1º São os seguintes os Estágios Curriculares Obrigatórios e suas respectivas cargas horárias:

**Estágio Curricular I – Ênfase na gestão, organização e funcionamento do trabalho escolar**, ofertado e desenvolvido Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas;

**Estágio Curricular II – Laboratório de Ensino, Práticas de Laboratório de Ensino mediadas pelos projetos/objetos pedagógicos construídos pelos/as estudantes ao longo das**



**disciplinas já cursadas**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas;

**Estágio Curricular III – Vivência e prática de ensino no Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano)**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas;

**Estágio Curricular IV - Vivência e prática de ensino no Ensino Médio**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas;

**Art. 4º** Os Estágios Curriculares Obrigatórios serão realizados em instituições públicas ou privadas ou em instituições da sociedade civil organizada que desenvolvam atividades propícias ao aprendizado do graduando.

§1º No caso dos Estágios Curriculares em Docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, apenas serão admitidas instituições educativas formais, públicas ou privadas, que ofereçam serviços educativos para essas etapas da Educação Básica.

§2º Os espaços de ensino-aprendizagem para a realização dos estágios curriculares obrigatórios, denominados Campos de Estágio, serão definidos pela Coordenação de Estágio do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, que deverá cadastrar, avaliar e indicar os locais adequados, segundo critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

**Art. 5º.** As atividades dos Estágios Curriculares Obrigatórios compreendem dois tempos distintos e complementares:

I – **Tempo de Orientação de estágio**, que compreende encontros presenciais com o professor responsável pela orientação, denominado Professor orientador;

II – **Tempo de Realização das atividades no Campo de Estágio**, que compreende as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no Campo de Estágio.

**Art. 6º.** A Orientação do Estágio a ser realizada pelo professor orientador de que trata o inciso I do artigo 5º desta Resolução compreende:

I – Orientação para a elaboração do planejamento das atividades a serem realizadas durante o Estágio;

II – Suporte teórico-metodológico e apoio pedagógico ao estudante, bem como a definição das modalidades de ação e/ou projetos de ensino;

III – Acompanhamento sistemático e processual do desenvolvimento das atividades planejadas durante as etapas de trabalho, em contato com as instituições envolvidas;

IV – Avaliação do estudante que deve pressupor obrigatoriamente a realização de Relatório Final das atividades realizadas.

Parágrafo Único – Compete à Coordenação de Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do *Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo da Universidade Federal de Alagoas, de acordo com critérios previamente definidos, indicar os professores orientadores que irão se responsabilizar pela realização e acompanhamento dos Estágios Curriculares.



**Art. 7º** A distribuição dos tempos de que trata o artigo 5º desta Resolução, para efeito do cômputo de encargos didáticos dos professores e da carga horária correspondente ao Estágio para integralização curricular do estudante, é a seguinte:

**Estágio Curricular I – Ênfase na gestão, organização e funcionamento do trabalho escolar**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas, sendo 20 horas de horas de Orientação de estágio e 80 horas de atividades desenvolvidas no Campo de Estágio;

**Estágio Curricular II – Laboratório de Ensino, Práticas de Laboratório de Ensino mediadas pelos projetos/objetos pedagógicos construídos pelos/as estudantes ao longo das disciplinas já cursadas**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas, sendo 20 horas de horas de Orientação de estágio e 80 horas de atividades desenvolvidas no Campo de Estágio;

**Estágio Curricular III – Vivência e prática de ensino no Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano)**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas, sendo 20 horas de horas de Orientação de estágio e 80 horas de atividades desenvolvidas no Campo de Estágio;

**Estágio Curricular IV – Vivência e prática de ensino no Ensino Médio**, ofertado e desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a carga horária total de 100 (cem) horas, sendo 20 horas de horas de Orientação de estágio e 80 horas de atividades desenvolvidas no Campo de Estágio;

§1º Serão atribuídas ao professor orientador às 100 horas/aula correspondentes à carga horária prevista para a Orientação de Estágio, conforme discriminado no art. 5º desta resolução.

§2º A Orientação de Estágio deve versar sobre todas as atividades previstas no Estágio, desde as discussões iniciais sobre o projeto de Estágio até o desenvolvimento, pelo estudante, das atividades no Campo de Estágio, culminando com a avaliação do Relatório Final.

§3º Fica definida uma proporção de até 20 (vinte) estudantes por professor orientador para o trabalho de orientação e avaliação dos estágios.

**Art. 8º** A avaliação do aluno referir-se-á:

I – Ao Estágio como um todo, contemplando as atividades desenvolvidas no Campo de Estágio e a Orientação do estágio;

II – À assiduidade e frequência nas atividades de orientação e naquelas desenvolvidas no Campo de Estágio;

III – Ao cumprimento do projeto ou plano de trabalho proposto;

IV – Ao Relatório Final apresentado pelo aluno.

Parágrafo único: A aprovação do estudante estará condicionada a cada um dos itens descritos nos incisos deste artigo, devendo ser atribuído ao Relatório Final um peso maior em relação aos demais.

**Art. 9º** Nos casos em que o estudante exercer atividade docente regular no Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º ano), em instituição pública ou privada, o mesmo poderá requerer dispensa de 2/3 (dois terços) da carga horária prevista para as atividades no Campo de Estágio do Estágio Curricular em Docência no Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º ano), que consta no inciso III do Art. 7º desta Resolução.



§1º Para requerer a dispensa de carga horária de atividades no Campo de Estágio, o estudante deverá comprovar que, até a data da sua matrícula na disciplina intitulada Estágio Curricular em **Vivência e prática de ensino no Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano)**, se encontra em pleno exercício da atividade docente no Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) pelo menos dois anos consecutivos, ou que, havendo exercido a docência no Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) durante pelo menos dois anos consecutivos, deixou de exercê-la no máximo um ano antes da data de matrícula nessa disciplina.

§2º Será considerada atividade docente regular, para efeito do disposto neste artigo, a regência de classes do Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano).

§3º Para requerer a dispensa de carga horária de que trata o caput deste artigo, o estudante deverá apresentar, junto ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, em data divulgada no cronograma do Colegiado, a carteira de trabalho ou documento equivalente.

§4º A dispensa de carga horária de atividades no Campo de Estágio não acarreta dispensa de carga horária de Orientação de Estágio, que deverá ser cumprida integralmente pelo estudante.

§5º Em caso de deferimento do pedido de dispensa de 2/3 (dois terços) da carga horária das atividades no Campo de Estágio, o estudante deverá apresentar ao professor orientador documento comprobatório da dispensa emitido pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

§6º Em caso de deferimento do pedido de dispensa, os documentos referentes ao cumprimento do restante da carga horária da disciplina deverão ser entregues à Coordenação de Estágio do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

**Art. 10º** Nos casos em que o estudante exerça atividade docente regular há pelo menos dois anos consecutivos, no segmento de estágio no Ensino Médio, em instituição pública ou privada, o mesmo poderá requerer dispensa de 2/3 (dois terços) da carga horária prevista para as atividades no Campo de Estágio do Estágio Curricular **em Docência no Ensino Médio**, que consta no inciso II do Art. 7º desta Resolução.

§1º Para requerer a dispensa de carga horária de atividades no Campo de Estágio, o estudante deverá solicitar através de requerimento ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e comprovar que, até a data da sua matrícula na disciplina de estágio a ser cursada no período, intitulada Estágio Curricular em Docência no Ensino Médio se encontra em pleno exercício da atividade docente no Ensino Médio durante pelo menos dois anos consecutivos, ou que, havendo exercido a docência no Ensino Médio pelo menos dois anos consecutivos, deixou de exercê-la no máximo um ano antes da data de matrícula nessa disciplina.

§2º Será considerada atividade docente regular, para efeito do disposto neste artigo, a regência de classes de adolescentes ou de jovens e adultos do Ensino Médio.

§3º Para requerer a dispensa de carga horária de que trata o caput deste artigo, o aluno deverá apresentar, junto ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, em data divulgada no cronograma do Colegiado, a carteira de trabalho ou documento equivalente.

§4º A dispensa de carga horária de atividades no Campo de Estágio não acarreta dispensa de carga horária de Orientação de Estágio, que deverá ser cumprida integralmente pelo estudante.

§5º Em caso de deferimento do pedido de dispensa de 2/3 (dois terços) da carga horária das atividades no Campo de Estágio, o aluno deverá apresentar ao professor orientador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



documento comprobatório da dispensa emitido pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

§6º Em caso de deferimento do pedido de dispensa, os documentos referentes ao cumprimento do restante da carga horária da disciplina deverão ser entregues à Coordenação de Estágio do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

**Art. 11º.** No caso de o estudante exercer atividade docente tanto nos anos finais do Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio, ele só poderá pedir dispensa da carga horária de atividades no Campo de Estágio para uma das disciplinas/estágio: Estágio Curricular em Docência no Ensino Fundamental ou Estágio Curricular em Docência no Ensino Médio.

**Art. 12** Os casos omissos serão examinados e resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

**Art. 13** A presente resolução entra em vigor nesta data e revoga resoluções anteriores.

Sala da Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Penedo, *Campus* Arapiraca, UFAL, em 06 de dezembro de 2018.

Profa. Dra. Ana Paula de Almeida Portela da Silva  
Coordenadora do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas

**APÊNDICE II**  
DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**MANUAL DO ESTÁGIO**  
**ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – GESTÃO EDUCACIONAL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



**MANUAL DO ESTÁGIO  
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – GESTÃO EDUCACIONAL**

**Professoras-orientadoras  
Ma. Janayna Paula  
Ma. Valéria Cavalcante  
Esp. Joseane Santo**

Penedo, 2018.

## SUMÁRIO

---

<b>Plano de Ensino da disciplina</b>	<b>03</b>
<b>Documentos do Estágio</b>	<b>06</b>
<b>Termo de Compromisso do Estudante-Estagiário</b>	<b>06</b>
<b>Encaminhamento</b>	<b>08</b>
<b>Frequência</b>	<b>09</b>
<b>Unidade 1: A especificidade do Estágio de Gestão</b>	<b>10</b>
<b>Unidade 2: Conhecimento da realidade no estágio</b>	<b>14</b>
<b>Unidade 3: Dúvidas</b>	<b>18</b>
<b>Roteiro para organização/elaboração da Caracterização da Escola – campo de estágio</b>	<b>20</b>
<b>Roteiro para organização/elaboração de Relatório de Estágio Supervisionado</b>	<b>25</b>

## PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA

<b>Disciplina</b>	Estágio Supervisionado 1
<b>Período</b>	2016.2
<b>Carga horária</b>	100h
<b>Docentes</b>	Profa. Ma. Janayna Paula
	Profa. Ma. Valéria Cavalcante
	Profa. Esp. Joseane do Espírito Santo

### Ementa

Estágio em escolas de ensino básico para prática de atividades relacionadas a situações de ensino-aprendizagem, identificando e vivenciando problemas enfrentados pelo professor nos momentos de ensino-aprendizagem e formas adequadas para solucioná-los.

### Objetivos

- ♦ Compreender e contextualizar, no cenário teórico, a questão da docência nos anos finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio;
- ♦ Estabelecer relações entre os fundamentos estudados no curso de formação e a prática da docência em Ciências Naturais e/ou Biologia;
- ♦ Organizar o planejamento geral do estágio, a partir da definição dos locais – campo de estágio – da distribuição de horários e das atividades propostas pela disciplina.

### Metodologia

A disciplina será desenvolvida através de discussões teórico-práticas acerca do Estágio Supervisionado e das observações no cotidiano das escolas campos de estágio. A articulação teoria-prática e o compromisso assumido com a produção de conhecimentos serão priorizados na itinerância do estágio curricular.

### Avaliação

A avaliação da aprendizagem será desenvolvida de forma processual a partir dos próprios alunos estagiários, considerando:

- ♦ Pontualidade e assiduidade;
- ♦ Compromisso;
- ♦ Responsabilidade;
- ♦ Produção de conhecimentos;
- ♦ Participação e envolvimento nos trabalhos desenvolvidos;
- ♦ Relatório Parcial;
- ♦ Relatório Final.

Além disso, os critérios de avaliação também levarão em consideração: a realização e entrega das atividades solicitadas, ao final de cada unidade, dentro dos prazos estabelecidos.

### Bibliografia

CARVALHO, Ana Maria P. **Prática de ensino: os estágios na formação dos professores**. SP: Pioneira, 1985.

CARVALHO, Ana Maria P. **A formação do professor e a prática de ensino**. SP: Pioneira, 1988.

CARVALHO, Gislene T. R. D; ROCHA, Vera H. R. **Formação de Professores e Estágios Supervisionados: relatos e reflexões**. São Paulo: Andross, 2004.

FREITAS, Deisi S. (et al). **Ações educativas e Estágios Curriculares Supervisionados**. Santa Maria, Ed da UFSM, 2007.

FREITAS, Helena C. de. **O trabalho como princípio orientador na prática de ensino e no estágio**. SP: Papirus, 1991.

PIMENTA, Selma G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. SP: Cortez, 1995.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004

RIANI, D. C. **Formação do professor: a contribuição dos estágios supervisionados**. SP: Lúmen, 1991.

ROMÃO, Eliana; NUNES, César; CARVALHO, J. Ricardo. **Educação, Docência e Memória: desa(fios) para a formação de professores**. Campinas, SP: Librum Editora, 2013.

### Conteúdo Programático

UNIDADE	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<b>I. Concepção de Estágio Supervisionado como núcleo articulador da formação profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Pressupostos teórico-metodológicos do Estágio Supervisionado.</li> <li>♦ Redimensionamento do estágio no contexto da formação teórico-prática dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.</li> </ul>
<b>II. O Estágio no cotidiano das escolas públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Conhecimento da realidade – observação e análise, à luz de referenciais teóricos, das instituições escolares na modalidade de ensino fundamental nos anos finais e no ensino médio.</li> </ul>



**CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO**

5.1 O ESTAGIÁRIO não receberá BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL;

**CLAUSULA SEXTA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

6.1 A realização do estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza entre o ESTAGIÁRIO e o ÓRGÃO CONCEDENTE, nos termos da legislação de referência.

**CLÁUSULA SETIMA - DA EXTINÇÃO DO ESTÁGIO**

7.1 O ÓRGÃO CONCEDENTE, a qualquer tempo, poderá desconvocar o ESTAGIÁRIO desde que incorra em irregularidade, de qualquer natureza, no cumprimento do estágio.

7.2 O ESTÁGIO será extinto nos casos e formas seguintes:

7.2.1 automaticamente, ao término do compromisso;

7.2.2 Abandono caracterizado pela ausência, não justificada de 08 (OITO) dias consecutivos ou de 15 (QUINZE) interpolados, no período de um mês;

7.2.3 conclusão ou interrupção do curso, ou desligamento da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;

7.2.4 a pedido do estagiário;

7.2.5 no interesse e por conveniência do ÓRGÃO CONCEDENTE e/ou da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, inclusive se comprovado rendimento insatisfatório após decorrida a terça parte do período previsto para o estágio;

7.2.6 ante o descumprimento, pelo ESTAGIÁRIO, de cláusula deste TERMO DE COMPROMISSO;

7.2.7 Conduta incompatível, funcional ou social do Estagiário.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

8.1 As partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Alagoas, para dirimir as questões que, porventura, venham a decorrer deste Instrumento e, eventualmente, não solucionadas em sede administrativa.

E por estarem justas e acordadas, assinaram o presente Termo em 03 (TRES) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, declaram conhecer o seu inteiro teor, e também o subscrevem, para que produzam os legítimos efeitos de direito.

Penedo, 26 de abril de 2017.

---

Estagiário

---

Órgão Concedente

---

Instituição de Ensino



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



## ENCAMINHAMENTO DE ESTÁGIO

Prezado/a Senhor/a,

Estamos encaminhando, para realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o/a estudante \_\_\_\_\_, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, matriculado/a na Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo com a matrícula nº \_\_\_\_\_, sob a orientação das professoras Ma. Janayna Paula Lima de Souza Santos (SIAPE 2215650), profa. Ma. Valéria Campos Cavalcante (SIAPE 2217140) e prof. Esp. Joseane dos Santos do Espírito Santo (SIAPE 1056900).

Cumpre-nos lembrar que o estágio do/a estudante somente terá início após as devidas assinaturas do Termo de Compromisso.

Atenciosamente,

---

**Profa. Ma. Janayna Paula Lima de Souza Santos**

Coordenadora de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas  
Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



**Estágio Supervisionado I**

**Campo de Estágio:**

**Dupla ou trio:**

**Professora-orientadora:**

**FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS**

DATA	ESTUDANTES	ASSINATURA	HORÁRIO		ASS. COORD./A
			Entrada	Saída	
03/05					
10/05					
17/05					
24/05					
31/05					

**Visto da Direção e/ou Coordenação Pedagógica da Escola**

## **Unidade 1: A especificidade do Estágio de Gestão**

---

Elaborado por:  
**Edna Prado, Elisangela Mercado,  
Irailde Correia e Inalda dos Santos**  
(CEDU/UFAL-UAB)

O estágio ocorre como um espaço marcado pelo olhar investigativo. A pesquisa no estágio, como método de formação de futuros profissionais, se traduz de um lado, na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise de contextos no qual o estágio se realiza; por outro, se traduz na possibilidade do desenvolvimento de postura e habilidades de pesquisador, a partir da elaboração de projetos que lhe permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam. Supõe a busca de novos conhecimentos na relação entre as explicações existentes e os dados que a realidade impõe e são percebidos na postura investigativa.

Nessa unidade é descrito a especificidade do estágio supervisionado com foco nas práticas da organização e gestão educacional. Entendendo que a gestão “é uma atividade pela qual são mobilizados os meios e procedimentos para atingir os objetivos da instituição, na escola, esse processo ocorre de maneira muito peculiar [...]” (PIMENTA; METZ, p. 39) o estágio de gestão configura-se na oportunidade de aproximação e problematização da realidade educacional, desvelando as relações de poder e as formas de encaminhamento das decisões institucional.

A condução do Estágio Supervisionado I, com foco na gestão educacional, propõe uma ação didática inovadora entendida como possibilidade e desafio que almeja construir uma proposta de intervenção baseada em argumentos que defendem a educação problematizadora, constituindo-se em alternativa viável para a formação de um profissional crítico, reflexivo e conectado com o seu tempo sócio-histórico.

Nesse sentido, a realização do estágio com foco na gestão educacional contribui para a formação do pedagogo como profissional inovador, capaz de analisar, compreender e lidar com as mudanças sociais e suas implicações no sistema educacional.

### **1. Caracterização desse modelo de estágio**

As instituições escolares e não escolares são locais de interação social, onde a dinâmica pedagógica, em especial os processos de gestão, é um rico espaço para a realização de observações com a

finalidade de sistematizar e elaborar novos conhecimentos. Segundo Paro (2001) a gestão é um momento do processo de coordenação democrática do trabalho escolar que significa cooperação e ação coletiva.

A ação gestora é vista como uma função que ultrapassa os interesses singulares, incluindo atos e providências tanto individuais quanto coletivas, ao passo de permitir a participação de todos os que atuam na escola nas decisões e rumos da instituição. Assim, exige-se dos integrantes da equipe escolar uma maior responsabilidade com relação ao funcionamento da escola, superando práticas didático-pedagógicas excludentes e de natureza antidemocrática, por meio da união de atores que ofereçam sugestões e propostas de mudanças e união dos atores escolares na busca de transformações, tanto da organização e gestão, quanto da qualidade educacional e social oferecida.

O estágio supervisionado, importante componente curricular nos cursos de formação de professores e pedagogos, deve instrumentalizá-los para a reflexão e realização da ação pedagógica, seja como docente, seja como gestor, contribuindo para um maior entendimento de sua profissão. As atividades desenvolvidas visam superar a dicotomia entre teoria e prática, compreendendo que o estágio não é uma atividade burocrática, mas sim uma atividade integradora capaz de envolver a equipe da instituição campo de estágio, o estagiário, professores, tutores e os conhecimentos adquiridos no curso de formação.

É importante destacar, também, que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) aponta o estágio em gestão educacional como uma experiência que assegura ao graduando o conhecimento do exercício profissional em ambientes escolares e não escolares, constituindo-se como espaço de formação. Ela compreende a instituição escolar na sua totalidade e fomenta a participação na gestão de processos educativos, na organização e no funcionamento de sistemas e instituições de ensino, ampliando e fortalecendo atitudes éticas, conhecimentos e competências.

Sendo este o momento de aproximação e intervenção a realidade, o estágio da gestão educacional servirá para o estagiário sentir de perto a estrutura, a organização e o funcionamento da instituição educacional; observando atentamente, através das ações da equipe gestora, seus hábitos, sua cultura e sua rotina.

O modo como uma escola se organiza e se estrutura depende de seus objetivos mais amplos, relacionados a seu compromisso com a preservação ou com a transformação social. Por isso, o estágio de gestão tem a peculiaridade de atuar sobre os âmbitos organizacionais, financeiro, administrativos e pedagógico.

O âmbito da gestão organizacional adota uma visão de escola como organização social, cultural e educativa, voltada a formação integral de sujeitos e correspondem as ações relacionadas à organização dos espaços físicos, administrativos e de recursos pessoais na melhoria de condições necessárias ao funcionamento e sucesso institucional.

A gestão financeira corresponde à gestão dos recursos financeiros de uma escola e pressupõe a observância das regras e critérios relativos à captação de recursos, a utilização dos mesmos e a sua devida

prestação de contas. De forma geral, recurso financeiro diz respeito ao dinheiro disponível para o financiamento das ações de uma escola.

O domínio da gestão administrativa abrange o aspecto operacional, contínuo sistemático, legal e técnico dos serviços oferecidos pela instituição, em benefício da coletividade. Ela tem a finalidade de fornecer o apoio necessário ao trabalho educacional, como garantir o funcionamento das atividades de administração de pessoal, o provimento e conservação dos recursos materiais e patrimoniais da escola e o gerenciamento das atividades de apoio, tais como: secretaria, serviços gerais, limpeza e conservação, entre outras atividades.

A gestão pedagógica tem um propósito de educar o aluno. Compreende as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional. A gestão pedagógica cuida do gerenciamento da área educativa da escola, estabelecendo os objetivos para o ensino através do regimento escolar e do projeto pedagógico.

Estes aspectos na gestão de uma escola encontram-se interligados, de modo integrado e sistêmico. Eles são responsáveis pela boa organização e gestão da instituição escolar, assegurando um bom desempenho profissional dos professores e sucesso na aprendizagem dos alunos.

## **2. Campo de ação/atuação da gestão educacional**

Sendo o estágio, de acordo com Pimenta e Lima (2004), uma fase de aproximação e intervenção na realidade, a vivência da gestão escolar servirá para o estagiário conhecer a estrutura, a organização e o funcionamento da unidade escolar; observando atentamente, através das ações da equipe gestora, seus hábitos, sua cultura e sua rotina.

Por isso, ao conhecer bem a teoria e estar atualizado sobre suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de ideias preconcebidas. É na experiência do estágio nas escolas que o futuro pedagogo/gestor passa a compreender e respeitar o ritmo de ação e de interação da instituição, mas isso é eminentemente fruto de um processo relacional. A humildade, o saber escutar e a perspicácia em identificar circunstâncias em que sua permanência será inconveniente e constrangedora também são indispensáveis à característica do estagiário.

É no processo de formação via estágio que o futuro pedagogo tem a oportunidade de experimentar situações que poderão servir de parâmetros, para o exercício futuro da profissão, isto é, como agir (ou como não agir), frente a determinadas situações.

## **3. O que pode e não pode ser configurado como estágio de gestão**

Infelizmente, em função número excessivo de faltas docentes, do quadro reduzido de funcionários e do desconhecimento de muitos profissionais, na maior parte das escolas públicas brasileiras, muitos

estagiários ao chegarem às instituições são colocados em sala de aula assumindo tarefas que competem apenas e exclusivamente ao profissional habilitado para o magistério. Em outros casos, são encaminhados aos pátios a fim de ajudarem a supervisionar os horários de intervalo. Quando isto não ocorre, muitos professores e membros das equipes gestoras querem que os estagiários realizem atividades burocráticas ou braçais, como atender o público na secretaria, limpar e organizar espaços físicos, tais como salas de leitura e de vídeo.

Como você tem visto neste texto, o Estágio Supervisionado I tem como foco a gestão educacional. Desta forma, o tema do projeto de intervenção deve, obrigatoriamente, relacionar-se à gestão. Delinearemos no quadro abaixo os temas mais trabalhados nos últimos anos e os temas que devem ser evitados de serem trabalhados, por possibilitar serem trabalhados em outros momentos do curso, isto é nos estágio relacionados a docência.

O QUE PODE	O QUE NÃO PODE
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conselho Escolar ou de classe</li> <li>✓ Avaliação Institucional ou da aprendizagem</li> <li>✓ Regimento Escolar</li> <li>✓ Projeto político pedagógico</li> <li>✓ Departamento e formação pedagógica</li> <li>✓ Grêmios estudantis</li> <li>✓ Organização do ambiente escolar</li> <li>✓ Plano de Desenvolvimento da Escola</li> <li>✓ Financiamento</li> <li>✓ Reuniões pedagógicas</li> <li>✓ O papel/função direção e coordenação pedagógica</li> <li>✓ Evasão, violência e indisciplina escolar.</li> <li>✓ Relações interpessoais e ambiente organizacional.</li> <li>✓ Gestão democrática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recreio dirigido;</li> <li>✓ Reorganização da biblioteca e/o sala de vídeo;</li> <li>✓ Projetos de leitura e/ou alfabetização;</li> <li>✓ Reforço Escolar;</li> <li>✓ Ações de Meio ambiente;</li> <li>✓ Desenvolvimento de ações culturais;</li> <li>✓ Ministrando aulas, substituindo professores.</li> </ul>

## **Unidade 2: Conhecimento da realidade no estágio**

---

Elaborado por:  
**Edna Prado, Elisangela Mercado,  
Irailde Correia e Inalda dos Santos**  
(CEDU/UFAL-UAB)

As práticas de formação se articulam com os eixos integradores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, entre elas destacamos a formação de práticas gestoras, vivenciadas no estágio supervisionado. Com a finalidade de proporcionar o conhecimento da realidade educativa por meio da pesquisa, estudo, análise, problematização, reflexão e proposição de soluções às situações de ensinar, aprender e de elaborar, executar e avaliar projetos e programas educativos na escola e demais ambientes sociais voltados à educação e ao ensino.

O estágio supervisionado I é um momento de formação de futuros licenciados/gestores pautado na reflexão de práticas socialmente e culturalmente existente nas escolas públicas alagoanas. Com isso, a disciplina Estágio Supervisionado I, com foco na gestão, tem carga horária de 100 horas destinada às atividades que possibilitem a reflexão criativa de alternativas para o trabalho pedagógico no âmbito da gestão escolar, compreendendo as seguintes atividades:

- I – caracterização e análise da realidade escolar;
- II – elaboração de relatório final de estágio

### **1. Caracterização e análise da realidade escolar**

Iniciaremos o nosso estudo da realidade escolar com o diagnóstico, isto é, marco inicial de qualquer pesquisa ou planejamento. Para realizá-lo precisamos coletar dados, fatos da realidade e visões de mundo dos envolvidos.

É importante lembrarmos os aprendizados realizados na disciplina Planejamento, Currículo e Avaliação, quando estudamos Danilo Gandin. Este autor defende que existe uma tendência bastante comum em confundir diagnóstico com uma mera descrição da realidade ou com um levantamento de problemas. E esclarece ao afirmar que “o diagnóstico é um juízo sobre a realidade, à luz das concepções teóricas que devem balizar a prática educativa, em direção a educação escolar que almejamos” (GANDIN, 1994, p. 94).

Para conhecermos, de forma mais aprofundada, a realidade educacional que vivenciamos precisamos iniciar com a observação do ambiente escolar e em seguida, realizar entrevistas com a comunidade escolar para conhecer como esses membros veem a escola e análise de documentos da

instituição que descrevem a natureza e finalidade do trabalho realizado, os sujeitos atendidos e os processos e mecanismos que representam a situação vivenciada.

O momento de observação é utilizado para conseguir informações e perceber determinados aspectos da realidade. Não consiste em apenas ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos. A técnica de observar insere o estagiário na realidade em que os fatos e problemas ocorrem, ou seja, configura-se num momento em que o observador encontra-se face a face com o fenômeno observado. É através da observação que o estagiário coloca-se no papel de pesquisador e, com isso aplica atentamente seus sentidos a realidade investigada para adquirir diagnosticar problemas e necessidades e adquirir conhecimentos claros e precisos sobre o ambiente escolar.

A observação oferece vantagens e limitações, havendo, sempre que possível, a necessidade de se aplicar mais de uma técnica para a coleta de informações a respeito de um mesmo fenômeno. É sobre essas técnicas que apontamos a classificação de Barros e Lehfeld (1990, p. 78). Esses estudiosos classificam a observação do ponto de vista da estrutura, participação e número de observadores. Apresentarem a seguir apenas algumas das modalidades a serem utilizadas, por vocês, no processo de observação das escolas campo de estágio:

**Observação sistemática** – Também denominada de estruturada, planejada e controlada. Essa forma de observação realiza-se sempre em situações controladas para responder a propósitos previamente estabelecidos, é cuidadosamente planejada e sistematizada. O observador sabe o que procura, utilizando instrumentos como quadros, anotações e gráficos.

**Observação assistemática** – Ao contrário da anterior é de natureza não estruturada, espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental. Consiste na observação em que não há controle prévio ou um planejamento sistematicamente fechado. O conhecimento é obtido através de experiências casuais, sem que se tenha determinado de antemão quais aspectos relevantes a serem observados e que meios serão utilizados para observá-los.

**Observação não participante** – o estagiário entra em contato com a realidade escolar, mas permanece de fora, sem envolvimento. Presencia o fato, mas não interfere, ficando na posição de espectador.

**Observação em equipe** – Modalidade mais indicada do que a observação individual, pois permite a possibilidade de confronto de dados e impressões sobre a realidade observada. Pode ser realizada com todos observando o mesmo fenômeno, sob o mesmo ângulo, ou cada um observando um aspecto diferente do universo educacional.

As entrevistas são formas de obter informações de um entrevistado sobre a realidade escolar. Essa ferramenta é uma excelente oportunidade do estagiário conhecer, frente a frente, um pouco mais sobre a história, as culturas, os posicionamentos ideológicos e “verdades” assumidas individual ou coletivamente pela comunidade escolar. Segundo Gil (1999) a entrevista pode ser:

**Estruturada ou padronizada:** nela o estagiário ao entrevistar um membro da comunidade escolar estabelece previamente um roteiro de perguntas que devem ser criteriosamente respondida por qualquer um que ocupar o papel/cargo em questão. Essa entrevista apresenta uma relação padronizada e fixa de perguntas (questionário ou formulário), cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Recomenda-se que o mesmo seja pré-testado em uma amostra da população e que o tratamento dos dados possa ocorrer tanto de forma quantitativo, quanto qualitativa.

**Não Estruturada:** funciona quase como uma conversa, não há rigidez de roteiro, por isso o estagiário pode explorar mais amplamente algumas questões. Nesse caso, comumente recorre-se a especialistas no assunto Pode ser subclassificada em:

- Entrevista focalizada – há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai analisar. O estagiário tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal previamente sistematizada e definida. Como é uma conversa, sobre um tema específico, exige maior habilidade e sensibilidade por parte do entrevistador, para não permitir que o tema da conversa se desvie do tema original
- Não dirigida – o entrevistado tem liberdade total para expressar suas opiniões e sentimentos, de acordo com a temática em questão. A necessidade de intervenção ocorre apenas quando o assunto fugir da pauta. Quando for interessante as atitudes culturais e comportamentais do respondente são consideradas respostas.

A análise documental é uma etapa complementar as entrevistas que tem a finalidade descrever a situação real da instituição. Composta por dados qualitativos ou quantitativos é representada pelo censo escolar, quadros de evasão, repetência, desistência, aprovação, número de alunos e turmas atendidos, projeto político pedagógico, matriz curricular, calendário, plano de desenvolvimento da escola, regimento, planos e projetos didáticos, diários de turmas, e outros. A análise desses documentos que regem e representam a escola são fundamentais para que o estagiário possa conhecer um pouco mais sobre a realidade pesquisada.

A análise documental é uma das técnicas de maior confiabilidade, pois os dados coletados possibilitaram a validação das informações obtidas durante a entrevista e as observações realizadas. (GODOY, 1995). Essa técnica busca identificar nos documentos legais, administrativos ou pedagógicos informações dos fatos ou fenômenos ocorridos na instituição, para em seguida realizar a análise dos aspectos necessários ao objetivo proposto pelo pesquisador. Para esse autor é necessário que primeiro se examine o material procurando encontrar aspectos relevantes, depois avalie o conjunto inicial de aspectos levantados, enriqueça análise confrontando com os saberes adquiridos ao longo do curso e, por fim, sistematize um parecer conclusivo sobre os aspectos analisados.

O Relatório de Estágio Supervisionado I constitui-se no momento privilegiado no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. É a ocasião em que você estudante irá por em prática os conhecimentos construídos ao longo do curso, principalmente, relacionado à Gestão Educacional. É também o momento de estabelecer comparações entre a teoria e as situações reais e emitir uma análise crítica sobre a especificidade de cada situação encontrada.

Em se tratando de gestão escolar é o momento em que a partir da verificação *in loco* que será analisado os aspectos organizacionais, financeiros, administrativos e pedagógicos que circundam o cotidiano da equipe gestora, bem como a infraestrutura de uma instituição que oferta a Educação Básica, culminando o trabalho num relatório que descreve o perfil da instituição.



**Caro/as estudantes,**

Leiam o roteiro abaixo selecionando, junto a seus colegas de grupo, quem ficará responsável pela coleta de cada um desses dados.

Discutam como será feita essa coleta (observação, entrevista, análise documental), os membros da escola campo de estágio que serão entrevistados, a escolha das perguntas e construção das entrevistas, os documentos que precisam ser analisados e os aspectos que devem ser observados e fotografados.

Depois da distribuição das tarefas entre vocês, vão a campo para realizar a coleta de dados presentes na primeira coluna. Em seguida realize a análise desses dados, a partir dos critérios ou aspectos descritos na segunda coluna. E por fim, elabore um parecer descritivo de cada um desses dados, o qual resultará em vários parágrafos que compõem o relatório.

Após a construção do seu texto-relatório, faça uma última releitura, coloque capa e folha de rosto e o entregue no dia 07/06/2017.

**Bons estudos!!!**

### **Unidade 3: Dúvidas**

---

Elaborado por:  
**Edna Prado, Elisangela Mercado,  
Irailde Correia e Inalda dos Santos**  
(CEDU/UFAL-UAB)

Caro/as estudantes,

Elaboramos esta seção para esclarecer algumas dúvidas que são sempre mencionadas na disciplina. Esperamos que as respostas dadas venham a ser esclarecedoras.

#### **1. Como deve ocorrer o estágio supervisionado I no curso de licenciatura em Ciências Biológicas?**

Como o foco da disciplina Estágio Supervisionado I é a gestão educacional, a experiência de formação ocorrerá no âmbito da organização e gestão das escolas, em práticas relacionadas aos aspectos administrativos, pedagógicos, financeiros e organizacional. Nas visitas as instituições será feito um reconhecimento da realidade, por meio da caracterização dos aspectos a serem investigados.

#### **2. Quais serão as instituições campo de estágio?**

A escolha das instituições será feita pelas professoras da disciplina de Estágio e estudantes, em função do mapeamento da região e disponibilidade das instituições catalogadas.

#### **3. Qual a documentação necessária a ser entregue na instituição campo de estágio?**

Termo de compromisso com carimbo e assinatura do professor universitário que supervisiona o estágio, o Encaminhamento e a Ficha de Frequência dos dias trabalhados.

#### **4. Como o aluno de estágio será avaliado?**

Relatório parcial compõe a primeira nota e o relatório final a segunda nota.

#### **5. O estágio será realizado individualmente ou em grupos?**

No caso específico do estágio em gestão ele será realizado em grupo de 2 a 3 alunos por instituição. O grupo de alunos realizará na instituição determinada, junto a equipe gestora, o acompanhamento.

#### **6. Como será o acompanhamento das ações do estágio?**

As professoras orientadoras de estágio acompanharão *in loco* os grupos orientando as ações desenvolvidas no estágio.

**7. Quantas visitas serão realizadas nas instituições campo de estágio?**

De acordo com o cronograma exposto no plano da disciplina, durante o mês de maio será realizada a caracterização da instituição, de acordo com o roteiro, em seguida dar-se-á a apresentação para os demais colegas de curso o trabalho realizado.

**8. Como será organizado o estágio com relação aos alunos que trabalham?**

A coordenação do curso disponibilizará uma carta solicitando uma flexibilização/redução da carga horária.

## Roteiro para caracterização da escola – campo de estágio

### 1. Identificação da instituição

<b>Nome:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>Direção:</b>
<b>Coordenação:</b>

### 2. Caracterização institucional

Requisito	Característica	Propósitos
<b>2.1 Classificação da escola</b>	2.1. Escola pública, assim entendida as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público.	Descrever a mantenedora da instituição
<b>2.2 Perfil socioeconômico e cultural</b>	2.2.1. Características gerais da comunidade e sua influência na composição da comunidade escolar: caracterização do bairro, nível socioeconômico das famílias, aspectos culturais e de lazer, assistência social e saúde.	Entrevista com alguns membros da comunidade escolar
<b>2.3 Perfil da educação ofertada</b>	2.3.1. Etapas e Modalidades da Educação ofertada. a) Educação Infantil; b) Ensino Fundamental; c) Ensino Médio; d) Educação de Jovens e Adultos; e) Educação Profissional; f) Educação Especial; g) Outros programas – PROJOVEM, BRASIL ALFABETIZADO.	Verificar dados na secretaria ou observar quadros de horário das aulas.
	2.3.2. Formas de organização (séries anuais, períodos semestrais, ciclos e ou outras formas de organização).	Verificar nos documentos da secretaria ou na proposta pedagógica.
	2.3.3. Turnos, turmas e número de alunos por turma.	Verificar nos documentos de registro da secretaria.
	Concluir os itens de nº 1, 2.1, 2.2, 2.3, com um pronunciamento parcial. (Incluir o diagnóstico da comunidade local em que a escola está inserida)	

### 3. Instalações

Requisito	Característica	Propósitos
-----------	----------------	------------

<b>3.1. Instalações gerais</b>	<b>3.1.1. ESPAÇO FÍSICO</b> a) Salas de aula; b) Instalações administrativas; c) Instalação para merenda; d) Instalações para docentes – salas de professores, salas de reuniões; e) Instalações para coordenação de curso; f) Auditório/ sala de conferência; g) Espaços de lazer e recreação; h) Instalações sanitárias; i) Despensa j) Almoxarifado k) Condições de acesso para portadores de necessidades especiais; l) Infraestrutura de segurança; m) Bibliotecas n) Laboratórios.	Visitar as instalações, analisando seu estado de conservação, condições de armazenagem e de acesso, manutenção, higiene, iluminação, ventilação, horário de funcionamento e adequação as necessidades da escola.  Mapear quantitativamente as instalações.
	<b>3.1.2. SERVIÇOS</b> a) Manutenção e conservação das instalações físicas; b) Manutenção e conservação dos equipamentos existentes; c) Recursos didáticos disponíveis	Entrevistar os responsáveis pelos serviços de conservação e manutenção, para verificar como é feita essa manutenção e a periodicidade.
	Concluir o item 3.1 com um pronunciamento parcial (incluir fotos das instalações da escola).	

#### 4. Recursos Humanos

Requisito	Característica	Propósitos
<b>4.1 Equipe gestora, equipe técnica-administrativa, docente, de apoio</b>	4.1.1. Titulação/ habilitação da equipe gestora.	Verificar documentação na secretaria
	4.1.2. Tempo de serviço na educação/ tempo de serviço na escola	Entrevistar membros da equipe gestora
	4.1.3. A lotação numérica e a carga horária de trabalho semanal	Examinar o número de profissionais em cada setor, a carga horária de trabalho semanal e se a quantidade encontrada atende às necessidades da escola.
	4.1.4. A lotação numérica por disciplina e a carga horária de trabalho (no caso dos docentes)	Examinar a lotação dos professores/disciplina, a carga horária de trabalho e se a mesma atende as necessidades da escola.
<b>4.2 Equipe Aluno</b>	4.2.1. Número de alunos por série, adequação idade/série	Examinar a documentação referente
	4.2.2. Origem, a situação socioeconômica e o universo cultural	Entrevistar a equipe gestora e docentes
	Concluir o item 4 com um pronunciamento parcial. (Incluir o diagnóstico da comunidade escolar, por meio da exposição de gráficos)	

#### 5. Gestão Escolar

Requisito	Característica	Propósitos
<b>5.1 Dinâmica de organização</b>	5.1.1. FLUXOGRAMA (representação gráfica da definição organizacional) E ORGANOGRAMA (quadro geométrico representativo da instituição)	Entrevistar a comunidade escolar para compreender como está organizada a dinâmica organizacional da escola e/ou verificar na proposta pedagógica da escola
	5.1.2. CLIMA ORGANIZACIONAL a) Relações interpessoais b) Reuniões c) Envolvimento e participação da comunidade escolar	Observar as formas de relacionamento interpessoal e a forma de comunicação entre eles Examinar o cronograma de reuniões feitos com a comunidade escolar (em conjunto e por parte) Verificar se há programas ou projetos de parceria e incentivo ao envolvimento e a participação comunidade/família e escola.
<b>5.2. Recursos Financeiros</b>	5.2.1. Verbas que dispõe a escola	Entrevistar a equipe gestora
	5.2.2. Programas e projetos em andamento	Entrevistar a equipe gestora
	5.2.3. Sistemática de efetuação das despesas e forma de controle	Examinar a planilha de controle institucional
<b>5.3. Mecanismos de gestão</b>	5.3.1. Conselho Escolar	Entrevistar membros para conhecer a composição, a função e as atividades/ações desenvolvidas; Examinar o cronograma de atividades
	5.3.2. Grêmios Estudantil	
	5.3.3. Organização de Pais	
	5.3.4. Conselho de Classe	
	Concluir os itens 5.1, 5.2 e 5.3 com um pronunciamento parcial. (Incluir o diagnóstico da comunidade local em que a escola está inserida)	

Requisito	Característica	Propósitos
<b>5.4. Regimento</b>	5.4.1. Historicidade	Entrevistar a equipe gestora para verificar como foi construído o regimento, quando e sob que circunstâncias foi aprovado, é de conhecimento de todos os membros da comunidade escolar é utilizado e sob quais circunstâncias
	5.4.2. Estrutura	Analisar a estrutura básica do regimento (artigos, parágrafos, incisos, alíneas e agrupamento de artigos).

	5.4.3. Conteúdo	Verificar se as disposições do regimento estão em consonância com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais das respectivas etapas e modalidades da educação básica, e as normas dos sistemas estadual e/ou municipal de ensino.
Concluir o item 5.4. com um pronunciamento parcial e a inclusão de uma cópia do regimento		

Requisito	Característica	Propósitos
<b>5.5. Proposta Pedagógica</b>	5.5.1. A escola tem proposta pedagógica que orienta o processo ensino aprendizagem.	Investigar se na construção da proposta pedagógica houve participação de todos os atores envolvidos no processo ensino aprendizagem.
	5.5.2. A escola tem objetivos e metas definidos na proposta pedagógica, para cada etapa e/ou modalidade da educação básica	Observar as ações desenvolvidas para o alcance das metas.
	5.5.3. A escola define na proposta pedagógica, concepção de currículo, formas de avaliação do processo ensino aprendizagem, projetos especiais voltados para alunos com dificuldades de aprendizagem, assistência ao educando com deficiência, formação continuada para os docentes, envolvimento dos pais no processo ensino aprendizagem e formas de avaliação da própria proposta.	Verificar na proposta pedagógica: a) concepção de currículo; b) formas de avaliação; c) projetos especiais; d) assistência ao educando; e) formação continuada para os docentes.
	Concluir o item 5.5 com um pronunciamento parcial e a inclusão de uma cópia da Proposta Pedagógica.	

Requisito	Característica	Propósitos
<b>5.6. Matriz Curricular</b>	5.6.1. Os currículos do ensino (fundamental, médio e EJA) contemplam a base nacional comum e a parte diversificada previstas na LDB, com componentes curriculares e carga horária (semanal/anual) claramente definidos.	Verificar matriz curricular.
	5.6.2. O tempo previsto para cada componente curricular claramente definido é seguido pelos professores.	Correlacionar a matriz curricular com o quadro de horário das aulas.
<b>5.7. Calendário</b>	5.7.1 O calendário ESCOLAR estabelece início e término de cada período letivo, feriados nacionais e municipais, período de matrícula, períodos de avaliação e recuperação, reposições de aulas, atividades extras curriculares, eventos, recessos e férias.	Verificar o atendimento às exigências legais.
	Concluir o item 5.6, 5.7 com um pronunciamento parcial e cópia do calendário e da matriz curricular	

Requisito	Característica	Propósitos
-----------	----------------	------------

<b>5.8. Planejamento, Currículo e Avaliação</b>	5.8.1. CONCEPÇÃO 5.8.2. PERIODICIDADE (elaboração e revisão) 5.8.3. INSTRUMENTOS UTILIZADOS 5.8.4. PARTICIPAÇÃO	Entrevistar a equipe gestora
	Concluir o item 5.8 com um pronunciamento parcial	

Requisito	Característica	Propósitos
<b>5.9 Formação Continuada</b>	5.9. O calendário de formação continuada e os temas trabalhados.	Entrevista com gestores para verificar a escolha da temática, quem oferece, os recursos utilizados e a periodicidades. Verificar se a formação oferecida atende as necessidades da instituição.
	Concluir o item 5.9 com um pronunciamento parcial	

Requisito	Característica	Propósitos
<b>5.10 Formação Continuada</b>	5.10. Programas e projetos em andamento assumidos pela escola	Verificar o atendimento às necessidades da escola e/ou as descritas na proposta pedagógica.
	Concluir o item 5.10 com um pronunciamento parcial	

## 6. Outros aspectos

Requisito	Característica	Propósitos
<b>Necessidades/Prioridades</b>	6.1. ASPECTOS QUE NOS CHAMAM A ATENÇÃO	Entrevistar a equipe gestora.
	Concluir o item 6 com um pronunciamento parcial	

## 7. Considerações Finais

Requisito	Característica	Propósitos
Descreva suas impressões sobre o campo de estágio.		

## **Roteiro para organização/elaboração do relatório de estágio supervisionado**

---

### **O que deve conter o relatório:**

**PARTE EXTERNA:** Capa (obrigatório) – ver normas da ABNT.

#### **ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS:**

Folha de rosto (obrigatório)

Folha de aprovação (opcional)

Dedicatória (opcional)

Agradecimentos (opcional)

Epígrafe (opcional)

Lista de ilustrações (opcional)

Lista de tabelas (opcional)

Lista de símbolos (opcional)

Sumário (obrigatório)

**Obs. Recomendamos incluir Dedicatória, Agradecimentos e Epígrafe.**

#### **ELEMENTOS TEXTUAIS:**

### **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

O quê: identifica a atividade realizada;

Quando e onde: identificam o local e a data em que a atividade relatada foi realizada;

Quem: identifica o(s) ator(es) do relatório: gestores da escola.

### **2. INTRODUÇÃO**

Descrever, com objetividade e clareza, a importância do estágio supervisionado para a vida acadêmica do aluno, em especial da experiência vivenciada na Escola Pública.

### **3. BASE TEÓRICA**

O referencial teórico é o que fundamenta e dá consistência ao relatório, como trabalho acadêmico científico. Nesse sentido, é importante escolher as teorias e seus respectivos conceitos para estabelecer uma análise reflexiva sobre a prática do estágio, confrontando-os aos conhecimentos construídos. Portanto, deve-se utilizar citações (diretas e indiretas) que sejam pertinentes às questões analisadas.

### **4. DESCRIÇÃO/ANÁLISE DOS DADOS**

Analisar todas as etapas vivenciadas durante o Estágio Supervisionado, contemplando:

- o diagnóstico da escola, à luz do Roteiro para organização/elaboração da Caracterização da escola – campo de estágio;
- gráficos, tabelas ou outros materiais didáticos que ilustrem o relatório.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreciação do grupo sobre o estágio realizado: principais questões, pontos favoráveis e restritivos, recomendações e de que forma contribuiu para a formação do licenciando/a em Ciências Biológicas; avaliação/ autoavaliação da prática do estágio.

### ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Anexo (opcional) – qualquer documento que foi adquirido, inclusive: fotos, imagens, vídeos, etc.

**7. REFERÊNCIAS** – conjunto de obras utilizadas na elaboração do trabalho, seguindo as normas da ABNT- NBR nº 14724, de 17.04.2011.

### OBSERVAÇÕES:

O Relatório é um tipo de **gênero textual**, por isso o autor mobiliza um conjunto de conhecimentos (linguísticos, enciclopédicos e interacionais) para a sua produção, entre eles destacamos:

- a) **aspectos materiais:** o tamanho e a clareza das letras, a fonte empregada, a constituição de parágrafos (evitar muito longos), o uso apenas de maiúsculos ou minúsculos ou excesso de abreviações; enumeração das páginas; encadernação do relatório.
- b) **fatores linguísticos:** o léxico, estruturas sintáticas (evitar abundância de elementos subordinados, orações supersimplificadas, marcadas pela ausência de nexos para indicar relações de causa/efeito); ausência de sinais de pontuação ou inadequação no uso desses sinais; Atentar para os elementos conectivos, gramaticais e interacionais do texto (KOCH, 2010).
- c) **conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo** – conhecimentos gerais, teóricos, alusivos ao objeto de estudo, as vivências pessoais, que permitam a produção de sentido do texto.

**APÊNDICE III**  
DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**MANUAL DO ESTÁGIO**  
**ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – LABORATÓRIO DE ENSINO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



# MANUAL DO ESTÁGIO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II  
LABORATÓRIO DE ENSINO

Professores-orientadores  
Ma. Janayna Paula  
Me. Marcos Sobral  
Esp. Joseane Santos

Penedo, 2017.

## SUMÁRIO

---

<b>Documentos do Estágio</b>	<b>03</b>
<b>Termo de Compromisso de Estagiário</b>	<b>04</b>
<b>Encaminhamento de Estágio</b>	<b>06</b>
<b>Carta de Apresentação do/a Acadêmico/a</b>	<b>07</b>
<b>Frequência dos/as Estudantes Estagiários/as – 1º momento</b>	<b>08</b>
<b>Frequência dos/as Estudantes Estagiários/as – 2º momento</b>	<b>09</b>
<b>Ficha de Avaliação do/a Estudante Estagiário/a</b>	<b>10</b>
<b>Cronograma de atividades</b>	<b>12</b>
<b>Roteiro 1: Roteiro para Coleta de dados de Observação da Unidade Escolar</b>	<b>13</b>
<b>Roteiro 2: Roteiro de Observação da Prática do Professor Regente</b>	<b>15</b>
<b>Roteiro 3: Roteiro para Elaboração do Projeto de Estágio Supervisionado 2</b>	<b>17</b>
<b>Roteiro 4: Roteiro para Elaboração do Relatório Final do Estágio Supervisionado 2</b>	<b>18</b>

## DOCUMENTOS

---

### 1. Termo de Compromisso de Estagiário

#### Orientações:

- a. Apresenta na escola;
- b. Solicita assinatura do/a gestor/a,
- c. Entrega para a professora Janayna Paula (Coordenadora do Estágio).

### 2. Encaminhamento de Estágio

#### Orientações:

- a. Solicita assinatura da Coordenadora do Estágio;
- b. Entrega para o/a diretor/a da Instituição.

### 3. Carta de Apresentação do/a Acadêmico/a

#### Orientações:

- a. Solicita assinatura da Coordenadora do Estágio;
- b. Entrega para o/a diretor/a da Instituição.

### 4. Frequência

- a. Frequência dos/as Estudantes Estagiários/as – 1º momento
- b. Frequência dos/as Estudantes Estagiários/as – 2º momento

### 5. Ficha de Avaliação do/a Estagiário/a pelo/a Supervisor/a de Estágio

- a. Fornece ao/à supervisor/a no final do Estágio para preencher;
- b. Entrega preenchido para o/a professor/a orientador/a

**Obs.: Esses documentos NÃO serão anexados no Relatório Final. Serão entregues aos professores orientadores ao término do estágio.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



## ESTÁGIO DE COMPLEMENTAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTAGIÁRIO

#### **Instituição de Ensino**

Razão Social: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Endereço: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO**

Bairro: **TABULEIRO**

CEP: **57025-000**

Cidade: **MACEIO**

UF: **AL**

Fone: **(82) 3214-1083**

Representada por: **SANDRA REGINA PAZ DA SILVA**

Professor Orientador:

#### **Órgão Concedente**

Razão social:

Endereço:

Fone: (XX)

CNPJ:

Representada por:

Supervisor:

#### **Estagiário**

Nome:

Curso:

Matrícula:

CPF:

Número da Apólice de Seguro: **0000797**

Seguradora: **GENTE SEGURADORA SA**

Tipos de Estágio: **OBRIGATÓRIO**

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL**, por seus representantes legais:

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, obriga-se o ESTAGIÁRIO, perante o ÓRGÃO CONCEDENTE, com a interveniência da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, todos acima nomeados e qualificados, a cumprir ESTÁGIO DE COMPLEMENTAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR, na conformidade das cláusulas e condições a saber:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

1.1 Este TCE está fundamentado na Lei 11.788 de 25/09/08 e na Resolução do CONSUNI - 71/2006, e fica vinculado ao Convênio – instrumento jurídico facultativo às instituições de ensino, celebrado entre o ÓRGÃO CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO da qual o ESTAGIÁRIO é aluno.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PROGRAMAÇÃO DO ESTÁGIO**

2.1 O ESTAGIÁRIO cumprirá rigorosamente as atividades programadas no Estágio concedido, segundo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação a cargo da INSTITUIÇÃO DE ENSINO em conjunto com a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.

### CLAUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

3.1 Este Termo de Compromisso terá vigência de **agosto a dezembro de 2017**.

### CLAUSULA QUARTA - DA JORNADA DO ESTAGIÁRIO

4.1 A jornada de atividade em estágio corresponderá a no máximo 12 (DOZE) horas semanais, que será estritamente cumprida no desempenho de atividades típicas, segundo programação definida, observada a compatibilização com o horário escolar do estagiário.

### CLAUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO

5.1 O ESTAGIÁRIO não receberá BOLSA DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL;

### CLAUSULA SEXTA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

6.1 A realização do estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza entre o ESTAGIÁRIO e o ÓRGÃO CONCEDENTE, nos termos da legislação de referência.

### CLAUSULA SETIMA - DA EXTINÇÃO DO ESTÁGIO

7.1 O ÓRGÃO CONCEDENTE, a qualquer tempo, poderá desconvocar o ESTAGIÁRIO desde que incorra em irregularidade, de qualquer natureza, no cumprimento do estágio.

7.2 O ESTÁGIO será extinto nos casos e formas seguintes:

7.2.1 automaticamente, ao término do compromisso;

7.2.2 Abandono caracterizado pela ausência, não justificada de 08 (OITO) dias consecutivos ou de 15 (QUINZE) interpolados, no período de um mês;

7.2.3 conclusão ou interrupção do curso, ou desligamento da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;

7.2.4 a pedido do estagiário;

7.2.5 no interesse e por conveniência do ÓRGÃO CONCEDENTE e/ou da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, inclusive se comprovado rendimento insatisfatório após decorrida a terça parte do período previsto para o estágio;

7.2.6 ante o descumprimento, pelo ESTAGIÁRIO, de cláusula deste TERMO DE COMPROMISSO;

7.2.7 Conduta incompatível, funcional ou social do Estagiário.

### CLAUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 As partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de Alagoas, para dirimir as questões que, porventura, venham a decorrer deste Instrumento e, eventualmente, não solucionadas em sede administrativa.

E por estarem justas e acordadas, assinaram o presente Termo em 03 (TRES) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, declaram conhecer o seu inteiro teor, e também o subscrevem, para que produzam os legítimos efeitos de direito.

Penedo, 12 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Estagiário/a

\_\_\_\_\_  
Órgão Concedente

\_\_\_\_\_  
Instituição de Ensino



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



## ENCAMINHAMENTO DE ESTÁGIO

Prezado/a Senhor/a,

Estamos encaminhando, para realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o/a estudante \_\_\_\_\_, do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, matriculado/a na Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo com a matrícula n° \_\_\_\_\_, sob a orientação dos professores Ma. Janayna Paula Lima de Souza Santos (SIAPE 2215650), Me. Marcos Sobral (SIAPE 1983109) e Esp. Joseane dos Santos do Espírito Santo (SIAPE 1056900).

Cumpre-nos lembrar que o estágio do/a estudante somente terá início após as devidas assinaturas do Termo de Compromisso.

Atenciosamente,

---

**Professora Ma. Janayna Paula Lima de Souza Santos**

Coordenadora de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas  
Universidade Federal de Alagoas/*Campus* Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO/A ACADÊMICO/A**

Penedo, 12 de setembro de 2017.

Senhor/a Diretor/a:

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, apresenta a Vossa Senhoria o/a acadêmico/a \_\_\_\_\_, que tem interesse em cumprir suas atividades de Estágio Curricular Obrigatório junto a essa Instituição de Ensino, as quais compreendem:

- Estudo do meio;
- Desenvolvimento de Atividades de Observação e Práticas de Ensino.

O estudante compromete-se a cumprir as normas constantes dessa Instituição durante o período de efetivação das atividades.

Solicitamos, que Vossa Senhoria ao receber nosso/a acadêmico/a proceda a assinatura do Termo de Compromisso do Estagiário regido pela Lei 11.788/2008, para que efetivamente se firme a parceria institucional UFAL e Escola.

Vale lembrar que a validação no Termo de Compromisso não caracteriza vínculo empregatício, e sim formaliza a atuação do/a acadêmico/a apenas como estagiário.

Sem mais, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

---

**Professora Ma. Janayna Paula Lima de Souza Santos**

Coordenadora de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas  
Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



**Estágio Supervisionado II**

**Campo de Estágio:**

---

**Dupla:**

---

**Professor/a orientador/a:**

---

**Professor/a supervisor/a:**

---

**FREQUÊNCIA DOS/AS ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS/AS – 2º MOMENTO**

DATA	Estudantes	Assinaturas	Horário		Professor/a Supervisor/a
			Entrada	Saída	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



### FICHA DE AVALIAÇÃO DO/A ESTAGIÁRIO/A PELO/A SUPERVISOR/A DE ESTÁGIO

Nome do/a Estagiário/a: \_\_\_\_\_

Série/Ano: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Total de Horas: \_\_\_\_\_

Supervisor Responsável pelo Estágio: \_\_\_\_\_

### AVALIAÇÃO

Obs.: Notas de 0 a 10, obtendo-se a média como nota final.

ASPECTOS PROFISSIONAIS	NOTA
<b>QUALIDADE DO TRABALHO:</b> Considerar a qualidade do trabalho tendo em vista o que seria desejável.	
<b>ENGENHOSIDADE:</b> Capacidade de sugerir, projetar, executar modificações ou inovações.	
<b>CONHECIMENTO:</b> Uso e integração de conhecimento demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas	
<b>ESPÍRITO INQUISITIVO:</b> Disposição que o/a estagiário/a demonstra para aprender.	
<b>CUMPRIMENTO DAS TAREFAS:</b> Considerar o volume das atividades cumpridas, dentro do padrão razoável.	
<b>INICIATIVA:</b> Demonstrada para desenvolver suas atividades por conta própria.	
ASPECTOS HUMANOS	NOTA
<b>ASSIDUIDADE:</b> Cumprimento do horário de estágio e ausência de faltas.	
<b>DISCIPLINA:</b> Observância das normas e regulamentos internos da Empresa/Entidade.	

<b>SOCIABILIDADE E COOPERAÇÃO:</b> Facilidade de integração com os colegas e ambiente de trabalho, bem como disposição para cooperação.	
<b>SENSO DE RESPONSABILIDADE:</b> Zelo pelo material, equipamentos e bens colocados à sua disposição.	
<b>TOTAL:</b>	
<b>MÉDIA (10):</b>	

---

**Assinatura e Carimbo do/a Supervisor/a Responsável**

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## Cronograma de Atividades

---

As atividades serão realizadas seguindo o cronograma abaixo:

<b>06/09</b>	<b>UFAL – Orientações Gerais</b>
<b>13/09</b>	<b>Escola – Observação 1</b>
<b>20/09</b>	<b>Escola – Observação 2</b>
<b>27/09</b>	<b>Escola – Observação 3</b>
<b>04/10</b>	<b>Escola – Observação 4</b>
<b>11/10</b>	<b>Escola – Observação 5</b>
<b>18/10</b>	<b>UFAL – Socialização</b>
<b>25/10</b>	<b>UFAL – Planejamento</b>
<b>01/11</b>	<b>UFAL – Planejamento</b>
<b>08/11</b>	<b>Escola – Culminância das atividades planejadas</b>
<b>15/11</b>	<b>Feriado</b>
<b>22/11</b>	<b>Escola – Culminância das atividades planejadas</b>
	<b>UFAL</b>
<b>29, 30 e 01/12</b>	<b>✓ Evento de Socialização do Estágio Supervisionado</b> <b>✓ Entrega do Relatório Final</b>
<b>06/12</b>	<b>Reavaliação</b>
<b>13/12</b>	<b>Prova Final</b>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS ARAPIRACA/UNIDADE EDUCACIONAL DE PENEDO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



## ROTEIRO 1

### Roteiro para Coleta de dados de Observação da Unidade Escolar

#### 1. Caracterização da Escola

##### 1.1 Características Gerais da Escola:

- Nome da escola, porque do nome, subordinação administrativa, ato de criação e autorização de funcionamento, níveis de ensino que ministra;
- Localização – características do bairro ou cidade (econômicas, sociais, políticas e culturais);
- A comunidade escolar é fixa ou itinerante? Qual a condição socioeconômica?

##### 1.2 Descrição do ambiente escolar:

- Turnos de funcionamento, número de salas de aulas, outros espaços (sala da direção, de professores, de coordenação, secretaria, laboratórios, biblioteca, cantina ou cozinha, almoxarifado, depósito de merenda, quadra esportiva, áreas livres, banheiros, etc). Destacar o estado de conservação, higiene, ambientação de salas e corredores. Os alunos têm acesso a esses espaços?
- As instalações físicas criam um ambiente acolhedor?
- Número de alunos por turno e série e de funcionários por turno e setor (secretaria, serviço de limpeza, segurança e etc.)
- Serviços que a escola oferece: capoeira, dança, informática, etc...
- Áreas de lazer e diversões prediletas;
- Principais problemas enfrentados.

#### 2. Aspectos administrativos e curriculares

##### 2.1 Estrutura administrativa da escola

- Identificar os profissionais que a compõe, nível de formação de cada um, circunstância em que assumiram a direção da escola, tempo de direção e experiência no magistério.
- Corpo Docente – nível de formação, forma como ingressaram na escola e tempo de magistério.
- Corpo discente – nível sócio econômico.

## 2.2 Estrutura curricular da escola

- Documentos norteadores da ação da escola – citar quais dos documentos a escola dispõe (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, etc.) e órgãos de decisão (Conselho Escolar, Grêmio Escolar, etc...). Descrever como se estruturam, como funcionam? Etc...
- A escola tem uma missão definida? Ela está expressa em algum espaço da escola? Professores, alunos e funcionários a conhecem?
- Forma de planejamento das atividades curriculares – como e com que periodicidade são realizadas e verifiquem se há acompanhamento das ações, a/s forma/s de avaliação/ões, se há recuperação e com que periodicidade é realizada.
- Verifiquem se há reuniões periodicamente, quando e como são realizadas. Caso não sejam realizadas procurem descobrir como os problemas são contornados.
- Nas entrevistas com professores busquem sondar como eles encaram a profissão docente, quais os principais problemas que existem em sala de aula e na escola e como acham que podem ser resolvidos, como são ministradas as aulas, como é o relacionamento em sala de aula, qual a relevância dos conteúdos ministrados e eventos promovidos pela escola (seminários, jogos, desfiles, gincanas, etc...)
- Verifique a pertinência do PPP da escola com o plano de ação da gestão escolar e a correspondência com o planejamento docente.
- Como são trabalhados os indicadores do desempenho escolar (aprovação, reprovação e evasão)
- Em relação ao IDEB, como está a situação da escola? Em relação aos indicadores regionais/local que indicadores de desempenho a escola apresenta?
- No Projeto Pedagógico da escola como está descrito os conceitos de educação, educando, avaliação e currículo?
- Verifiquem como a comunidade escolar avalia o Conselho Escolar. Qual a importância deste para o processo de melhoria da escola.



## ROTEIRO 2

### Roteiro de Observação da Prática do Professor Regente

#### 1. Ambiente da sala de aula

- Anote como procede a entrada e saída dos alunos em sala de aula;
- Analise a sala de aula, registrando os dados a respeito: iluminação, ventilação, tamanho, limpeza, conservação, às carteiras, observe o tipo, distribuição e conservação;
- Seria muito interessante se puder representar graficamente a arrumação da sala;
- Em relação ao uniforme dos alunos, registre: uso, conservação, higiene.
- No tocante ao intervalo, observe: local, horário e participação de docentes ou de outros funcionários da escola;
- Observe se para o uso do banheiro é dada a orientação aos alunos para a formação de boas maneiras, horário, higiene se existem regras e ou avisos no uso do mesmo;
- De acordo com o que foi registrado você pode indicar sugestões de melhoria e mudanças na organização e funcionamento da sala de aula e em todo o espaço escolar.

#### 2. Iniciando a aula

- Registre como ocorre o início da aula;
- Assiduidade dos alunos à sala de aula;
- Ao chegarem na sala alunos se cumprimentam entre si;
- Como o professor cumprimenta os alunos;
- Como se dá a organização do material dos alunos;
- O professor faz logo a chamada diária;
- Os alunos tem boa frequência.

#### 3. O dia a dia da sala de aula

- O/A professor/a segue um plano de Atividades? É realmente utilizado?
- Ele cumpre o conteúdo programático da aula planejada?
- Observe e registre a rotina de pelo menos um dia de aula, enfatizando com detalhe as ações e atividades desenvolvidas: quais são os recursos mais utilizados, como ocorre a participação dos/as alunos/as e, principalmente, como e quais são os conteúdos que foram trabalhados, se o tempo determinados pelo/a professor/a foi suficiente ou se sobrou tempo para os alunos ficarem ociosos;
- Observe se realmente houve da aprendizagem;

→ O currículo contempla aspectos interdisciplinares?

#### **4. A sala de aula**

- Verifiquem a disciplina em sala de aula. Exemplifiquem;
- Como são os hábitos e higiene dos alunos;
- Autoridade do/a professor/a. Pode dar um exemplo;
- As atividades pedagógicas em sala de aula;
- Descreva a metodologia utilizada pelo/a professor/a: se desenvolve e estimula atividades individual/grupo;
- A dinamicidade dos/as alunos/as: se são ativos ou passivos;
- Como o/a professor/a faz a avaliação da aprendizagem.



### **ROTEIRO 3**

#### **Roteiro para Elaboração do Projeto de Estágio Supervisionado 2 (Elaboração e operacionalização)**

##### **1. Justificativa do projeto**

→ A partir da demanda da turma observada

##### **2. Objetivos**

→ Geral

→ Específicos

##### **3. Marco teórico**

→ Fundamentos que sustentam o trabalho com o tema escolhido

##### **4. Bloco temático/Conteúdos explorados**

##### **5. Aspectos Metodológicos**

##### **6. Recursos**

##### **7. Planos de Aula**

→ Relatos de todas as atividades desenvolvidas e textos de apoio.

##### **8. Avaliação**

##### **9. Referências**



## ROTEIRO 4

### Roteiro para Elaboração do Relatório Final do Estágio Supervisionado 2

#### 1. Apresentação

- Importância do estágio (aspectos legais e conceituais)
- Situar onde ocorreu e seus envolvidos
- Etapas – descrever sistematicamente a relevância da disciplina para a formação do professor e os passos que seguiu (observação, coleta de dados, planejamento, operacionalização e culminância do estágio).

#### 2. Contextualização do Nível de Ensino

- Breve quadro do nível de ensino: aspecto legal, relevância do nível de ensino no processo de escolarização e situação atual, o papel do professor como agente de transformação. Desafios do ensino fundamental, indicadores de aprendizagem.

#### 3. Descrição do Campo de Estágio

- Breve quadro panorâmico do local onde está inserida a escola (cidade, bairro) da escola;
- Breve quadro panorâmico da observação em sala de aula (Roteiro 2).

#### 4. Projeto de Estágio (Roteiro 3)

- Justificativa do projeto
- Objetivos (geral e específicos)
- Marco teórico que fundamentam o trabalho com o tema escolhido
- Bloco temático/Conteúdos explorados
- Aspectos Metodológicos
- Recursos
- Planos de Aula (relatos de todas as atividades desenvolvidas e textos de apoio)
- Avaliação
- Referências

#### 5. Conclusão

- Impressão geral do Estágio;
- Contribuição para a formação do futuro docente;
- Dificuldades enfrentadas;
- Sugestões.

#### 6. Referências

**Anexos** (Instrumentais do Estágio)

# **APÊNDICE IV**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**NORMATIVA Nº 04/2017 – CCLCB, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOS, *CAMPUS* ARAPIRACA, UNIDADE  
EDUCACIONAL PENEDO, CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS  
BIOLÓGICAS**



**Normativa interna N°04 /2017 – CCLCB, de 06 de dezembro de 2017.**

Estabelece normas e critérios para elaboração e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

O COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO, CAMPUS ARAPIRACA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a deliberação tomada em reunião ordinária do NDE/CLCB (Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) do dia 06 de dezembro de 2017, decide:

CONSIDERANDO a necessidade de complementação ao disposto no Projeto Pedagógico do Curso em seu capítulo 08, que trata do Trabalho de Conclusão de Curso;

RESOLVE:

**Art. 1°** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas, é um trabalho acadêmico de natureza técnico-científica, a ser elaborado individualmente pelo graduando como parte das exigências para integralização do curso e obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

**Art. 2°** O TCC deverá ser desenvolvido em uma das seguintes áreas de conhecimento: ciências biológicas, biodiversidade, ecologia e meio ambiente e suas respectivas sub-áreas e setores e de preferência com aplicação ao ensino de Biologia

**Art. 3°** O TCC deve ter um orientador que deve ser um docente vinculado ao curso de Ciências Biológicas da Unidade Penedo, UFAL ou em casos especiais técnico de nível superior, docente externo ao curso ou profissional graduado com reconhecida experiência na linha de desenvolvimento do trabalho;

§1° A participação de um orientador que não seja docente do Curso estará condicionada a aprovação mediante análise do seu curriculum vitae pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (CCLCB);

§2° A participação do orientador que não seja docente do Curso de de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFAL estará condicionada a participação de um co-orientador membro do corpo docente do citado curso;

§3° O proponente a orientador deverá submeter o pedido de orientação à apreciação pelo CCLCB mediante o preenchimento do Formulário de Aprovação de Orientação (Apêndice I);

§4° O colegiado não aceitará TCC frutos de orientações não aprovadas.

**Art. 4°** O TCC será fruto de uma atividade de Ensino, Pesquisa ou Extensão, cujo projeto deverá ser construído de forma conjunta entre o discente e seu orientador.

§1° - O projeto de TCC, deverá ser encaminhado ao colegiado do curso através do preenchimento do formulário próprio (Apêndice II).

§2° - O projeto de TCC deverá ser aprovado pelo colegiado mediante a apreciação levando em consideração a sua viabilidade;



§3º - Quando o projeto de TCC se aplicar as exigências do Comitê de Ética da UFAL, deverá ser anexado o comprovante de aprovação pelo do mesmo para a realização do projeto, ou o Protocolo de Encaminhamento do projeto ao citado comitê;

§4º - O projeto deverá ser encaminhado para apreciação no mínimo 30 dias antes do início de suas atividades;

§5º - O colegiado não aceitará defesas de TCC advindas de projetos não aprovados.

**Art. 5º** O TCC poderá ser redigido adotando diferentes modalidades: Monografia Acadêmica, Relatório de Projeto de Intervenção efetuado, ou Artigo Científico.

Parágrafo Único. De acordo com a Orientação Normativa nº01 de 14 de abril de 2016, do Campus Arapiraca/Universidade Federal de Alagoas, em seu artigo 1º parágrafo 2º, no que se refere à apresentação de trabalhos acadêmicos, todos os Trabalhos de Conclusão de Curso, independente da modalidade, deverão conter os elementos obrigatórios adotados pelo Guia de Normalização da UFAL, baseado nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Anexo I);

**Art. 6º** Para a defesa o orientador deverá encaminhar uma cópia em formato pdf à Coordenação de TCC

§1º O prazo máximo para o encaminhamento da cópia para a Coordenação de TCC é de 30 dias antes do final do semestre letivo;

§2º Caberá a Coordenação de TCC distribuir as cópias para os membros da banca examinadora;

§3º Caberá a a Coordenação de TCC toda a comunicação oficial pertinente.

**Art. 7º** A banca examinadora deverá ser composta pelo orientador e três profissionais da área (dois titulares e um suplente), indicados formalmente pelo orientador ao Colegiado do Curso através do Formulário de Indicação de Banca Examinadora de TCC (Apêndice III).

§1º Caberá ao Colegiado do Curso a aprovação da composição da banca examinadora a partir da análise de seus curriculum vitae;

§2º Caberá ao colegiado do Curso comunicar oficialmente a participação dos nomes aprovados para compor a banca examinadora.

**Art. 8º** O Coordenador do curso, Vice-Coordenador, Coordenador de TCC ou membro do curso designado pelo Colegiado, deverá abrir a sessão de defesa do TCC, munido do livro ATA, para o registro legal da ocasião.

**Art. 9º** O TCC será avaliado pela banca examinadora em defesa pública de acordo com os seguintes critérios: produção escrita (50%), apresentação oral (30%) e arguição (20%).

§1º O discente terá de 20 a 30 minutos para apresentar oralmente o seu trabalho;

§2º Ao final da apresentação o discente será arguido em forma de diálogo, onde todos os membros da banca examinadora poderão se pronunciar pelo tempo máximo de 20 minutos cada;

§3º Caberá ao orientador a função de moderador na avaliação do trabalho pela banca examinadora;



§4° A banca examinadora atribuirá nota final (entre 0,0 e 10,0) ao trabalho seguindo o Formulário Individual de Avaliação de TCC (Apêndice IV);

§5° A nota mínima para aprovação será 7,0.

§6° No caso de reprovação do TCC, o aluno terá no máximo 30 dias para reapresentar o trabalho a banca examinadora, seguindo todos os trâmites contidos neste artigo.

**Art. 10°** A versão final do TCC, depois de aprovado e acatadas as correções e sugestões indicadas pela banca examinadora, deverá ser entregue em versão digital ao Coordenador de TCC e à Biblioteca da Unidade Penedo, no prazo máximo de 30 dias e seguindo as normas exigidas pela Biblioteca (Anexo I);

Parágrafo Único. A nota obtida pelo discente só será lançada no sistema acadêmico após a entrega da versão final ao Coordenador de TCC.

**Art. 11°** Os casos omissos a essa NORMATIVA serão submetidos à análise do Colegiado do Curso.

**Art. 12°** Essa NORMATIVA entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Penedo, *Campus* Arapiraca, UFAL, em 06 de dezembro de 2018.

Profª. Dra. Camila Souza Porto  
Coordenadora em Exercício do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas



Apêndice I  
Aprovação de Orientação - Trabalho de Conclusão de Curso

Nome:

Formação:

Função:

Instituição:

Solicita deferimento do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas para a orientação de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno \_\_\_\_\_, conforme dados abaixo:

<b>Aluno</b>	
<b>Orientador</b>	
<b>Co-orientador</b>	
<b>Título do Projeto</b>	
<b>Início das atividades</b>	

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura

( ) Aprovado      ( ) Reconsiderar

Reunião Colegiado, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Coordenador do Curso

- Anexar *curriculum vitae* (modelo Lattes) do orientador, caso este seja externo ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Penedo, Campus Arapiraca, UFAL.



**Apêndice II**  
**Cadastro para Trabalho de Conclusão de Curso**

**DADOS DO ALUNO**

NOME:  
MATRÍCULA:

**DADOS DO TCC**

DATA INÍCIO:  
TÍTULO:

**DADOS DO ORIENTADOR**

NOME:  
MATRÍCULA:  
CARGA HORÁRIA NO PROJETO:

Declaramos pelo presente, responsabilidade pelo conteúdo do projeto apresentado, bem como pela apresentação das autorizações do Comitê de Ética da UFAL e dos órgãos ambientais, quando pertinentes.

Penedo – Al, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do orientando

Observações:

- Preencher o formulário em caixa alta.
- Anexar Pré-Projeto (conforme modelo proposto para o PIBIC) e Protocolo do Encaminhamento ao Comitê de Ética da UFAL.

Reservado ao Colegiado		
( ) Deferido	( ) Indeferido	Data: ____/____/____
Assinaturas:		



**Apêndice III**  
**Formulário de Indicação de Banca Examinadora de TCC**

Penedo – AL, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas,

Venho por meio desta, indicar a composição da banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno(a) \_\_\_\_\_.

Solicito ainda que a defesa ocorra no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ h \_\_\_\_\_ min, na

\_\_\_\_\_.

**Orientador**

Nome:

Instituição:

CPF:

**Membro interno**

Nome:

Instituição:

CPF:

**Membro externo**

Nome:

Instituição:

CPF:

**Membro suplente**

Nome:

Instituição:

CPF:

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

\_\_\_\_\_  
Assinatura do orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do orientando

Reservado ao Colegiado

( ) Deferido

( ) Indeferido

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinaturas:



Apêndice IV  
Formulário individual de avaliação de TCC

PARECER DO EXAMINADOR

Aluno(a):  
Orientador(a):  
Co-Orientador(a):  
Título do TCC:  
Examinador:  
Instituição do Examinador:

ITEM	NOTA
<b>Nota 1 (Peso 5): Trabalho Escrito (0,0 (zero) a 10,0 (dez))</b>	--
1. Introdução (1 pt)	
2. Objetivos (claros e pertinentes ao tema) (1 pt)	
3. Materiais e Métodos (descrição detalhada, uso de métodos adequados para o trabalho proposto, indicação dos tipos de testes aplicados (2 pts)	
4. Resultados (apresentação em sequência lógica com objetivos) (2 pts)	
5. Discussão (1 pt)	
6. Conclusão (de acordo com as hipóteses do trabalho) (1 pt)	
7. Referências Bibliográficas (1 pt)	
8. Apresentação geral do trabalho (1 pt)	
<b>TOTAL NOTA 1</b>	
<b>Nota 2 (Peso 3): Apresentação Oral (0,0 (zero) a 10,0 (dez))</b>	--
1. Organização da apresentação (2,5 pts)	
2. Adequação da linguagem (2,5 pts)	
3. Capacidade de expressão e didática (2,5 pts)	
4. Adequação ao tempo (2,5 pts)	
<b>TOTAL NOTA 2</b>	
<b>Nota 3 (Peso 2): Arguição (0,0 (zero) a 10,0 (dez))</b>	--
1. Capacidade de articulação das ideias (5 pts)	
2. Conhecimento teórico (5 pts)	
<b>TOTAL NOTA 3</b>	
<b>Nota Final do TCC = ((Nota 1 x 0,5) + (Nota 2 x 0,3) + (Nota 3 x 0,2))</b>	

Observações, críticas e sugestões (Usar anexo, se necessário):

Penedo – AL, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Avaliador(a):

CPF:



### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_ horas e \_\_\_\_ minutos, estiveram reunidos na Unidade Educacional Penedo, *Campus* Arapiraca, Universidade Federal de Alagoas, os membros da Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso abaixo subscritos, para avaliação do TCC do(a) discente \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, intitulado \_\_\_\_\_.

Após a apresentação pelo(a) discente, seguiu-se a arguição da Banca Examinadora, sendo este trabalho \_\_\_\_\_ com nota \_\_\_\_ (\_\_\_\_). Ficam cientes o(a) orientador(a) e o(a) discente dos procedimentos e prazos regulamentares para conclusão do processo. Nada mais havendo a tratar, eu, \_\_\_\_\_, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos Membros da Banca Examinadora.

Penedo – AL, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Orientador  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Membro Interno  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Membro Externo  
Nome:  
CPF:

# **ANEXOS**

# **ANEXO I**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 09/2001 – CNE/CP, DE 08 DE MAIO DE 2001  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADO:</b> Conselho Nacional de Educação		<b>UF:</b> DF
<b>ASSUNTO:</b> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena		
<b>RELATOR(A):</b> , Edla de Araújo Lira Soares, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice Ribeiro Durham, Guiomar Namó de Mello, Nelio Marco Vincenzo Bizzo e Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira.( Relatora ), Silke Weber (Presidente)		
<b>PROCESSO(S) N.º(S):</b> 23001.000177/2000-18		
<b>PARECER N.º:</b> CNE/CP 009/2001	<b>COLEGIADO:</b> CP	<b>APROVADO EM:</b> 8/5/2001

**I - RELATÓRIO**

O Ministério da Educação, em maio de 2000, remeteu ao Conselho Nacional de Educação, para apreciação, proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de nível superior, formulada por Grupo de Trabalho designado para este fim, composto por representantes das Secretarias de Educação Fundamental, Educação Média e Tecnológica e Educação Superior, sob a coordenação geral do Dr. Ruy Leite Berger Filho – Secretário de Educação Média e Tecnológica.

O Conselho Nacional de Educação, em reunião do Conselho Pleno do mês de julho de 2000, designou, para análise da proposta do Ministério da Educação, uma Comissão Bicameral composta pelos Conselheiros Edla Soares, Guiomar Namó de Mello, Nélio Bizzo e Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, da Câmara de Educação Básica, e Éfrem Maranhão, Eunice Durham, José Carlos de Almeida e Silke Weber, da Câmara de Educação Superior. Tendo como Presidente a Conselheira Silke Weber e como relatora a Conselheira Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, a Comissão fez vinte e uma reuniões entre agosto de 2000 e maio de 2001, a maioria delas contando com a contribuição de todos os seus integrantes, que se revezaram ao longo do período, na participação de Encontros, Seminários, Conferências sobre Formação de Professores. O Conselheiro José Carlos de Almeida, no entanto, por problemas de agenda, solicitou desligamento da Comissão Bicameral em outubro de 2000, continuando a Comissão a se reunir com os demais componentes e com os representantes do Ministério da Educação, integrantes do Grupo de Trabalho que redigiu a Proposta submetida

à apreciação do Conselho Nacional de Educação, particularmente Maria Inês Laranjeira, Célia Carolino e Maria Beatriz Silva.

O documento que hoje constitui esta Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de nível superior, foi submetido à apreciação da comunidade educacional em cinco audiências públicas regionais, uma reunião institucional, uma reunião técnica e uma audiência pública nacional, nas datas, locais e com público especificados a seguir:

Audiências públicas regionais em Porto Alegre (19.03.01), São Paulo (20.03.01), Goiânia (21.03.01), Recife (21.03.01), Belém (23.03.01), com a participação de representantes da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Fórum dos Pró-Reitores de Graduação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Associação Nacional de Política e Administração na Educação, Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Fórum dos Diretores das Faculdades de Educação, Comissão Nacional de Formação de Professores, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Reunião institucional em Brasília (20.03.01), com a participação de representantes do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Fórum dos Conselhos Estaduais da Educação, Comissão Nacional de Formação de Professores e Ministério da Educação, com representantes da Secretaria de Educação Fundamental, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Secretaria de Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Especial e Educação Ambiental.

Reunião técnica em Brasília (17.04.01), com participação de representantes das comissões de especialistas da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Nacional de História, Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Sociedade Brasileira do Ensino de Biologia, Sociedade Brasileira de Física, Associação de

Geógrafos Brasileiros, Associação Brasileira de Lingüística, Sociedade Brasileira de Enfermagem, Associação Brasileira de Computação, Fórum de Licenciaturas.

Audiência pública nacional em Brasília (23.04.01), com a participação de representantes do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia, Associação de Geógrafos Brasileiros, Fórum dos Pró-Reitores de Graduação, Sociedade Brasileira de Física, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, Associação Nacional de Política e Administração na Educação, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Comissão Nacional de Formação de Professores, ANDES – Sindicato Nacional, Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Fórum de Diretores das Faculdades de Educação, Fórum Nacional em Defesa da Formação de Professores.

A apresentação do documento ao Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, última instância antes do encaminhamento do mesmo à apreciação do senhor Ministro da Educação, se deu em 08 de maio de 2001.

Feito este breve relato sobre o documento em si, será apresentada a seguir uma análise do contexto educacional nos últimos anos para, com base nela, fazer-se a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Durante os anos 80 e 90, o Brasil deu passos significativos no sentido de universalizar o acesso ao ensino fundamental obrigatório, melhorando o fluxo de matrículas e investindo na qualidade da aprendizagem nesse nível escolar. Mais recentemente, agregam-se a esse esforço o aumento da oferta de ensino médio e de educação infantil nos sistemas públicos, bem como o estabelecimento de diretrizes nacionais para os diferentes níveis da Educação Básica, considerando as características do debate nacional e internacional a respeito da educação.

A democratização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica vêm acontecendo num contexto marcado pela redemocratização do país e por profundas mudanças nas expectativas e demandas educacionais da sociedade brasileira. O avanço e a disseminação das tecnologias da informação e da comunicação está impactando as formas de convivência

social, de organização do trabalho e do exercício da cidadania. A internacionalização da economia confronta o Brasil com a necessidade indispensável de dispor de profissionais qualificados. Quanto mais o Brasil consolida as instituições políticas democráticas, fortalece os direitos da cidadania e participa da economia mundializada, mais se amplia o reconhecimento da importância da educação para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a superação das desigualdades sociais.

Esse cenário apresenta enormes desafios educacionais que, nas últimas décadas, têm motivado a mobilização da sociedade civil, a realização de estudos e pesquisas e a implementação, por estados e municípios, de políticas educacionais orientadas por esse debate social e acadêmico visando a melhoria da educação básica. Entre as inúmeras dificuldades encontradas para essa implementação destaca-se o preparo inadequado dos professores cuja formação de modo geral, manteve predominantemente um formato tradicional, que não contempla muitas das características consideradas, na atualidade, como inerentes à atividade docente, entre as quais se destacam:

- orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- desenvolver práticas investigativas;
- elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Este documento, incorporando elementos presentes na discussão mais ampla a respeito do papel dos professores no processo educativo, apresenta a base comum de formação docente expressa em diretrizes, que possibilitem a revisão criativa dos modelos hoje em vigor, a fim de:

- fomentar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras;

- fortalecer e aprimorar a capacidade acadêmica e profissional dos docentes formadores;
- atualizar e aperfeiçoar os formatos de preparação e os currículos vivenciados, considerando as mudanças em curso na organização pedagógica e curricular da educação básica;
- dar relevo à docência como base da formação, relacionando teoria e prática;
- promover a atualização de recursos bibliográficos e tecnológicos em todas as instituições ou cursos de formação.

Importa destacar que, além das mudanças necessárias nos cursos de formação docente, a melhoria da qualificação profissional dos professores vai depender também de políticas que objetivem:

- fortalecer as características acadêmicas e profissionais do corpo docente formador;
- estabelecer um sistema nacional de desenvolvimento profissional contínuo para todos os professores do sistema educacional;
- fortalecer os vínculos entre as instituições formadoras e o sistema educacional, suas escolas e seus professores;
- melhorar a infra-estrutura institucional especialmente no que concerne a recursos bibliográficos e tecnológicos;
- formular, discutir e implementar um sistema de avaliação periódica e certificação de cursos, diplomas e competências de professores.
- estabelecer níveis de remuneração condigna com a importância social do trabalho docente;
- definir jornada de trabalho e planos de carreiras compatíveis com o exercício profissional.

A proposta de diretrizes nacionais para a formação de professores para a educação básica brasileira busca também construir sintonia entre a formação de professores, os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, e suas modalidades, bem como as recomendações constantes dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a educação básica elaborados pelo Ministério da Educação.

Além disso, busca considerar iniciativas que vêm sendo tomadas no âmbito do Ministério da Educação, seja pela Secretaria de Educação Fundamental – SEF – que, coordenando uma discussão nacional sobre formação de Professores publicou os Referenciais para a Formação de Professores, seja pela Secretaria de Ensino Superior – SESu - que desencadeou em dezembro de 1997, com a contribuição das comissões de Especialistas e de Grupo Tarefa especial<sup>1</sup>, no tocante à formação de professores, um processo de revisão da Graduação, com a finalidade de subsidiar o Conselho Nacional de Educação na tarefa de instituir diretrizes curriculares nacionais para os diferentes cursos.

O processo de elaboração das propostas de diretrizes curriculares para a graduação, conduzido pela SESu, consolidou a direção da formação para três categorias de carreiras: Bacharelado Acadêmico; Bacharelado Profissionalizante e Licenciatura. Dessa forma, a Licenciatura ganhou, como determina a nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1”.

Como toda proposta em educação, ela não parte do zero mas é fruto de um longo processo de crítica, reflexão e confronto entre diferentes concepções sobre a formação docente e suas práticas, para o qual contribuíram o pensamento acadêmico, a avaliação das políticas públicas em educação, os movimentos sociais, as experiências inovadoras em andamento em algumas Instituições de Ensino Superior. Ela busca descrever o contexto global e o nacional da reforma educacional no Brasil, o quadro legal que lhe dá suporte, e as linhas orientadoras das mudanças dos cursos de formação de professores. Com base no diagnóstico dos problemas detectados na formação dos professores, ela apresenta princípios orientadores amplos e diretrizes para uma política de formação de professores, para sua organização no tempo e no espaço e para a estruturação dos cursos.

A proposta inclui a discussão das competências e áreas de desenvolvimento profissional que se espera promover nessa formação, além de sugestões para avaliação das

---

<sup>1</sup> Este Grupo Tarefa concluiu, em 15 de setembro de 1999, o documento “Subsídios para a elaboração de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores”.

mudanças. Sendo assim, é suficientemente flexível para abrigar diferentes desenhos institucionais, ou seja, as Diretrizes constantes deste documento aplicar-se-ão a todos os cursos de formação de professores em nível superior, qualquer que seja o locus institucional - Universidade ou ISE - áreas de conhecimento e/ou etapas da escolaridade básica.

Portanto, são orientadoras para a definição das Propostas de Diretrizes específicas para cada etapa da educação básica e para cada área de conhecimento, as quais por sua vez, informarão os projetos institucionais e pedagógicos de formação de professores.

## **1. A REFORMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>2</sup> : sinalizando o futuro e traçando diretrizes inovadoras**

É necessário ressignificar o ensino de crianças, jovens e adultos para avançar na reforma das políticas da educação básica, a fim de sintonizá-las com as formas contemporâneas de conviver, relacionar-se com a natureza, construir e reconstruir as instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações e conhecimentos e tecnologias, sintonizando-o com as formas contemporâneas de conviver e de ser. Ao longo dos anos 80 e da primeira metade dos 90, as iniciativas inovadoras de gestão e de organização pedagógica dos sistemas de ensino e escolas nos estados e municípios deram uma importante contribuição prática para essa revisão conceitual.

O marco político-institucional desse processo foi a LDBEN. Incorporando lições, experiências e princípios aprendidos desde o início dos anos 80 por reformas localizadas em estados e municípios, a nova lei geral da educação brasileira sinalizou o futuro e traçou diretrizes inovadoras para a organização e a gestão dos sistemas de ensino da educação básica.

Com sua promulgação, o Brasil completa a primeira geração de reformas educacionais iniciada no começo dos anos 80, e que teve na Constituição seu próprio e importante marco institucional. O capítulo sobre educação da Carta Magna reclamava, no entanto, uma Lei que o regulamentasse.

---

<sup>2</sup>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

Entre as mudanças importantes promovidas pela nova LDBEN, vale destacar: (a) integração da educação infantil e do ensino médio como etapas da educação básica, a ser universalizada; (b) foco nas competências a serem constituídas na educação básica, introduzindo um paradigma curricular novo, no qual os conteúdos constituem fundamentos para que os alunos possam desenvolver capacidades e constituir competências; (c) importância do papel do professor no processo de aprendizagem do aluno; (d) fortalecimento da escola como espaço de ensino e de aprendizagem do aluno e de enriquecimento cultural; (e) flexibilidade, descentralização e autonomia da escola associados à avaliação de resultados; (f) exigência de formação em nível superior para os professores de todas as etapas de ensino; (g) inclusão da Educação de Jovens e Adultos como modalidade no Ensino Fundamental e Médio.

## **1.2 Reforma curricular: um instrumento para transformar em realidade as propostas da educação básica**

O contexto atual traz a necessidade de promover a educação escolar, não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas numa perspectiva de continuidade articulada entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, dando concretude ao que a legislação denomina educação básica e que possibilite um conjunto de aprendizagens e desenvolvimento de capacidades que todo cidadão – criança, jovem ou adulto – tem direito de desenvolver ao longo da vida, com a mediação e ajuda da escola.

Com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para as diferentes etapas da educação básica, o país dispõe hoje de um marco referencial para a organização pedagógica das distintas etapas da escolarização básica. Tomando como base a LDBEN e em colaboração com a sociedade e demais esferas federativas, os órgãos educacionais nacionais, executivos e normativos vêm interpretando e regulamentando esses paradigmas curriculares de modo inovador.

As normas e recomendações nacionais surgem nos marcos de um quadro legal de flexibilização da gestão pedagógica e reafirmação da autonomia escolar e da diversidade curricular, que sinaliza o caminho para um regime de colaboração e um modelo de gestão

mais contemporâneo para reger as relações entre o centro dos sistemas e as unidades escolares.

Essa reforma curricular concebe a educação escolar como tendo um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e da sociedade, sendo um dos elementos essenciais para favorecer as transformações sociais necessárias.

Além disso, as transformações científicas e tecnológicas, que ocorrem de forma acelerada, exigem das pessoas novas aprendizagens, não somente no período de formação, mas ao longo da vida. Há também a questão da necessidade de aprendizagens ampliadas – além das novas formas de aprendizagem. Nos últimos anos, tem-se observado o uso cada vez mais disseminado dos computadores e de outras tecnologias, que trazem uma grande mudança em todos os campos da atividade humana. A comunicação oral e escrita convive cada dia mais intensamente com a comunicação eletrônica, fazendo com que se possa compartilhar informações simultaneamente com pessoas de diferentes locais.

Com relação ao mundo do trabalho, sabe-se que um dos fatores de produção decisivo passa a ser o conhecimento e o controle do meio técnico-científico-informacional, reorganizando o poder advindo da posse do capital, da terra ou da mão-de-obra. O fato de o conhecimento ter passado a ser um dos recursos fundamentais tende a criar novas dinâmicas sociais e econômicas, e também novas políticas, o que pressupõe que a formação deva ser complementada ao longo da vida, o que exige formação continuada.

Nesse contexto, reforça-se a concepção de escola voltada para a construção de uma cidadania consciente e ativa, que ofereça aos alunos as bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sócio-política. Reforça-se, também, a concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural.

Novas tarefas passam a se colocar à escola, não porque seja a única instância responsável pela educação, mas por ser a instituição que desenvolve uma prática educativa planejada e sistemática durante um período contínuo e extenso de tempo na vida das pessoas.

E, também, porque é reconhecida pela sociedade como a instituição da aprendizagem e do contato com o que a humanidade pôde produzir como conhecimento, tecnologia, cultura. Novas tarefas, igualmente, se apresentam para os professores.

No que se refere à faixa etária de zero a seis anos, considerando a diferença entre creche e pré-escolar, além dos cuidados essenciais, constitui hoje uma tarefa importante favorecer a construção da identidade e da autonomia da criança e o seu conhecimento de mundo.

Com relação aos alunos dos ensinos fundamental e médio, é preciso estimulá-los a valorizar o conhecimento, os bens culturais, o trabalho e a ter acesso a eles autonomamente; a selecionar o que é relevante, investigar, questionar e pesquisar; a construir hipóteses, compreender, raciocinar logicamente; a comparar, estabelecer relações, inferir e generalizar; a adquirir confiança na própria capacidade de pensar e encontrar soluções.

É também necessário que o aluno aprenda a relativizar, confrontar e respeitar diferentes pontos de vista, discutir divergências, exercitar o pensamento crítico e reflexivo, comprometer-se, assumir responsabilidades.

Além disso, é importante que aprendam a ler criticamente diferentes tipos de texto, utilizar diferentes recursos tecnológicos, expressar-se e comunicar-se em várias linguagens, opinar, enfrentar desafios, criar, agir de forma autônoma e que aprendam a diferenciar o espaço público do espaço privado, ser solidários, cooperativos, conviver com a diversidade, repudiar qualquer tipo de discriminação e injustiça.

Do mesmo modo precisam ser consideradas as especificidades dos alunos das diversas modalidades de ensino, especialmente da Educação Indígena, da Educação de Jovens e Adultos, bem como dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As novas tarefas atribuídas à escola e a dinâmica por elas geradas impõem a revisão da formação docente em vigor na perspectiva de fortalecer ou instaurar processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo às novas tarefas e aos desafios apontados, que incluem o desenvolvimento de disposição para atualização constante de modo a inteirar-

se dos avanços do conhecimento nas diversas áreas, incorporando-os, bem como aprofundar a compreensão da complexidade do ato educativo em sua relação com a sociedade. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda de aspectos essenciais da formação de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação e os sistemas de ensino, de modo a assegurar-lhes a indispensável preparação profissional.

É certo que como toda profissão, o magistério tem uma trajetória construída historicamente. A forma como surgiu a profissão, as interferências do contexto sócio-político no qual ela esteve e está inserida, as exigências colocadas pela realidade social, as finalidades da educação em diferentes momentos e, conseqüentemente, o papel e o modelo de professor, o lugar que a educação ocupou e ocupa nas prioridades de Estado, os movimentos e lutas da categoria e as pressões da população e da opinião pública em geral são alguns dos principais fatores determinantes do que foi, é e virá a ser a profissão *magistério*.

A formação de professores como preparação profissional passa a ter papel crucial, no atual contexto, agora para possibilitar que possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuar nesse novo cenário, reconhecendo-a como parte de uma trajetória de formação permanente ao longo da vida.

## **2. SUPORTE LEGAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A LDBEN organiza a educação escolar anterior à superior em um mesmo segmento denominado *educação básica*. Integra, assim, a educação infantil e o ensino médio ao ensino fundamental obrigatório de oito anos. Esse conceito de educação básica aumenta a duração da escolaridade considerada base necessária para exercer a cidadania, inserir-se produtivamente no mundo do trabalho e desenvolver um projeto de vida pessoal autônomo. À extensão no tempo, deverá seguir-se, inevitavelmente, a ampliação da cobertura: se a educação é básica dos zero aos 17 anos, então deverá ser acessível a todos.

Uma educação básica unificada e ao mesmo tempo diversa, de acordo com o nível escolar, demanda um esforço para manter a especificidade que cada faixa etária de atendimento impõe às etapas da escolaridade básica. Mas exige, ao mesmo tempo, o prosseguimento dos esforços para superar rupturas seculares, não só dentro de cada etapa, como entre elas. Para isso, será indispensável superar, na perspectiva da Lei, as rupturas que também existem na formação dos professores de crianças, adolescentes e jovens.

Quando define as incumbências dos professores, a LDBEN não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens ou adultos.

*Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:*

- 1. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- 2. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- 3. zelar pela aprendizagem dos alunos;*
- 4. estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
- 5. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
- 6. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*

As inovações que a LDBEN introduz nesse Artigo constituem indicativos legais importantes para os cursos de formação de professores:

- a) posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno – inclusive daqueles com ritmos diferentes de aprendizagem –, tomando como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno, o que reforça a responsabilidade do professor com o sucesso na aprendizagem do aluno;

- b) associando o exercício da autonomia do professor, na execução de um plano de trabalho próprio, ao trabalho coletivo de elaboração da proposta pedagógica da escola;
- c) ampliando a responsabilidade do professor para além da sala de aula, colaborando na articulação entre a escola e a comunidade.

Complementando as disposições do Artigo 13, a LDBEN dedica um capítulo específico à formação dos profissionais da educação, com destaque para os professores. Esse capítulo se inicia com os fundamentos metodológicos que presidirão a formação:

*Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:*

- 1. a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviços;*
- 2. aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.*

É importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação de professor devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino assim como a cada faixa etária.

É preciso destacar a clareza perseguida pela Lei ao constituir a educação básica como referência principal para a formação dos profissionais da educação.

Do ponto de vista legal, os objetivos e conteúdos de todo e qualquer curso ou programa de formação ou continuada de professores devem tomar como referência: os Artigos 22, 27, 29, 32, 35 e 36<sup>3</sup> da mesma LDBEN, bem como as normas nacionais instituídas pelo Ministério da Educação, em colaboração com o Conselho Nacional de Educação<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Nesses artigos, a LDBEN determina as finalidades gerais da educação básica e os objetivos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.

<sup>4</sup> Pareceres nº 04/98, 15/98 e 22/98 e Resoluções nº 02/98, 03/98 e 01/99, da Câmara de Educação Básica, homologados pelo Sr. Ministro da Educação.

Mas há dois aspectos no Art. 61 que precisam ser destacados: a relação entre teoria e prática e o aproveitamento da experiência anterior. Aprendizagens significativas, que remetem continuamente o conhecimento à realidade prática do aluno e às suas experiências, constituem fundamentos da educação básica, expostos nos artigos citados. Importa que constituam, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação e continuada de professores. Para construir junto com os seus futuros alunos experiências significativas e ensiná-los a relacionar teoria e prática é preciso que a formação de professores seja orientada por situações equivalentes de ensino e de aprendizagem.

Definidos os princípios, a LDBEN dedica os dois Artigos seguintes aos tipos e modalidades dos cursos de formação de professores e sua localização institucional:

*Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.*

*Art. 63. Os Institutos Superiores de Educação manterão:*

- 1. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o Curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;*
- 2. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;*
- 3. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.*

Merecem nota alguns pontos desses dois Artigos: (a) a definição de todas as licenciaturas como plenas; (b) a reafirmação do ensino superior como nível desejável para a formação do professor da criança pequena (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), meta que será reafirmada nas disposições transitórias da lei, como se verá mais

adiante; (c) a abertura de uma alternativa de organização para essa formação em Curso Normal Superior.

O outro ponto de destaque nos Artigos 62 e 63 refere-se à criação dos Institutos Superiores de Educação (ISE). Coerente com o princípio de flexibilidade da LDBEN, a Resolução CNE 01/99 deixa em aberto a localização dos ISE – dentro ou fora da estrutura universitária – e os posiciona como instituições articuladoras. Para tanto, determina a existência de uma direção ou coordenação responsável por articular a elaboração, execução e avaliação do projeto institucional, promovendo assim condições formais de aproximação entre as diferentes licenciaturas e conseqüentemente o desenvolvimento da pesquisa sobre os objetos de ensino. Aborda ainda, dentre outras questões, princípios de formação, competências a serem desenvolvidas, formas de organização dos Institutos atribuindo-lhes caráter articulador, composição de seu corpo docente, carga horária dos cursos e finalidades do Curso Normal Superior. Aos ISE é atribuída a função de oferecer formação de professores para atuar na educação básica.

O Decreto 3276/99, alterado pelo Decreto 3554/2000 regulamenta a formação básica comum que, do ponto de vista curricular, constitui-se no principal instrumento de aproximação entre a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica.

Esta regulamentação foi motivo de parecer nº 133/01 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no qual fica evidenciado que a formação de professores para atuação multidisciplinar terá que ser oferecida em cursos de licenciatura plena, eliminando-se, portanto a possibilidade de uma obtenção mediante habilitação.

Aliás, pelo próprio parecer fica esclarecido que:

- a. quando se tratar de universidades e de centros universitários os referidos cursos poderão ser oferecidos preferencialmente como Curso Normal Superior ou como curso com outra denominação, desde que observadas estas diretrizes para formação de professores para educação básica em nível superior e respectivas diretrizes curriculares específicas para educação infantil e anos iniciais do ensino;

- b. as instituições não universitárias terão que criar Institutos Superiores De Educação, caso pretendam formar professores em nível superior para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, e esta formação deverá ser oferecida em Curso Normal Superior, obedecendo ao disposto na resolução CNE/CP 01/99.

A formação em nível superior de todos os professores que atuam na educação básica é uma meta a ser atingida em prazo determinado, conforme Artigo 87 das Disposições Transitórias da LDBEN:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano após a publicação desta Lei.

*Parágrafo 4º – Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.*

Nesse quadro legal, e tendo em vista as necessidades educacionais do país, a revisão da formação de professores para a educação básica é um desafio a ser enfrentado de imediato, de forma inovadora, flexível e plural, para assegurar efetivamente a concretização do direito do aluno de aprender na escola.

### **3. QUESTÕES A SEREM ENFRENTADAS NA FORMAÇÃO PROFESSORES**

As questões a serem enfrentadas na formação são históricas. No caso da formação nos cursos de licenciatura, em seus moldes tradicionais, a ênfase está contida na formação nos conteúdos da área, onde o bacharelado surge como a opção natural que possibilitaria, como apêndice, também, o diploma de licenciado. Neste sentido, nos cursos existentes, é a atuação do físico, do historiador, do biólogo, por exemplo, que ganha importância, sendo que a atuação destes como “licenciados” torna-se residual e é vista, dentro dos muros da universidade, como “inferior”, em meio à complexidade dos conteúdos da “área”, passando muito mais como atividade “vocacional” ou que permitiria grande dose de improviso e auto-formulação do “jeito de dar aula”.

Além do mais, as deficiências da estrutura curricular e, inclusive, a abreviação indevida dos cursos, na forma de licenciaturas curtas e de complementação pedagógica, freqüentemente simplificaram tanto o domínio do conteúdo quanto a qualificação profissional do futuro professor.

E ainda, a ausência de um projeto institucional que focalizasse os problemas e as especificidades das diferentes etapas e modalidades da educação básica, estabelecendo o equilíbrio entre o domínio dos conteúdos curriculares e a sua adequação à situação pedagógica, continuam sendo questões a serem enfrentadas.

A revisão do processo de formação de professores, necessariamente, tem que enfrentar problemas no campo institucional e no campo curricular, que precisam estar claramente explicitados. Dentre os principais, destacam-se:

### **3.1 No campo institucional**

#### **3.1.1 Segmentação da formação dos professores e descontinuidade na formação dos alunos da educação básica**

Ao longo da história da educação no Brasil o distanciamento e a diferença do nível de exigência existentes entre a formação de professores polivalentes e especialistas por área de conhecimento ou disciplina permaneceram por muito tempo depois de terem sido enfrentadas nos países onde a escolaridade foi universalizada.

Certamente, é difícil justificar pesos e medidas tão diferentes: que para lecionar até a quarta série do ensino fundamental é suficiente que o professor tenha uma formação em nível de ensino médio, enquanto que, para lecionar a partir da quinta série, seja exigido um curso superior de quatro anos, pois a tarefa tem nível de complexidade similar nos dois casos.

A desarticulação na formação dos professores que atuam em diferentes níveis reproduz e contribui para a dispersão na prática desses profissionais e, portanto, certamente repercute na trajetória escolar dos alunos da educação básica. A busca de um projeto para a educação básica que articule as suas diferentes etapas implica que a formação de seus professores tenha como base uma proposta integrada.

### **3.1.2 Submissão da proposta pedagógica à organização institucional**

A proposta pedagógica e a organização institucional de um curso de formação de professores devem estar intimamente ligadas, uma vez que a segunda tem, ou deveria ter, como função, dar condições à primeira. Na prática, o que temos assistido mais comumente é a organização institucional determinando a organização curricular, quando deveria ser exatamente o contrário, também, porque ela própria tem papel formador. Isso certamente ocorre, como acima mencionado, nos cursos de licenciatura que funcionam como anexos do curso de bacharelado, o que impede a construção de um curso com identidade própria.

Assim também deve-se lembrar que o estágio necessário à formação dos futuros professores fica prejudicado pela ausência de espaço institucional que assegure um tempo de planejamento conjunto entre os profissionais dos cursos de formação e os da escola de educação básica que receberá os estagiários.

### **3.1.3 Isolamento das escolas de formação**

Muitos estudos têm-se concentrado na questão da abertura e do enraizamento da escola na comunidade, como uma imposição de novos tempos. Advertem que a escola tem que passar a ser mais mobilizadora e organizadora de um processo cujo movimento deve envolver os pais e a comunidade. É também necessário integrar os diversos espaços educacionais que existem na sociedade, ajudando a criar um ambiente científico e cultural, que amplie o horizonte de referência do exercício da cidadania. Além disso, há que se discutir e superar o isolamento das escolas entre si.

Na diversificação dos espaços educacionais, estão incluídos, entre outros, a televisão e os meios de comunicação de massa em geral, as tecnologias, o espaço da produção, o campo científico e o da vivência social.

Se a abertura das escolas à participação da comunidade é fundamental, da mesma forma, as instituições formadoras precisam penetrar nas novas dinâmicas culturais e satisfazer às demandas sociais apresentadas à educação escolar.

### **3.1.4 Distanciamento entre as instituições de formação de professores e os sistemas de ensino da educação básica**

As diretrizes para os diversos segmentos do sistema escolar brasileiro definidas pelo Conselho Nacional de Educação e os Parâmetros e Referenciais Curriculares propostos pelo Ministério de Educação raramente fazem parte dos temas abordados na formação de professores como um todo.

O estudo e a análise de propostas curriculares de Secretarias Estaduais e/ou Municipais e de projetos educativos das escolas também ficam, em geral, ausentes da formação dos professores dos respectivos estados e municípios. O resultado é que a grande maioria dos egressos desses cursos desconhecem os documentos que tratam desses temas ou os conhecem apenas superficialmente.

A familiaridade com esses documentos e a sua inclusão nos cursos de formação, para conhecimento, análise e aprendizagem de sua utilização, é condição para que os professores possam inserir-se no projeto nacional, estadual e municipal de educação.

## **3.2 No campo curricular**

### **3.2.1 Desconsideração do repertório de conhecimento dos professores em formação**

Aqui, o problema é o fato de o repertório de conhecimentos prévios dos professores em formação nem sempre ser considerado no planejamento e desenvolvimento das ações pedagógicas. Esse problema se apresenta de forma diferenciada. Uma delas diz respeito aos conhecimentos que esses alunos possuem, em função de suas experiências anteriores de vida cotidiana e escolar. A outra forma ocorre quando os alunos dos cursos de formação, por circunstâncias diversas, já têm experiência como professores e, portanto, já construíram conhecimentos profissionais na prática e, mesmo assim, estes conhecimentos acabam não sendo considerados/tematizados em seu processo de formação.

Mas, há também problemas causados pelo fato de se idealizar que esses alunos “deveriam saber” determinados conteúdos, sem se buscar conhecer suas experiências reais como estudantes, para subsidiar o planejamento das ações de formação. Estudos mostram que os ingressantes nos cursos superiores, em geral, e nos cursos de formação de professores, em particular, têm, muitas vezes, formação insuficiente, em decorrência da baixa qualidade dos cursos da educação básica que lhes foram oferecidos. Essas condições reais, nem sempre são levadas em conta pelos formadores, ou seja, raramente são considerados os pontos de partida e as necessidades de aprendizagem desses alunos.

Para reverter esse quadro de desconsideração do repertório de conhecimentos dos professores em formação, é preciso que os cursos de preparação de futuros professores tomem para si a responsabilidade de suprir as eventuais deficiências de escolarização básica que os futuros professores receberam tanto no ensino fundamental como no ensino médio.

### **3.2.2 Tratamento inadequado dos conteúdos**

Nenhum professor consegue criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos se ele não compreender, com razoável profundidade e com a necessária adequação à situação escolar, os conteúdos das áreas do conhecimento que serão objeto de sua atuação didática, os contextos em que se inscrevem e as temáticas transversais ao currículo escolar.

Entretanto, nem sempre há clareza sobre quais são os conteúdos que o professor em formação deve aprender, em razão de precisar saber mais do que vai ensinar, e quais os conteúdos que serão objeto de sua atividade de ensino. São, assim, freqüentemente desconsideradas a distinção e a necessária relação que existe entre o conhecimento do objeto de ensino, de um lado e, de outro, sua expressão escolar, também chamada de transposição didática.

Sem a mediação da transposição didática, a aprendizagem e a aplicação de estratégias e procedimentos de ensino tornam-se abstratas, dissociando teoria e prática. Essa aprendizagem é imprescindível para que, no futuro, o professor seja capaz tanto de selecionar

conteúdos como de eleger as estratégias mais adequadas para a aprendizagem dos alunos, considerando sua diversidade e as diferentes faixas etárias.

Nos cursos atuais de formação de professor, salvo raras exceções, ou se dá grande ênfase à transposição didática dos conteúdos, sem sua necessária ampliação e solidificação – *pedagogismo*, ou se dá atenção quase que exclusiva a conhecimentos que o estudante deve aprender – *conteudismo*, sem considerar sua relevância e sua relação com os conteúdos que ele deverá ensinar nas diferentes etapas da educação básica.

Os cursos de formação de professores para atuação multidisciplinar, geralmente, caracterizam-se por tratar superficialmente (ou mesmo não tratar) os conhecimentos sobre os objetos de ensino com os quais o futuro professor virá a trabalhar. Não instigam o diálogo com a produção contínua do conhecimento e oferecem poucas oportunidades de reinterpretá-lo para os contextos escolares no qual atuam.

Enquanto isso, nos demais cursos de licenciatura, que formam especialistas por área de conhecimento ou disciplina, é freqüente colocar-se o foco quase que exclusivamente nos conteúdos específicos das áreas em detrimento de um trabalho mais aprofundado sobre os conteúdos que serão desenvolvidos no ensino fundamental e médio. É preciso indicar com clareza para o aluno qual a relação entre o que está aprendendo na licenciatura e o currículo que ensinará no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio. Neste segundo caso, é preciso identificar, entre outros aspectos, obstáculos epistemológicos, obstáculos didáticos, relação desses conteúdos com o mundo real, sua aplicação em outras disciplinas, sua inserção histórica. Esses dois níveis de apropriação do conteúdo devem estar presentes na formação do professor.

### **3.2.3- Falta de oportunidades para desenvolvimento cultural**

A ampliação do universo cultural é, hoje, uma exigência colocada para a maioria dos profissionais. No caso dos professores, ela é mais importante ainda. No entanto, a maioria dos cursos existentes ainda não se compromete com essa exigência.

Muitos dos professores em formação, como sabemos, não têm acesso a livros, revistas, vídeos, filmes, produções culturais de naturezas diversas. A formação, geralmente, não se realiza em ambientes planejados para serem culturalmente ricos, incluindo leituras, discussões informais, troca de opiniões, participação em movimentos sociais, debates sobre temas atuais, exposições, espetáculos e outras formas de manifestação cultural e profissional.

A universalização do acesso à educação básica aponta para uma formação voltada à construção da cidadania, o que impõe o tratamento na escola de questões sociais atuais. Para que esta tarefa seja efetivamente realizada é preciso que os professores de todos os segmentos da escolaridade básica tenham uma sólida e ampla formação cultural.

#### **3.2.4 Tratamento restrito da atuação profissional**

A formação de professores fica, geralmente, restrita à sua preparação para a regência de classe, não tratando das demais dimensões da atuação profissional como sua participação no projeto educativo da escola, seu relacionamento com alunos e com a comunidade. Ficam ausentes também, freqüentemente, as discussões sobre as temáticas relacionadas mais propriamente ao sistema educacional e à atuação dos professores, restringindo a vivência de natureza profissional.

#### **3.2.5 Concepção restrita de prática**

Nos cursos de formação de professores, a concepção dominante, conforme já mencionada, segmenta o curso em dois pólos isolados entre si: um caracteriza o trabalho na sala de aula e o outro, caracteriza as atividades de estágio. O primeiro pólo supervaloriza os conhecimentos teóricos, acadêmicos, desprezando as práticas como importante fonte de conteúdos da formação. Existe uma visão aplicacionista das teorias. O segundo pólo, supervaloriza o fazer pedagógico, desprezando a dimensão teórica dos conhecimentos como instrumento de seleção e análise contextual das práticas. Neste caso, há uma visão ativista da

prática. Assim, são ministrados cursos de teorias prescritivas e analíticas, deixando para os estágios o momento de colocar esses conhecimentos em prática.

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

O planejamento e a execução das práticas no estágio devem estar apoiados nas reflexões desenvolvidas nos cursos de formação. A avaliação da prática, por outro lado, constitui momento privilegiado para uma visão crítica da teoria e da estrutura curricular do curso. Trata-se, assim, de tarefa para toda a equipe de formadores e não, apenas, para o “supervisor de estágio”.

Outro problema refere-se à organização do tempo dos estágios, geralmente curtos e pontuais: é muito diferente observar um dia de aula numa classe uma vez por semana, por exemplo, e poder acompanhar a rotina do trabalho pedagógico durante um período contínuo em que se pode ver o desenvolvimento das propostas, a dinâmica do grupo e da própria escola e outros aspectos não observáveis em estágios pontuais. Além disso, é completamente inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho de professor, nem permite um processo progressivo de aprendizado.

A idéia a ser superada, enfim, é a de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto, na sala de aula se dá conta da teoria.

### **3.2.6 Inadequação do tratamento da pesquisa**

Do mesmo modo que a concepção restrita da prática contribui para dissociá-la da teoria, a visão excessivamente acadêmica da pesquisa tende a ignorá-la como componente constitutivo tanto da teoria como da prática.

Teorias são construídas sobre pesquisas. Certamente é necessário valorizar esta pesquisa sistemática que constitui o fundamento da construção teórica. Dessa forma a familiaridade com a teoria só pode se dar por meio do conhecimento das pesquisas que lhe dão sustentação. De modo semelhante, a atuação prática possui uma dimensão investigativa e constitui uma forma não de simples reprodução mas de criação ou, pelo menos, de recriação do conhecimento. A participação na construção de um projeto pedagógico institucional, a elaboração de um programa de curso e de planos de aula envolvem pesquisa bibliográfica, seleção de material pedagógico etc. que implicam uma atividade investigativa que precisa ser valorizada.

A formação de professores para os diferentes segmentos da escola básica tem sido realizada muitas vezes em instituições que não valorizam a prática investigativa. Além de não manterem nenhum tipo de pesquisa e não perceberem a dimensão criativa que emerge da própria prática, não estimulam o contato e não viabilizam o consumo dos produtos da investigação sistemática. Com isso, a familiaridade com os procedimentos de investigação e com o processo histórico de produção e disseminação de conhecimento é, quando muito, apenas um item a mais em alguma disciplina teórica, sem admitir sua relevância para os futuros professores. Essa carência os priva de um elemento importante para a compreensão da processualidade da produção e apropriação de conhecimento e da provisoriade das certezas científicas.

### **3.2.7 Ausência de conteúdos relativos às tecnologias da informação e das comunicações**

Se o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação está sendo colocado como um importante recurso para a educação básica, evidentemente, o mesmo deve valer para a formação de professores. No entanto, ainda são raras as iniciativas no sentido de garantir que o futuro professor aprenda a usar, no exercício da docência, computador, rádio, vídeo-cassete, gravador, calculadora, internet e a lidar com programas e softwares educativos. Mais raras, ainda, são as possibilidades de desenvolver, no cotidiano do curso, os conteúdos curriculares das diferentes áreas e disciplinas, por meio das diferentes tecnologias.

De um modo geral, os cursos de formação eximem-se de discutir padrões éticos decorrentes da disseminação da tecnologia e reforçam atitudes de resistência, que muitas vezes, disfarçam a insegurança que sentem os formadores e seus alunos-professores em formação, para imprimir sentido educativo ao conteúdo das mídias, por meio da análise, da crítica e da contextualização, que transformam a informação veiculada, massivamente, em conhecimento.

Com abordagens que vão na contramão do desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea, os cursos raramente preparam os professores para atuarem como fonte e referência dos significados que seus alunos precisam imprimir ao conteúdo da mídia. Presos às formas tradicionais de interação face a face, na sala de aula real, os cursos de formação ainda não sabem como preparar professores que vão exercer o magistério nas próximas duas décadas, quando a mediação da tecnologia vai ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar, em tempos e espaços nunca antes imaginados.

Urge, pois, inserir as diversas tecnologias da informação e das comunicações no desenvolvimento dos cursos de formação de professores, preparando-os para a finalidade mais nobre da educação escolar: a gestão e a definição de referências éticas, científicas e estéticas para a troca e negociação de sentido, que acontece especialmente na interação e no trabalho escolar coletivo. Gerir e referir o sentido será o mais importante e o professor precisará aprender a fazê-lo em ambientes reais e virtuais.

### **3.2.8 Desconsideração das especificidades próprias dos níveis e/ou modalidades de ensino em que são atendidos os alunos da educação básica**

O sistema educacional brasileiro atende, na educação básica, a algumas demandas diferenciadas e bem caracterizadas.

A existência de um contingente ainda expressivo de jovens de 15 anos e mais com nenhuma escolaridade, acrescido daquele que não deu prosseguimento a seu processo de escolarização, faz da educação de jovens e adultos um programa especial que visa a dar oportunidades educacionais apropriadas aos brasileiros que não tiveram acesso ao ensino fundamental e ensino médio na idade própria.

No Brasil, um curso de formação de professores não pode deixar de lado a questão da educação de jovens e adultos, que ainda é uma necessidade social expressiva. Inúmeras experiências apontam a necessidade de pensar a especificidade desses alunos e de superar a prática de trabalhar com eles da mesma forma que se trabalha com os alunos do ensino fundamental ou médio regular. Apesar de se tratar das mesmas etapas de escolaridade (ensino fundamental e médio), os jovens e adultos, por estarem em outros estágios de vida, têm experiências, expectativas, condições sociais e psicológicas que os distanciam do mundo infantil e adolescente, o que faz com que os professores que se dedicam a esse trabalho devam ser capazes de desenvolver metodologias apropriadas, conferindo significado aos currículos e às práticas de ensino. A construção de situações didáticas eficazes e significativas requer compreensão desse universo, das causas e dos contextos sociais e institucionais que configuram a situação de aprendizagem dos seus alunos.

Os cursos de formação devem oferecer uma ênfase diferencial aos professores que pretendem se dedicar a essa modalidade de ensino, mudando a visão tradicional desse professor de “voluntário” para um profissional com qualificação específica.

A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

No âmbito da deficiência mental, é necessário aprofundar a reflexão sobre os critérios de constituição de classes especiais, em razão da gravidade que representa o encaminhamento de alunos para tais classes. Em muitas situações, esse encaminhamento vem sendo orientado pelo equívoco de considerar como manifestação de deficiência o que pode ser dificuldade de aprendizagem. Esse quadro tem promovido a produção de uma pseudo deficiência, terminando por manter em classes especiais para portadores de deficiência mental, alunos que, na realidade, não o são. Os limites enfrentados pela realização de diagnósticos que apontem com clareza a deficiência mental, fazem com que, na formação profissional, os professores devam preparar-se para tratar dessa questão.

As temáticas referentes à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Especial e Educação Indígena, raramente estão presentes nos cursos de formação de professores, embora devam fazer parte da formação comum a todos, além de poderem constituir áreas de aprofundamento, caso a instituição formadora avalie que isso se justifique. A construção espacial para alunos cegos, a singularidade lingüística dos alunos surdos, as formas de comunicação dos paralisados cerebrais, são, entre outras, temáticas a serem consideradas.

### **3.2.9 Desconsideração das especificidades próprias das etapas da educação básica e das áreas do conhecimento que compõem o quadro curricular na educação básica**

Há ainda a necessidade de se discutir a formação de professores para algumas áreas de conhecimento desenvolvidas no ensino fundamental, como Ciências Naturais ou Artes, que pressupõem uma abordagem equilibrada e articulada de diferentes disciplinas (Biologia, Física, Química, Astronomia, Geologia etc, no caso de Ciências Naturais) e diferentes linguagens (da Música, da Dança, das Artes Visuais, do Teatro, no caso de Arte), que, atualmente, são ministradas por professores preparados para ensinar apenas uma dessas disciplinas ou linguagens. A questão a ser enfrentada é a da definição de qual é a formação necessária para que os professores dessas áreas possam efetivar as propostas contidas nas diretrizes curriculares.

Na formação de professores para as séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio, por força da organização disciplinar presente nos currículos escolares, predomina uma visão excessivamente fragmentada do conhecimento.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade previstas na organização curricular daquelas etapas da educação básica requerem um redimensionamento do enfoque disciplinar desenvolvido na formação de professores. Não se trata, obviamente, de negar a formação disciplinar, mas de situar os saberes disciplinares no conjunto do conhecimento escolar.

No ensino médio, em especial, é requerida a compreensão do papel de cada saber disciplinar particular, considerada sua articulação com outros saberes previstos em uma mesma área da organização curricular. Os saberes disciplinares são recortes de uma mesma área e, guardam, portanto, correlações entre si. Da mesma forma, as áreas, tomadas em

conjunto, devem também remeter-se umas às outras, superando a fragmentação e apontando a construção integral do currículo.

A superação da fragmentação, portanto, requer que a formação do professor para atuar no ensino médio contemple a necessária compreensão do sentido do aprendizado em cada área, além do domínio dos conhecimentos e competências específicos de cada saber disciplinar.

## **II - VOTO DA RELATORA**

### **1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA UMA REFORMA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Diante dos desafios a serem enfrentados e considerando as mudanças necessárias em relação à formação de professores das diferentes etapas e modalidades da educação básica, é

possível propor alguns princípios norteadores de uma reforma curricular dos cursos de formação de professores.

Para atender à exigência de uma escola comprometida com a aprendizagem do aluno importa que a formação docente seja ela própria agente de crítica da tradicional visão de professor como alguém que se qualifica unicamente por seus dotes pessoais de sensibilidade, paciência e gosto no trato com crianças, adolescentes e jovens e adultos. É preciso enfrentar o desafio de fazer da formação de professores uma formação profissional de alto nível. Por formação profissional, entende-se a preparação voltada para o atendimento das demandas de um exercício profissional específico que não seja uma formação genérica e nem apenas acadêmica.

### **1.1 A concepção de competência é nuclear na orientação do curso de formação de professores**

Não basta a um profissional ter conhecimentos sobre seu trabalho. É fundamental que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação.

Atuar com profissionalismo exige do professor, não só o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas, também, compreensão das questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões, responsabilidade pelas opções feitas. Requer ainda, que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua e que saiba, também, interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade.

Nessa perspectiva, a construção de competências, para se efetivar, deve se refletir nos objetos da formação, na eleição de seus conteúdos, na organização institucional, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os professores em formação, em especial na própria sala de aula e no processo de avaliação.

A aquisição de competências requeridas do professor deverá ocorrer mediante uma ação teórico-prática, ou seja, toda sistematização teórica articulada com o fazer e todo fazer articulado com a reflexão.

As competências tratam sempre de alguma forma de atuação, só existem “em situação” e, portanto, não podem ser aprendidas apenas no plano teórico nem no estritamente prático. A aprendizagem por competências permite a articulação entre teoria e prática e supera a tradicional dicotomia entre essas duas dimensões, definindo-se pela capacidade de mobilizar múltiplos recursos numa mesma situação, entre os quais os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações de trabalho.

Cursos de formação em que teoria e prática são abordadas em momentos diversos, com intenções e abordagens desarticuladas, não favorecem esse processo. O desenvolvimento de competências pede uma outra organização do percurso de aprendizagem, no qual o exercício das práticas profissionais e da reflexão sistemática sobre elas ocupa um lugar central.

## **1.2. É imprescindível que haja coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor**

### **1.2.1. A simetria invertida**

A preparação do professor tem duas peculiaridades muito especiais: ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, porém, numa situação invertida. Isso implica que deve haver coerência entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional. Além disso, com exceção possível da educação infantil, ele certamente já viveu como aluno a etapa de escolaridade na qual irá atuar como professor.

O conceito de simetria invertida ajuda a descrever um aspecto da profissão e da prática de professor, que se refere ao fato de que a experiência como aluno, não apenas nos cursos de formação docente, mas ao longo de toda a sua trajetória escolar, é constitutiva do papel que exercerá futuramente como docente.

A compreensão desse fato evidencia a necessidade de que o futuro professor experiencie, como aluno, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos

didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende venham a ser concretizados nas suas práticas pedagógicas. Nesta perspectiva, destaca-se a importância do projeto pedagógico do curso de formação na criação do ambiente indispensável para que o futuro professor aprenda as práticas de construção coletiva da proposta pedagógica da escola onde virá a atuar.

A consideração da simetria invertida entre situação de formação e de exercício não implica em tornar as situações de aprendizagem dos cursos de formação docente mecanicamente análogas às situações de aprendizagem típicas da criança e do jovem na educação média. Não se trata de infantilizar a educação do professor, mas de torná-la uma experiência análoga à experiência de aprendizagem que ele deve facilitar a seus futuros alunos.

### **1.2.2. Concepção de aprendizagem**

É comum que professores em formação não vejam o conhecimento como algo que está sendo construído, mas apenas como algo a ser transmitido. Também é freqüente não considerarem importante compreender as razões explicativas subjacentes a determinados fatos, tratados tão-somente de forma descritiva.

Os indivíduos constroem seus conhecimentos em interação com a realidade, com os demais indivíduos e colocando em uso suas capacidades pessoais. O que uma pessoa pode aprender em determinado momento depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e das situações de aprendizagem vivenciadas. É, portanto, determinante o papel da interação que o indivíduo mantém com o meio social e, particularmente, com a escola.

O processo de construção de conhecimento desenvolve-se no convívio humano, na interação entre o indivíduo e a cultura na qual vive, na e com a qual se forma e para a qual se forma. Por isso, fala-se em constituição de competências, na medida em que o indivíduo se apropria de elementos com significação na cultura.

A constituição das competências é requerimento à própria construção de conhecimentos, o que implica, primeiramente, superar a falsa dicotomia que poderia opor conhecimentos e competências. Não há real construção de conhecimentos sem que resulte, do mesmo movimento, a construção de competências.

Na relação entre competências e conhecimentos, há que considerar ainda que a constituição da maioria das competências objetivadas na educação básica atravessa as tradicionais fronteiras disciplinares, segundo as quais se organiza a maioria das escolas, e exige um trabalho integrado entre professores das diferentes disciplinas ou áreas afins.

Decorre daí, a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem focadas em situações-problema ou no desenvolvimento de projetos que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos, que podem estar organizados em áreas ou disciplinas, conforme o desenho curricular da escola.

Situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais alunos e professores coparticipam, concorrendo com influência igualmente decisiva para o êxito do processo.

Por mais que o professor, os companheiros de classe e os materiais didáticos possam e devam contribuir para que a aprendizagem se realize, nada pode substituir a atuação do próprio aluno na tarefa de construir significados sobre os conteúdos da aprendizagem. É ele quem vai modificar, enriquecer e, portanto, construir novos e mais potentes instrumentos de ação e interpretação.

Se pretendemos que a formação promova o compromisso do professor com as aprendizagens de seus futuros alunos, é fundamental que os formadores também assumam esse compromisso em relação aos futuros professores, começando por levar em conta suas características individuais, experiências de vida, inclusive, as profissionais.

Assim é preciso que eles próprios – os professores – sejam desafiados por situações-problema que os confrontem com diferentes obstáculos, exigindo superação e que experienciem situações didáticas nas quais possam refletir, experimentar e ousar agir, a partir dos conhecimentos que possuem.

### **1.2.3. Concepção de conteúdo**

Os conteúdos definidos para um currículo de formação profissional e o tratamento que a eles deve ser dado assumem papel central, uma vez que é basicamente na aprendizagem de conteúdos que se dá a construção e o desenvolvimento de competências. No seu conjunto, o currículo precisa conter os conteúdos necessários ao desenvolvimento das competências exigidas para o exercício profissional e precisa tratá-los nas suas diferentes dimensões: na sua dimensão conceitual – na forma de teorias, informações, conceitos; na sua dimensão procedimental – na forma do saber fazer e na sua dimensão atitudinal – na forma de valores e atitudes que estarão em jogo na atuação profissional e devem estar consagrados no projeto pedagógico da escola.

É imprescindível garantir a articulação entre conteúdo e método de ensino, na opção didática que se faz. Portanto, não se deve esquecer aqui a importância do tratamento metodológico. Muitas vezes, a incoerência entre o conteúdo que se tem em mente e a metodologia usada leva a aprendizagens muito diferentes daquilo que se deseja ensinar. Para que a aprendizagem possa ser, de fato, significativa, é preciso que os conteúdos sejam analisados e abordados de modo a formarem uma rede de significados.

### **1.2.4. Concepção de avaliação**

A avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Quando a perspectiva é de que o processo de formação garanta o desenvolvimento de competências profissionais, a avaliação destina-se à análise da aprendizagem dos futuros professores, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação e tem, também, a finalidade de certificar sua formação profissional. Não se presta a punir os que não alcançam o que se pretende, mas a ajudar cada aluno a identificar melhor as suas necessidades

de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional.

Dessa forma, o conhecimento dos critérios utilizados e a análise dos resultados e dos instrumentos de avaliação e auto-avaliação são imprescindíveis, pois favorecem a consciência do professor em formação sobre o seu processo de aprendizagem, condição para esse investimento. Assim, é possível conhecer e reconhecer seus próprios métodos de pensar, utilizados para aprender, desenvolvendo capacidade de auto-regular a própria aprendizagem, descobrindo e planejando estratégias para diferentes situações.

Tendo a atuação do professor natureza complexa, avaliar as competências no processo de formação é, da mesma forma, uma tarefa complexa. As competências para o trabalho coletivo têm importância igual à das competências mais propriamente individuais, uma vez que é um princípio educativo dos mais relevantes. Avaliar também essa aprendizagem é, portanto, fundamental.

Em qualquer um desses casos, o que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros para realizar o que é proposto. Portanto, os instrumentos de avaliação só cumprem com sua finalidade se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos.

Embora seja mais difícil avaliar competências profissionais do que domínio de conteúdos convencionais, há muitos instrumentos para isso. Algumas possibilidades: identificação e análise de situações educativas complexas e/ou problemas em uma dada realidade; elaboração de projetos para resolver problemas identificados num contexto observado; elaboração de uma rotina de trabalho semanal a partir de indicadores oferecidos pelo formador; definição de intervenções adequadas, alternativas às que forem consideradas inadequadas; planejamento de situações didáticas consonantes com um modelo teórico estudado; reflexão escrita sobre aspectos estudados, discutidos e/ou observados em situação de estágio; participação em atividades de simulação; estabelecimento de prioridades de investimento em relação à própria formação.

### **1.3 A pesquisa é elemento essencial na formação profissional do professor**

O professor, como qualquer outro profissional, lida com situações que não se repetem nem podem ser cristalizadas no tempo. Portanto precisa, permanentemente, fazer ajustes entre o que planeja ou prevê e aquilo que acontece na interação com os alunos. Boa parte dos ajustes têm que ser feitos em tempo real ou em intervalos relativamente curtos, minutos e horas na maioria dos casos – dias ou semanas, na hipótese mais otimista – sob risco de passar a oportunidade de intervenção no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, os resultados das ações de ensino são previsíveis apenas em parte. O contexto no qual se efetuam é complexo e indeterminado, dificultando uma antecipação dos resultados do trabalho pedagógico.

Ensinar requer dispor e mobilizar conhecimentos para improvisar, isto é, agir em situações não previstas, intuir, atribuir valores e fazer julgamentos que fundamentem a ação da forma mais pertinente e eficaz possível.

Por essas razões, a pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho de professor refere-se, antes de mais nada, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino.

Portanto, o foco principal do ensino da pesquisa nos cursos de formação docente é o próprio processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos escolares na educação básica.

É importante todavia, para a autonomia dos professores, que eles saibam como são produzidos os conhecimentos que ensina, isto é, que tenham noções básicas dos contextos e dos métodos de investigação usados pelas diferentes ciências, para que não se tornem meros repassadores de informações. Esses conhecimentos são instrumentos dos quais podem lançar mão para promover levantamento e articulação de informações, procedimentos necessários para ressignificar continuamente os conteúdos de ensino, contextualizando-os nas situações reais.

Além disso, o acesso aos conhecimentos produzidos pela investigação acadêmica nas diferentes áreas que compõem seu conhecimento profissional alimenta o seu desenvolvimento

profissional e possibilita ao professor manter-se atualizado e fazer opções em relação aos conteúdos, à metodologia e à organização didática dos conteúdos que ensina.

Assim, para que a postura de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o professor necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos de pesquisa: levantamento de hipóteses, delimitação de problemas, registro de dados, sistematização de informações, análise e comparação de dados, verificação etc.

Com esses instrumentos, poderá, também, ele próprio, produzir e socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático. Ele produz conhecimento pedagógico quando investiga, reflete, seleciona, planeja, organiza, integra, avalia, articula experiências, recria e cria formas de intervenção didática junto aos seus alunos para que estes avancem em suas aprendizagens.

O curso de formação de professores deve, assim, ser fundamentalmente um espaço de construção coletiva de conhecimento sobre o ensino e a aprendizagem.

Não se pode esquecer ainda que é papel do professor da educação básica desenvolver junto a seus futuros alunos postura investigativa. Assim, a pesquisa constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação, especialmente importante para a análise dos contextos em que se inserem as situações cotidianas da escola, para construção de conhecimentos que ela demanda e para a compreensão da própria implicação na tarefa de educar. Ela possibilita que o professor em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara, referentes aos processos de aprendizagem e a vida dos alunos.

## **2. DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

### **2.1. Concepção, Desenvolvimento e Abrangência**

Conceber e organizar um curso de formação de professores implica: a) definir o conjunto de competências necessárias à atuação profissional; b) tomá-las como norteadoras

tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

### **2.1.1 – A formação deve garantir os conhecimentos da escolaridade básica**

O desenvolvimento das competências profissionais do professor pressupõe que os estudantes dos cursos de formação docente tenham construído os conhecimentos e desenvolvido as competências previstas para a conclusão da escolaridade básica.

Ninguém promove a aprendizagem de conteúdos que não domina nem a constituição de significados que não possui ou a autonomia que não teve oportunidade de construir. É, portanto, imprescindível que o professor em preparação para trabalhar na educação básica demonstre que desenvolveu ou tenha oportunidade de desenvolver, de modo sólido e pleno, as competências previstas para os egressos da educação básica, tais como estabelecidas na LDBEN e nas diretrizes/parâmetros/referenciais curriculares nacionais da educação básica. Isto é condição mínima indispensável para qualificá-lo como capaz de lecionar na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.

Sendo assim, a formação de professores terá que garantir que os aspirantes à docência dominem efetivamente esses conhecimentos. Sempre que necessário, devem ser oferecidas unidades curriculares de complementação e consolidação dos conhecimentos lingüísticos, matemáticos, das ciências naturais e das humanidades.

Essa intervenção deverá ser concretizada por programas ou ações especiais, em módulos ou etapas a serem oferecidos a todos os estudantes, não podendo ser feita por meio de simples "aulas de revisão", de modo simplificado e sem o devido aprofundamento. Tais assuntos preferencialmente devem ser abordados numa perspectiva que inclua as questões de ordem didática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ser usados como balizadores de um diagnóstico a ser, necessariamente, realizado no início da formação.

**2.1.2. O desenvolvimento das competências exige que a formação contemple os diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor.**

A atuação profissional do professor define os diferentes âmbitos que subsidiam o desenvolvimento das competências mencionadas no item 2.3 deste documento e que incluem cultura geral e profissional; conhecimento sobre crianças, jovens e adultos; conhecimento sobre a dimensão cultural, social e política da educação; conteúdos das áreas de ensino; conhecimento pedagógico; conhecimento advindo da experiência. Esses âmbitos estão intimamente relacionados entre si e não exclusivamente vinculados a uma ou outra área/disciplina.

**2.1.3. A seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por e ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade.**

Para atuação multidisciplinar ou em campos específicos do conhecimento, aquilo que o professor precisa saber para ensinar não é equivalente ao que seu aluno vai aprender: além dos conteúdos definidos para as diferentes etapas da escolaridade nas quais o futuro professor atuará, sua formação deve ir além desses conteúdos, incluindo conhecimentos necessariamente a eles articulados, que compõem um campo de ampliação e aprofundamento da área.

Isso se justifica porque a compreensão do processo de aprendizagem dos conteúdos pelos alunos da educação básica e uma transposição didática adequada dependem do domínio desses conhecimentos. Sem isso, fica impossível construir situações didáticas que problematizem os conhecimentos prévios com os quais, a cada momento, crianças, jovens e adultos se aproximam dos conteúdos escolares, desafiando-os a novas aprendizagens, permitindo a constituição de saberes cada vez mais complexos e abrangentes.

A definição do que um professor de atuação multidisciplinar precisa saber sobre as diferentes áreas de conhecimento não é tarefa simples. Quando se afirma que esse professor precisa conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas de conhecimento que

serão objeto de sua atividade docente, o que se quer dizer não é que ele tenha um conhecimento tão estrito, basicamente igual ao que vai ensinar, como também não se pretende que ele tenha um conhecimento tão aprofundado e amplo como o do especialista por área de conhecimento.

Da mesma forma, definir o que um professor especialista, em uma determinada área de conhecimento, precisa conhecer sobre ela, não é fácil. Também, nesse caso, é fundamental que o currículo de formação não se restrinja aos conteúdos a serem ensinados e inclua outros que ampliem o conhecimento da área em questão. Entretanto, é fundamental que ampliação e aprofundamento do conhecimento tenham sentido para o trabalho do futuro professor.

#### **2.1.4 - Os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas.**

Nas últimas décadas, cresceram os estudos e as pesquisas que têm a aprendizagem e o ensino de cada uma das diferentes áreas de conhecimento como objeto de estudo. Em algumas áreas, e para determinados aspectos do ensino e da aprendizagem, esse crescimento foi mais significativo do que em outras. Porém, pode-se afirmar que em todas elas há investigações em andamento.

Essas pesquisas ajudam a criar didáticas específicas para os diferentes objetos de ensino da educação básica e para seus conteúdos. Assim, por exemplo, estudos sobre a psicogênese da língua escrita trouxeram dados para a didática na área de Língua Portuguesa, especialmente no que se refere à alfabetização. Do mesmo modo, na área de Matemática, tem havido progressos na produção de conhecimento sobre aprendizagem de números, operações etc que fundamentam uma didática própria para o ensino desses conteúdos.

Os professores em formação precisam conhecer os conteúdos definidos nos currículos da educação básica, pelo desenvolvimento dos quais serão responsáveis, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. É necessário tratá-los de modo articulado, o que significa que o estudo dos conteúdos da educação básica que irão ensinar deverá estar associado à perspectiva de sua didática e a seus fundamentos.

**2.1.5 A avaliação deve ter como finalidades a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação de profissionais com condições de iniciar a carreira.**

Tomando-se como princípio o desenvolvimento de competências para a atividade profissional, é importante colocar o foco da avaliação na capacidade de acionar conhecimentos e de buscar outros, necessários à atuação profissional.

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem devem ser diversificados - para o que é necessário transformar formas convencionais e criar novos instrumentos. Avaliar as competências dos futuros professores é verificar não apenas se adquiriram os conhecimentos necessários mas também se, quanto e como fazem uso deles para resolver situações-problema – reais ou simuladas – relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão. Sendo assim, a avaliação deve apoiar-se em indicadores obtidos do desenvolvimento de competências obtidas pela participação dos futuros professores em atividades regulares do curso, pelo empenho e desempenho em atividades especialmente preparadas por solicitação dos formadores, e pelos diferentes tipos de produção do aluno.

A avaliação deve ser realizada mediante critérios explícitos e compartilhados com os futuros professores, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento do curso. Isso permite que cada futuro professor vá investindo no seu processo de aprendizagem, construindo um percurso pessoal de formação.

Assim, é necessário, também, prever instrumentos de auto-avaliação, que favoreçam o estabelecimento de metas e exercício da autonomia em relação à própria formação. Por outro lado, o sistema de avaliação da formação deve estar articulado a um programa de

acompanhamento e orientação do futuro professor para a superação das eventuais dificuldades.

A aprendizagem deve ser orientada pelo princípio metodológico geral que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problemas como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

## **2.2 Competências a serem desenvolvidas na formação da educação básica**

O conjunto de competências ora apresentado pontua demandas importantes, oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e diretrizes curriculares nacionais, mas não pretende esgotar tudo o que uma escola de formação pode oferecer aos seus alunos. Elas devem ser complementadas e contextualizadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

### **2.2.1 Competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática**

- Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissionais e como cidadãos;
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes.
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação.
- Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade

### **2.2.2- Competências referentes à compreensão do papel social da escola**

- Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele;
- Utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula;
- Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola.

### **2.2.3 Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar**

- Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de conhecimento que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias das diferentes etapas e modalidades da educação básica.
- Ser capaz de relacionar os conteúdos básicos referentes às áreas/disciplinas de conhecimento com: (a) os fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; (b) os fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Compartilhar saberes com docentes de diferentes áreas/disciplinas de conhecimento, e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;

- Ser proficiente no uso da Língua Portuguesa e de conhecimentos matemáticos nas tarefas, atividades e situações sociais que forem relevantes para seu exercício profissional;
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos;

#### **2.2.4 Competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico**

- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;
- Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos, para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos;
- Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;

#### **2.2.5 Competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica**

- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, com o distanciamento profissional necessário à sua compreensão;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Utilizar-se dos conhecimentos para manter-se atualizado em relação aos conteúdos de ensino e ao conhecimento pedagógico;
- Utilizar resultados de pesquisa para o aprimoramento de sua prática profissional.

### **2.2.6 Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional**

- Utilizar as diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo e trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente;
- Utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica.

## **2.3 Conhecimentos para o desenvolvimento profissional.**

A definição dos conhecimentos exigidos para o desenvolvimento profissional origina-se na identificação dos requisitos impostos para a constituição das competências. Desse modo, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, requer a sua inserção no debate contemporâneo mais amplo, que envolve tanto questões culturais, sociais, econômicas, como conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e a própria docência.

### **2.3.1 Cultura geral e profissional**

Uma cultura geral ampla favorece o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação, a possibilidade de produzir significados e interpretações do que se vive e de fazer conexões – o que, por sua vez, potencializa a qualidade da intervenção educativa.

Do modo como é entendida aqui, cultura geral inclui um amplo espectro de temáticas: familiaridade com as diferentes produções da cultura popular e erudita e da cultura de massas e a atualização em relação às tendências de transformação do mundo contemporâneo.

A cultura profissional, por sua vez, refere-se àquilo que é próprio da atuação do professor no exercício da docência. Fazem parte desse âmbito temas relativos às tendências da educação e do papel do professor no mundo atual.

É necessário, também, que os cursos de formação ofereçam condições para que os futuros professores aprendam a usar tecnologias de informação e comunicação, cujo domínio é importante para a docência e para as demais dimensões da vida moderna.

### **2.3.2 Conhecimento sobre crianças, jovens e adultos**

A formação de professores deve assegurar o conhecimento dos aspectos físicos, cognitivos, afetivos e emocionais do desenvolvimento individual tanto de uma perspectiva científica quanto relativa às representações culturais e às práticas sociais de diferentes grupos e classes sociais. Igualmente relevante é a compreensão das formas diversas pelas quais as diferentes culturas atribuem papéis sociais e características psíquicas a faixas etárias diversas.

A formação de professores deve assegurar a aquisição de conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e a forma como diferentes culturas caracterizam as diferentes faixas etárias e as representações sociais e culturais dos diferentes períodos: infância, adolescência, juventude e vida adulta. Igualmente importante é o conhecimento sobre as peculiaridades dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Para que possa compreender quem são seus alunos e identificar as necessidades de atenção, sejam relativas aos afetos e emoções, aos cuidados corporais, de nutrição e saúde, sejam relativas às aprendizagens escolares e de socialização, o professor precisa conhecer

aspectos psicológicos que lhe permitam atuar nos processos de aprendizagem e socialização; ter conhecimento do desenvolvimento físico e dos processos de crescimento, assim como dos processos de aprendizagem dos diferentes conteúdos escolares em diferentes momentos do desenvolvimento cognitivo, das experiências institucionais e do universo cultural e social em que seus alunos se inserem. São esses conhecimentos que o ajudarão a lidar com a diversidade dos alunos e trabalhar na perspectiva da escola inclusiva.

É importante que, independentemente da etapa da escolaridade em que o futuro professor vai atuar, ele tenha uma visão global sobre esta temática, aprofundando seus conhecimentos sobre as especificidades da faixa etária e das práticas dos diferentes grupos sociais com a qual vai trabalhar.

### **2.3.3 Conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação**

Este âmbito, bastante amplo, refere-se a conhecimentos relativos à realidade social e política brasileira e sua repercussão na educação, ao papel social do professor, à discussão das leis relacionadas à infância, adolescência, educação e profissão, às questões da ética e da cidadania, às múltiplas expressões culturais e às questões de poder associadas a todos esses temas.

Diz respeito, portanto, à necessária contextualização dos conteúdos<sup>5</sup>, assim como o tratamento dos Temas Transversais<sup>6</sup> – questões sociais atuais que permeiam a prática educativa, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, a prática a prática educativa, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade, sexualidade, trabalho, consumo e outras - seguem o mesmo princípio: o compromisso da educação básica com a formação para a cidadania e buscam a mesma finalidade: possibilitar aos alunos a construção de significados e a necessária aprendizagem de participação social.

Igualmente, as políticas públicas da educação, dados estatísticos, quadro geral da situação da educação no país, relações da educação com o trabalho, as relações entre escola e

---

<sup>5</sup> Princípios dos PCN de Ensino Médio

<sup>6</sup> Previstos nos PCN de Ensino Fundamental

sociedade, são informações essenciais para o conhecimento do sistema educativo e, ainda, a análise da escola como instituição – sua organização, relações internas e externas – concepção de comunidade escolar, gestão escolar democrática, Conselho Escolar e projeto pedagógico da escola, entre outros.

#### **2.3.4 Conteúdos das áreas de conhecimento que são objeto de ensino**

Incluem-se aqui os conhecimentos das áreas que são objeto de ensino em cada uma das diferentes etapas da educação básica. O domínio desses conhecimentos é condição essencial para a construção das competências profissionais apresentadas nestas diretrizes.

Nos cursos de formação para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental é preciso incluir uma visão inovadora em relação ao tratamento dos conteúdos das áreas de conhecimento, dando a eles o destaque que merecem e superando abordagens infantilizadas de sua apropriação pelo professor.

Nos cursos de formação para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, a inovação exigida para as licenciaturas é a identificação de procedimentos de seleção, organização e tratamento dos conteúdos, de forma diferenciada daquelas utilizadas em cursos de bacharelado; nas licenciaturas, os conteúdos disciplinares específicos da área são eixos articuladores do currículo, que devem articular grande parte do saber pedagógico necessário ao exercício profissional e estarem constantemente referidos ao ensino da disciplina para as faixas etárias e as etapas correspondentes da educação básica.

Em ambas as situações é importante ultrapassar os estritos limites disciplinares, oferecendo uma formação mais ampla na área de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de propostas de trabalho interdisciplinar, na educação básica.

São critérios de seleção de conteúdos, na formação de professores para a educação básica, as potencialidades que eles têm no sentido de ampliar:

- a) a visão da própria área de conhecimento que o professor em formação deve construir;

- b) o domínio de conceitos e de procedimentos que o professor em formação trabalhará com seus alunos da educação básica;
- c) as conexões que ele deverá ser capaz de estabelecer entre conteúdos de sua área com as de outras áreas, possibilitando uma abordagem de contextos significativos.

São critérios de organização de conteúdos, as formas que possibilitam:

- a) ver cada objeto de estudo em articulação com outros objetos da mesma área ou da área afim;
- b) romper com a concepção linear de organização dos temas, que impede o estabelecimento de relações, de analogias etc.

Dado que a formação de base, no contexto atual da educação brasileira, é muitas vezes insuficiente, será muitas vezes necessária a oferta de unidades curriculares de complementação e consolidação desses conhecimentos básicos. Isso não deve ser feito por meio de simples "aulas de revisão", de modo simplificado e sem o devido aprofundamento. Essa intervenção poderá ser concretizada por programas ou ações especiais, em módulos ou etapas a serem oferecidos aos professores em formação. As Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ser usados como balizadores de um diagnóstico a ser, necessariamente, realizado logo no início da formação.

Convém destacar a necessidade de contemplar na formação de professores conteúdos que permitam analisar valores e atitudes. Ou seja, não basta tratar conteúdos de natureza conceitual e/ou procedimental. É imprescindível que o futuro professor desenvolva a compreensão da natureza de questões sociais, dos debates atuais sobre elas, alcance clareza sobre seu posicionamento pessoal e conhecimento de como trabalhar com os alunos.

### **2.3.5 Conhecimento pedagógico**

Este âmbito refere-se ao conhecimento de diferentes concepções sobre temas próprios da docência, tais como, currículo e desenvolvimento curricular, transposição didática, contrato didático, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão de classe, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos

alunos, consideração de suas especificidades, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo professor.

### **2.3.6 Conhecimento advindo da experiência**

O que está designado aqui como conhecimento advindo da experiência é, como o nome já diz, o conhecimento construído “na” e “pela” experiência. Na verdade, o que se pretende com este âmbito é dar destaque à natureza e à forma com que esse conhecimento é constituído pelo sujeito. É um tipo de conhecimento que não pode ser construído de outra forma senão na prática profissional e de modo algum pode ser substituído pelo conhecimento “sobre” esta prática. Saber – e aprender – um conceito, ou uma teoria é muito diferente de saber – e aprender – a exercer um trabalho. Trata-se, portanto, de aprender a “ser” professor.

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta.

Assim, este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

## **2.4 Organização institucional da formação de professores**

A organização das escolas de formação deve se colocar a serviço do desenvolvimento de competências. Assim;

- A formação de professores deve ser realizada como um processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria.
- Os cursos de formação de professores devem manter estreita parceria com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas.
- As instituições formadoras devem constituir direção e colegiados próprios, que formulem seu projeto pedagógico de formação de professores, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas.
- As escolas de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados.
- A organização institucional deve prever a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes à aprendizagem dos professores em formação.
- As escolas de formação devem garantir, com qualidade e em quantidade suficiente, recursos pedagógicos, tais como: bibliotecas, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologia da informação, para que formadores e futuros professores realizem satisfatoriamente as tarefas de formação.
- As escolas de formação devem garantir iniciativas, parcerias, convênios, entre outros, para a promoção de atividades culturais.
- As instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária deverão criar Institutos Superiores de Educação para congregar os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em Curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subsequentes da educação básica.

### **2.5. Avaliação da formação de professores para a educação básica**

As competências profissionais a serem construídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes diretrizes, devem ser a referência de todos os tipos de avaliação e de todos os critérios usados para identificar e avaliar os aspectos relevantes.

- A avaliação nos cursos de formação deve ser periódica e sistemática, incluir procedimentos e processos diversificados – institucional, de resultados, de processos – e incidir sobre todos os aspectos relevantes – conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com as escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio.
- A avaliação nos cursos de formação de professores deve incluir processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações.
- A autorização para funcionamento, o credenciamento, o reconhecimento e a avaliação externa – institucional e de resultados - dos cursos de formação de professores devem ser realizados em "locus" institucional e por um corpo de avaliadores direta ou indiretamente ligados à formação e/ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais descritas neste documento.

O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º. da LDB, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

### **3- DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR**

A perspectiva de formação profissional apresentada neste documento inverte a lógica que tradicionalmente presidiu a organização curricular: em lugar de partir de uma listagem de disciplinas obrigatórias e respectivas cargas horárias, o paradigma exige tomar como referência inicial o conjunto das competências que se quer que o professor constitua no curso.

São as competências que orientam a seleção e o ordenamento de conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional bem como a alocação de tempos e espaços curriculares. O planejamento de uma matriz curricular de formação de professores constitui assim o primeiro passo para a transposição didática que o formador de formadores precisa realizar para transformar os conteúdos selecionados em objetos de ensino de seus alunos, futuros professores.

Até aqui o presente documento identificou competências e âmbitos de conhecimentos e de desenvolvimento profissional. Nesta parte, indicam-se critérios de organização que completem as orientações para desenhar uma matriz curricular coerente. Esses critérios se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional docente e sinalizam o tipo de atividades de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos formadores de formadores.

### **3.1 Eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional**

Ao elaborar seu projeto curricular, a equipe de formadores deve buscar formas de organização, em contraposição a formas tradicionais concentradas exclusivamente em cursos de disciplinas, a partir das quais se trabalhem conteúdos que, também, são significativos para a atuação profissional dos professores.

Isso não significa renunciar a todo ensino estruturado e nem relevar a importância das disciplinas na formação, mas considerá-las como recursos que ganham sentido em relação aos âmbitos profissionais visados. Os cursos com tempos e programas definidos para alcançar seus objetivos são fundamentais para a apropriação e organização de conhecimentos. No entanto, para contemplar a complexidade dessa formação, é preciso instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

### **3.2 Eixo articulador da interação e comunicação e do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional**

A formação de professores não se faz isoladamente, de modo individualizado. Exige ações compartilhadas de produção coletiva, pois isso amplia a possibilidade de criação de diferentes respostas às situações reais. A construção do projeto pedagógico da escola, por exemplo, é, necessariamente, um trabalho coletivo do qual o professor em formação terá que participar.

Por outro lado, é necessário também que, ao longo de sua formação, os futuros professores possam exercer e desenvolver sua autonomia profissional e intelectual e o seu senso de responsabilidade, tanto pessoal quanto coletiva - base da ética profissional.

É fundamental, portanto, promover atividades constantes de aprendizagem colaborativa e de interação, de comunicação entre os professores em formação e deles com os formadores, uma vez que tais aprendizagens necessitam de práticas sistemáticas para se efetivarem. Para isso, a escola de formação deverá criar dispositivos de organização curricular e institucional que favoreçam sua realização, empregando, inclusive, recursos de tecnologia da informação que possibilitem a convivência interativa dentro da instituição e entre esta e o ambiente educacional.

Os tempos e espaços curriculares devem ainda favorecer iniciativas próprias dos alunos ou a sua participação na organização delas: a constituição de grupos de estudo, a realização de seminários "longitudinais" e interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, a programação de exposições e debates de trabalhos realizados, de atividades culturais são exemplos possíveis.

Convém também destacar a importância de experiências individuais, como a produção do memorial do professor em formação, a recuperação de sua história de aluno, suas reflexões sobre sua atuação profissional, projetos de investigação sobre temas específicos e, até mesmo, monografias de conclusão de curso.

### **3.3 Eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade**

A formação do professor demanda estudos disciplinares que possibilitem a sistematização e o aprofundamento de conceitos e relações sem cujo domínio torna-se impossível constituir competências profissionais. Esse domínio deve referir-se tanto aos objetos de conhecimento a serem transformados em objetos de ensino quanto aos fundamentos psicológicos, sociais e culturais da educação escolar. A definição do grau de aprofundamento e de abrangência a ser dado aos conhecimentos disciplinares é competência da instituição formadora tomando como referência a etapa da educação básica em que o futuro professor deverá atuar.

No entanto é indispensável levar em conta que a atuação do professor não é a atuação nem do físico, nem do biólogo, psicólogo ou sociólogo. É a atuação de um profissional que usa os conhecimentos dessas disciplinas para uma intervenção específica e própria da profissão: ensinar e promover a aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

A consequência dessa afirmação leva a uma inversão radical. Sendo o professor um profissional que está permanentemente mobilizando conhecimentos das diferentes disciplinas e colocando-os a serviço de sua tarefa profissional, a matriz curricular do curso de formação não deve ser a mera justaposição ou convivência de estudos disciplinares e interdisciplinares. Ela deve permitir o exercício permanente de aprofundar conhecimentos disciplinares e ao mesmo tempo indagar a esses conhecimentos sua relevância e pertinência para compreender, planejar, executar, avaliar situações de ensino e aprendizagem. Essa indagação só pode ser feita de uma perspectiva interdisciplinar.

Além disso a maioria das capacidades que se pretende que os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e do médio desenvolvam, atravessa as tradicionais fronteiras disciplinares e exige um trabalho integrado de diferentes professores. Na perspectiva da simetria invertida, isso reforça a necessidade de que a matriz curricular da formação do professor contemple estudos e atividades interdisciplinares.

Neste sentido vale lembrar que o paradigma curricular referido a competências demanda a utilização de estratégias didáticas que privilegiem a resolução de situações-

problema contextualizadas, a formulação e realização de projetos, para as quais são indispensáveis abordagens interdisciplinares.

### **3.4 O eixo que articula a formação comum e a formação específica**

Um dos grandes desafios da formação de professores é a constituição de competências comuns aos professores da educação básica e ao mesmo tempo o atendimento às especificidades do trabalho educativo com as diferentes etapas da escolaridade nas quais esses professores vão atuar.

Para constituir competências comuns é preciso contemplá-las de modo integrado, mantendo o princípio de que a formação deve ter como referência a atuação profissional, onde a diferença se dá, principalmente, no que se refere às particularidades das etapas em que a docência ocorre. É aí que as especificidades se concretizam e, portanto, é ela - a docência - que deverá ser tratada no curso de modo específico.

Em decorrência, a organização curricular dos cursos, tendo em vista a etapa da escolaridade para a qual o professor está sendo preparado, deve incluir sempre espaços e tempos adequados que garantam:

- a) a tematização comum de questões centrais da educação e da aprendizagem bem como da sua dimensão prática;
- b) a sistematização sólida e consistente de conhecimento sobre objetos de ensino;
- c) a construção de perspectiva interdisciplinar, tanto para os professores de atuação multidisciplinar quanto para especialistas de área ou disciplina, aí incluídos projetos de trabalho;
- d) opções, a critério da instituição, para atuação em modalidades ou campos específicos incluindo as respectivas práticas, tais como:
  - crianças e jovens em situação de risco;
  - jovens e adultos;
  - escolas rurais ou classes multisseriadas;
  - educação especial;
  - educação indígena

### **3.5 Eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa.**

Para superar a suposta oposição entre *conteudismo* e *pedagogismo* os currículos de formação de professores devem contemplar espaços, tempos e atividades adequadas que facilitem a seus alunos fazer permanentemente a transposição didática, isto é, a transformação dos objetos de conhecimento em objetos de ensino.

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto dos professores do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são responsabilidade dos pedagogos e os conhecimento específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Essa atuação integrada da equipe de formadores deve garantir a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os professores de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os professores de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos e educacionais.

### **3.6 Eixo articulador das dimensões teóricas e práticas**

No que se refere à articulação entre teoria e prática, estas Diretrizes incorporam as normas vigentes.

O princípio metodológico geral é de que todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer, ainda que nem sempre este se materialize. Esse princípio é operacional e sua aplicação não exige uma resposta definitiva sobre qual dimensão – a teoria ou a prática - deve ter prioridade, muito menos qual delas deva ser o ponto de partida na formação do professor. Assim, no processo de construção de sua autonomia intelectual, o professor, além de saber e de saber fazer deve compreender o que faz.

Assim, a prática na matriz curricular dos cursos de formação não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza ao estágio como algo fechado em si mesmo e desarticulado do restante do curso. Isso porque não é possível deixar ao futuro professor a tarefa de integrar e transpor o conhecimento sobre ensino e aprendizagem para o conhecimento na situação de ensino e aprendizagem, sem ter oportunidade de participar de uma reflexão coletiva e sistemática sobre esse processo.

Nessa perspectiva, o planejamento dos cursos de formação deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

- a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que deve estar sendo permanentemente trabalhada tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.
- b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de *coordenação da dimensão prática*. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos formadores transcendem o estágio e têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode “vir” até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudo de casos.
- c) Nos estágios a serem feitos nas escolas de educação básica. O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente

para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores.

Estas Diretrizes apresentam a flexibilidade necessária para que cada Instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores discutidos acima, seja nas suas dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados com os conhecimentos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do desenvolvimento e da autonomia intelectual e profissional.

É ainda no momento de definição da estrutura institucional e curricular do curso que caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

À vista do exposto, é proposto Projeto de Resolução que **“Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, em Curso de Licenciatura de Graduação Plena”**.

Brasília, D.F., 08 de maio de 2001.

Conselheiros:

Éfrem de Aguiar Maranhão

Eunice Ribeiro Durham

Edla de Araújo Lira Soares

Guiomar Namó de Mello

Nelio Marco Vincenzo Bizzo

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira - Relatora

Silke Weber – Presidente

### **III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO**

O Plenário acompanha o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões em, 08 de maio de 2001.

Conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset – Presidente

### **IV - DECLARAÇÃO DE VOTO EM SEPARADO**

Quero fazer constar que, durante a sessão do dia 07 de Maio, foram solicitados esclarecimentos sobre o significado do conteúdo do Art 3º., II, (a), e que a explicação oferecida repetiu, de forma enriquecida, o enunciado constante da resolução, acrescida de analogia sobre estudante de medicina adoentado, que vive em seu curso de formação situação algo similar à de seus possíveis futuros pacientes. O Conselho Pleno votou, assim esclarecido, sem que tenha sido feita qualquer inferência sobre a extensão de obrigatoriedade de normas legais da educação básica à superior, em especial aos cursos de formação docente em nível superior.

Além disso, quero ainda fazer constar que, durante a discussão sobre carga horária de cursos de formação de professores, foram apresentados diversos dados referentes à duração de licenciaturas em universidade pública de reconhecida qualidade, seguidos de comentários, conjecturas e ilações com as quais não concordo. Repilo, de forma veemente, qualquer tentativa de estabelecer relação de causa e efeito entre os pobres resultados em testes de desempenho dos alunos da educação básica e um suposto “despreparo” de seus professores. Da mesma forma, não posso aceitar que os excelentes resultados dos alunos de licenciaturas de universidades públicas no Exame Nacional de Cursos (“Provão”) sejam apontados como indicadores de um suposto distanciamento da realidade do ensino fundamental e médio. A excelência dos cursos de graduação mantidos por universidades onde se realiza pesquisa é de amplo e notório conhecimento, com comprovação objetiva, externa e independente. Por exemplo, os primeiros lugares do último concurso público para professores realizado pela secretaria de educação do Estado de São Paulo foram ocupados por egressos de universidades públicas, o que não configurou surpresa. A recente modificação introduzida na sistemática de notas do “Provão” permitirá aquilatar a real distância existente entre os cursos excelentes e os que necessitam de urgente e profunda reformulação. As diretrizes ora aprovadas poderão contribuir nesse sentido, dado que não traçam relações de causa-efeito equivocadas para explicar o fraco desempenho escolar dos alunos da escola básica, reconhecendo-o como fenômeno complexo, muito menos culpam os professores pelo fracasso de seus alunos, mas incentivam processos de aperfeiçoamento institucional, dos quais as universidades públicas nunca se esquivaram.

Conselheiro Nelio Bizzo

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO****PROJETO DE RESOLUÇÃO**

*Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.*

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no art. 9º § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CP 09/2001, de 08 de maio de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, se constituem de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

**Art. 2º** - A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I. o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II. o acolhimento e o trato da diversidade;
- III. o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV. o aprimoramento em práticas investigativas;
- V. a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;

- VI. o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII. o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

**Art. 3º** - A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

- I. a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II. a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
  - a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
  - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocados em uso capacidades pessoais;
  - c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;
  - d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.
- III. a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

**Art. 4º** - Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação é fundamental que se busque:

- I. considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;
- II. adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

**Art. 5º** - O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que:

- I. a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;
- II. o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;
- III. a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;
- IV. os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;
- V. a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

**Parágrafo único** - A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

**Art. 6º** - Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

- I. as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II. as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III. as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV. as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V. as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI. as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º - O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º - As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º - A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

- I. cultura geral e profissional;
- II. conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;
- III. conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- IV. conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;
- V. conhecimento pedagógico;
- VI. conhecimento advindo da experiência.

**Art. 7º** - A organização institucional da formação dos professores, a serviço do desenvolvimento de competências, levará em conta que:

- I. a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;
- II. será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

- III. as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;
- IV. as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;
- V. a organização institucional preverá a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;
- VI. as escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;
- VII. serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades culturais destinadas aos formadores e futuros professores;
- VIII. nas instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária serão criados Institutos Superiores de Educação, para congregarem os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subsequentes da educação básica.

**Art. 8º** - As competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes Diretrizes, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- I. periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- II. feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- III. incidentes sobre processos e resultados.

**Art. 9º** - A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria.

**Art. 10** - A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

**Art. 11** - Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

- I. eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II. eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III. eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- IV. eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V. eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- VI. eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

**Parágrafo único** – Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

**Art. 12** - Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º - A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º - A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º - No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

**Art. 13** - Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º - A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º - A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

§ 3º - O estágio obrigatório, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ter início desde o primeiro ano e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

**Art. 14** - Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º - A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação

pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º - Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

**Art. 15** - Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução, no prazo de 02 anos.

§ 1º - Nenhum novo curso será autorizado, a partir da vigência destas normas, sem que o seu projeto seja organizado nos termos das mesmas.

§ 2º - Os projetos em tramitação deverão ser restituídos aos requerentes para a devida adequação.

**Art. 16** - O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º. da LDB, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

**Art. 17** - As dúvidas eventualmente surgidas, quanto a estas disposições, serão dirimidas pelo Conselho Nacional de Educação, nos termos do art. 90 da Lei nº 9.394 (LDB).

**Art. 18** – O parecer e a resolução referentes à carga horária, previstos no Artigo 12 desta resolução, serão elaborados por comissão bicameral, a qual terá 50 dias de prazo para submeter suas propostas ao Conselho Pleno.

**Art. 19** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 08 de maio de 2001.

Ulysses de Oliveira Panisset

Presidente

## BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Fundamental. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação / SESU / **Grupo Tarefa: Subsídios para a elaboração de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores**. Brasília, setembro de 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação – **Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior**. Brasília, Maio de 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 04/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, 29-01-98.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 03/98. Brasília, 26 de junho de 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 15/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 02 de junho de 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 03/98. Brasília, 26 de junho de 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 022/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 17 de dezembro de 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 01/99. Brasília, 07 de abril de 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 14/99. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indígena**. Brasília, 14 de setembro de 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 03/99. Brasília, 10 de novembro de 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB n. 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 10 de maio de 2000.

**PARECER CNE/CP 9/2001 - HOMOLOGADO****Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB, n. 01/2000. Brasília, 05 de julho de 2000.

## **ANEXO II**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 01/2002 – CNE/CP, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO**

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO PLENO**

**RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. (\*) (\*\*) (\*\*\*)**

**Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.**

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 9º, § 2º, alínea “c” da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CP 9/2001 e 27/2001, peças indispensáveis do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologados pelo Senhor Ministro da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

---

(\*) CNE. Resolução CNE/CP 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U. de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

(\*\*) Alterada pela Resolução CNE/CP n.º 2, de 27 de agosto de 2004, que adia o prazo previsto no art. 15 desta Resolução.

(\*\*\*) Alterada pela Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de novembro de 2005, que acrescenta um parágrafo ao art. 15 da Resolução CNE/CP n.º 1/2002

Art. 3º A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;

II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:

a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;

b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;

c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;

d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

Art. 4º Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação é fundamental que se busque:

I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;

II - adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

Art. 5º O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que:

I - a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II - o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III - a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;

IV - os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;

V - a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

Parágrafo único. A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I - cultura geral e profissional;

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V - conhecimento pedagógico;

VI - conhecimento advindo da experiência.

Art. 7º A organização institucional da formação dos professores, a serviço do desenvolvimento de competências, levará em conta que:

I - a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;

II - será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III - as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V - a organização institucional preverá a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VI - as escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;

VII - serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades culturais destinadas aos formadores e futuros professores;

VIII - nas instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária serão criados Institutos Superiores de Educação, para congregar os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subsequentes da educação básica.

Art. 8º As competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes Diretrizes, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

I - periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;

II - feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;

III - incidentes sobre processos e resultados.

Art. 9º A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria.

Art. 10. A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Parágrafo único. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Art. 12. Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

Art. 15. Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos.

§ 1º Nenhum novo curso será autorizado, a partir da vigência destas normas, sem que o seu projeto seja organizado nos termos das mesmas.

§ 2º Os projetos em tramitação deverão ser restituídos aos requerentes para a devida adequação.

Art. 16. O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º da Lei 9.394, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

Art. 17. As dúvidas eventualmente surgidas, quanto a estas disposições, serão dirimidas pelo Conselho Nacional de Educação, nos termos do Art. 90 da Lei 9.394.

Art. 18. O parecer e a resolução referentes à carga horária, previstos no Artigo 12 desta resolução, serão elaborados por comissão bicameral, a qual terá cinquenta dias de prazo para submeter suas propostas ao Conselho Pleno.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET  
Presidente do Conselho Nacional de Educação

## **ANEXO III**

DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**RESOLUÇÃO Nº 02/2002 – CNE/CP, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO**

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO PLENO**

**RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.<sup>(\*)</sup>**

**Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.**

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET  
Presidente do Conselho Nacional de Educação

---

<sup>(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

# **ANEXO IV**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 07/2002 – CNE/CES, DE 11 DE MARÇO DE 2002**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO**  
**SUPERIOR**

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO CNE/CES 7, DE 11 DE MARÇO DE 2002.<sup>(\*)</sup>**

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas.

O Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 1.301/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, em 4 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas, integrantes do Parecer 1.301/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Ciências Biológicas deverá explicitar:

- I - o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- II - as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- III - a estrutura do curso;
- IV - os conteúdos básicos e complementares e respectivos núcleos;
- V - os conteúdos definidos para a Educação Básica, no caso das licenciaturas;
- VI - o formato dos estágios;
- VII - as características das atividades complementares; e
- VIII - as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária dos cursos de Ciências Biológicas deverá obedecer ao disposto na Resolução que normatiza a oferta dessa modalidade e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o estabelecido na Resolução CNE/CP 2/2002, resultante do Parecer CNE/CP 28/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO  
Presidente da Câmara de Educação Superior

---

<sup>(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CES 7/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de março de 2002. Seção 1, p. 12.

# **ANEXO V**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 09/2002 – CNE/CES, DE 11 DE MARÇO DE 2002**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO**  
**SUPERIOR**

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO CNE/CES 9, DE 11 DE MARÇO DE 2002.<sup>(\*)</sup>**

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.

O Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 1.304/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, em 4 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física, integrantes do Parecer 1.304/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Física deverá explicitar:

- I - o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- II - as competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- III - a estrutura do curso;
- IV - os conteúdos básicos e complementares e respectivos núcleos;
- V - os conteúdos definidos para a Educação Básica, no caso das licenciaturas; e
- VI - o formato dos estágios;
- VII - as características das atividades complementares;
- VIII - as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária dos cursos de Física deverá obedecer ao disposto na Resolução que normatiza a oferta dessa modalidade e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o estabelecido na Resolução CNE/CP 2/2002, resultante do Parecer CNE/CP 28/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO  
Presidente da Câmara de Educação Superior

---

<sup>(\*)</sup> CNE. Resolução CNE/CES 9/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de março de 2002. Seção 1, p. 12.

# **ANEXO VI**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 52/2007 – CNE/CES, DE 1 DE MARÇO DE 2007**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO**  
**SUPERIOR**

## PARECER HOMOLOGADO(\*)

(\*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 13/09/2007

(\*) Portaria/MEC nº 895, publicada no Diário Oficial da União de 13/09/2007



### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<b>INTERESSADO:</b> MEC/Universidade Federal de Alagoas		<b>UF:</b> AL
<b>ASSUNTO:</b> Autorização para o funcionamento de <i>campus</i> fora de sede da Universidade Federal de Alagoas.		
<b>RELATORA:</b> Anaci Bispo Paim		
<b>PROCESSO N°:</b> 23000.021478/2006-72		
<b>PARECER CNE/CES N°:</b> 52/2007	<b>COLEGIADO:</b> CES	<b>APROVADO EM:</b> 1º/3/2007

#### I – RELATÓRIO

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL solicita ao Ministério da Educação – MEC autorização para o funcionamento de cursos fora de sede, no *campus* de Arapiraca, no município de Arapiraca, no Estado de Alagoas, e para a instalação de pólos nas cidades de Palmeiras dos Índios, Penedo e Viçosa, também no Estado de Alagoas.

O Relatório SESu/DEDES/CGDIES nº 4, de 30/1/2006, apresenta a descrição do contexto do *campus* de Arapiraca, que assumirá a vinculação dos pólos de Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa nas sedes dos respectivos municípios, conforme detalhamento.

- Mérito

*O campus de Arapiraca teve a sua criação e conseguinte implantação aprovadas pela Resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas nº 20/2005, de 1º de agosto de 2005, como primeira etapa do seu processo de interiorização. Situado no Agreste alagoano, este campus terá sua sede em Arapiraca, exercendo influência imediata sobre toda a porção central do Estado de Alagoas, assim como sobre o Baixo São Francisco e seu delta, no Litoral Sul do Estado. São 37 municípios diretamente envolvidos, contando com uma população de mais de 880.131 habitantes (Quadro 02, a seguir – IBGE, 2000), correspondente a cerca de 31,18% da população do Estado (2.822.621 habitantes em 2000).*

#### **O Contexto do campus de Arapiraca**

*A caracterização particularizada deste primeiro campus, cujas instalações físicas deverão aprontar-se até junho de 2006, para permitir o início de seu funcionamento acadêmico a partir de agosto do mesmo ano, é apresentada a seguir, apoiada por planilhas esquemáticas.*

#### **Vocação econômica do contexto agrestino**

*Do ponto de vista da vocação econômica do Agreste alagoano, as atividades tradicionais se assentam, especialmente, sobre a policultura agrícola (de alimentos e de matérias-primas) e a pecuária de corte e de leite. Entretanto, o recente Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL (Governo de Alagoas/SEBRAE, 2004) definiu como prioridade para esta sub-região,*

*assim como para o Litoral Sul e Delta do São Francisco (aqui considerado sob sua influência), o incentivo aos setores e arranjos produtivos detalhados no Quadro 01 e nos Mapas 01 [sic] apresentados a seguir.*

**Quadro 01 – Arranjos Produtivos Locais**

<b>Sub-região</b>	<b>APL</b>	<b>Setor</b>	
<i>Agreste</i>	<i>Mandioca</i>	<i>Agronegócio</i>	<i>1</i>
<i>Agreste</i>	<i>Movelaria</i>	<i>Indústria</i>	<i>2</i>
<i>Agreste</i>	<i>Pinha</i>	<i>Agronegócio</i>	<i>3</i>
<i>Agreste</i>	<i>Milho</i>	<i>Agronegócio</i>	<i>4</i>
<i>Litoral Sul</i>	<i>Turismo</i>	<i>Serviço</i>	<i>8</i>
<i>Delta do São Francisco</i>	<i>Piscicultura</i>	<i>Agronegócio</i>	<i>9</i>

**O campus de Arapiraca e seus pólos**

*Vinculados ao campus de Arapiraca serão implantados os pólos de Palmeira dos Índios, Penedo e de Viçosa, nas sedes municipais dos municípios de mesmo nome.*

- ***Arapiraca: município-sede do campus***

*O Município de Arapiraca representa importância estratégica no processo de interiorização da UFAL.*

*Localizado no centro do Estado, na sua sub-região Agreste e distante 136km de Maceió, trata-se do mais importante município do interior, estendendo-se por 614 km<sup>2</sup>. Concentrava, no último Censo do IBGE (2000), uma população de 186.466 habitantes – 81,70% urbana –, sendo de 361.037 habitantes a população de seus municípios do entorno imediato (Quadro 02). Estima-se que atualmente estes números ultrapassem 200.000 habitantes na sede urbana e 400.000 habitantes no seu entorno imediato.*

*É dotado de boa infra-estrutura urbana e de serviços básicos de energia elétrica, saneamento básico, água potável, telecomunicações, transporte público e rede viária interna e externa. O município se apresenta como pólo microrregional, exercendo sua influência, para além de seus municípios circunvizinhos, sobre aqueles que compõem o Agreste alagoano, assim como a Mata e o Litoral Sul de Alagoas. Isto se deve à riqueza gerada, tanto pelas suas atividades urbanas de comércio, indústria e serviços importantes, à sua liderança política, quanto pelas suas atividades agrícolas e pecuárias.*

*De fato, Arapiraca é tradicional produtora de fumo, ainda a sua maior fonte de riqueza, sendo atividade praticada, sobretudo, por pequenos produtores. Tal estrutura fundiária faz desta microrregião alagoana a de melhor distribuição de renda e de terras em Alagoas. Entretanto, o vigoroso modelo de desenvolvimento agrícola fundado na monocultura fumageira vem, nos últimos 15 anos, dando sinais de crise de natureza estrutural e conjuntural, de raízes internas e externas, gerando instabilidade e exigindo esforço local do empresariado e do poder público para revitalizar a economia local através da diversificação agrícola.*

*Sendo o Agreste região menos afetada pelas estiagens características do Sertão, apresenta vocação para a policultura de alimentos e de matérias-primas. Trata-se de potencial a ser aproveitado através de culturas de alto valor agregado, mas que encerra o desafio de incluir o maior número possível de produtores na dinamização da regional economia municipal e regional. Alguns resultados vêm*

*sendo alcançados com o desenvolvimento de rebanhos bovinos de leite e de corte, além do crescimento e diversificação do comércio varejista.*

*São, portanto, questões que refletem o cenário e as vocações socioeconômicas locais, os quais constituem indicadores importantes para a definição da oferta dos cursos universitários locais, especialmente aqueles relacionados à produção agrícola e animal, à gestão de negócios, aos serviços públicos e privados, entre outros.*

- **O pólo Palmeira dos Índios**

*A cidade de Palmeira dos Índios dista 134km de Maceió e 45Km de Arapiraca. Estende-se por 645km<sup>2</sup>, onde concentrava, no último Censo do IBGE (2000), uma população de 68.060 habitantes, estimando-se em 182.135 habitantes a população de entorno imediato, sob sua influência enquanto pólo universitário, conforme apresentado no Quadro 02. Tem sua economia baseada, sobretudo, na agricultura do milho, feijão e de frutas tropicais, assim como na pecuária bovina de extensão. Os seus primeiros habitantes foram os índios Cariris e Xucurus, contemporâneos de vegetação local abundante em palmeiras nos idos coloniais, fato que veio a dar nome ao município. Segundo a história local, em 1798 foi criada a freguesia de Palmeira dos Índios e, em 1835, o povoado passou à categoria de vila. Foi elevada à cidade em 1889, sendo hoje conhecida como a “Princesa do Sertão” por constituir-se em importante pólo de transição entre o Agreste e o Sertão de Alagoas. A cidade abriga o Museu Xucurus, a Casa-Museu de Graciliano Ramos, além da Aldeia da Cafurna, com remanescentes dos Xucurus e Cariris, entre outras atrações culturais e turísticas.*

- **O pólo Penedo**

*A cidade de Penedo encontra-se distante 171km de Maceió e 70km de Arapiraca. Estende-se por 141km<sup>2</sup>, onde abriga população de 56.993 (IBGE–Censo, 2000), concentrando população de 210.227 habitantes em seus municípios de entorno (Quadro 02). Cana-de-açúcar, pesca e turismo constituem a sua base econômica. É um dos municípios dos mais importantes na história de Alagoas, por ter sido um dos primeiros núcleos de povoamento, ainda no século XVI, quando pertencente à antiga Capitania de Pernambuco. A história local registra a primeira sesmaria ainda nesse século, seguida pela formação da Vila de São Francisco no início do século XVII, passando a ser chamada de Penedo do Rio São Francisco no final deste século, tendo sido elevada à categoria de cidade em meados do século XIX. Ergue-se sobre um rochedo (um penedo) às margens do rio São Francisco e conserva um importante patrimônio artístico-cultural colonial, com marcas coloniais holandesas, portuguesas e, especialmente, dos missionários franciscanos, através da rica estatuária e arquitetura barroca de conventos e igrejas. As manifestações folclóricas, a culinária, as festividades e a natureza pródiga também são atrações durante todo o ano.*

- **O pólo Viçosa**

*A cidade de Viçosa, distante 86km de Maceió e 99km de Arapiraca, estende-se por 309,3km<sup>2</sup> e apresenta população de 26.263 habitantes, concentrando cerca de 126.732 habitantes em seus municípios de entorno (Quadro 02). Tem sua economia destacada pela produção de proteína animal, centrada na pecuária bovina de leite e de corte, na criação de suínos e aves, além da criação de equinos. Recentemente, foi incluída na zona participante do Programa de Mobilização para o Desenvolvimento*

*dos Arranjos Produtivos Locais (Governo de Alagoas/SEBRAE) no setor de agronegócio, correspondente ao APL de floricultura tropical.*

*As suas terras – anteriormente habitadas por índios Caambembes, da tribo Caeté –, ricas em matas e cursos d’água, eram motivo de lutas em sua defesa e cobiça. Nestas terras também aparecem vestígios de quilombos, sobretudo pela proximidade com União dos Palmares. Em 1831, foi elevada à categoria de vila, com o nome de Riacho do Meio. Desde 1892, passou à condição de cidade.*

*A vida política e cultural do município – considerado a “Atenas de Alagoas” – é destaque estadual e mesmo nacional, sendo berço de importantes políticos e intelectuais, além de constituir-se num significativo núcleo de folclore ligado à música popular, ao Carnaval, às Festas Juninas, às Cavalhadas e Vaquejadas, entre outros.*

*Observa-se, portanto, que estes municípios são núcleos de população tradicionais e pioneiros em Alagoas. São municípios dotados de boa infra-estrutura urbana e serviços básicos de energia elétrica, saneamento básico, água potável, telecomunicações, transporte público e rede viária interna e externa, favorecendo a instalação de pólos universitários.*

*Este cenário de vocações socioeconômicas locais constitui indicadores importantes para a definição da oferta dos cursos universitários locais, especialmente aqueles relacionados à Medicina Veterinária (Viçosa), Piscicultura e Turismo natural e cultural (Penedo), além das demandas inerentes ao estudo das humanidades, em especial Serviço Social e Psicologia (Palmeira dos Índios).*

### **Identificação da demanda por curso superior no agreste de Alagoas**

*O município sede do campus Arapiraca, assim como estes seus municípios-pólo, correspondem, respectivamente, ao grupamento municipal de quatro Coordenadorias Regionais de Ensino, definidas pela Secretaria de Estado de Educação de Alagoas, cuja demanda potencial total por cursos de graduação universitária é representada por 70.354 alunos matriculados no ensino médio, conforme apresentado no quadro 02, abaixo. Esta demanda representa 32,18% da demanda estadual (218.625 matrículas). São jovens que buscarão ingressar na universidade, sem que a maioria deles tenha condição de fazê-lo senão na universidade pública e gratuita e próxima da sua residência, devido a sua baixa capacidade de deslocamento para Maceió e seu baixo nível de renda familiar (cerca de três salários mínimos).*

**Quadro 02 – Alunos matriculados no Ensino Médio (2º Grau regular e Curso Normal + EJA-Supletivo Total) por coordenadorias regionais – sedes, municípios de influência e população municipal (IBGE, 2000)**

<b>5ª Coordenadoria</b>	<b>Matrículas</b>	<b>População</b>	<b>9ª Coordenadoria</b>	<b>Matrículas</b>	<b>População</b>
1. <b>Arapiraca</b>	15.807	<b>186.466</b>	1. <b>Penedo</b>	7.131	<b>56.993</b>
2. Coité do Nóia	488	11.993	2. Campo Grande	669	9.134
3. Craíbas	1.237	20.789	3. Feliz Deserto	409	3.836
4. Feira Grande	941	21.270	4. Igreja Nova	873	21.451
5. Girau do Ponciano	1.900	29.574	5. Olho D'agua Grande	599	4.847
6. Lagoa da Canoa	1.042	19.977	6. P Real do Colégio	1.100	18.355
7. Limoeiro de	1.246	24.798	7. Piaçabuçu	1.106	16.775

	Anadia					
8.	São Sebastião	2.477	29.124	8.	São Brás	33
9.	Taquarana	1.084	17.046	9.	Coruripe (recebido de São Miguel, 2ª CRE)	3.014
				10.	Traipu (recebido de Arapiraca, 5ª CRE)	1.661
	<b>Total</b>	<b>26.222</b>	<b>361.037</b>		<b>Total</b>	<b>16.595</b>
	<b>3ª Coordenadoria</b>	<b>Matrículas</b>	<b>População</b>		<b>4ª Coordenadoria</b>	<b>Matrículas</b>
1	Palmeira dos Índios	7.770	68.060	1.	Viçosa	2.881
2	Belém	921	5.919	2.	Atalaia	2.362
3	Cacimbinhas	565	9.552	3.	Cajueiro	760
4	Estrela de Alagoas	1.928	16.341	4.	Capela	1.344
5	Igaci	2.125	25.584	5.	Chã Preta	769
6	Major Izidoro	1.255	17.639	6.	Mar Vermelho	206
7	Maribondo	1.525	15.145	7.	Paulo Jacinto	859
8	Minador do Negrão	411	5.399	8.	Pindoba	339
9	Quebrangulo	849	11.902			
10	Tanque D'arca	668	6.594			
	<b>Total</b>	<b>18.017</b>	<b>182.135</b>		<b>Total</b>	<b>9.520</b>
						<b>126.732</b>

Fontes: (INEP, 2004; SEE/AL, 2004; IBGE, Censo 2000)

*Além da supracitada demanda potencial, representada pelo número de matrículas no ensino médio, os dados da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE/PROFOR, 2004) indicam a necessidade imediata de formação superior de 786 professores que ainda possuem formação em Magistério e atuam nestas coordenadorias. Estes dados também registram o interesse de 228 destes professores (29%) em completar sua formação em Licenciatura Plena, especialmente nos cursos de biologia, matemática, e suas tecnologias, conforme apresentado no **Quadro 03**, a seguir. É importante destacar que o curso de Biologia detém cerca de 72,8% da demanda por formação destes professores.*

**Quadro 03 – Número de Professores com Formação de Nível Médio (Magistério) e Interesse em Participar de Cursos de Licenciatura Plena**

CRE	Formação Magistério	Interesse em participar de cursos de licenciatura plena				
		Biologia	Matemática	Física	Química	Total
2	114	17	07	02	01	27
3	259	24	07	–	01	32
5	324	105	24	01	04	134
9	89	20	13	01	01	35
<b>Total</b>	786	166	51	04	07	228

Fonte: quadro composto segundo dados da SEE/PROFOR, 2004

### ***Atuação da UFAL na sub-região agrestina***

*A UFAL já se encontra presente nas sedes municipais de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, através da atuação parcial ou conjunta da Comissão Permanente do Vestibular – COPEVE, do Núcleo*

*Temático de Assistência Social – NUTAS, do Núcleo de Saúde Pública – NUSP, do Estágio Rural Obrigatório para o Curso de Medicina e do Núcleo temático de Educação a Distância – NEAD (Núcleo Penedo do curso de Pedagogia).*

*São organismos universitários que exercem atividades referentes ao vestibular central, formação e treinamento de pessoal e consultoria às secretarias municipais, pesquisa e extensão docente e discente e Ensino a Distância, embora sem oferecer cursos de graduação ou pós-graduação regulares.*

*No que se refere particularmente a Viçosa, a UFAL mantém, no município, a Fazenda São Luís, atualmente vinculada ao Centro de Ciências Agrárias, onde realiza atividades de estágio de campo dos seus alunos dos cursos de Agronomia e Zootecnia.*

### ***Os Cursos de Graduação do campus de Arapiraca e de seus pólos***

*Enquanto estrutura acadêmico-administrativa da Universidade Federal de Alagoas, o campus de Arapiraca e seus pólos comportarão atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, em níveis de graduação e pós-graduação. A sua instalação, no entanto, deverá iniciar-se com o ensino de graduação, a partir de agosto de 2006, cuja oferta de cursos deverá considerar aspectos qualitativos e quantitativos das demandas já identificadas através do tratamento das variáveis indissociáveis acima referidas, aprofundados por pesquisa representativa já realizada junto aos segmentos sociais interessados. Esta pesquisa desenvolveu-se observando os seguintes elementos:*

*1) Universo pesquisado: amostragem representativa em doze dos trinta e sete municípios circundantes ao município de Arapiraca (correspondentes às quatro CREs/SEE-AL, referidas);*

*2) Atores envolvidos: alunos do terceiro ano científico matriculados nas escolas públicas e privadas dos municípios visitados; representantes do poder público municipal, do magistério da rede estadual e municipal; representantes do empresariado do comércio, serviços, indústrias; representantes da sociedade em geral;*

*3) Metodologia: entrevistas diretas com aplicação de questionário de conteúdo aleatório (desejos e vocações) e induzido (listagem dos cursos existentes na UFAL, sugestão de novos, necessidades (demandas) locais; relatório técnico de Pesquisa.*

*Além da pesquisa de demanda por cursos de graduação, o projeto de interiorização da UFAL requereu a instalação de uma Comissão de Estudos de Interiorização, integrada por representantes da Coordenação de Projetos Especiais, da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral, da Pró-Reitoria de Graduação, e dos seus nove Centros administrativo-acadêmicos, sob a coordenação geral da Magnífica Reitora da UFAL. Deu-lhe seqüência a constituição da Comissão de Elaboração dos Projetos Pedagógicos formada por representantes dos cursos a serem implantados no campus e em seus pólos.*

### ***Cursos do campus de Arapiraca***

*•16 cursos de graduação oferecendo, inicialmente, 40 vagas/ano, a partir do segundo semestre de 2006, atendendo 640 alunos/ano e 2.560 alunos/ano, quando em pleno funcionamento das unidades:*

- Administração*
- Agronomia*
- Arquitetura*
- Biologia licenciatura*
- Ciência da Computação*
- Educação Física*
- Enfermagem*
- Engenharia de Pesca (novo)*
- Física licenciatura*
- Matemática licenciatura*
- Medicina Veterinária (novo)*
- Psicologia*
- Química licenciatura*
- Serviço Social*
- Turismo (novo)*
- Zootecnia*

### ***Perfis Pedagógicos***

*Os Perfis Pedagógicos sumários desses cursos encontram-se descritos a seguir:*

#### ***1. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – CAMPUS DE ARAPIRACA***

*TÍTULO OFERTADO: Bacharel em Administração*

*TURNO: Diurno*

*CARGA HORÁRIA: 3.300 horas*

*DURAÇÃO: 4 a 8 anos*

*VAGAS: 40 anuais*

*O PERFIL DO EGRESSO: O egresso do Curso de Administração da UFAL, campi Arapiraca, deverá desenvolver a capacidade de definir problemas e propor soluções. Assim, espera-se que ele possa atuar de maneira efetiva, lógica e flexível dentro das organizações e na sociedade, com uma postura racional e empreendedora. Ao final do curso espera-se que o aluno contenha um conjunto de conhecimentos: a) técnicos – essenciais para as habilidades decisórias e de planejamento do administrador; b) sociais – voltados ao lado humano, intelectual e aos valores que norteiam o ambiente micro e macro-organizacional; c) científicos – já que a base teórica tenderia a explorar o raciocínio crítico dos alunos.*

*CAMPO DE TRABALHO: Empresas, Poder Público, Empreendedorismo*

#### ***2. NOME DO CURSO: Agronomia***

*TÍTULO OFERTADO: Agrônomo*  
*TURNO: Diurno*  
*CARGA HORÁRIA: 4.100 horas*  
*DURAÇÃO: 4 anos e meio a 9 anos*  
*VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Profissional preparado para compreender, discutir e contribuir na solução de problemas agrícolas e agrários, a partir de uma visão crítica transformadora e integrada da estrutura e funcionalidade das realidades socioeconômica e política-cultural do meio Regional e Nacional como um todo.*

*CAMPO DE TRABALHO: O campo de trabalho do Engenheiro Agrônomo é vasto, em virtude da amplitude de sua formação e extensão das fronteiras agrícolas que o nosso país oferece. Agronomia está intimamente ligada à produção de alimentos, sejam estes de origem animal ou vegetal. Compete ao Engenheiro Agrônomo produzir, conservar, transformar e colocar o alimento no mercado, cuidando do aproveitamento racional e sustentado dos recursos naturais e renováveis. Além de atuar diretamente junto aos produtores rurais, podem ser requisitados por institutos e empresas, órgãos públicos ligados à pesquisa, empresas ligadas à transformação e comercialização de produtos agropecuários, empresas relacionadas com a produção e venda de insumos agrícolas, estações experimentais, organismos de fomento da produção agrícola, delegacias regionais de agricultura, propriedades rurais, unidades de defesa sanitária vegetal e animal, cooperativas agrícolas, ele poderá trabalhar em empresas e em setores ligados às cadeias produtivas agrícolas.*

*3. NOME DO CURSO: Arquitetura e Urbanismo*  
*TÍTULO OFERTADO: Arquiteto e Urbanista*  
*TURNO: Diurno*  
*CARGA HORÁRIA: 3.740 horas*  
*DURAÇÃO: 5 a 9 anos*  
*VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço exterior e interior abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e valorização do patrimônio construído, proteção do equilíbrio do ambiente natural e à utilização racional dos recursos disponíveis.*

*CAMPO DE TRABALHO: Edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos.*

*4. NOME DO CURSO: Biologia – Licenciatura*  
*TÍTULO OFERTADO: Licenciado em Biologia*  
*TURNO: Diurno*  
*CARGA HORÁRIA: 3.440 horas*  
*DURAÇÃO: 4 a 7 anos*  
*VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Profissional possuidor não apenas do domínio das Ciências Biológicas, mas também uma visão da dimensão política e social, capaz de*

*colocar o aluno em contato com a realidade global e local, entendendo que as Ciências Biológicas é dinâmica, portanto deverá conduzir o discente para um estudo permanente e crítico, vivenciando situações-problema de sua comunidade. Ao mesmo tempo deverá oferecer condições para que o aluno, de posse de conceitos e princípios básicos da Biologia, saiba relacioná-los e aplicá-los no seu meio ambiente, distinguindo, selecionando e organizando material biológico de acordo com o grau de maturidade do discente, a fim de que possa estimular o interesse, e desenvolver a habilidade de pensar as diferentes visões de ciência.*

*CAMPO DE TRABALHO: O Licenciado em Biologia poderá atuar como professor do Ensino Básico e também poderá continuar seus estudos na direção de pesquisa educacional, interface das demais licenciaturas.*

*5. NOME DO CURSO: Educação Física – Licenciatura  
TÍTULO OFERTADO: Licenciado em Educação Física  
TURNOS: Diurno  
CARGA HORÁRIA: 3.280 horas  
DURAÇÃO: 4 a 8 anos  
VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: O Curso de Graduação em Educação Física, com habilitação em Licenciatura, se propõe a formar um profissional que apresente competência técnica e científica e senso crítico necessário ao desempenho da prática docente, no sentido de:*

- Desempenhar a docência nos níveis de ensino previstos pelo curso, bem como as atividades de coordenação e assessoramento pedagógico relativos ao ensino e em órgãos do sistema educacional;*
- Compreender a realidade socioeconômica para adotar uma postura crítico-construtiva na sua prática profissional;*
- Exercer funções administrativas previstas na legislação de ensino em órgãos educacionais;*
- Participar de equipes interdisciplinares em programas de educação comunitária;*
- Avaliar a prática docente considerando as variáveis contextuais e os valores que as direcionam.*

*CAMPO DE TRABALHO: Escolas ou Instituições Educacionais*

*6. NOME DO CURSO: Enfermagem  
TÍTULO OFERTADO: Enfermeiro  
TURNOS: Diurno  
CARGA HORÁRIA: 4.300 horas  
DURAÇÃO : 4 anos e meio a 8 anos  
VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Enfermeiro generalista, com capacidade crítica e reflexiva para utilizar e construir os diversos tipos de conhecimento, pautado nos princípios éticos e de cidadania, comprometido com a efetivação do SUS, com o seu desenvolvimento, da equipe e da profissão, com habilidade para trabalhar em equipe, exercer liderança, identificar as necessidades de saúde da população no âmbito individual e coletivo, intervindo no processo saúde-doença para cuidar da pessoa na sua integralidade e contexto de vida.*

*CAMPO DE TRABALHO: SUS, Hospitais, Empresas*

7. NOME DO CURSO: *Engenharia de Pesca*  
TÍTULO OFERTADO: *Engenheiro de Pesca*  
TURNO: *Diurno*  
CARGA HORÁRIA: *3.820 horas*  
DURAÇÃO: *4 anos e meio a 7 anos*  
VAGAS: *40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: O curso de Engenharia de Pesca deve assegurar a formação de profissionais generalistas, com sólidos conhecimentos científicos e tecnológicos no campo da Engenharia de Pesca; dotado de consciência ética, política, humanística, com visão crítica e criativa para a identificação e resolução de problemas, capaz de atuar de forma empreendedora e abrangente no atendimento às demandas sociais da região onde atua, do Brasil e do mundo; utilizar racionalmente os recursos disponíveis de forma transdisciplinar visando ao equilíbrio sustentável do ambiente.*

*CAMPO DE TRABALHO: Órgãos públicos e privados; ONGs, indústrias.*

8. NOME DO CURSO: *Física – Licenciatura*  
TÍTULO OFERTADO: *Licenciado em Física*  
TURNO: *Diurno*  
CARGA HORÁRIA: *3.280 horas*  
DURAÇÃO: *4 a 8 anos*  
VAGAS: *40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Um profissional com uma sólida formação em Física, dominando tanto os seus aspectos conceituais, como os históricos e epistemológicos e em Educação, de forma a dispor de elementos que lhe garantam o exercício competente e criativo da docência nos diferentes níveis do ensino formal e espaços não formais, atuando tanto da disseminação dos conhecimentos desenvolvidos pela Física enquanto instrumento de leitura da realidade e construção da cidadania, como na produção de novos conhecimentos relacionados ao seu ensino e divulgação e nos conteúdos pedagógicos que permitam atualização contínua, a criação e adaptação de metodologias de apropriação do conhecimento científico e, aperfeiçoando-se, realizar pesquisa de ensino de física.*

*CAMPO DE TRABALHO: O profissional formado pelo Curso de Licenciatura em Física terá como área de atuação profissional a docência na Educação Básica, em séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Além disso, o licenciado em Física terá competência e habilidade para o exercício profissional em outras áreas, tais como: atuar em modalidades de ensino até agora pouco exploradas, como ensino a distância, educação especial, ensino de física para pessoas com necessidades especiais, educação indígena, etc. centros e museus de ciências e divulgação científica.*

9. NOME DO CURSO: *Matemática –Licenciatura*  
TÍTULO OFERTADO: *Licenciado em Matemática*  
TURNO: *Diurno*  
CARGA HORÁRIA: *3.340 horas*  
DURAÇÃO: *4 a 7 anos*  
VAGAS: *40 anuais*

**PERFIL DO EGRESSO:** *Profissional que possua visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos. Além disso, que tenha visão da contribuição que a aprendizagem da Matemática pode oferecer à formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania, reconhecendo que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, tendo consciência do papel do professor na superação dos preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino-aprendizagem da disciplina.*

**CAMPO DE TRABALHO:** *O Licenciado em Matemática poderá atuar como professor do Ensino Básico e também poderá continuar seus estudos na direção de pesquisa educacional, interface das demais licenciaturas.*

**10. NOME DO CURSO:** *Medicina Veterinária*

**TÍTULO OFERTADO:** *Veterinário*

**TURNO:** *Diurno*

**CARGA HORÁRIA:** *4.560 horas*

**DURAÇÃO:** *5 a 10 anos*

**VAGAS:** *40 anuais*

**PERFIL DO EGRESSO:** *O Médico Veterinário deverá possuir formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, estando apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal e clínica veterinária. Além disso, deverá entender de saneamento ambiental e medicina veterinária preventiva, saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, bem como de zootecnia, produção e reprodução animal e ecologia e proteção ao meio ambiente. Deverá possuir conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial através do desenvolvimento da capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas.*

**CAMPO DE TRABALHO:** *Sanidade e produção animal, saúde pública, biotecnologia e preservação ambiental.*

**11. NOME DO CURSO:** *Psicologia*

**TÍTULO OFERTADO:** *Psicólogo*

**TURNO:** *Matutino*

**CARGA HORÁRIA:** *4.000 horas*

**DURAÇÃO:** *5 a 8 anos*

**VAGAS:** *40*

**PERFIL DO EGRESSO:** *Um profissional comprometido com a educação integral e a formação do cidadão, com a promoção da saúde nos diversos níveis de atuação, capaz de compreender e intervir na estrutura e funcionamento da sociedade, numa abordagem pluridisciplinar e numa visão histórica, ética e política, bem como um profissional atento à constituição e estruturação do sujeito psíquico, seus padecimentos e meios de conquista da saúde. Um profissional atento à pesquisa e desenvolvimento dos vetores teóricos de que se utiliza na prática profissional.*

**CAMPO DE ATUAÇÃO:**

- *Organizações governamentais e não-governamentais; centros comunitários, empresas e indústrias;*
- *Instituições educacionais (escolas, universidades, creches, orfanatos, centros de pesquisas).*
- *Instituições de saúde (ambulatórios, postos de saúde, clínica e hospitais);*
- *Institutos de pesquisas.*

12. NOME DO CURSO: *Química – Licenciatura*  
TÍTULO OFERTADO: *Licenciado em Química*  
TURNOS: *Diurno*  
CARGA HORÁRIA: *3.480 horas*  
DURAÇÃO: *4 a 7 anos*  
VAGAS: *40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Formação ampla para propagar os conteúdos nas diversas áreas de química e áreas afins, como também uma adequada preparação na área pedagógica, trabalhando a interdisciplinaridade na educação básica, mais especificamente a disciplina Ciências nos anos finais do ensino fundamental e Química no ensino médio. Além disso, os egressos deverão possuir um amplo conhecimento de sua área de formação, que sejam capazes de refletir sobre a sua prática pedagógica e de intervir na realidade regional buscando transformá-la.*

*CAMPO DE TRABALHO: Escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.*

13. NOME DO CURSO: *Serviço Social*  
TÍTULO OFERTADO: *Assistente Social*  
TURNOS: *Diurno*  
CARGA HORÁRIA: *3.450 horas*  
DURAÇÃO: *4 a 7 anos*  
VAGAS: *40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.*

*CAMPO DE TRABALHO: Órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.*

14. NOME DO CURSO: *Sistema de Informação*  
TÍTULO OFERTADO: *Bacharel em Sistema de Informação*  
TURNOS: *Diurno*  
CARGA HORÁRIA: *3.400 horas*  
DURAÇÃO: *4 a 7 anos*  
VAGAS: *40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: O egresso deve saber utilizar eficientemente as tecnologias da informação nas organizações. Os profissionais de sistema de informação são os responsáveis pela organização de todos os dados informatizados das empresas. O perfil do profissional é uma associação entre o perfil administrador, que gosta de organização e que tenha uma boa capacidade de abstração.*

*CAMPO DE TRABALHO: Órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.*

**15. NOME DO CURSO:** *Turismo*

*TÍTULO OFERTADO: Bacharel em Turismo*

*TURNO: Diurno*

*CARGA HORÁRIA: 2.550 horas*

*DURAÇÃO: 4 a 7 anos*

*VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: Formação generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas como também uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.*

*CAMPO DE TRABALHO: áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.*

**16. NOME DO CURSO:** *Zootecnia*

*TÍTULO OFERTADO: Zootecnista*

*TURNO: Diurno*

*CARGA HORÁRIA: 3.720 horas*

*DURAÇÃO: 4 anos e meio a 9 anos*

*VAGAS: 40 anuais*

*PERFIL DO EGRESSO: O Zootecnista deverá possuir sólidos conhecimentos científicos e tecnológicos no campo da Zootecnia, porém dotado de consciência ética, política, humanista, com visão crítica e global da conjuntura econômica, social, política, ambiental e cultural da região onde atua, no Brasil e no mundo. Além disso, deverá ter capacidade de comunicação e integração com os vários agentes que compõem os complexos agroindustriais através de um raciocínio lógico, interpretativo e analítico para identificar e solucionar problemas sendo capaz de atuar em diferentes contextos, promovendo o desenvolvimento, bem estar e qualidade de vida dos cidadãos e comunidades.*

*CAMPO DE TRABALHO: Complexos agroindustriais.*

**Cursos**

*O campus de Arapiraca foi criado por meio de unidade acadêmica e será constituído pelos seguintes cursos:*

SEDE	CURSO	2006		2007		2008		2009		2010		Carga Horária
		01	02	01	02	01	02	01	02	01	02	
Arapiraca	Agronomia	-	40	80		120		160		200		4.100
	Administração	-	40	80		120		160	200	-		3.300
	Arquitetura	-	40	80		120		160		200		3.740
	Biologia (licenciatura)	-	40	80		120		160	200	-		3.440
	Sistemas de Informação	-	40	80		120		160	200	-		3.400
	Educação Física (licenciatura)	-	40	80		120		160	200	-		3.280
	Enfermagem	-	40	80		120		160		200		4.300
	Física (licenciatura)	-	40	80		120		160	200	-		3.280
	Matemática (licenciatura)	-	40	80		120		160	200	-		3.340
	Química (licenciatura)	-	40	80		120		160	200	-		3.480
Zootecnia	-	40	80		120		160		200		3.720	
Palmeira dos Índios	Serviço Social	-	40	80		120		160	200	-		3.450
	Psicologia	-	40	80		120		160		200		4.000
Penedo	Engenharia de Pesca	-	40	80		120		160		200		3.820
	Turismo	-	40	80		120		160	200			2.550
Viçosa	Medicina Veterinária	-	40	80		120		160		200		4.560

### ***Nova configuração para os cursos Interiorizados***

*Os cursos de graduação oferecidos no interior, no âmbito do projeto de expansão da UFAL, constituem experiência inovadora, apresentando características distintas daquelas já observadas nos cursos do campus Central/Maceió. Respondem à necessidade de adoção de um projeto acadêmico-administrativo inovador, flexível e econômico em recursos humanos e materiais, mas sem sacrificar a qualidade nem deixar de ser apropriado às novas condições de operação da instituição em sintonia*

*com as fronteiras e as novas dinâmicas do conhecimento, a consideração da pluralidade dos saberes e da interdisciplinaridade, objetivando a formação competente e cidadã dos seus alunos. Assim fazendo, a UFAL ousa definir novos padrões e procedimentos institucionais, nova estrutura e novos projetos pedagógicos, como resposta aos novos desafios da contemporaneidade e suas exigências quanto ao dinamismo, qualidade, inovação, compartilhamento e inserção global, mas também ação em escala real, atendendo às demandas locais.*

### ***Estrutura e conteúdo: princípios orientadores***

*Os cursos (inicialmente de graduação) a serem implantados no campus de Arapiraca e em seus pólos deverão ser agrupados em Eixos Temáticos assim definidos:*

- 1 – Eixo das Agrárias: cursos de agronomia, zootecnia, medicina veterinária;*
- 2 – Eixo da Educação: licenciaturas – matemática, física, biologia, química e educação física;*
- 3 – Eixo de Gestão: cursos de administração, ciências da computação e turismo;*
- 4 – Eixo das Humanidades: cursos de serviço social e psicologia;*
- 5 – Eixo da Saúde: curso de enfermagem;*
- 6 – Eixo da Tecnologia: curso de arquitetura e engenharia de pesca.*

*A nova estrutura e o novo conteúdo curricular, contemplando a oferta semestralizada de disciplinas, deverão ser organizados mediante a seguinte configuração geral:*

- Tronco Inicial, de conteúdo geral, mas com abordagem comum aos cursos agrupados nos Eixos Temáticos.*
- Tronco Intermediário, de conteúdo comum aos cursos de cada Eixo Temático.*
- Tronco Profissionalizante, conteúdo específico da formação graduada final.*

*É importante observar que os Eixos Temáticos agrupam classes de cursos que guardam identidades, atividades e formações disciplinares comuns. A definição dos cursos que os compõem é flexível e progressiva, consideradas a base natural da sub-regional alagoana em apreço, as vocações econômicas e a expressão dos alunos conluentes do ensino médio da rede pública, das instituições públicas, das lideranças locais e da iniciativa privada, mas também o acesso aos recursos federais de expansão e manutenção da instituição.*

### ***Tronco Inicial***

*O Tronco Inicial é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação interiorizados pertencentes a cada Eixo Temático. Articula-se em função de quatro unidades de formação básica que se desdobram em disciplinas interdisciplinares e modulares, sendo a última unidade um seminário integrador, oferecido em dois momentos e abrangências. O conteúdo deste Tronco compreende atividades desenvolvidas em 20 horas semanais, por um semestre (20 semanas), oferecendo-se, ao final, 400 horas semestrais. Objetiva a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes a:*

a) *Disciplina: “Sociedade, natureza e desenvolvimento: relações locais e globais”.* Deverá ser oferecida em 6 horas semanais e 120 horas semestrais.

***Ementa:** Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento de mundo a partir de um contexto local e sua inserção global, através de abordagem interdisciplinar sobre sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura, economia, política e natureza.*

***Conteúdo programático:** Sociedade, cultura e política. Ciência, tecnologia e processos produtivos. Relações sociedade-natureza e a questão ambiental. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Princípios ecológicos, sociais e econômicos básicos na construção de novos paradigmas de desenvolvimento. O global e o local: identidade, integração, rupturas e diferenças.*

b) *Disciplina: “Produção do conhecimento: ciência e não-ciência”.* Deverá ser oferecida em 6 horas semanais e 120 horas semestrais.

***Ementa:** Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos, procedimentos e métodos científicos, mas também sobre as expressões de conhecimento tradicional, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.*

***Conteúdo programático:** Conhecimento, ação, estratégias. Materiais, métodos, conceitos, leis, modelos, teorias e paradigmas. Epistemologia e crítica da ciência. A complexidade básica. Método científico: observação, experimentação e formulação de modelos. A crise do modelo disciplinar da ciência clássica e os novos desafios/necessidades para a compreensão do mundo atual: a demanda de uma ciência da complexidade. A integração do conhecimento e a construção interdisciplinar. A recriação/revalorização/integração: saberes próprios e de outra natureza. O diálogo de saberes. Conhecimento empírico e tradicional: observação do contexto, acumulação e transmissão de conhecimento. Os mitos. As complementaridades dos saberes.*

c) *Disciplina: “Lógica, informática e comunicação”.* Deverá ser oferecida em 6 horas semanais e 120 horas semestrais.

***Ementa:** Oferta de instrumentais básicos requeridos pelo cursar da graduação universitária, fundamentalmente: usos da linguagem, indução e dedução; novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da internet; expressão escrita, análise, interpretação e crítica textual.*

***Conteúdo programático:** Usos da linguagem. Falácias não formais. Definição. Introdução à dedução. Introdução à indução. Desenvolvimento de projetos utilizando o computador. O papel da Internet na sala de aula atual. Explorando a WWW. Desenvolvimento de páginas WEB para a aprendizagem. Comunicando-se pela Internet.*

d) *Disciplina: “Seminário integrador I”:* Trata-se de discussão local, interdisciplinar, de integração das atividades e de avaliação dos progressos discentes de cada eixo. Deverá ser oferecido em 2 horas semanais, por um semestre.

***Ementa:** Seminário semanal de integração dos alunos de cada Eixo Temático, de conteúdo definido pelo colegiado dos seus cursos.*

### **Tronco Intermediário**

*O Tronco Intermediário é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação pertencentes a um dos Eixos Temáticos acima referidos. Articula-se em disciplinas, sendo uma delas um seminário integrador. O conteúdo deste Tronco se desenvolve ao longo de um semestre letivo (de 40 semanas), em atividades de 20 horas semanais, obtendo-se, ao final, 400 horas semestrais. Objetiva a oferta e a discussão crítica de conhecimentos referentes à formação básica comum aos cursos de cada Eixo Temático, através de disciplinas instrumentais de síntese. As disciplinas podem ser reunidas em Unidades Temáticas e seus conteúdos disciplinares são apresentados a seguir, apropriados a cada Eixo Temático:*

- 1 – Eixo das Agrárias*
- 2 – Eixo da Educação*
- 3 – Eixo de Gestão*
- 4 – Eixo da Saúde*
- 5 – Eixo das Humanidades*
- 6 – Eixo da Tecnologia*

### ***Tronco Profissionalizante***

*O Tronco Profissionalizante compreende conteúdos objetivos, diretos, específicos e profissionalizantes, ofertados através de disciplinas que observam as características peculiares dos projetos pedagógicos e traduzem as formações graduadas finais de cada curso, dentro dos cinco Eixos Temáticos, já referidos.*

### ***Características gerais dos Troncos de Conhecimento***

- Flexibilidade curricular, possibilitando mobilidade dos estudantes entre os pólos e o campus do Interior, objetivando aquisição de conhecimentos complementares (disciplinas) oferecidos em cada nível cursado (Troncos de Conhecimento);*
- Formação profissionalizante envolvendo práticas e estágio final com intervenção na realidade local, aferida mediante monografia com banca docente e defesa pública;*
- Pesquisa e extensão, enquanto princípios pedagógicos, devem estar presentes nas atividades curriculares de cada etapa;*
- Os projetos pedagógicos dos cursos poderão conter até 20% de carga horária ministrada na modalidade à distância, segundo permite a legislação em vigor;*
- O ingresso dos candidatos aos cursos interiorizados da UFAL deverá observar processo seletivo comum aos demais cursos da UFAL, sendo classificatório e aferindo conhecimentos referentes ao conteúdo exigido no ensino médio. Entretanto, o primeiro processo seletivo para os cursos do campus de Arapiraca deverá ocorrer em data específica, em meados de 2006, diante do início de funcionamento dos cursos previsto para agosto desse mesmo ano.*
- A ré-opção entre os diferentes Troncos Intermediários e Profissionalizantes não será permitida, restrita apenas quando no interior de Tronco Intermediário ou Profissionalizante comum, a depender número de vagas e das exigências específicas de cada curso, mediante seleção específica, se caso for.*

- *Novos procedimentos de gestão administrativa e acadêmica, informatizados, serão requeridos e apropriados ao novo modelo pedagógico, permitindo o acesso dos discentes, dos docentes e dos gestores às suas áreas específicas, objetivando reduzir o tempo burocrático, o uso de papéis e o deslocamento pessoal desnecessário.*

### **Investimentos**

#### **Espaço Físico do campus em Arapiraca**

*Por se tratar de projeto onde convergem os interesses da UFAL e do poder municipal e de bases locais, o campus de Arapiraca recebeu importantes apoios: da bancada federal de Alagoas, dos políticos de base local, do próprio poder municipal e da comunidade em geral. Estes apoios resultaram na doação das instalações físicas da antiga Escola Técnica Agrícola, através de Lei Municipal nº 2.372/2004, de 29 de dezembro de 2004. Trata-se de uma ex-escola-fazenda, atualmente desativada, situada na comunidade de Sementeira, distante 6,5Km do centro da cidade, mas servida por linha regular de transporte coletivo, rede elétrica, hidráulica e de telefone, e pavimentação asfáltica.*

*O edifício, com 3.070m<sup>2</sup> de área construída após reforma inicial, é implantado em terreno de 190.667,44m<sup>2</sup> permitindo grande expansão. Em curto prazo estão sendo anexados mais 730m<sup>2</sup>, o que irá totalizar 3.800m<sup>2</sup> construídos com colaboração da prefeitura municipal local. Apesar de encontrar-se deteriorado, sobretudo no que se refere às esquadrias, telhado, rede elétrica e equipamentos básicos, entre outros, preserva ainda a sua importante estrutura de alvenaria e rede hidro-sanitária. Os recursos para sua recuperação e adaptação constituem parte importante do presente projeto e será objeto do seu Plano de Trabalho, onde constam valores da ordem de R\$ 1.597.200,89 (já concedidos). A Foto 1 apresenta a maquete eletrônica da referida recuperação e adaptação, sem a expansão a ser realizada em futuro próximo.*



**Foto 1**

### **Pólos**

*Por se tratar de projeto onde convergem os interesses da UFAL e do poder municipal e de bases locais, os pólos têm recebido importantes apoios, sobretudo no que concerne à cessão de instalações físicas, inicialmente provisórias, mas que deverão tornar-se definitivas através de doações.*

•**pólo Palmeira dos Índios:** a sede provisória dos cursos de Serviço Social e Psicologia será instalada no primeiro andar do CAIC, com cerca de 805m<sup>2</sup> de área construída.

•**pólo Penedo:** a sede provisória do curso de Turismo e da parte teórica do curso de engenharia de pesca será instalada na Escola de Pesca Municipal Senador Freitas Cavalcante atualmente com cerca de 560m<sup>2</sup> de área construída com expansão pela prefeitura municipal local para 850m<sup>2</sup>. O curso de turismo será instalado em prédio doado pela Prefeitura Municipal situado na rua Fernandes de Barros, nº 17, no Centro Histórico, com cerca de 575m<sup>2</sup> de área construída. A parte prática do Curso de Engenharia de Pesca será instalada na Estação de Piscicultura de Itiúba, no município de Porto Real do Colégio, Alagoas, pertencente à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, dotada de infra-estrutura física, laboratórios e tanques de criação de peixes que se encontram em funcionamento.

•**pólo Viçosa:** a UFAL dispõe das instalações da Fazenda São Luis, situada a 4Km da sede municipal, onde funcionavam os seus cursos de Agronomia e Zootecnia. O curso de medicina veterinária será instalado no prédio central da Fazenda com 1.126m<sup>2</sup>, onde funcionavam os referidos cursos.

### **Salas, Laboratórios e Bibliotecas**

*As salas, os laboratórios e as bibliotecas (campus Arapiraca-central e pólos-setoriais) decorrem dos respectivos projetos pedagógicos dos cursos e são objeto do Plano de Trabalho entregue ao MEC/SESu juntamente com o projeto de interiorização, onde são previstas, de imediato, para as instalações definitivas no campus de Arapiraca (2005-2010) e seus pólos (2007-2010), no item*

### **Obras e Instalações**

- Obras de recuperação e adaptação de prédio para implantação do campus da UFAL em Arapiraca (FASE I).
- Obras para ampliação das instalações existentes no campus Arapiraca-sede, visando acomodar os 11 cursos de graduação (FASE II).
- Obras para implantação do pólo de Penedo (FASE III).
- Obras para implantação do pólo de Viçosa (FASE IV).
- Obras para implantação do pólo de Palmeira dos Índios (FASE V).

*Para a implantação dos Cursos projetados para o campus Arapiraca, é necessário o atendimento das demandas para montagem dos espaços didáticos (salas de aula, laboratórios comuns, laboratórios específicos, dentre outros), conforme lista a seguir:*

- Salas teóricas;
- Sala de aula de informática;

- Salas de chefias, secretarias e coordenações;
- Laboratório de informática;
- Bibliotecas central e setorial;
- Auditório;
- Mobiliário comum aos laboratórios dos cursos;
- Laboratórios e equipamentos dos cursos do **Eixo da Saúde**;
- Laboratórios e equipamentos dos cursos do **Eixo da Educação**;
- Laboratórios e equipamentos dos cursos do **Eixo de Gestão**;
- Laboratórios e equipamentos dos cursos do **Eixo das Agrárias**;
- Laboratórios e equipamentos dos cursos do **Eixo da Tecnologia**;
- Laboratórios e equipamentos dos cursos do **Eixo das Humanidades**;
- Outras instalações físicas necessárias: além das instalações acima especificadas, faz-se necessário a garantia de investimentos que resultem na construção de um ginásio de esportes, uma quadra poliesportiva, uma pista para atividades de atletismo e um parque aquático. Estes espaços serão destinados à realização de atividades de ensino de aplicação prática em educação física, além de se constituírem em suporte para os projetos de extensão e pesquisa docente e discente.

### **Recursos de Manutenção e Investimento Complementar: campus de Arapiraca e pólos**

#### **Manutenção**

Pretende-se efetuar contratos de manutenção e prestação de serviços especializados com empresas consolidadas no mercado, bem como realizar convênios com as Prefeituras dos Municípios envolvidos diretamente no projeto de interiorização – campus de Arapiraca e seus pólos –, para efetuar serviços de limpeza e vigilância. Entre esses serviços estão:

- **Manutenção de obras:** manutenção e conservação dos diversos edifícios do campus Arapiraca e pólos, executando pequenas alterações e adaptações de espaços: construção civil, serralharia, carpintaria, instalações elétricas e rede telefônica (infra-estrutura).
- **Manutenção de Equipamentos Computacionais:** manutenção dos computadores, impressoras e da rede física e lógica em funcionamento.
- **Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado:** limpeza e manutenção dos aparelhos.
- **Manutenção de Parques e Jardins:** limpeza e manutenção dos parques e jardins.
- **Expedição de Correio:** recepção do correio externo e interno e franquia do correio expedido pela UFAL. Fornecimento e tratamento de dados com vista à imputação de custos aos diversos setores do campus.
- **Segurança das Instalações:** execução e atualização do Plano de Segurança do campus e pólos, em coordenação com a Empresa contratada para esse fim.
- **Vigilância das Instalações:** vigilância das instalações e coordenação dos vigilantes em serviço.
- **Limpeza:** de amplas áreas do campus e controle e gestão da prestação de serviços externos, de acordo com os contratos celebrados.
- **Frota:** funcionamento e manutenção.
- **Telecomunicações:** implantação de um link de alta velocidade, para acesso rápido e segura à Internet.

- **Capacitação Técnica de Recursos Humanos:** treinamento, reciclagem e atualização do quadro de pessoal.
- **Auxílios Estudantis:** estímulo à participação dos estudantes nas atividades de pesquisa e extensão, contribuindo para sua formação acadêmica e profissional e valorizando a iniciação no processo da pesquisa científica.
- **Acervo Bibliográfico:** ampliação anual do acervo bibliográfico.

### **Investimento**

- **Informatização do campus:** disponibilização de informações padronizadas e corretas sobre o desempenho institucional, como instrumento de apoio à gestão acadêmica e administrativa, e de informação para a comunidade interna do campus e seus pólos, e sua região de abrangência; eliminação de gargalos de transmissão e interligação de todos os setores, disponibilizando para toda a comunidade universitária um meio de comunicação eficiente e ininterrupto, atendendo à demanda dos usuários dos sistemas administrativos e sistemas acadêmicos, serviços de e-mail, serviços de videoconferência e acesso à Internet.
- **Implantação do Sistema Integrado de Informações:** atendimento das necessidades institucionais para o planejamento, avaliação e tomada de decisão.
- **Aquisição de Frota de Veículos:** aquisição de veículos para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão no campus de Arapiraca e pólos, garantindo a locomoção dos discentes e docentes para as práticas pedagógicas.
- **Construção de Novos Laboratórios:** construção e implantação de novos laboratórios – especialmente para os cursos de engenharia de pesca e medicina veterinária -, em complemento aos laboratórios básicos que estão sendo atendidos pelo projeto inicial.
- **Construção de Novas Salas de Aula:** construção de um bloco de 13 salas de aula e recuperação e adaptação das sedes definitivas dos cursos oferecidos nos pólos, doadas pelas prefeituras municipais locais, a partir de 2008.
- **Construção de um Ginásio de Esporte e Parque Aquático:** no campus de Arapiraca, a partir de 2010, visando atender à exigência do curso de Educação Física e favorecer a prática desportiva.

*A projeção das despesas de OCC referente ao período de 2005-2015 encontra-se nas seções seguintes deste documento.*

### **Base Legal**

*Lei nº 9.394/96 – LDB, Lei nº 10.172/01 – PNE, Constituição Federal, Resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas nº 20, de 1º/8/2005*

Finalizando, a SESu conclui o Relatório sugerindo a autorização para o funcionamento dos cursos do *campus* de Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas.

Cumprе registrar ainda que, após o encaminhamento para homologação ministerial deste Parecer, o presente processo foi restituído a este Conselho pela Consultoria Jurídica do MEC em 21/6/2007.

Analisando outros processos de matéria idêntica restituídos ao CNE, constatamos que a orientação da CONJUR se restringia à fixação de prazo no caso de credenciamento de *campus* fora de sede, por não se tratar de “primeiro credenciamento”, mas antes de aditamento, posto que “não se harmoniza com a disposição do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, que remete a validade dos atos autorizativos ao ciclo avaliativo do SINAES”.

Sendo assim, por se tratar de caso análogo a outros processos restituídos a este Conselho, passo ao voto.

## II – VOTO DA RELATORA

Considerando o cumprimento da legislação vigente e a apresentação descritiva das condições no que se refere à demanda do Ensino Médio, a vocação socioeconômica das localidades municipais definidas para implantação dos pólos, os perfis pedagógicos dos cursos, a capacidade física instalada no *campus* de Arapiraca, a situação provisória para o funcionamento das unidades e a infra-estrutura para o apoio didático-pedagógico aos cursos, voto favoravelmente à criação do *campus* de Arapiraca, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, a partir do funcionamento dos cursos de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia – licenciatura, Educação Física – licenciatura, Enfermagem, Engenharia de Pesca, Física – licenciatura, Matemática – licenciatura, Medicina Veterinária, Psicologia, Química – licenciatura, Serviço Social, Sistema de Informação, Turismo, Zootecnia, do *campus* de Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas, todos com 40 (quarenta) vagas anuais, distribuídos nos pólos conforme especificação:

- **campus de Arapiraca – sede**, localizado na Av. Manoel Severino Barbosa, s/nº, Rodovia AL 115, quilômetro 6,5, Bom Sucesso, no Município de Arapiraca, Estado de Alagoas.

Agronomia – bacharelado  
Administração – bacharelado  
Arquitetura e Urbanismo – bacharelado  
Sistema de Informação – bacharelado  
Enfermagem – bacharelado  
Zootecnia – bacharelado  
Biologia – licenciatura  
Educação Física – licenciatura  
Física – licenciatura  
Química – licenciatura  
Matemática – licenciatura

- **pólo de Palmeira dos Índios**, localizado na Av. Genésio Moreira, nº 1, CAIC, 1º andar, São Francisco, no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Serviço Social – bacharelado  
Psicologia – bacharelado

- **pólo de Penedo**, localizado na Av. Beira Rio, s/nº, Centro Histórico, no Município de Penedo, Estado de Alagoas.

Engenharia de Pesca – bacharelado  
Turismo – bacharelado

- **pólo de Viçosa**, localizado na Fazenda São Luiz, s/nº, no Município de Viçosa, Estado de Alagoas.

Medicina Veterinária – bacharelado

Cumpra registrar que, nos termos do § 1º, art. 24, do Decreto nº 5.773, de 9/5/2006, o *campus* supracitado integrará o conjunto da Universidade e não gozará de prerrogativas de autonomia.

Brasília (DF), 1º de março de 2007.

Conselheira Anaci Bispo Paim – Relatora

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto da Relatora.  
Sala das Sessões, em 1º de março de 2007.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Vice-Presidente

# **ANEXO VII**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 33/2003 – UFAL/CONSUNI, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2003**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOS, CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

# Resolução nº 33/2003 - CONSUNI, de 06 de novembro de 2003.

**Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na Ufal.**

**O Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas - CONSUNI/UFAL**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que consta do processo nº 5407/2003-25 e de acordo com a deliberação aprovada, por unanimidade, na sessão extraordinária ocorrida em 06 de novembro de 2003;

**CONSIDERANDO** o resultado dos estudos realizados pela COMISSÃO ESPECIAL instituída por este Conselho Superior, através da Resolução nº 14/2003-CONSUNI/UFAL baseado na proposta encaminhada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas (NEAB/UFAL) e pela Secretaria Estadual de Defesa e Proteção das Minorias - SEDEM/AL;

**CONSIDERANDO** o parecer consubstanciado da Procuradoria Geral Federal junto à UFAL, favorável sobre a matéria, constante do respectivo processo;

**CONSIDERANDO** o resultado da ampla discussão favorável e a grande receptividade deste Conselho Superior em relação ao tema abordado;

## **R E S O L V E :**

Art. 1º - Aprovar o PROGRAMA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA AFRO-DESCENDENTES NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, conforme consta da documentação anexa a esta resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 06 de novembro de 2003.

# **ANEXO VIII**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 71/2006 – UFAL/CONSUNI, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOS, CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

# Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.

## Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da ufal.

**CONSIDERANDO** a análise e discussão promovidas pelo Fórum dos Colegiados da Graduação, sob a Coordenação da PROGRAD/UFAL, fundamentada na Lei Federal nº 6.494, de 07/12/1977 e regulamentada pelos Decretos nºs. 87.497, de 18/08/1982 e 89.467, de 21/03/1984;

**CONSIDERANDO** a apreciação e aprovação da Câmara Acadêmica do CONSUNI, ocorrida na sessão do dia 15/12/2006, bem como o resultado das discussões ocorridas no pleno do Conselho Universitário sobre o tema;

### **R E S O L V E :**

**Art. 1º** Disciplinar, na forma desta Resolução, o funcionamento dos Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

#### **I - Da Natureza e Objetivo do Estágio**

**Art. 2º** O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

**§ 1º** O estágio curricular é obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos, como disciplina que integraliza a estrutura curricular.

**§ 2º** O estágio curricular é não obrigatório quando previsto nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional, e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares.

**§ 3º** O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela Instituição de Ensino, em comum acordo com a instituição concedente.

**Art. 3º** O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

**Parágrafo Único.** Cada Colegiado de Curso escolherá, preferencialmente dentre os professores que o compõem, um Coordenador de Estágio, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do Curso.

#### **II - Das Instituições Concedentes de Estágio**

**Art. 4º** Podem ser Instituições Concedentes de estágio curricular pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham condições de proporcionar ao aluno experiência prática na sua área de formação acadêmico-profissional.

**Art. 5º** O estágio curricular poderá se desenvolver nas dependências da Universidade ou nas da Instituição Concedente de estágio.

**§ 1º** Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Universidade, será celebrado Termo de Responsabilidade entre os órgãos envolvidos.

**§ 2º** Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Instituição Concedente, será firmado convênio onde serão especificadas as condições do estágio e as obrigações e direitos das partes.

**§ 3º** Os convênios referidos no § 2º serão periodicamente avaliados, ficando sua renovação condicionada ao atendimento dos objetivos didático-pedagógicos do estágio curricular.

**§ 4º** As áreas de estágio a serem disponibilizadas pelas Instituições Concedentes deverão ser por elas previamente cadastradas no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* do Sistema Acadêmico, sendo aprovadas ou não pelos Coordenadores de Estágio dos Cursos de Graduação envolvidos.

**§ 5º** No cadastro da área de estágio, a Instituição Concedente deverá fornecer as seguintes informações, entre outras:

- I - indicação do supervisor do seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional na área de concessão do estágio, para acompanhar os alunos;
- II - descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário na instituição;
- II - carga horária semanal;

III - remuneração, quando for o caso;

IV - cursos para os quais serão oferecidas vagas de estágio na área.

### III - Da Documentação do Estágio

**Art. 6º** - Para a validade do estágio faz-se necessário, além do convênio firmado entre a Universidade e a Instituição Concedente, a existência de:

I - plano de estágio elaborado pelo estagiário sob orientação dos supervisores da UFAL e da Instituição Concedente, no caso de estágio obrigatório;

II - plano de atividades definido pela área de estágio cadastrada pela Instituição Concedente, previamente aprovada pelo Coordenador de Estágio do Curso de Graduação envolvido, no caso de estágio não obrigatório;

III - documento de encaminhamento do estagiário à Instituição Concedente, feito pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*, no caso de estágio não obrigatório, e pelo Coordenador de Estágio do Curso, no caso do estágio obrigatório;

IV - termo de compromisso assinado pelo estagiário, pelo representante da Instituição Concedente e da UFAL, em conformidade com o convênio firmado;

V - relatório de acompanhamento, avaliação e validação do estágio elaborado pela UFAL conjuntamente com a Instituição Concedente;

VI - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado periodicamente à UFAL e à Instituição Concedente de acordo com o definido no Projeto Pedagógico de Curso;

VII - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado em período não superior a 06 (seis) meses, à UFAL e à Instituição Concedente.

**§ 1º** Os relatórios a que se referem os incisos VI e VII deverão ficar à disposição da fiscalização pelo período de 02 (dois) anos, contados a partir da data em que forem apresentados.

**§ 2º** O Termo de Compromisso conterá os seguintes dados:

I - identificação do estagiário, número de matrícula e indicação do curso;

II - valor da bolsa mensal, quando for o caso;

III - jornada semanal a ser cumprida e período do estágio;

IV - número da apólice do seguro de acidentes pessoais e nome da companhia seguradora.

V - menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício, podendo ser remunerado ou não, e nem acumulará com outras bolsas da UFAL;

VI - identificação do professor supervisor de estágio e do supervisor de estágio na Instituição Concedente, que deverá ser um profissional com formação e experiência na área de concessão do estágio.

**§ 3º** Quando tratar-se de estágio obrigatório, o plano de estágio curricular conterá os objetivos, a descrição das atividades, o período (início e término do estágio), o local e caracterização da Instituição Concedente que receberá o estagiário, o horário do estágio, o nome e a formação do supervisor de estágio, e tudo o mais que for definido pela Coordenação de Estágio do Curso de Graduação.

**§ 4º** Quando tratar-se de estágio não obrigatório, será anexado ao termo de compromisso o plano de atividades cadastrado no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* no Sistema Acadêmico.

**§ 5º** A Instituição Concedente, quando do desligamento do estagiário, deverá entregar o termo de realização de estágio com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de permanência e da avaliação de desempenho.

### IV - Do Seguro de Acidentes

**Art. 7º** O seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário é obrigatório.

**§ 1º** No caso de estágio curricular obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela UFAL ou pela Instituição Concedente;

**§ 2º** No caso de estágio curricular não obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela Instituição Concedente ;

**§ 3º** No caso de estágio curricular administrado por Agente de Integração, a responsabilidade pelo pagamento do seguro será deste.

### V - Da Carga Horária e Período de Estágio

**Art. 8º** A carga horária máxima para as atividades de estágio curricular não obrigatório será definida pelo Conselho da Unidade Acadêmica à qual o curso estiver vinculado, não podendo ultrapassar 30 (trinta) horas semanais, devendo compatibilizar-se com as atividades acadêmicas e com o horário das disciplinas curriculares do curso em que o estagiário estiver matriculado.

**Art. 9º** A carga horária semanal para as atividades do estágio curricular obrigatório será definida no Projeto Pedagógico de Curso.

**Art. 10.** O período mínimo de estágio curricular não obrigatório será de 01 (um) semestre, podendo ser prorrogado, a critério da Coordenação de Estágio do Curso, por, no máximo, 03 (três) semestres.

**Parágrafo único.** O estágio curricular não obrigatório não poderá exceder a 04 (quatro) semestres consecutivos, na mesma Instituição.

## VI - Do Agente de Integração

**Art. 11.** A UFAL poderá utilizar, mediante convênio, os serviços de Agentes de Integração com a finalidade de proporcionar novas oportunidades de estágio.

**§ 1º** A UFAL somente firmará convênios com os Agentes de Integração que se comprometerem a providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração, após parecer favorável do Colegiado de Curso de origem do estagiário encaminhado pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - CEC/PROGRAD.

**§ 2º** Cabe ainda aos Agentes de Integração:

- I - identificar oportunidades de estágio;
- II - cadastrar as áreas de estágio e as ofertas de vagas oferecidas pelas Instituições Concedentes;
- III - imprimir e providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração;
- IV - providenciar o pagamento da bolsa, na hipótese de estágio remunerado;
- V - contratar seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário.

## VII - Da Organização do Estágio

**Art. 12.** Os alunos dos cursos de graduação da UFAL, desde que regularmente matriculados em disciplinas e com frequência efetiva no Curso ao qual estejam vinculados, deverão realizar o estágio curricular obrigatório, podendo, ainda, realizar estágios curriculares não obrigatórios no caso dessas atividades serem previstas no projeto pedagógico de seu curso.

**§ 1º** Durante o estágio curricular não obrigatório o aluno deverá obter aprovação em disciplinas que perfaçam, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas nas quais esteja matriculado, sob pena de, não o fazendo, ser desligado do Programa de Estágio durante 01 (um) período letivo.

**§ 2º** Havendo recuperação do rendimento escolar com aprovação em disciplinas que compreendam 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária total das disciplinas em que esteja matriculado durante o período letivo subsequente ao desligamento, o aluno poderá retornar ao Programa de Estágio.

**§ 3º** A Coordenação de Estágio do curso acompanhará o desempenho acadêmico do estagiário.

**Art. 13.** A Universidade disponibilizará em seu portal eletrônico, através do sítio do Sistema Acadêmico, um Módulo de Gerenciamento de Estágio – MGE, visando acompanhar e registrar as atividades acadêmico-administrativas dos estágios curriculares obrigatórios ou não obrigatórios, cujo gerenciamento será da responsabilidade da Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - CEC/PROGRAD.

**Art. 14.** A orientação, a supervisão e a avaliação acadêmica do estágio curricular, em qualquer de suas modalidades, são atividades obrigatórias de responsabilidade do curso de procedência do aluno, levadas a efeito do modo compartilhado com os supervisores vinculados às Instituições Concedentes de estágio.

**Art. 15.** As atividades do estagiário somente poderão ter início após a assinatura do Termo de Compromisso pelas partes envolvidas, cabendo ao Coordenador de Estágio do Curso registrar a data correspondente no Módulo de Gerenciamento de Estágio – MGE.

**Art. 16.** Junto à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD/UFAL funcionará a COMISSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR, órgão colegiado encarregado de, dentre outras atribuições, promover a discussão em torno dos estágios na Universidade, estabelecer as normas gerais para a formação de uma Política de Estágio Curricular na UFAL, bem como promover a elaboração de um Manual de Orientação de Estágio.

**§ 1º** Comporão a Comissão de Estágio Curricular:

- I - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de Coordenadores de Curso de Graduação, por área do conhecimento (saúde, exatas, humanas, tecnológicas e sociais) e modalidades (bacharelado e licenciatura), indicados pelo Fórum dos Colegiados;
- II - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de discentes indicado pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE/UFAL;
- III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Gestão Institucional – PROGINST/UFAL;
- IV - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX/UFAL;
- V - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UFAL;
- VI - 01 (um) representante da Pró-Reitoria Estudantil - PROEST/UFAL.

**§ 2º** A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD/UFAL designará o Coordenador da Comissão de Estágio Curricular.

**Art. 17.** Cada Curso de Graduação regulamentará seu próprio estágio curricular mediante resolução elaborada e aprovada pelo Colegiado de Curso observados os ditames da legislação específica e desta Resolução, e homologada pelo Conselho da respectiva Unidade Acadêmica.

### **VIII – Das Disposições Finais**

**Art. 18.** A UFAL, os estudantes, as Instituições Concedentes e os Agentes Integradores terão prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de aprovação desta Resolução, para a ela se adequarem.

**Art. 19.** Compete ao titular da PROGRAD/UFAL aprovar os termos de convênio para oferta de estágios curriculares, depois de apreciados pela Comissão de Estágio Curricular de que trata o Art. 15 desta Resolução.

**Art. 20.** Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 18 de dezembro de 2006.

Profª. Ana Dayse Rezende Dorea  
**Presidenta do CONSUNI/UFAL.**

# **ANEXO IX**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 63/2013 – UFAL/CONSUNI, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOS, CONSELHO UNIVERSITÁRIO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
**Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL**

**RESOLUÇÃO Nº 63/2013-CONSUNI/UFAL**, de 07 de outubro de 2013.

**APROVA A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM: ENGENHARIA FLORESTAL (CECA), ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (CECA), AGROECOLOGIA (CECA), ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Unidade PENEDO), CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Unidade PENEDO) e LETRAS/LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (FALE).**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL, tendo em vista o que constam dos Processos nºs. 028926/2013-33, 028929/2013-77, 028933/2013-35, 029480/2013-64, 029478/2013-95 e 025523/2013-32 e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ordinária mensal ocorrida em 07 de outubro de 2013;

**CONSIDERANDO** o parecer técnico favorável da Coordenação dos Cursos de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UFAL, constante nos autos dos respectivos processos;

**CONSIDERANDO** a prévia análise e o posicionamento favorável da CÂMARA ACADÊMICA do CONSUNI de acordo com a deliberação aprovada, por unanimidade, na sessão ocorrida em 04 de outubro de 2013;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar a criação e implantação dos Cursos de Graduação em: **ENGENHARIA FLORESTAL** (Bacharelado/Diurno, CECA, 55 vagas/ano), **ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS** (Bacharelado/Diurno, CECA, 55 vagas/ano), **AGROECOLOGIA** (Bacharelado/Diurno, CECA, 50 vagas/ano), **ENGENHARIA DE PRODUÇÃO** (Bacharelado/Diurno, Unidade Penedo, 50 vagas/ano), **CIÊNCIAS BIOLÓGICAS** (Licenciatura/Noturno, Unidade Penedo, 50 vagas/ano) e **LETRAS/LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais** (Licenciatura/Diurno, FALE, 50 vagas/ano) todos fundamentados pelas normas da Resolução nº. 32/2005-CEPE/UFAL.

**Art. 2º** - Aprovar os Projetos Pedagógicos dos cursos acima citados.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 07 de outubro de 2013.

**Profª. Rachel Rocha de Almeida Barros**  
**Vice-Presidente do CONSUNI/UFAL**

# **ANEXO X**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**RESOLUÇÃO Nº 65/2014 – UFAL/CONSUNI, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOS, CONSELHO UNIVERSITÁRIO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
**Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL**

**RESOLUÇÃO Nº. 65/2014-CONSUNI/UFAL**, de 03 de novembro de 2014.

**ESTABELECE A ATUALIZAÇÃO  
DAS DIRETRIZES GERAIS DAS  
ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO  
ÂMBITO DA UFAL.**

**O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ordinária mensal ocorrida em 03 de novembro de 2014;

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização da Resolução nº. 12/1989-CEPE/UFAL, de 19/09/1989, que dispõe sobre as atividades de extensão na UFAL e o imperativo de se adequar as atividades de extensão às normas Estatutárias e Regimentais em vigor nesta Universidade;

**CONSIDERANDO** a concepção e as definições das atividades de extensão constantes na POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO, em sua versão de maio de 2012;

**CONSIDERANDO** a análise prévia e a recomendação favorável da CÂMARA ACADÊMICA do CONSUNI, aprovada por unanimidade, na reunião do dia 29/10/2014;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Estabelecer a atualização das diretrizes gerais que norteiam as atividades de extensão no âmbito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, conforme definido nesta Resolução.

**CAPÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES FUNDAMENTAIS**

**Art. 2º** - As atividades de Extensão reger-se-ão na Universidade Federal de Alagoas, pelas seguintes diretrizes:

- I - Interação Dialógica;
- II - Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- III - Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- IV - Impacto na Formação do discente;
- V - Impacto e Transformação Social.

**Art. 3º**- A Extensão Universitária, inspirada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, sob a égide dos seguintes princípios gerais:

I - O desenvolvimento da ciência, da arte e da tecnologia deve alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;

II - A Universidade como partícipe da sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão, sem isolar-se numa postura de detentora de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade;

III - A Universidade deve colaborar com os movimentos sociais, no âmbito de ações que visem à superação das atuais condições de desigualdades e exclusão existentes no Brasil;

IV - A ação cidadã da Universidade implica na efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeitos desse conhecimento, tendo, portanto, plenos direitos de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

V - A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania;

VI - A sistematização das ações de extensão em programas deve ser priorizada como metodologia para o cumprimento das diretrizes de impacto, interação social dialógica e construção de parcerias, interdisciplinaridade e integração ensino/pesquisa.

## **CAPÍTULO II SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO**

### **SEÇÃO I - DAS ÁREAS TEMÁTICAS, LINHAS DE EXTENSÃO**

**Art. 4º** - As ações de Extensão Universitária do ponto de vista de sua sistematização em termos dos grandes focos de políticas sociais, classificam-se em Áreas Temáticas e Linhas de Extensão, conforme a normatização do FÓRUM DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL - *FORPROEX/UFAL*, ao qual a UFAL se filia.

**Art. 5º** - As ações de extensão são tipificadas em: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviço, Produção e Publicação.

### **SEÇÃO II DOS PROGRAMAS**

**Art. 6º** - Por Programa de Extensão entende-se um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, que possuem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, preferencialmente integrando às ações de pesquisa e de ensino.

**§ 1º** - Os Programas de Extensão são classificados em:

I - Programas de Cooperação Interinstitucionais provenientes de editais externos e de termos de cooperação e convênios;

II - Programas induzidos pela Pró-Reitoria de Extensão (*PROEX/UFAL*) através de editais internos;

III - Programas Institucionalizados das Unidades Acadêmicas em atendimento aos artigos 19, 21 e 34 do Estatuto da UFAL.

**§ 2º** - Cabe às Unidades Acadêmicas/*Campi* Fora de Sede o planejamento, a execução e a avaliação de seus Programas de Extensão.

**§ 3º** - Os Programas de Extensão devem estar devidamente compatibilizados com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em função das demandas sociais de cada área.

## SEÇÃO III - DOS PROJETOS, CURSOS E EVENTOS DE EXTENSÃO

**Art. 7º** - Projeto é um conjunto de atividades processuais e contínuas, de caráter educativo, social, artístico, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado.

**Art. 8º** - O Curso é uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos.

§ 1º - Os cursos estão classificados como minicurso, curso livre, curso de qualificação profissional e aperfeiçoamento, a saber:

**a) MINICURSO:** com duração entre 04 horas e 08 horas, destinados à comunidade em geral para o atendimento flexível de demandas sociais;

**b) CURSO LIVRE:** com duração acima de 08 horas destinados à comunidade em geral para o atendimento flexível de demandas sociais;

**c) CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:** Destina-se ao atendimento da demanda local, regional ou nacional para a qualificação em qualquer área profissional educativa, social, artística, cultural, científica ou tecnológica, conforme a regulamentação da Educação Profissional;

**d) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO:** Destina-se a graduados, visa o aperfeiçoamento em área profissional específica, com carga horária mínima de 180 horas.

§ 2º - Os Cursos de Extensão devem articular a comunidade acadêmica com as necessidades concretas da sociedade, no cotejo permanente entre a teoria e a prática, apresentando-se como ação isolada ou parte integrante de programas e/ou projetos de extensão.

§ 3º - Cada proposta pedagógica de curso de extensão definirá o público beneficiário, requisitos para ingresso e objetivos formativos.

**Art. 9º** - Evento é uma ação pontual de divulgação do conhecimento ou produto cultural, artístico, científico, filosófico, político e tecnológico desenvolvida ou reconhecida pela Universidade, ou direcionada ao público alvo específico, que pode ou não integrar programas e/ou projetos de extensão.

## SEÇÃO IV DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO EM EXTENSÃO

**Art. 10** - Prestação de Serviços é a realização de trabalho ou atividade de transferência do conhecimento gerado e instalado na Universidade e é ofertado à sociedade.

**Parágrafo Único** - A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, devendo ser encarada como um trabalho de transformação social e poderá ser ofertada de forma direta pela UFAL ou por meio de convênio com instituições públicas ou privadas.

**Art. 11** - Produção e Publicação em Extensão constituem-se em produtos acadêmicos e publicações que instrumentalizam ou são decorrentes das ações de extensão, para a difusão e divulgação cultural, artística, filosófica, política, científica e tecnológica.

## CAPÍTULO III REGISTRO E CERTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

### SEÇÃO I - DO REGISTRO

**Art. 12** - Todas as ações de extensão devem ser devidamente registradas na Pró-Reitoria de Extensão (*PROEX/UFAL*) pelo Coordenador da ação, com a concordância da Unidade Acadêmica/*Campus* Fora de Sede.

**Art. 13** - Para fins de registro, todas as ações de extensão deverão ser classificadas segundo uma área temática principal, uma área temática secundária e uma linha de extensão.

**Art. 14** - As ações de extensão que compõem um programa de extensão devem pertencer, preferencialmente, a uma mesma linha de extensão, podendo abranger, entretanto, a mais de uma área temática.

**Art. 15** - Os formulários de oferta de ações de extensão serão encaminhados à Pró-Reitoria de Extensão, pelo menos 30 (trinta) dias antes do seu início, com os devidos pareceres e assinaturas do responsável pela ação, do representante da extensão na Unidade Acadêmica/*Campus* Fora de Sede e do Diretor da Unidade.

**Art. 16** - O Coordenador da ação de extensão encaminhará à Pró-Reitoria de Extensão o relatório final, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de seu término, para providências, acompanhado da prestação de contas físico-financeira, se houver.

## SEÇÃO II - DA CERTIFICAÇÃO

**Art. 17** - A certificação de todas as ações de extensão no âmbito da UFAL é de competência da Pró-Reitoria de Extensão.

**Art. 18** - A Pró-Reitoria de Extensão emitirá certificado para os participantes de ações de extensão devidamente registradas e finalizadas mediante apresentação de relatório final.

**Parágrafo Único** - Os certificados só terão validade se assinados pelo Pró-Reitor de Extensão e pela representação da Unidade Acadêmica.

**Art. 19** - A Pró-Reitoria de Extensão poderá emitir certidão para os participantes de ações de extensão devidamente registradas e em andamento mediante solicitação do Coordenador da ação.

## CAPÍTULO IV DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

**Art. 20** - O discente regularmente matriculado na UFAL participará das ações de extensão, sempre sob a orientação de docentes e/ou servidores técnicos-administrativos, como integrante da equipe executora de programas, projetos e eventos, como instrutor de cursos de extensão presenciais e como tutor de cursos à distância ou via rede.

**Art. 21** - A carga horária despendida pelo discente em ação de extensão devidamente registrada será computada para fins de integralização curricular.

**Art. 22** - O tempo despendido pelo docente em atividades de extensão, seja como integrante da equipe executora ou como coordenador de ações de extensão devidamente registradas será considerado como atividade acadêmica.

**Art. 23** - O tempo despendido pelo servidor técnico-administrativo, com formação superior, em atividades de extensão, seja como integrante da equipe executora ou como coordenador de ações de extensão devidamente registradas será computado em sua jornada de trabalho.

**Art. 24** - Os membros da Comunidade Universitária poderão receber bolsas por sua vinculação em ações de extensão, de acordo com a disponibilidade orçamentária e observadas as exigências postas na legislação específica.

## CAPÍTULO V DO COMITÊ ASSESSOR DE EXTENSÃO

**Art. 25** - Junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFAL funcionará o Comitê Assessor de Extensão, órgão colegiado de caráter consultivo, com funções de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão da Universidade.

**Art. 26** - O Comitê Assessor de Extensão tem por finalidade assessorar a Pró-Reitoria de Extensão, articulando, fomentando e avaliando ações de extensão no âmbito de cada Unidade

Acadêmica/*Campus* Fora de Sede e junto à sociedade civil organizada, bem como acompanhar a extensão universitária, como prática acadêmica na UFAL.

§ 1º - Integram o Comitê Assessor de Extensão:

- I. Pró-Reitor de Extensão da UFAL, como Coordenador Geral;
- II. Coordenadores de Setores da Pró-Reitoria de Extensão;
- III. Representantes dos Grupos de Trabalho -*GT's* (titular e suplente) dos *Campi* Fora de Sede;
- IV. Coordenadores dos órgãos operativos vinculados à Pró-Reitoria de Extensão;
- V. Representantes (titular e suplente) das Pró-Reitorias Acadêmicas;
- VI. Coordenadores de Extensão (titular e suplente) de cada Unidade Acadêmica/*Campus* Fora de Sede, indicados pelo seu Diretor;
- VII. Representantes (01 titular e 02 suplentes) do corpo Discente, indicados pelo Diretório Central de Estudantes (DCE/UFAL).
- VIII. Coordenadores de Extensão (titular e suplente) do Hospital Universitário (HUPAA/UFAL);
- IX. Representantes (titular e suplente) da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED/UFAL);
- X. Representantes (titular e suplente) da Escola Técnica de Artes (ETA/UFAL);
- XI. Representantes (titular e suplente) indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFAL (SINTUFAL) com atuação na extensão;
- XII. Representantes (titular e suplente) indicados pela Associação dos Docentes da UFAL (ADUFAL) com atuação na extensão;
- XIII. Representantes (titular e suplente) externos à Universidade, oriundos da sociedade civil, por Área Temática, conforme definidas pelo Fórum de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior do Brasil (FORPROEX);
- XIV. Representantes (titular e suplente) indicados pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) com atuação na extensão.

§ 2º - São membros natos do Comitê Assessor de Extensão o Pró-Reitor de Extensão e os Coordenadores de Setores da Pró-Reitoria de Extensão.

§ 3º - Os membros do Comitê Assessor de Extensão serão designados por Ato do Reitor, mediante indicação das respectivas unidades e/ou representação encaminhada através da Pró-Reitoria de Extensão.

**Art. 27** - O Comitê de Extensão reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Pró-Reitor de Extensão.

**Art. 28** - As reuniões do Comitê de Extensão são públicas.

## **CAPÍTULO VI DA COMISSÃO DE EXTENSÃO “AD HOC”**

**Art. 29** - Junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFAL funcionará uma Comissão de Extensão “*Ad Hoc*”, constituída por docentes e técnicos de nível superior de outras Universidades e por membros de entidades da sociedade civil organizada, distribuídos por área temática da Extensão.

**Art. 30** - Os membros da Comissão de Extensão “*Ad Hoc*” serão indicados pelo titular da Pró-Reitoria de Extensão, a quem cabe convidar aqueles vinculados a outras Universidades e entidades da sociedade civil organizada.

**Parágrafo Único** - A Comissão de Extensão “*Ad Hoc*” poderá contar com tantos integrantes quantos ditar a necessidade, atuando enquanto bem servirem, a critério da Pró-Reitoria de Extensão.

**Art. 31** - À Comissão de Extensão “*Ad Hoc*” compete:

- I - Emitir pareceres sobre trabalhos acadêmicos para publicação e que concorrem a editais;
- II - Analisar e emitir pareceres sobre as propostas encaminhadas à Pró-Reitoria de Extensão para o registro de ações;
- III - Outras atribuições a critério do Comitê Assessor de Extensão.

## **CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO**

**Art. 32** - A avaliação da Extensão Universitária no âmbito da UFAL levará em conta a abordagem conjunta e integrada dos seguintes aspectos:

I - O compromisso institucional com a estruturação e efetivação das ações de extensão, traduzido por apoio financeiro, recursos humanos e pela efetividade da extensão como componente curricular nos Projetos Político-Pedagógico dos Cursos;

II - Os impactos quantitativos e qualitativos das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades.

**Art. 33** - Cabe ao Comitê Assessor de Extensão da UFAL desenvolver processos, instrumentos e indicadores de avaliação da extensão junto à Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFAL.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 34** - A UFAL poderá realizar convênios ou contratos com instituições de ensino superior, entidades ligadas à pesquisa e à extensão ou com outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, para a realização de ações de extensão, observadas as exigências postas na legislação específica e as diretrizes políticas desta resolução.

**Art. 35** - Os casos omissos serão submetidos ao Comitê Assessor de Extensão, cuja decisão será encaminhada ao Conselho Universitário - *CONSUNI/UFAL* para a homologação final.

**Art. 36** - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 12/1989-*CEPE/UFAL*.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 03 de novembro de 2014.

**Prof. Eurico de Barros Lôbo Filho**  
**Presidente do CONSUNI**

# **ANEXO XIII**

**DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**NOTA TÉCNICA Nº 24/2013 – MEC/SECADI/DPEE, DE 21 DE MARÇO DE  
2013**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO,  
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
Diretoria de Políticas de Educação Especial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo I, 4º andar, sala 412  
CEP: 70047-900 – Brasília, Distrito Federal, Brasil  
Fone: (61) 2022-7661/9081/9177 – Fax: (61) 2022-9297

## **NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**

Data: **21 de março de 2013.**  
Assunto: **Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012**

A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, atendendo aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU/2006), definidos no seu art. 1º, nos seguintes termos:

*O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.*

De acordo com o §2º, do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência. Conforme a CDPD (ONU/2006):

*Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.*

Dentre as diretrizes para a consecução do objetivo da Lei nº 12.764/2012, estabelecidas no art. 2º, destacam-se aquelas que tratam da efetivação do direito à educação:

*I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;*

*II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;*

*[...]*

*V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as*

*disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);*

*VII – o incentivo à formação e à capacitação dos profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como pais e responsáveis;*

*[...]*

Tais diretrizes coadunam-se com os seguintes objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento Educacional Especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A intersetorialidade na gestão das políticas públicas é fundamental para a consecução da inclusão escolar, considerando a interface entre as diferentes áreas na formulação e na implementação das ações de educação, saúde, assistência, direitos humanos, transportes, trabalho, entre outras, a serem disponibilizadas às pessoas com transtorno do espectro autista.

A participação da comunidade na formulação, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas constitui um dos mecanismos centrais para a garantia da execução dessa política, de acordo com os atuais preceitos legais, políticos e pedagógicos que asseguram às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. Nessa perspectiva, a formação inicial e continuada deve subsidiar os profissionais, visando à/ao:

- Superação do foco de trabalho nas estereotípias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência escolar;
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano escolar;

- Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, alimentação em horário diferenciado, aula em espaços separados;
- Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;
- Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;
- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação escolar, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano escolar e demais ambientes sociais;
- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;
- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;
- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização;
- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos.
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

A implementação da diretriz referente à inserção das pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho remete ao princípio da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, cuja finalidade é assegurar o acesso à educação em todos os níveis, etapas e modalidades, promovendo as condições para sua inserção educacional, profissional e social. É fundamental reconhecer o significado da inclusão para que as pessoas com transtorno do espectro autista tenham assegurado seu direito à participação nos ambientes comuns de aprendizagem, construindo as possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

Esse princípio é congruente com o teor do art. nº 27 da CDPD (ONU/2006) que preconiza o direito da pessoa com deficiência ao exercício do trabalho de sua livre escolha, no mercado laboral, em ambiente inclusivo e acessível.

Para a realização do direito das pessoas com deficiência à educação, o art. 24 da CDPD (ONU/2006) estabelece que estas não devem ser excluídas do sistema regular de ensino sob alegação de deficiência, mas terem acesso a uma educação inclusiva, em igualdade de condições com as demais pessoas, na comunidade em que vivem e terem garantidas as adaptações razoáveis de acordo com suas necessidades individuais, no contexto do ensino regular, efetivando-se, assim, medidas de apoio em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Para a garantia do direito à educação básica e, especificamente, à educação profissional, preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais: o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio.

No art. 3º, parágrafo único, a referida lei assegura aos estudantes com transtorno do espectro autista, o direito à acompanhante, desde que comprovada sua necessidade. Esse serviço deve ser compreendido a luz do conceito de adaptação razoável que, de acordo com o art. 2º da CDPD (ONU/2006), são:

*“[...] as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.”*

O serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Dentre os aspectos a serem observados na oferta desse serviço educacional, destaca-se que esse apoio:

- Destina-se aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social;
- Justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes;
- Não é substitutivo à escolarização ou ao atendimento educacional especializado, mas articula-se às atividades da aula comum, da sala de recursos multifuncionais e demais atividades escolares;
- Deve ser periodicamente avaliado pela escola, juntamente com a família, quanto a sua efetividade e necessidade de continuidade.

A organização dos serviços de apoio deve ser prevista pelos sistemas de ensino, considerando que os estudantes com transtorno do espectro autista devem ter oportunidade de desenvolvimento pessoal e social, que considere suas potencialidades, bem como não restrinja sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. No processo de inclusão escolar dos estudantes com transtorno do espectro autista é fundamental a articulação entre o ensino comum, os demais serviços e atividades da escola e o atendimento educacional especializado – AEE.

O AEE foi instituído pelo inciso 3º, do art. 208, da Constituição Federal/1988 e definido no §1º, art. 2º, do Decreto nº 7.611/2011, como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à escolarização. Conforme Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, a função desse atendimento é identificar e eliminar as barreiras no processo de aprendizagem, visando à plena participação.

A institucionalização da oferta do AEE no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola considera a flexibilidade desse atendimento realizado individualmente ou em pequenos grupos, conforme Plano de AEE de cada estudante. O Plano de AEE do estudante com transtorno do espectro autista contempla: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades de cada estudante; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos.

O professor do AEE acompanha e avalia a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola, considerando os desafios que estes vivenciam no ensino comum, os objetivos do ensino e as atividades propostas no currículo, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua aprendizagem. Este atendimento prevê a criação de redes intersetoriais de apoio à inclusão escolar, envolvendo a participação da família, das áreas da educação, saúde, assistência social, dentre outras, para a formação dos profissionais da escola, o acesso a serviços e recursos específicos, bem como para a inserção profissional dos estudantes.

A modalidade da educação especial disponibiliza o atendimento educacional especializado - AEE, os demais serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, contemplando a oferta de profissional de apoio, necessário à inclusão escolar do estudante com transtorno do espectro autista, nas classes comuns do ensino regular, nas escolas públicas e privadas. Os serviços da educação especial constituem oferta obrigatória pelos sistemas de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, devendo constar no PPP das escolas e nos custos gerais da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

Os professores das classes comuns e os do AEE devem manter interlocução permanente com o objetivo de garantir a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos. Para o cumprimento de seus objetivos, o AEE não

poderá prescindir de tal articulação, devendo os profissionais do turno de matrícula do aluno proporcionar condições para que tal articulação seja possível.

As instituições de ensino privadas, submetidas às normas gerais da educação nacional, deverão efetivar a matrícula do estudante com transtorno do espectro autista no ensino regular e garantir o atendimento às necessidades educacionais específicas. O custo desse atendimento integrará a planilha de custos da instituição de ensino, não cabendo o repasse de despesas decorrentes da educação especial à família do estudante ou inserção de cláusula contratual que exima a instituição, em qualquer nível de ensino, dessa obrigação.

Para apoiar o desenvolvimento inclusivo das redes públicas de ensino, visando assegurar a matrícula, organizar e disponibilizar os serviços da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB prevê valor diferenciado de 1,20, no mínimo, para estudantes público alvo da educação especial matriculados nas classes comuns do ensino regular das redes públicas e 2,40, no mínimo, para a dupla matrícula, ou seja, uma na educação básica regular e outra no atendimento educacional especializado.

Considerando que a recusa de matrícula e o não atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes, fere o dispositivo constitucional que assegura o direito à inclusão escolar, recomenda-se que tal fato seja comunicado ao Ministério Público, bem como ao Conselho de Educação, no âmbito municipal, estadual ou federal, responsável pela autorização de funcionamento da respectiva instituição de ensino, pública ou privada, a fim de que se proceda à instrução de processo de adequação ou de descredenciamento da instituição de ensino, bem como aplicação das penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 12.764 ao gestor escolar ou autoridade competente que recusar a matrícula do estudante com transtorno do espectro autista.



Martinha Clarete Dutra dos Santos  
Diretora de Políticas de Educação Especial  
DPEE / SECADI / MEC